

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLARKSON MACHADO DINIZ

**O Engrossamento, o Capital e a Ordem:
A visão de Graciano Neves na análise da Primeira
República (1892-1903)**

Vitória, Ufes
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLARKSON MACHADO DINIZ

**O Engrossamento, o Capital e a Ordem:
A visão de Graciano Neves na análise da Primeira
República (1892-1903)**

Tese apresentada ao PPGHIS - Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia B. Ferreira Rodrigues.

Vitória, Ufes
2016

BANCA DE DEFESA

Clarkson Machado Diniz

O Engrossamento, o Capital e a Ordem: a visão de Graciano Neves na análise da Primeira República (1892-1903)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas, elaborada sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Marcia Barros Ferreira Rodrigues.

Aprovada em ____ de _____ de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora **Márcia Barros Ferreira Rodrigues**
Universidade Federal do Espírito Santo - Presidente da Comissão

Professor Doutor **Michel Misse**
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Membro Titular

Professor Doutor **Sebastião Pimentel Franco**
Universidade Federal do Espírito Santo - Membro Titular

Professora Doutora **Maria Cristina Dadalto**
Universidade Federal do Espírito Santo - Membro Titular

Professor Doutor **Cleinton Roberto P. de Souza**
Instituto Federal do Espírito Santo - Membro Titular

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Diniz, Clarkson Machado, 1962-
D585e O engrossamento, o capital e a ordem : a visão de Graciano
Neves na análise da Primeira República (1892-1903) / Clarkson
Machado Diniz. – 2016.
210 f.

Orientador: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Neves, Graciano, 1868-1922. Doutrina do engrossamento.
2. Capital (Economia). 3. Ordem social. 4. Brasil - História -
República Velha, 1889-1930. I. Rodrigues, Márcia Barros
Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

O homem existe unicamente para a sociedade e pela sociedade e o critério principal por onde ele pode pautar o valor das suas ações é a aprovação dos seus semelhantes, que constitui o prêmio ambicionado de toda vaidade.

Graciano Neves, 1901

Dedico esta tese doutoral aos meus pais, Diniz Francisco da Silva e Edna Novais Machado da Silva, que me apresentaram ao Senhor da História, e que são constantes fontes de inspiração e admiração para a minha vida.

Dedico também ao meu filho amado Pedro Mol Arreguy Diniz, parceiro da vida e que me instiga a ter sempre um novo olhar para a aventura de existir.

À minha amada esposa, Liliane Batista de Deus, companheira idônea que me faz feliz.

À minha família imediata, irmãs, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, enteados, que são a minha referência de vida.

Principalmente a Deus, que tem tido imensa paciência comigo e me permitiu chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, amiga e parceira Márcia Barros Ferreira Rodrigues, que com sua capacidade teórica e conhecimento me instigou a buscar mais, me inspirou a ser um autônomo responsável no desenvolvimento da ciência, trilhando o caminho da sensibilidade e do afeto na construção acadêmica.

Aos companheiros do NEI – Núcleo de Estudos Indiciários, onde se realizam debates edificantes sobre os mais variados temas da história e da sociologia.

Ao Claudio Marcio por sua dedicação em enquadrar o trabalho nas normas, pelas preciosas sugestões de palavras que deram maior sentido às ideias, e pela capacidade de organização que eu confesso, gostaria de ter.

Aos professores do curso de doutorado em História Social pela capacidade de nos intrigar e desafiar no conhecimento dessa área em que o Brasil é tão carente.

Aos professores da banca pelo esforço de ler e avaliar a tese.

Aos funcionários do Arquivo Público do Espírito Santo, pela presteza em atender e na preocupação em buscar as fontes que embasaram esse trabalho.

À Universidade Federal do Espírito Santo, responsável por minha graduação, mestrado, e agora, me proporcionando a oportunidade de cursar o doutorado.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo, por me permitir cursar o doutorado e me apoiar na busca pela obtenção da formação que será aplicada na docência nessa instituição referencial no panorama da educação no Espírito Santo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação pela concessão de bolsa de estudos ao longo do curso de doutorado.

RESUMO

Esse estudo busca compreender a relação entre o capital e a ordem na estruturação política e social no Espírito Santo da Primeira República (1892-1903) nos anos de governo de Muniz Freire (1892-1895), Graciano Neves (1896-1897), que renunciou, Constante Sodré (1897), vice-presidente que assumiu até a definição do substituto, José Marcelino de Vasconcelos (1898-1899), que completou o período do mandato que seria de Graciano Neves, e novamente Muniz Freire (1900-1903). A análise foi construída a partir do filtro criado pelo livro *Doutrina do Engrossamento*, de Graciano Neves. Nossa hipótese é a de que o engrossamento como prática do adesismo e da bajulação do grande líder era a base do relacionamento político na busca pela participação no poder, evitando disputas que desestabilizassem a ordem, pois quem sabe engrossar, governa. O capital financia os detentores do poder em busca da estabilidade necessária para se multiplicar, resultando no esquema que é o cerne do livro: o capital faz a ordem e a ordem faz o capital. Para analisar o capital, a ordem e o engrossamento nos primeiros três mandatos de governo republicano no Espírito Santo, utilizou-se como referencial teórico parte da literatura indicada por Graciano Neves em seu livro, especialmente de Augusto Comte. Como fontes, utilizou-se as mensagens de governo do período, e jornais da época, abrangendo também períodos anteriores e posteriores ao recorte temporal adotado na análise. A metodologia utilizada é de base histórica indiciária, levando ao rastreamento e mapeamento de pistas que possibilitarão inúmeras possibilidades de verificações de diversos planos de análise, e pode ser sintetizado como um conjunto de princípios e procedimentos que contêm a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. Concluiu-se que a dinâmica do engrossamento foi constante nos relacionamentos políticos, refletindo em grande parte o equilíbrio de forças narrado na *Doutrina*, porém, insuficiente para evitar tomadas de poder e traições, especialmente nos períodos em que o capital se viu ameaçado e autorizou uma mudança de liderança nas forças políticas. Ficou patente que a ordem social foi edificada a partir de decisões políticas que tiveram como intenção inicial a multiplicação do capital, de quem o Estado ficou refém. Viu-se que a mudança de líderes não foi revolucionária, mas deu-se pela troca de atores de dentro de um mesmo grupo político, demonstrando a tendência, descrita por Graciano Neves, de busca pela manutenção da ordem pelo capital.

Palavras-chave: Graciano Neves, engrossamento, capital, ordem, Primeira República, Espírito Santo.

ABSTRACT

This study aims at understanding the relationship between capital and order in the politic and social structuring of Espírito Santo of the First Republic (1892-1903) during the years of Muniz Freire (1892-1895), Graciano Neves (1896-1897), who resign, Constante Sodré (1897), vice-president who took charge until the definition of the substitute, José Marcelino de Vasconcelos (1898-1899), who completed Graciano Neves's term and, again, Muniz Freire (1900-1903). The analysis was built based on the filter created by the book *Doutrina do Engrossamento (The Doctrine of the Thickening)*, by Graciano Neves. Our hypothesis is that the thickening as the practice of adhesionism and the flattery of the great leader were the basis of the political relationship in the search of participation in power, avoiding wars and battles that could destabilize the order, since those who thicken, govern. Capital finances those who hold power in search of the stability needed to multiply, resulting in the scheme that's at the book's core: capital makes the order and order makes the capital. To analyze capital, order and the thickening in the first three terms of the republican government in Espírito Santo, we used the theoretical framework present in the literature recommended by Graciano Neves and his book, especially Augusto Comte. As sources we used the governmental messages and newspapers of the time, also including those of previous and subsequent periods. The methodology used is of historical indiciary bases, leading to the tracking and mapping of clues which will make possible countless possibilities of verification of several plans of analysis, and can be synthesized as a group of principles and procedures which contain the proposition of a heuristic method centered on the detail, on the marginal data, on the residues taken as clues, signs, indications, trace or symptom. It was concluded that the dynamic of the thickening was constant in the political relations, reflecting the balance of forces narrated in the *Doctrine*, although insufficient to avoid seizure of power and betrayals, especially in the periods in which the capital saw itself menaced and authorized a change in the leadership of the political forces. It became patent that the social order was built on political decisions that had as initial intentions the multiplication of capital, which the state became hostage of. It was observed that the leadership change was not revolutionary, as it took place on a process of changing of actors in the same political group, which demonstrates the tendency, described by Graciano Neves, of the search of maintaining the order through the capital.

Keywords: Graciano Neves, thickening, capital, order, First Republic, Espírito Santo.

RÉSUMÉ

Cette étude cherche à comprendre la relation entre le capital et l'ordre dans la structuration politique et sociale dans l'État d'Espírito Santo - Brésil - de la Première République (1892-1903) dans les années du gouvernement de Muniz Freire (1892-1895), Graciano Neves (1896-1897), qui a démissionné, Constant Sodré (1897), le vice-président qui a pris la définition de remplacement, José Marcelino de Vasconcelos (1898-1899), qui a rempli le mandat qui serait de Graciano Neves, et Muniz Freire encore une fois (1900-1903). L'analyse a été construite à partir du filtre créé par le livre *Doctrina de l'Épaississement (Doutrina do Engrossamento)* de Graciano Neves. Notre hypothèse est que l'épaississement (engrossamento) en tant que pratique pour adhérer, et faire de la flatterie, au grand leader étaient la base des relations politiques dans la quête de participer au pouvoir, en faisant de la prévention des guerres et des batailles qui pouvait déstabiliser l'ordre, parce que celui qui sait épaissir, gouverne. Le capital financie les détenteurs du pouvoir à la recherche de trouver la stabilité nécessaires pour se multiplier, ce qui entraîne dans le schéma qui est le cœur du livre: le capital fait l'ordre et l'ordre fait le capital. Pour analyser la capitale, l'ordre et l'épaississement dans les trois premiers termes de la règle républicaine dans l'Esprit Saint, nous avons utilisé, comme cadre théorique, la littérature indiquée par Graciano Neves dans son livre, particulièrement Auguste Comte. Comme sources, nous avons utilisé le message du gouvernement de la période, et les journaux de l'époque, couvrant également les périodes avant et après le laps de temps utilisé dans l'analyse. La méthodologie utilisée est la base historique, en conduisant à suivre et cartographier les indices qui permettront de nombreuses opportunités pour vérifier les différents niveaux d'analyse, et peut être synthétisée sous la forme d'un ensemble de principes et de procédures qui contiennent une proposition de méthode heuristique axée sur le détail, sur les données marginales, les déchets pris comme des indices, des signes, des traces ou des symptômes. Il a été conclu que la dynamique de l'épaississement était constante dans les relations politiques, reflétant en grande partie l'équilibre du pouvoir chronique dans la *Doctrina*, mais pas assez pour éviter les prises de courant et de trahisons, surtout dans les périodes où le capital a été menacé et a autorisé un changement du leadership dans les forces politiques. Il était clair que l'ordre social a été construit à partir des décisions politiques qui ont eu l'intention initiale de la multiplication du capital, dont l'État était un otage. On a vu que le changement de dirigeants n'a pas été révolutionnaire, mais simplement à l'échange d'acteurs au sein du même groupe politique, ce qui démontre la tendance, décrite par Graciano Neves, de recherche de maintenir l'ordre par le capital.

Mots-clés: Graciano Neves, Épaississement, ordre, capital, Première République, Espírito Santo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Valor Médio da Libra em Mil-Réis, 1886-1900	123
Quadro 2 - Valor médio da saca exportada de café, de 1893 a 1899	124
Quadro 3 - Principais despesas de 1896	153
Quadro 4 - Comparação de três rubricas do orçamento 1896/1901	160
Quadro 5 - Renda do Estado do E.Santo 1897-1899 e previsão para 1900	163
Quadro 6 - Verba para a Instrução Pública do Espírito Santo 1897-1900	163
Quadro 7 - Comparação das receitas nos quadriênios 92/95 e 96/99	166
Quadro 8 - Despesa e amortização das dívidas externas orçadas pelo Congresso Legislativo do Espírito Santo e receitas respectivas	168
Quadro 9 - Comparação entre receita real e despesas orçadas	169
Quadro 10 - Débitos do Estado do Espirito Santo Banco de Paris em 1901	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - O ENGROSSAMENTO COMO DOCTRINA	27
1.1. A ANÁLISE DE GRACIANO NA DOCTRINA DO ENGROSSAMENTO	39
1.1.1. O CAPITAL: A VISÃO DE GRACIANO	39
1.1.2. A INTRODUÇÃO DA ORDEM OU ÀS ORDENS DO CAPITAL	42
1.1.3. O ENGROSSAMENTO: A ESTRATÉGIA DE CONSUMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL	48
CAPÍTULO 2 - O CAPITAL E A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A COOPTAÇÃO DO ESTADO	56
2.1. A DOCTRINA E A ANÁLISE DE GRACIANO: CONVERSANDO COM MARX	64
2.2. A DOCTRINA E A ANÁLISE DE GRACIANO: CONVERSANDO COM COMTE	81
CAPÍTULO 3 - O CAPITAL FAZ A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA - PARTE 1	94
3.1. O PRIMEIRO ANO DA GESTÃO: O DESAFIO DE CONSTRUIR UM ESTADO NO MODELO REPUBLICANO	108
3.2. PLANTANDO AS BASES DA NOVA ORDEM EM 1893	111
3.3. O EMPRÉSTIMO EXTERNO OU COMO O CAPITAL ENREDOU O ESTADO EM 1894 ...	120
3.4. A IMPLANTAÇÃO DA ORDEM E A CRÍTICA DA OPOSIÇÃO: O ANO DE 1895	126

CAPÍTULO 4 - O CAPITAL FAZ A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA - PARTE 2	140
4.1. O ANO DE 1896: O GOVERNO DE GRACIANO OU COMO SUCEDER A UM AMIGO NO GOVERNO	140
4.2. O ANO DE 1897 E O GOVERNO QUE NÃO ACABOU	153
4.3. O GOVERNO TAMPÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA ORDEM ENTRE 1898 E 1899	156
4.4. O SEGUNDO GOVERNO MUNIZ FREIRE (1900-1903): A VOLTA DO QUE NÃO FOI	158
CAPÍTULO 5 - O ENGROSSAMENTO EM AÇÃO: O RETORNO DE GRACIANO	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	202

INTRODUÇÃO

(...) esse passado, tão novo ainda, é para nós do mais alto interesse. Nele estão os moldes ainda quentes, onde se fundiram essas idiossincrasias que nos extremam e singularizam, como povo, entre todas as nações da terra. (Oliveira Vianna).

O caminho trilhado para chegar a esta tese se abriu aos poucos ao pesquisar aspectos dos governos Paulo Hartung no Espírito Santo – que governou por dois mandatos consecutivos de 2003 a 2010, e se elegeu para o mandato de 2015 a 2018 – e ser confrontado com questões relativas à hegemonia de grupos políticos, seu domínio sobre instâncias de poder, o que me levou a perscrutar a história do Estado. Nessa viagem, especialmente, o período de transição da Monarquia para a República me chamou a atenção, e será o ponto de partida para o desenvolvimento que se pretende fazer aqui.

O longo período imperial no Brasil teve fim em novembro de 1889, faltando, portanto, apenas uma década para o final do século XIX. A chegada da República foi marcada por inúmeros acontecimentos que tiveram como pano de fundo a impressão de que o país, liberto da monarquia, poderia construir seu futuro por caminhos diversos do que trilhara até então. O entusiasmo por novos tempos era catalisado por recentes conquistas do ideário liberal que caracterizaram a segunda metade do século XIX, como os acontecimentos sucessivos que desaguaram na abolição da escravatura em 1888. Festejava-se uma possível evolução na perspectiva histórica, saudada por alguns como a nova era proporcionada pela vivência republicana, vista de uma forma fetichizada como ferramenta de mudanças que, enfim, deveriam transformar o Brasil em um país moderno.

Vivia-se a era do positivismo, especialmente espreado mundo afora a partir de meados do século XIX. A ordem social foi capturada pelas ideias liberais, fermentadas pela e na Revolução Industrial, o reinado do capitalismo burguês, combatido por Karl Marx, e festejado por Auguste Comte. A expansão do capitalismo se dava pela conquista de novos mercados por alguns países da Europa ocidental, cujo maior ícone foi a Inglaterra. A riqueza se concentrava como nunca antes e o crescimento das grandes

corporações se dava em nível mundial. Consequências disso foram o surgimento de grandes fortunas nas mãos de poucos capitalistas, enquanto a urbanização das populações que acorriam em busca do trabalho assalariado produzia levas de miseráveis, consequência de salários baixos e de desemprego.

No Brasil, as antigas províncias transformadas em Estados, liberados das cadeias centralizadoras do Império, poderiam editar leis, criar e arrecadar impostos, contratar empréstimos, submissos apenas ao que ditava a nova Constituição de 1891. Esta teve à frente de sua elaboração nomes como Rui Barbosa e Prudente de Moraes, sofrendo influência direta de documentos modernos – a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo – de onde derivaram princípios como a descentralização dos poderes, a inspiração federalista com conseqüente concessão de autonomia aos estados e municípios, que passariam a protagonizar uma liberdade administrativa nunca vivida até então. A gestão do país seria feita pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com os representantes dos dois primeiros sendo escolhidos de forma direta pelo voto popular. O Brasil estava livre dos anacronismos do Império, o que daria liberdade para construir seu caminho dentro do tão sonhado modelo republicano. Os Estados começaram a se mover dentro da nova perspectiva e elaboraram suas constituições estaduais, formaram seus governos, primeiramente indicados pelo presidente da República e depois eleitos por voto direto. Mas, ao invés de um amálgama, houve uma inserção do novo modelo em velhas práticas políticas, e mazelas desse modelo republicano dos trópicos começaram a aparecer.

Se o poder central não era mais exercido pelo imperador, o era por representantes das elites, que desenharam uma práxis de participação política com raízes profundas no histórico de privilégios de classe e da exclusão da maior parte da população na participação em decisões nacionais. Da votação para eleger o presidente, vice, e representantes do legislativo, por exemplo, só poderia participar quem tivesse uma renda mínima. O voto não era secreto. Permaneceram vigentes e ativas estruturas e dinâmicas que atrofiaram e definiram a República brasileira, como que enxertando o modelo republicano em uma base com genética reconhecidamente conservadora, defensora de privilégios, oligarca. Foi um processo de enxertia com efeito reverso, no qual o fruto resultante teve mais características da árvore que lhe serve de base, ao invés de pretendidas características do ramo republicano que lhe foi implantado.

Aliás, Graciano Neves narra com rara felicidade esse fato:

Durante os tempos da monarquia hereditária de que gozamos tão pouco, já se ia formando lentamente um certo espírito de cortesão produzido pelo modo de subordinação relativo a essa espécie de governo.

Alijada a monarquia e vencedora a República, **era natural que esse cabedal de costumes políticos se transformasse e persistisse sob uma forma qualquer.** Nada se perde na natureza – disse Lavoisier.

Por isso a obediência cortesã ressurgiu encarnada e felizmente aperfeiçoada sob moldes modernos do Engrossamento. É o eterno respeito hierárquico revivendo através de todas as transformações políticas. (NEVES, 1999, p.87, grifo nosso).

Desde o nascedouro, a República – longamente sonhada como um movimento civil – foi parida por forças outras que deram o tom de seu desenvolvimento, o que pode ser ilustrado pelo protagonismo militar em sua proclamação e operacionalização. A República se efetivou por um golpe militar. Um texto famoso que esclarece bem essa situação é a carta do republicano Aristides Lobo, datada do dia 15 de novembro de 1889, dia da proclamação da República, divulgada em um jornal do Rio de Janeiro (TAVARES, 1987, p.26-7). O texto retrata o estranhamento do autor com as inconsistências na inauguração da República. Ele acreditara numa afirmação do determinismo reinante, que a proclamação era o caminho para “a grande era” – e não para “uma” grande era – que estava por vir, apesar do espanto pela ação militar e da inação da população civil, que não percebeu de imediato o significado do que ocorria. Esperava-se que o esboço rude, incompleto e amorfo da República que se apresentava desaguasse em algo proveitoso. Apesar disso, Aristides Lobo fez-se Ministro do Interior de Deodoro da Fonseca, renunciando dois meses depois por discordâncias profundas com o presidente. A República que nasceu carregava traços marcantes originados em uma tradição conservadora que definiu o seu desenvolvimento, criando um regime que diferia de uma democracia, ao menos da que era discursada. Para além do golpe militar, ao invés do convencimento da sociedade pela via do debate, o 15 de novembro revestiu-se de um caráter paradoxal, ainda interpretando a atuação militar como apenas um ponto de partida para a República, mas que refletiria um intenso movimento republicano e que estaria atuando profundamente nas principais províncias do país.

Foi essa a perspectiva republicana que os estados passaram a vivenciar. E foi esse esboço grosseiro, mutilado e completamente disforme, conforme publicou Aristides

Freire na época, que transportou os estados a uma nova realidade. A experiência do novo regime republicano-federativo fez nascer uma diversidade de vivências políticas, sociais e econômicas. O encontro dessa nova possibilidade política com a cultura secular tradicional provocou em discrepâncias, inconsistências, incoerências, resultando em uma desqualificação da República¹, cuja face espírito-santense comentaremos brevemente com o intuito de chegar à questão principal da tese.

O Estado do Espírito Santo mergulhou no desafio de protagonizar a vivência política dentro do que a nova perspectiva republicana prometia e permitia. O Marechal Deodoro da Fonseca nomeou o abolicionista e republicano Afonso Cláudio de Freitas Rosa (do Partido Republicano) como o primeiro presidente do Estado, tendo como vice-presidentes os também notórios republicanos de Cachoeiro de Itapemirim, Antônio Aguirre e Bernardo Horta. A partir daí, em um período de apenas dois anos e meio – entre 22 de novembro de 1889 (posse de Afonso Cláudio) e 03 de maio de 1892 (posse de Muniz Freire) – licenças por motivo de saúde, deposições ou renúncias fizeram com que o Estado tivesse seis governadores e uma junta governativa composta por três componentes. Nesse período, quem governou mais tempo o fez por apenas nove meses (José Horácio Costa que substituiu Afonso Cláudio), sendo que alguns governaram por apenas um mês e meio (SANTOS, 2012; RIBEIRO, 2012). O primeiro governo digno do nome foi o de Muniz Freire, que tomou posse em maio de 1892 e governou até maio de 1896. Na realidade, Muniz Freire conseguiu reunir em torno de si um grupo político que se manteve, não sem percalços, até 1905 (quando houve o rompimento definitivo de Muniz com o então mandatário Henrique Coutinho) diretamente no comando do Estado. Era o início efetivo da construção da vivência republicana no Espírito Santo. Nesse grupo político, um personagem será central para o que pretende essa pesquisa, Graciano dos Santos Neves.

Graciano dos Santos Neves foi um liberal, abolicionista, republicano, positivista, maçom, que havia composto a junta governativa e fora primeiro vice-presidente do Estado no governo de Muniz Freire; foi indicado por este para sucedê-lo no governo. Candidatou-se, ganhou a eleição e governou por um ano e meio, de 23 de maio de 1896

¹ O professor Estilaque Ferreira dos Santos em seu livro *Memória do desenvolvimento do Espírito Santo: grandes nomes: José de Melo Carvalho Muniz Freire* (2012) descreve com propriedade os passos da desconstrução da República pela práxis política adotada desde o seu nascedouro.

a 23 de setembro de 1897. Graciano renunciou por inúmeras questões políticas surgidas em um período de grave crise orçamentária do Espírito Santo, e cerca de quatro anos depois publicou seu livro, *Doutrina do engrossamento* (que será referenciado nesta tese como *Doutrina*, em itálico), em 1901, com posteriores edições em 1935 (2ª edição), 1978 (3ª edição) e 1999 (4ª edição). A obra é um escrito crítico de um humor contundente, que mira o panorama das atividades políticas no nascimento da *práxis* republicana no Brasil e no Espírito Santo em fins dos oitocentos, mas de uma atualidade constrangedora e que nos servirá de referencial e fonte.

Na maioria das fontes que pesquisamos sobre a atuação política de Graciano, aparece citada a junta governativa (1891-1892), seu mandato solo (1896-1897), sua atuação como deputado federal (1906-1908) e referências a seu livro. Algumas vezes há menção à sua renúncia ao cargo de presidente do Estado, mas como a renúncia não é anormal nesse período inicial da República, o seu governo é pensado como apenas mais um. Nosso contato inicial com Graciano se deu de forma um pouco diferente, pois conhecemos primeiro o livro *Doutrina do engrossamento* e, após lê-lo, procuramos conhecer mais sobre o autor, quando descobrimos sobre sua atuação política. Conhecendo a densidade de seu texto e sua renúncia, acendeu-nos a curiosidade e investigamos mais sobre ele, resultando em um percurso que nos levou a possibilidades de pesquisa não imaginadas anteriormente. Embora seja importante deixar claro que este não é um trabalho biográfico, será importante caminhar em algumas direções que clarifiquem um pouco mais sobre Graciano, figura interessante, culta, *sui generis* e dono de uma personalidade que fez com que Ivan Lins (1967) o referenciasse, por causa da *Doutrina*, entre os positivistas do Estado do Espírito Santo².

Assim, após várias releituras passamos à tarefa de escolher qual abordagem faríamos da obra *Doutrina do engrossamento*; como nos aproximariamos desse texto; qual ênfase seria dada. Definimos que nosso objetivo seria estudar a influência do capital na definição da ordem política e social em um momento de estruturação das instituições no Espírito Santo, na nascente experiência republicana, tentando entender como os caminhos escolhidos pelos governos iniciais da República (1892-1903) tornaram seus grupos dominantes defensores dos interesses econômicos do capital internacional,

² “Também no interessante volume *Doutrina do Engrossamento* é evidente a marca positivista do espírito de Graciano Neves”. (LINS, 1967, p.227).

colocando o Estado em uma posição de sujeição e dando origem ao que Graciano Neves chamou de engrossamento. Afinal, mesmo antes de conhecermos autor e obra, foi justamente o interesse inicial pela ordem instituída na hegemonia de grupos políticos que nos moveram ao estudarmos os períodos de governo de Paulo Hartung. Trabalhamos a partir de duas hipóteses: o perfil elitista dos atores políticos na Primeira República deu o viés das ações com impacto social a partir dos interesses do capital; a *Doutrina do engrossamento* nasceu de um mal estar de Graciano com as práticas adotadas por seu grupo político, do qual ele discordou, mas não conseguiu romper. Queremos responder à pergunta: qual a especificidade da categoria engrossamento no estabelecimento da ordem sob influência do capital na primeira república no Estado do Espírito Santo?

Para cumprir esse objetivo, tivemos que escolher um percurso metodológico peculiar. O primeiro desafio que se coloca é o do anacronismo histórico. Para isso, utilizamos como recurso metodológico a historiadora Nicole Loraux³ e a exposição do que ela denominou de anacronismo controlado. Diz ela que o “anacronismo é o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método, do qual basta apenas o nome para constituir uma acusação infamante, acusação em suma - de não ser historiador, já que se maneja o tempo e os tempos de maneira errônea” (LORAUX, 1992, p.57). Ao nos dedicar em análises relacionadas a personagens que protagonizaram o mundo político em tempos passados, partindo de preocupações nascidas no presente, corremos o risco de trazer questões que não foram por eles levantadas, ou de “colocar ao objeto (...) questões que já não sejam” suas, ou “submeter o material antigo a interrogações que os antigos não se fizeram ou pelo menos não formularam ou, melhor, não recortaram como tais” (LORAUX, 1992, p.61). Dessa forma, utilizamos a *Doutrina do engrossamento* como roteiro principal no desenrolar da análise e empregamos bibliografia citada por Graciano Neves.

³ Em “Elogio ao anacronismo” (1992), Nicole Loraux diz que devemos encarar o anacronismo mesmo sob pena de nos ver impossibilitados de prosseguir. Afirma que nessa viagem devemos ir ao passado com questões do presente, e voltar de lá com o lastro dado pelas compreensões possibilitadas pela pesquisa. Nisso, faz referência a Marc Bloch (*Apologia para a história ou ofício do historiador*) em sua famosa citação de que é preciso compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente. Loraux alerta que, na impossibilidade de ser livre do anacronismo, devemos aprender a ir e vir, fazendo as distinções referentes a presente e passado, estando sempre conscientes do ângulo de ataque e do objetivo visado, no que ela chamou de anacronismo controlado. Dessa forma, é mais fecundo refletir sobre os problemas gregos da democracia moderna do que os aspectos modernos da democracia grega.

Pretendemos analisar a conjuntura desse período da Primeira República a partir de autores utilizados Graciano em seu texto, com enfoque especial Comte. A forma como Graciano utilizou autores é muito livre, com argumentações em um mesmo parágrafo de autores que possuíam visões ideológicas distintas. Na verdade, Graciano dissertou sobre grandes problemas de sua época, os mesmos problemas que grandes autores também discutiram.

A metodologia utilizada é de base histórica indiciária (GINZBURG, 2002), levando ao rastreamento e mapeamento de pistas que possibilitarão inúmeras possibilidades de verificações de diversos planos de análise. O indiciário pode ser sintetizado como um conjunto de princípios e procedimentos que contêm a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. Utilizar o indiciário ao estudar a história permite que diversas pistas obtidas em livros de época, conversas informais, frases soltas em documentos e jornais nos levem à busca de fontes antes insuspeitas que passam a formar o plantel de fontes da pesquisa.

Buscamos por indícios em documentos oficiais, relatórios, fontes secundárias e voluntárias, ou seja, as fontes investigadas pelo pesquisador que, dentro da análise de signos e significados percebidos, constituem ricas referências analíticas para além dos dados em si, e são de grande auxílio na interpretação, construção e consolidação da análise histórica. A descoberta dessas fontes eventuais emergentes, preciosas no indiciário, tem papel imprescindível no percurso da pesquisa.

Ao adotarmos a perspectiva indiciária, utilizamos intuição, percepções e sensibilidade no trato com as fontes. Dessa forma, a ação analítica se estrutura também na valorização do detalhe, do marginal, na busca do conhecimento das causas a partir da observação dos efeitos, exercitando a imaginação na conjectura e decorrer da pesquisa. O procedimento indicado por esse paradigma exige a prática interpretativa e interdisciplinar situada no âmbito da microanálise, no pluralismo documental, teórico e metodológico, conforme argumenta Márcia B. F. Rodrigues (2005).

Segundo Márcia Rodrigues (2005), a dimensão micro-analítica diz respeito à postura metodológica da observação e não ao objeto de pesquisa em si. É importante destacar que a microanálise não está relacionada à micro dimensão do objeto, mas a uma prática baseada na redução de escala de observação, portanto, na análise microscópica e no estudo intensivo do material documental. A redução de escala é um procedimento analítico que pode ser usado em qualquer circunstância, independentemente do lugar ou das dimensões do objeto estudado.

A proposta é fazer uso do paradigma racional-indutivo, junto ao paradigma indiciário. É o que Carlo Ginzburg (2002) define com a expressão rigor flexível na pesquisa. A flexibilidade do paradigma indiciário orienta o rigor do historiador, o que lhe permite justificar suas decisões. Claudio Coelho (2007) argumenta que no indiciarismo a investigação e interpretação de indícios (sinais, pistas) permitem-nos decifrar os fenômenos estudados, e que a humanidade sempre fez uso desse método, que orientava os caçadores-coletores do Neolítico em sua luta pela sobrevivência.

Nesse caminho, uma importante percepção sobre Graciano Neves foi pinçada do prefácio da segunda edição da *Doutrina*, de 1935, em que Madeira de Freitas afirma:

Vivendo e expandindo o miasma do século XIX, ele encarnou a índole divisionista da era da análise, e se embriagou com a cocaína materialista da pandemia experimental.
Filho do pai de Augusto Comte com a mãe de Karl Marx, ele não chegou a definir a própria genealogia filosófica, apendando-se todavia mais para o lado paterno. (FREITAS in NEVES, 1999, p.18).

Madeira de Freitas foi um médico, caricaturista, artista capixaba que viveu no Rio de Janeiro grande parte de sua vida. Ele estudou medicina no Rio de Janeiro e se formou em 1917, mesmo período de vivência política ativa de Graciano Neves na capital federal. A indicação de Madeira de Freitas de que Graciano é filho da mãe de Karl Marx sinaliza que Graciano tinha leitura de textos de Marx, embora não possamos indicar quais. As ideias de Marx, aliás, eram alvo de discussões no Espírito Santo desde muitos anos antes da *Doutrina*. Em um artigo de jornal de 1892, assinado por José Monjardim, se diz:

Karl Marx, Loefgren e outros, desviando-se dos nobres intuitos da Economia Política e, procurando de encontro às diversas ramificações que, pretendem alguns, parte da aplicável ciência das riquezas, tem excitado de tal modo funesto as classes operárias ao fanatismo da questão social.....[...] Condeno com Levasseur e outros as teorias de Karl Marx.⁴

Mas é interessante ressaltarmos o ambiente e a época onde Graciano estudou, que foi o Rio de Janeiro dos anos 1880-1890. Em um anúncio do *Jornal do Commercio* de 28 de junho de 1881, anuncia-se o leilão de uma “preciosa livraria”, e dentre os muitos livros que foram leiloados estava uma edição de “*Le Capital*, 1vol., broc”, de Karl Marx. Ainda no Rio de Janeiro, o jornal *Gazeta de Notícias*, em sua edição do dia 16 de abril de 1883, na página 2, sob o título de “D’aqui e D’acolá”, presta uma homenagem à Marx, por ocasião de sua morte, fazendo uma pequena biografia. Nela, além de fatos da vida de Marx, cita diversos de seus escritos com as datas de publicação: sua participação na *Gazeta Renana*, na publicação de diversas obras contra o idealismo alemão, e “em 1847 a ‘*Miria da filosofia*’, que sobressaltou o governo prussiano”. Diz também da publicação do *Manifesto Comunista* quando ele estava exilado em Bruxelas, do 18 Brumário em 1852, além de “O processo dos comunistas de Colonia” e a “*Crítica da Economia Política*”, tempos depois. “Em 1869, Karl Marx fez sair a lume a primeira parte da sua grande obra: ‘*O Capital*’”.

O termo socialismo é também muito associado a Marx, embora, não necessariamente. No jornal católico *O Apóstolo*, em um artigo crítico sob o título “o socialismo e seus caracteres”, o autor transcreve uma afirmação de “Frederico Engels” sobre Marx: Marx era, primeiro que tudo, revolucionário. Trabalhar para destruir a sociedade capitalista e suas instituições, contribuir para a liberdade do proletariado moderno, ao qual oportunamente ele tinha feito conhecer sua situação, seus interesses e as condições de sua emancipação, tal era sua missão...”⁵. Nos jornais era comum notícias sobre o desenrolar do socialismo no mundo. No jornal *A Vanguarda*, de 31 de março de 1886, na página 2, um artigo intitulado “Os socialistas estrangeiros em Londres”, o autor diz do “*Club Internacional dos Trabalhadores*, fundado em 1848 por Wolff, Scherzer, Carl Marx, Engels e outros célebres missionários do comunismo, sobre as bases do

⁴ *Commercio do Espírito Santo*, 02 de maio de 1892, p.1.

⁵ *O Apóstolo*, 01 de nov. de 1885, p.4.

manifesto comunista de Carl Marx e Engels”. O tema socialismo, as obras de Marx e suas proposições eram comuns nas ideias que circulavam, especialmente entre a elite intelectual.

Dessa forma, podemos inferir que é bastante razoável que Graciano Neves, poliglota e extremamente culto e inteirado dos autores de sua época, tenha lido Marx, embora não possamos ainda indicar quais textos. Essa inferência é importante, pois o professor Miguel DepesTallon em sua apresentação da edição de 1999 diz que:

(...) a *Doutrina* era substancialmente séria em sua análise da formação da sociedade humana, mostrando-se Graciano não só como o primeiro escritor capixaba a citar Marx, mas sendo, sobretudo em sua exposição, o primeiro marxista consciente da nossa história.

A interpretação histórica esposada por Graciano em sua *Doutrina*, é economicamente marxista. (DÉPES TALLON in NEVES, 1999, p.10).

A *Doutrina* de Graciano, escrita em tom humorístico, faz uma crítica profunda ao desenvolvimento e aos envoltimentos da sociedade humana em fins dos oitocentos, a partir das práticas brasileiras e especialmente espírito-santenses. Graciano Neves foi um expoente do liberalismo, do positivismo, do republicanismo, mas seu livro pode parecer, em uma primeira leitura, como um texto ácido quanto ao resultado da realidade da República no Espírito Santo e no Brasil. E, embora consideremos exagerada a afirmação de Tallon de que Graciano foi o primeiro marxista consciente da história do Espírito Santo – definitivamente ele não era marxista -na construção da *Doutrina*, muito da base de sua análise se reveste de uma abordagem que pode ser comparada com muito dos textos de Marx. Frise-se que a literatura de Marx era, então, bastante recente, e a aplicação que Graciano Neves fez de Marx em sua análise é a contextualização de uma novidade. Porém, sua trajetória pessoal e política não indicam que ele tenha se tornado um marxista, no sentido revolucionário, ou descrido da República. Ao contrário, permaneceu fiel ao seu grupo político, com viés positivista e desenvolvimentista até o final de sua carreira política. Importante também é a percepção de Madeira de Freitas de que Graciano, embora não tenha definido a sua “genealogia filosófica”, era a síntese de uma curiosa fusão entre Marx e Comte, pendendo mais para o segundo. Progressista nas ideias e conservador nas ações? É difícil definir Graciano nesses termos, pois fazem mais sentido no tempo presente, mas certamente pode-se afirmar que suas visões de

mundo e percepções das questões do seu tempo expressas na *Doutrina* dão lugar a proposições e análises profundas que iremos explorar. Sua pregação basilar é positivista, mas se apropriou de outras ideias que circulavam naqueles tempos. Nosso propósito é perceber, pelos olhos de Graciano Neves, como o capital moldou o fazer político na nascente República brasileira, concretizando as hegemonias de grupos a partir de sua necessidade e capacidade de manter a ordem.

Para nos mover nesse sentido, foram escolhidos fontes, personagens e um recorte temporal significativo para as pretensões aqui declaradas. O recorte temporal abarca os anos de 1892 a 1903, período central de governo do grupo de Muniz Freire, de quem Graciano Neves foi aliado. Nesse período, tivemos o primeiro governo de Muniz Freire (1892-1895), o governo interrompido de Graciano Neves (1896-1897), os governos de Constante Sodré (1897) e José Marcelino Vasconcelos (1898-1899), que completaram o mandato que seria de Graciano, e o segundo governo Muniz Freire (1900-1903). Nada impede, porém, que fatos anteriores ou posteriores a esse período sejam utilizados como subsídio para a análise.

Como fontes principais foram utilizadas mensagens do governo de Muniz Freire (1892, 1893, 1894, 1895, 1900, 1901, 1902 e 1903), de Graciano Neves (1896 e 1897), de José Marcelino P. de Vasconcelos (1898). Além disso, jornais dessa época que se tornaram a voz da situação e oposição política serão utilizados como fonte de pesquisa. Desse período, também utilizamos os anais disponíveis da Assembléia Legislativa, para esmiuçarmos o contexto de algumas discussões que ocorrem, tanto nas mensagens quanto nos jornais, além de dados do IBGE para questões de época. Embora tenhamos procurado utilizar como fontes os anais do Congresso Nacional, por exemplo, para trazermos a influência política do governo federal no desenrolar das ações que nos interessam aqui, essa análise se mostrou tão difusa que desviaria o foco das ações e escolhas feitas pelos atores na construção institucional e social do Espírito Santo na época. Assim, decidimos realizar uma análise profunda e cronológica das mensagens e discursos governamentais e principais jornais do Espírito Santo, que refletem as disputas, decisões, avanços e recuos, alvos de nossa análise.

A análise dos textos exigiu a reprodução literal de diversas partes dos textos, tanto bibliográficos, quanto das mensagens dos Presidentes de Estado e dos artigos, notas e

notícias de jornais, visto que muitas vezes as minúcias estavam na forma como os textos foram construídos, e em que a ausência de uma palavra ou frase impossibilitariam as comparações, buscando apreender as ideias contidas no texto. Seguimos o estilo de análise que Marx e Engels utilizam em *A ideologia alemã*, de entremearmos uma citação literal com a análise dessa citação, como no exemplo:

São Bruno, que se desembaraçou de Feuerbach e Stirner da maneira que indicamos acima, e que “interrompeu ao Único todo progresso”, agora se volta contra as pretensas “consequências de Feuerbach”, isto é, contra os comunistas alemães e, especialmente, contra os autores d’A sagrada família. A expressão “humanismo real” [reale Humanismus], que ele encontrou no prefácio a esse escrito polêmico, constitui a base principal de sua hipótese. Ele certamente se lembrará desta passagem da Bíblia:

“E eu, irmãos, não pude falar-vos como a seres espirituais, mas como a seres carnis” (no nosso caso, era exatamente o contrário), “como a crianças em Cristo. Dei-vos leite a beber, e não comida, pois ainda não o poderíeis suportar.” (1ª Epístola aos Coríntios] 3,1-2)

A primeira impressão que A sagrada família produz em nosso venerável Padre da Igreja é a de uma profunda aflição e uma séria, respeitosa melancolia. O único aspecto bom do livro é o de ter

“mostrado aquilo que Feuerbach deveria ter se tornado e a posição que sua filosofia pode adotar, se ela quer lutar contra a crítica” (p. 138)

que, por conseguinte, o livro reunia de forma diligente o “querer”, o “poder” e o “dever”, sem que esse aspecto bom pudesse, entretanto, compensar seus muitos aspectos aflitivos. (MARX E ENGELS, 2007, p.108)⁶.

A profundidade da análise se dará pela necessidade de se perceber detalhes e pistas nos textos de mensagens, nos jornais, em discursos, que muitas vezes fornecem informações imprescindíveis para o desenrolar da pesquisa. Nossa narrativa é cronológica porque as decisões políticas foram tomadas em um crescendo à medida que a vivência republicana ia se desenvolvendo no Estado, acarretando consequências que se acumulavam e gerando outras decisões. Essa sequência precisava ser capturada para o proveito da análise. Assim, para além dos dados numéricos, interessavam as razões das decisões que produziram esses dados.

O livro de Graciano Neves foi o guia da pesquisa aqui ensejada, seguindo a recomendação de Walter Benjamin (1985) de escovar a história a contrapelo, ou seja, de não fazer uma mera descrição a partir dos documentos históricos, mas de buscar uma análise a partir de outro ponto de vista, daquele que não foi o principal, que foi derrotado, tendo em mente que a transmissão da cultura se dá sempre pela perspectiva

⁶ A parte em itálico identifica as citações literais utilizadas no texto de Marx.

vencedora. Benjamim propõe que se intente na pesquisa histórica, resgatar aqueles que foram vencidos, que tiveram atuação marginal, levantando questões que ainda hoje se impõem, inclusive no sentido de reconstruir ou de refazer histórias perdidas, ou não contadas.

Queremos colocar novas lentes para analisar a visão de Graciano Neves a partir de seu texto, considerando-o como de resistência política. Ao contrário do que possa parecer numa primeira aproximação com a *Doutrina*, a vida de Graciano Neves não mostra desilusão com o embate e a atuação política. Tanto é que, após a renúncia, escreveu seu livro e, em 1906, se elegeu deputado federal, sendo extremamente combativo contra o grupo político de Jerônimo Monteiro. A *Doutrina* enfoca a sua percepção sobre práticas que construíram a República no Espírito Santo e no Brasil. A palavra que sobressai no título de seu livro é engrossamento, sinônimo de adesismo, de conformidade e adequação ao panorama estabelecido nas relações e estruturas de poder. Mas, além de dissertar sobre adesismo, discute essencialmente acerca de capital e ordem, e oferece visões das práticas políticas então vigentes, em um texto de caráter irônico e satírico, brilhantemente baseado numa análise crítica mordaz do viver político de sua época.

Para fazer frente ao desafio da pesquisa, no Capítulo I: *O engrossamento como doutrina*, fizemos uma análise do livro de Graciano, explicitando os conceitos oferecidos pelo autor no tocante a capital, ordem e engrossamento, discutindo possíveis análises do que Graciano Neves propôs. No capítulo II: *O capital e a ordem na Primeira República: a cooptação do Estado*, promovemos uma espécie de acareação entre Graciano Neves e alguns autores, procurando fazer vir à tona o que existe de Comte, explicitamente referenciado no texto, de Marx, que pretendemos que inferir pela análise, e outros autores na *Doutrina*, e como esses autores contribuíram para a análise graciana. Os capítulos III: *O capital faz a ordem (Parte 1)* e IV: *O capital faz a ordem (Parte 2)* constituem uma análise das fontes, procurando indiciariamente destacar dos documentos o que de relevância pode ser trazido para a discussão da formação social e da ordem pelo capital no período estudado. Aqui são utilizados exaustivamente as mensagens e discursos dos presidentes de Estado, além de uma exploração minuciosa dos jornais *Estado do Espírito Santo*, órgão do partido de Muniz Freire, e do jornal *Commercio do Espírito Santo*, da oposição. Cabe ao capítulo V: *A doutrina do engrossamento e o pós-Muniz Freire: passado e presente no Espírito Santo* fazer a

análise das características engrossatórias que se podem perceber no relacionamento entre Graciano Neves e Muniz Freire, especialmente na volta de Graciano ao convívio político após sua renúncia.

CAPÍTULO 1

O ENGROSSAMENTO COMO DOUTRINA

A ancoragem central de nossa análise está no livro *Doutrina do engrossamento* (1901), de Graciano dos Santos Neves. Antes de prosseguirmos, é importante conhecer um pouco mais sobre Graciano Neves. Afonso Cláudio diz que ele nasceu em São Mateus a 12 de junho de 1868, filho do médico Graciano dos Santos Neves e de Constância Gomes da Cunha Santos Neves. Segundo Maria do C. de O. Russo (2007), Constância (ou Constança em alguns documentos) era descendente de uma forte oligarquia rural predominante na região de São Mateus, norte do Espírito Santo. Filha do Comendador Antônio Rodrigues da Cunha, irmã de Antônio Rodrigues da Cunha, o Barão de Aimorés, sua família plantava café, além de cana-de-açúcar e tinha fazenda de pasto. Ademais, Constância era irmã de Rosa Gomes da Cunha, casada com o Major da Guarda Nacional José Gomes Sodré, e mãe de Constante Sodré, que em sua vida política exerceu mandatos no final do período imperial, sendo algumas vezes vice-governador, chegando a exercer o governo do Estado no início da República. O pai de Graciano Neves foi figura proeminente da política na época do império, com atuação política em São Mateus¹, sendo eleito deputado para o biênio 1884-1885. Era, portanto, Graciano Neves, o filho, frequentador de privilegiadas rodas sociais, tanto econômicas quanto políticas, um filho da elite.

Graciano Neves cursou os preparatórios no Rio de Janeiro, ingressou na engenharia da Escola Polytechnica², da qual desistiu e, posteriormente, entrou na Faculdade de Medicina, obtendo o grau acadêmico em 1889, aos prováveis 21 anos. Segundo Afonso Cláudio, Graciano retornou nessa época ao Espírito Santo onde “prestou à causa da República o seu desinteressado concurso” (CLÁUDIO, 2007, p.513).

¹ No Jornal *Província do Espírito Santo*, de 28 de janeiro de 1883, consta que Graciano Neves pai realizou junto com o então promotor público da comarca de São Mateus, Antero Faria, o recenseamento da Vila da Barra de São Mateus.

² No Jornal *Província do Espírito Santo*, de 09 de outubro de 1883, consta uma lista de uma “falange de briosos estudantes” capixabas que haviam sido aprovados em diversas escolas do Rio de Janeiro. Nessa lista, o nome de Graciano, aprovado para a Escola Polytechnica aparece curiosamente grafado como Graciano dos Santos Neves Júnior.

Podemos conhecer mais de Graciano Neves na apresentação que o professor Miguel Depes Tallon fez na 4ª edição da *Doutrina*, publicada em 1999, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, na qual se refere a Graciano como médico, biólogo, professor, escritor e político. Depes Tallon nos remete ao texto do livro *A oferta e o altar* (1983), de Renato Pacheco – uma fábula, segundo Pacheco –, em que o personagem Duca Eleotério, decano dos areenses – a aventura do livro se passa em Ponta d’Areia, uma localidade de praia no extremo nordeste do Espírito Santo –, em suas prosas se refere a Graciano como o maior político de todos os tempos. Pacheco afirma:

Os episódios se sucedem: Graciano biólogo, no Jardim Botânico da Capital Federal, elogiado pelo Ministro Simões Lopes; Graciano em concurso de filosofia com Faria Brito; Graciano perdido na mata, de onde se salvou com o auxílio de uma bússola; Graciano campeão de tiro ao alvo e bilhar; Graciano calígrafo; Graciano biólogo se divertindo ao escrever a *Doutrina do Engrossamento*; Graciano excêntrico (redigiu sua renúncia ao cargo de presidente do Estado em folha de papel de embrulho); Graciano sempre primando pela perfeição. (PACHECO, 1983, p.16).

Madeira de Freitas, usando o pseudônimo de Mendes Fradique, escreveu no prefácio à segunda edição da *Doutrina* de Graciano Neves, em 1935, apenas 35 anos após a primeira edição, que o autor era:

(...) um dos espíritos mais singulares de quantos constelam o firmamento mental do Brasil. Talento polimorfo, ele foi vigoroso no estilo, profundo no pensamento, erudito no discurso, formoso na maneira, elegante na forma, generoso no conceito, céptico quando deveria sê-lo, sendo quem era no século em que viveu e cuja filosofia espelhou com rara finura. (FREITAS in NEVES, 1999, p.14-15).

Para Freitas, Graciano era um privilegiado protagonista da filosofia (ou das filosofias) de seu século, acrescentando-lhe atividades como médico, biólogo, patologista, terapeuta. Ressalta que Graciano dominava a matemática, a história, a filosofia, a sociologia, tendo domínio dos clássicos nas línguas originais. Também era músico – tocava violino – e pintava aquarelas. Foi jornalista, dono do jornal *O Norte do Espírito Santo*, governador de estado, deputado do Parlamento Nacional, funcionário do Jardim Botânico, professor de botânica na Escola Superior de Agricultura, ocupação que exerceu até sua morte em 1922.

Graciano escreveu sua doutrina em forma de um texto crítico, com estilo humorístico e jocoso. O desafio de definir como lê-lo e dele retirar as bases consistentes da crítica de Graciano na *Doutrina* é o que propomos inicialmente. Uma boa indicação do que o autor pretendia com o tom adotado em seu texto pode ser encontrada no referido prefácio de Madeira de Freitas à segunda edição:

No Brasil, país criança que ainda não teve de sedimentar estirpes culturais, o humorismo é planta difícil como o *edelweiss* das geleiras alpinas. Porque afinal o humorismo é um acorde mavioso de mágoa e ironia, segredado ao ouvido da inteligência, e conseguindo apenas fazer sorrir com o sorriso perdoador do bom Dickens, envolvendo sempre a evidência de um fracasso no bálsamo de uma generosidade que só ao espírito é dado possuir e usar. (FREITAS in NEVES, 1999, p.20).

Segundo Freitas, o estilo de Graciano era raro, sedimentado em mágoa e ironia, sentimentos que possivelmente alimentava após as dificuldades que teve ao lidar com lideranças políticas em sua carreira, especialmente, em seu breve governo, o que confere um tom biográfico ao seu texto. Caminhando na direção da proposta de Walter Benjamin (1985), de escovara história a contrapelo, atentamos para uma percepção inicial em relação a Graciano. Seu livro é uma crítica aos adversários, mas cremos que também constitui uma crítica ao seu grupo político, além de uma autocrítica feita de maneira muito sutil, proposição que trabalharemos no decorrer do texto. Graciano não será visto, portanto, como o campeão da coerência quanto aos aspectos ressaltados nas críticas de seu próprio livro, mas sim como um ator privilegiado na ação e na filosofia política que permeou o tempo inicial da vivência republicana no Brasil e no Espírito Santo. A comparação que Freitas faz com Dickens é providencial na medida em que este foi pioneiro na introdução da crítica social na literatura ficcional inglesa, e que em David Copperfield narra em muita medida fatos de sua própria vida. Assim, a *Doutrina* pode ser encarada como uma crítica, quase uma denúncia da vivência republicana feita por Graciano, privilegiado protagonista de seu tempo, que engloba a sua própria experiência política no Espírito Santo.

Madeira de Freitas nos faz ver características do texto de Graciano quando ressalta a diferença entre o humorismo e a literatura cômica, os dois presentes na *Doutrina*.

Humorismo é néctar do cérebro; literatura cômica é(...)a gororoba de pensão da rua Larga, que engorda, enrija, mas não engendra nem o poema nem o perdão.

O humorismo tem objeto no contraste direto entre o que é e o que deverá ser. Ora, no Brasil, como em todas as nações de sua idade mental, tudo é precisamente como não deverá ser, de modo que se torna impossível esse contraste e, portanto igualmente impossível o humorismo. (FREITAS in NEVES, 1999, p.20).

A realidade brasileira crua, rasgada, aberta, é quase surreal, e seria anedota para outros povos, dificultando o contraste humorístico. Para ilustrar o que quis dizer com “tudo é precisamente como não deverá ser”, Freitas cita o caso em que durante sua construção, na atual Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, então capital da República, justamente o prédio do Clube da Engenharia desabou por problemas técnicos na estrutura. Um estrangeiro sorriria da anedota. Mas aqui, não se pode rir do caso, pois é fato verídico. Assim, Graciano vivenciou a prática política partidária, governou o Estado em um período especialmente difícil, se defrontou com as incoerências alheias, de seu grupo político e dele próprio, e escreveu a *Doutrina* de forma genial, com um suave humorismo que talvez tenha buscado rir dos fatos, explicitar as incongruências de forma a engendrar tanto o poema quanto o perdão, conforme dito por Madeira de Freitas.

Ao contrário do humor, que é sutil, a sátira é mais aberta, e Graciano utilizou na *Doutrina* a “sátira em ouro de bom quilate, mas excelente sobretudo pelas gemas que nela fulguram e que são os laivos de suave humorismo” (FREITAS in NEVES, 1999, p.21-2). Para Freitas, a sátira no texto busca atingir os homens e o humorismo, conversar com os deuses. E apesar de o livro estabelecer uma narrativa anedótica da ação política, interessa-nos analisar as críticas de Graciano que se realiza pelo seu humor e ironia, valendo-nos de leituras e autores que ele elencou para edificar sua obra. Como ler a *Doutrina* de Graciano capturando as críticas presentes em seu humor/ironia?

Em *História do riso e do escárnio*, George Minois, no capítulo 12, “O riso e os ídolos no Século XIX – o escárnio nos combates políticos, sociais e religiosos”, afirma que:

O riso participa da grande salada revolucionária, e não é mais possível encerrar-se em seu canto. A vida política no século XIX, que avança de maneira caótica em direção à democracia, necessita de escárnio, uma vez que o debate livre não pode prescindir da ironia. (MINOIS, 2003, p.461-2).

Nesse avanço do viver democrático é preciso ter a habilidade do bobo da corte, personagem que está ao lado do rei, convive com o poder e de quem se espera (e tem autorização para) que diga a verdade fazendo-se de louco, encarando com sua crítica o Estado Moderno (de então), porque incutido na democracia insipiente daquele século, construída no mais das vezes como uma fachada de liberdade, “o Big Brother precisa de um irmão cômico, para que o riso o faça recordar que ele só existe por e para os cidadãos” (MINOIS, 2003, p.483). No percurso político e no texto da *Doutrina*, Graciano dá mostras de que percebe essas inconsistências. O estilo de escrita adotado por ele aponta para alguém que está familiarizado e vivencia a proximidade do poder, e que o critica, resguardando-se de incorrer no erro das ofensas pessoais. Vejamos o trecho abaixo:

Uma certa espécie de honesta hipocrisia que todo mundo conhece e pratica é útil e mesmo indispensável para generalizar e facilitar o trato social. E neste caso, mais do que nunca, o fim justifica os meios.

Serait-il à proposet de labienséance./De dire a millegens tout ce que d'euxon pense? – pergunta o engrossador Filinto, do Misanthropo³.

Evidentemente não.

E é bem de notar que, se o não fazemos, não é porque nos falta a vontade de fazê-lo.

É porque sabemos por experiências decisivas que uma ofensa ao amor próprio alheio pode granjear-nos um inimigo rancoroso que procure a todo tempo prejudicar-nos. E ninguém avalia a tenacidade dos ódios provocados por uma falta de urbanidade. (NEVES, 1999, p.89).

Talvez por isso Graciano afirme que se absteve de dedicar seu livro a um personagem específico da vida política nacional, preferindo a dedicação genérica ao Congresso Nacional, situação em que cada um individualmente pode sentir-se isento daquelas críticas, atribuindo-as a outrem. A adoção da crítica humorística anda nesse caminho, pois se pode criticar sem que necessariamente se fira suscetibilidades pessoais. Assim, a crítica é dirigida a órgãos ou instituições generalizantes, como na frase: “Em verdade, à vista da submissão política que hoje felicita a República Brasileira, podemos garantir que o oposicionismo é atualmente um caso ordinário de desequilíbrio mental” (NEVES, 1999, p.94). Ninguém especificamente foi acusado de ser desequilibrado mental, o que livra o autor de uma animosidade imediata. Mas permanece a crítica quando ele usa a

³ Nessa peça de Molière, as práticas hipócritas de convivência social na corte de Luís XIV são a tônica. A certa altura, Felinto pergunta: “Será conveniente e próprio dizer a todo mundo o que você pensa deles?”(Tradução livre).

naturalização da submissão política, afirmando que esta felicita a República Brasileira, uma instituição genérica.

Aliás, cabe aqui fazer uma observação importante em relação ao livro de Graciano. Ele constrói uma crítica ferina aos costumes que estavam se consolidando na República, porém, utiliza sempre um referencial teórico universal para consolidar sua definição do engrossamento político. Em nenhum momento se utiliza de autores brasileiros, ou de fatos regionais para basear sua argumentação. Não cita políticos da época, fundamentando seu constructo em autores que estavam discutindo grandes questões da sociologia, desenvolvimento histórico e economia mundial em seu século. Utiliza esses autores para fazer uma análise do engrossamento, colocado como um fenômeno social observado, real, tanto no Espírito Santo quanto no Brasil (daí a dedicatória ao Congresso Nacional), colocando-se alheio, como um observador e narrador externo, dando à voz pública o mérito pela nomeação do fenômeno. Ressalta que a sabedoria popular já observara o fenômeno, e que faltava um vocábulo que bem o resumisse e definisse:

(...) A essa descoberta feliz e admiravelmente oportuna a voz pública afixou o nome de **Engrossamento**.

Ora, quando no meio da linguagem de um povo aparece um vocábulo com sentido novo, que todo mundo apressa-se em adotar, é porque avultou paralelamente uma idéia nova, latente e palpitante em todas as inteligências, esperando apenas uma expressão adequada e pitoresca que a define e populariza.

O vocábulo assim instituído, ao mesmo tempo que indica o auge de uma aspiração intelectual, encerra em sua morfologia própria uma significação tão saliente da necessidade que veio satisfazer, que basta examiná-la superficialmente, para adivinhar o fato que ele se propõe reproduzir. (NEVES, 1999, p.66, grifo nosso).

A estratégia de Graciano valoriza seu texto. Conhecedor dos meandros da política local e nacional poderia, se quisesse, fundamentar seu texto em relatos reais para exemplificar claramente sobre o que, ou quem, ele estava falando. Porém, chega à análise de um fenômeno social, do andar de baixo, do Estado do Espírito Santo dos anos mil e oitocentos, baseando-se em autores que discutiam questões que assombravam o, digamos assim, andar de cima do mundo daqueles tempos, sem identificar diretamente quem quer que fosse. A única citação em que talvez pudesse conseguir – não para nós,

mas talvez para as pessoas da época – a identificação de um personagem em um de seus exemplos, se apresenta quando afirma:

Por mais prolongada que tenha de ser a nossa existência pessoal, nunca havemos de esquecer a impressão profunda que nos causou um soberbo ancião de longas barbas argentinas, com uma bela calva de respeito, por ocasião de certo banquete político... (NEVES, 1999. p.125).

Mesmo nesse trecho, a não identificação do personagem dá ao texto um tom ameno, pois, além de dizer que nunca vai esquecer o fato narrado, ele utiliza os adjetivos “soberbo” e “bela” para positivar o ancião citado, além de ter usado o exemplo de uma prática engrossatória como se fosse meritória. Essa estratégia de identificação velada dá a oportunidade de quem vivenciou a cena de rir-se dela, e de quem porventura se ofendeu com ela, fingir-se de desentendido.

Nesse contexto, o riso é utilizado como uma ferramenta de comunicação social frente aos notórios caminhos e descaminhos na construção das democracias nascentes. Bergson (1983) nos lembra que a ironia é dizer o que deveria ser fingindo-se acreditar ser exatamente o que é; e que o humor se ocupa de descrever em detalhes o que é, fazendo crer que é dessa forma que as coisas deveriam ser, podendo-se definir um como oposto do outro. Ambos são formas de sátira, mas a ironia é mais retórica, enquanto o humor ganha um tom mais científico, com toques de indiferença. Graciano nos brinda com grandes doses de ambos, desaguando muitas vezes sua *Doutrina* em um genial cinismo. Interessante notar a semelhança desse jogo de possibilidades, entre o que é e o que deveria ser, comparando-o com o que Marx e Engels dizem em um trecho de *A ideologia alemã*:

Enquanto na vida comum qualquer jogador sabe muito bem a diferença entre o que alguém faz de conta que é e aquilo que ele realmente é, nossa historiografia ainda não atingiu esse conhecimento trivial. Toma cada época por sua palavra, acreditando naquilo que ela diz e imagina sobre si mesma. (MARX e ENGELS, 2007, p.50).

Marx critica a historiografia (especialmente os idealistas) por não capturar a realidade, ficando na superfície ao considerar uma época por aquilo que internamente se diz sobre ela. O texto de Graciano e o estilo que ele escolheu para denunciar a sua época nos

indicam sua percepção quanto aos fatos e atos, especialmente, do fazer político, que definia condições objetivas da vida no Brasil e no Espírito Santo.

Para facilitar a depuração das críticas de Graciano ao fazer político de sua época e filtrar o que ele criticou com sua prosa, nos servimos de Bergson (1983), que nos esclarece acerca da dinâmica de textos cômicos. Para Bergson, estabelece-se através de expressões ou palavras a transposição entre o real e o ideal, revelando, de certo modo, uma diferença entre eles, ressaltando contrastes, que podem ser gritantes ou sutis. Assim, evidencia-se a transposição cômica diante da ação de um personagem ou de uma situação, trazendo à mente uma determinada organização moral da imoralidade. Para exemplificar, o autor cita a fala de um personagem em uma peça de teatro: “Roubas demais para um funcionário do teu nível” (BERGSON, 1983, p.61). Essa comicidade, que naturaliza uma possível hierarquização da quantidade a ser roubada, escancara o real (o roubo nas diferentes escalas da hierarquia organizacional) frente ao que seria ideal (a condenação de qualquer roubo). A comicidade da condenação da quantidade roubada ao invés do roubo em si lembra muito o estilo de escrita de Graciano em sua *Doutrina*. Nela, afirmações categóricas sobre os absurdos do viver político são dadas como certezas do mundo real numa clara afronta ao que seria ideal na vivência democrática. Para ilustrar o que isso quer dizer, podemos utilizar um exemplo dessa abordagem no texto de Graciano, que afirma:

A sabedoria anônima e infalível das massas descobriu que **o Engrossamento é o único remédio eficaz para debelar a anarquia democrática**, fundando uma espécie de obediência duplamente propícia ao indivíduo e ao Estado, **comutando a rivalidade aparente destas duas forças numa conciliação definitiva entre ambas**. (NEVES, 1999, p.86-7, grifo nosso).

Sua afirmação de conceitos é feita de forma categórica, representando a realidade da vivência política – o engrossamento como “único remédio eficaz contra a anarquia democrática” –, distanciando esses conceitos do ideal – a vivência democrática participativa –, utilizando uma inversão: exalta o engrossamento como remédio e rebaixa a democracia, a quem qualifica de anárquica. Esse estilo de exaltar o que quer criticar segue por todo o texto. Seu estilo lembra Baudelaire quando em *Salão de 1846*, na dedicação do texto aos burgueses diz que:

(...) vós sois a maioria – número e inteligência; portanto, sois a força – que é a justiça. (...) Vós possuis o governo do Estado, e é justo, porque sois a força (...) Jamais, em nenhum nobre empreendimento, deixastes a iniciativa para a minoria protestante e sofredora, que, aliás, é inimiga natural da arte. (BAUDELAIRE, 1995, p.671).

Ainda Baudelaire, descrevendo com perfeição o tipo de análise que Graciano derrama abundantemente em seu texto, exalta a crítica política feita com paixão:

Eu creio sinceramente que a melhor crítica é a que é divertida e poética, não aquela, fria e algébrica, que com o pretexto de tudo explicar, não sente nem ódio nem amor e se despoja voluntariamente de qualquer espécie de temperamento; mas sim (...) a que será este quadro refletido por um espírito inteligente e sensível.

(...) Quanto à crítica propriamente dita, espero que os filósofos compreendam o que vou dizer: para ser justa, isto é, para ter sua razão de ser, a crítica deve ser parcial, apaixonada, política, isto é, feita a partir de um ponto de vista exclusivo, mas de um ponto de vista que abra o maior número de horizontes. (BAUDELAIRE, 1995, p.673).

Graciano faz justamente isso. Com seu “espírito inteligente e sensível” faz uma crítica divertida e poética – no sentido dado por Baudelaire, de forma apaixonada, abrindo muitos horizontes para se analisar o seu tempo. Aliás, Bergson afirma que:

Acentua-se o humor, (...)descendo-se cada vez mais baixo no interior do mal que é, para lhe notar as particularidades com mais fria indiferença. Vários autores, entre os quais Jean Paul, observaram que o humor gosta dos termos concretos, dos pormenores técnicos, dos fatos rigorosos. (...)O humorista é no caso um moralista disfarçado em cientista, algo como um anatomista que só faça dissecação para nos desagradar; e o humor, no sentido restrito que damos à palavra, é de fato uma transposição do moral em científico. (BERGSON, 1983, p.61).

Ao escrever sua crítica política em forma de doutrina, estruturando o texto em um estilo dogmático normativo, com ares de proposição positiva, nunca deixando de acentuar o mal, ridicularizando, confrontando e explicitando o real frente ao que deveria ser, Graciano apresenta certa pretensão analítica, quase científica. Incutida no texto humorístico, o autor defende uma moral. Ele, aliás, tinha interessantes conceitos morais que defendia com atitudes, como se verá na análise das mensagens de seu governo. Como diz Minois (2003), o verdadeiro humor tem um ar sério enquanto todos riem em volta dele. O mesmo autor nos diz que a verdade gerou o bom senso, que deu como

fruto o espírito, que casando com a alegria, produziu o humor. Utilizando-se de uma linhagem que reúne tão diversas características (verdade, bom senso, espírito, alegria), o humor pode ser sério como de um juiz e até enganador como de um saltimbanco, o humor nos provoca um riso que visa os vícios, os defeitos e não as pessoas, tal como no texto de Graciano.

Nesse sentido, Schopenhauer ao se referir ao riso diz da inconsistência entre o ideal pensado e o real percebido.

De fato, o riso se origina sempre e sem exceção da incongruência subitamente percebida entre um conceito e os objetos reais que foram por ele pensados em algum tipo de relação, sendo o riso ele mesmo exatamente a expressão de semelhante incongruência. (SCHOPENHAUER, 2005, p.109).

Esse é o objetivo de Graciano ao dedicar três dos capítulos do livro à fundamentação de sua doutrina. Sua galhofa com a política é dotada de argumentos que preenchem mais da metade das páginas de seu texto, justificando, com largos e fundamentados arrazoados, o engrossamento.

Mas Graciano flutua entre o real e o irreal, o que é comum na sátira política de seu século, em que a ironia exerce papel fundamental no debate de ideias, em um tempo de experimentação de democracia, debates parlamentares e liberdade de imprensa. Em seu texto, por exemplo, a consolidação da ordem política, da tranquilidade e do equilíbrio social (o que deveria ser) é creditada à ação do engrossamento (o que é), como se fosse sua consequência racional:

Felizmente, porém, em nossos dias de cultura intelectual a todo transe, a mocidade é a primeira a se entusiasmar com as mais desoladoras descobertas científicas, sempre pronta a emancipar-se dos mais amados preconceitos, contanto que eles sejam batidos sob o aparato da razão teórica. **E por isso temos todo o direito de acreditar que ela não fará dúvida em abdicar-se das suas belas ilusões de independência, logo que se tiver convencido de que a reabilitação do Engrossamento é rigorosamente justificada pelas conclusões da ciência.** (NEVES, 1999, p.75, grifo nosso).

Na nascente vivência republicana em que as práticas rapidamente se mostraram, no mínimo, deturpadas, um texto irônico permite que o autor revise seu tempo e suas

questões de uma forma a evitar a mistificação que o exercício do poder poderia trazer. cremos que Graciano se sentiu como que derrotado, ou ao menos confrontado pelas práticas e ambiente políticos, frustrando, de certa forma suas expectativas quanto ao que a República deveria trazer de resultados na vivência política. As atitudes em seu texto são, por vezes, similares à dos franceses, citada por Minois (2003):

A releitura da história da França acontece à luz dos preconceitos nacionalistas do momento: nossos ancestrais, os gauleses, eram astutos e expeditos, mais espertos que os pesados legionários romanos; basta ver como o soldado de infantaria francês de 1870 ridiculariza o pesado soldado teutão. Nos dois casos, o francês é extraordinariamente derrotado, mas ele inverte sua derrota graças a seu espírito cômico, triunfando sobre o seu vencedor pelo riso. (MINOIS, 2003, p.492).

O desenrolar da pesquisa explorará essa face de Graciano. Por hora, fica apenas o indicativo dessa possibilidade, de uma vingança bem humorada frente à derrota de suas expectativas políticas em relação à vivência republicana. Assim, utilizando-se de ironia e humor, Graciano constrói sua *Doutrina*.

Quando a *Doutrina* foi editada, em 1901, a repercussão pública não foi das maiores. O jornal *Estado do Espírito Santo* publicou uma pequena nota na primeira página da edição de 02 de abril de 1901, que diz: “O Sr. Moreira Dantas, proprietário da Papelaria e Typografia Commercial fez-nos a gentileza de oferecer uma brochura sob o título – A doutrina do engrossamento. Muito agradecidos”. Já o *Commercio do Espírito Santo*, em sua edição de 14 de abril do mesmo ano, em sua segunda página, dedica um artigo em três colunas para comentar a *Doutrina* sob o título de “Bibliografia”.

No artigo, os conhecimentos literários do autor – citado como Dr. M. Guedes Jr, que o articulista afirmou que desconhecia, mas que o faro da bisbilhotice já identificara se tratar do que ele chamou de uma “inteligência indígena”, cujos fatos e conjecturas foram extraídos “do nosso meio” – foram exaltados e suas citações de autores clássicos referenciadas. Algumas partes do artigo merecem relevo. No geral, a *Doutrina* é criticada por sua condescendência com atitudes imorais. Em um trecho, comentando sobre a imortalidade de personagens como D. Quixote de Cervantes ou Cândido de Voltaire, o articulista diz que esses heróis:

Sobrevivem ao tempo e são incorruptíveis à própria ação dos séculos porque não foram modelados pelas suspeitas impressões de um momento, senão pelos exageros, vícios e desvarios de uma idade. Por isso, eles são coerentes, inteiriços, consequentes e rigorosamente lógicos, nas suas fantásticas aberrações. Tipos do ridículo, e do sarcasmo lançado sobre uma sociedade, preservam, entretanto, na sua sinceridade, uma face profundamente moral, por onde nos infundem um invencível sentimento e compaixão, respeito, ou admiração pelas suas adoradas quimeras⁴.

Contrariamente, na visão do articulista, o Dr. M. Guedes Jr. seria o tipo da mais despejada imoralidade, pois subverte os princípios socialmente aceitos, sofismando o sentido das opiniões respeitáveis, adulterando o fundamento dos estímulos mais nobres e legitimando ilações perniciosas. Tudo isso para justificar sua doutrina imoral na qual a hipocrisia é apresentada como um elemento absolutamente necessário para as relações sociais, tornando o livro uma narrativa em que o bem e a virtude não foram estimulados e o mal não foi repreendido. A percepção do artigo, porém, seria a de que, pelo tom do livro, pelas alusões pessoais, tratava-se de uma tentativa de ser um desagravo. Assim é que, embora tenha feito a crítica de forma equivocada, sem considerar o estilo humorístico e sarcástico do texto, a percepção de que a *Doutrina* era um texto reflexo de experiência pessoal e em tom de desagravo foi acertada. Notas sobre o texto foram publicadas em diversos jornais do Rio de Janeiro, como no jornal *A Notícia*⁵.

Quanto à afiliação paradigmática de Graciano, é interessante discorrer um pouco aqui. Graciano Neves e seu grupo político eram declaradamente liberais, com grande defesa do positivismo. Ele cita Comte e o positivismo diversas vezes em seu texto, e só cita Marx uma vez. Faz uso de muitos autores de sua época. E apesar de se declarar e agir em sua vida política como defensor e apregoador do positivismo, sua crítica pode ser algum grau identificada com a análise histórica de Marx, utilizando expressões como “a burguesia financeira”, “classes capitalistas”, para construir sua crítica na *Doutrina*. Além disso, muitas de suas referências reportam a Marx mais do que a Comte. Ele cita Heine, Proudhon, Bonald, Spencer, todos frequentes nas obras de Marx. Assim, nos parece que, sem nunca se tornar marxista, longe disso, o positivista Graciano viveu um grande desconforto quanto à vivência política de sua época. Essa talvez seja uma das muitas inconsistências da vivência de Graciano.

⁴ Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 14 de abril de 1901, p.2.

⁵ Nota elogiosa, dizendo que era uma sátira de costumes, em 16 de maio de 1901.

1.1. A ANÁLISE DE GRACIANO NA DOCTRINA DO ENGROSSAMENTO

Para mergulhar nas bases da *Doutrina* de Graciano é necessário, inicialmente, um breve resumo da estrutura utilizada no livro para se chegar à influência do capital na construção da hegemonia de grupos políticos, antes de partir para uma análise baseada na bibliografia utilizada por ele ao construir seus conceitos. Nas próximas páginas, a análise de Graciano será resumida em seus pontos principais.

O livro foi dividido por ele em quatro capítulos: 1) Introdução fundamental; 2) Justificação histórica e política do engrossamento; 3) A técnica do engrossamento; 4) A arte de engolir a pílula. Os capítulos são precedidos por três partes introdutórias na primeira edição de 1901, que denunciam o viés satírico do texto: o *Prefácio*, a *Dedicatória* e a *Advertência*. Além desses, utilizaremos a apresentação feita pelo professor Miguel Depes Tallon (edição de 1999) e o prefácio à segunda edição (de 1935) escrito por Madeira de Freitas. Buscaremos primeiro, transitando pelo texto da *Doutrina*, capturar a sua visão para os três conceitos que nos interessam nessa análise: capital, ordem e engrossamento. É importante descrevermos aqui, resumidamente, as proposições de Graciano que serão posteriormente analisadas.

1.1.1. O CAPITAL: A VISÃO DE GRACIANO

Graciano se apresenta como autor da *Doutrina* com o pseudônimo de Dr. Guedes Júnior, ex-deputado federal. No *Prefácio*, a apresentação é feita pelo próprio Graciano como o fictício senador Melício de Seixas, atuando como autenticador da obra, e que exalta a doutrina do engrossamento como o caminho para se levar a República à ordem e ao desenvolvimento. Ele afirma que a “obra (...) condensa o sentimento vitorioso da sociedade moderna”, louvando a eficácia da doutrina, acrescentando que:

É tal convicção de minhas ideias sobre as vantagens da doutrina engrossatória que, se tivesse a suprema honra de dirigir qualquer dos estados da república, por delegação espontânea de meus concidadãos, **não teria a menor dúvida em fazer adotar o importante trabalho na instrução pública**, iluminando o espírito da mocidade das escolas com o faixo brilhante desses princípios vitoriosos. (NEVES, 1901, p.3, grifo nosso).

Na *Dedicatória*, deixa claro que desejava oferecer o livro a um personagem específico de sua época, não identificado no texto, mas, “na cruel necessidade de não poder cumprir os votos mais íntimos do seu coração, recorrendo ao nome augusto que lhe não é dado publicar” (NEVES, 1999, p.26). Assim, consagra sua obra ao Congresso Federal, destino da mocidade que o autor tem a “ambição patriótica” de formar nas práticas engrossatórias. Fica evidente a intenção de que o texto humorístico se reverta de um caráter crítico ao sistema político.

Na *Advertência*, declara que o exercício do engrossamento é aplicável a outras ocupações, mas que no livro se ocuparia do engrossamento político. Sua ironia fica caracterizada quando afirma:

(...) não temos a intenção de preconizar os nossos méritos profissionais, com vistas numa secreta candidatura. E desde já **declaramos que não somos candidatas, salvo se a Pátria (a nossa, a de nós outros, os engrossadores políticos) periclitar por tal maneira, que os nossos amigos e correligionários julguem indispensável que devemos levar conosco ao seio da representação nacional um germe vivaz de disciplina e de obediência ao prestígio da Autoridade.** (NEVES, 1999, p.28-9, grifo nosso).

Graciano termina as iniciais do livro, partindo para o primeiro capítulo, a “Introdução Fundamental”, parte primordial do livro para o que pretendemos analisar aqui, na qual encontraremos as bases da sua definição de capital, ordem e engrossamento. Vejamos como ele desenvolveu seu raciocínio para chegar à *Doutrina*.

No desenvolvimento do primeiro capítulo, Graciano afirma que não foram sentimentos como o de amor ao próximo que fomentaram a convivência social dos homens quando ainda eram coletores de alimentos e andavam vagueando de lugar pra lugar. O estado de natureza em que viviam, com suas dificuldades e lutas, os induziu à busca pela satisfação pessoal percebida como algo mais fácil de ser conseguida quando se vive em grupo, para defesa contra o inimigo e busca de mantimentos. O agrupamento em tribos criou certa disciplina social, embora ainda fortemente caracterizada pela obediência ao mais forte, pela submissão à força.

Ainda assim, as tribos se ocupavam de lutas sem fim pela disputa de territórios abundantes de alimentos e pela captura de mulheres. A fixação e adensamento populacional só se deram quando condições positivas permitiram algumas experiências pastoris e agrícolas. A guerra foi dos primeiros fatores favorecedores da associação humana, e a consecução de reservas alimentares permitiu a fixação e crescimento das sociedades.

À medida que a existência humana foi facilitada pelo acúmulo de capital (aqui representado pelas reservas alimentares), suas lutas foram se atenuando e a obtenção de propriedades fez do homem um ser mais ordeiro, metódico, abrandando-se a selvageria de seus impulsos, tornando-se refratário às revoluções. Na visão do autor, o capital passa a ser fator mantenedor da ordem e progresso, avalizando o poder do Estado. Para Graciano:

(...) as **classes capitalistas** dos países beligerantes opõem toda a sua grande força contra um acontecimento que lhes pode trazer calamidades financeiras. A influência extraordinária dos interesses comerciais vai dia a dia **apagando no espírito humano a ideia de Pátria** e substituindo-a pela concepção vitoriosa, moderna e elegante, do **Cosmopolitismo**. (NEVES, 1999, p. 22-3, grifo nosso).

O surgimento desse sentimento cosmopolita começa a definir conceitos do que é bom. E o que é bom é catalisado, apoiado e avalizado pelo capital. Dessa forma, na exposição de Graciano, a ideia de pátria sofre um deslocamento e se atrela à ideia de capital. Se pátria era a tribo nômade da qual o indivíduo fazia parte e depois dizia respeito também ao solo ocupado, às plantações e rebanhos, esse deslocamento faz com que pátria passe a ser o lugar onde o homem tem, ou para onde remete seus recursos econômicos, que definem sua segurança e conforto. A definição de capital aqui o torna um ente independente, sinônimo de recursos econômicos, desligados já do trabalho produtivo direto. É como uma entidade que tem vontade própria e capacidade de domínio como se verá no desenrolar da análise.

O texto de Graciano possui certas similaridades e certas discrepâncias com as definições de Marx e de Comte. Para Marx (2007), por exemplo, capital é sinônimo de burguesia, de propriedade que explora o trabalho assalariado, uma força social, um produto

coletivo, um poder social capaz de ser monopolizado, sempre definido negativamente. Já Comte (1978a) define capital como algo que deve ser concentrado nas mãos dos mais preparados, desejado para o desenvolvimento e o progresso, fonte de comando e governo, capaz de exercer uma generosa intervenção nos principais conflitos sociais. Na *Doutrina*, capital é identificado como formador do crédito público e das energias morais de uma nação, esteio que ampara os governos constituídos, definidor da soberania de qualquer instituição política, instituição que formou as sociedades, fator mais decisivo para a ordem e o progresso, pré-requisito para todas as transformações políticas, base para as descobertas científicas. Ao contrário de Marx, que sempre condena o capital burguês como fonte de todos os males e base para a luta de classes, e de Comte que aprova a concentração do capital e joga para o futuro as correções quanto aos aspectos negativos que ainda se via no uso do mesmo, Graciano denuncia em sua crítica o efeito danoso do capital, como veremos em algumas passagens, de forma similar à crítica de Marx, mas ironicamente descreve a ação do capital como se estivesse positivando o conceito, em um caminho comteano. É justamente da ação do capital no estabelecimento da ordem que nasce a estratégia do engrossamento, irônica proposta para a solução dos problemas da convivência política.

1.1.2. A INTRODUÇÃO DA ORDEM OU ÀS ORDENS DO CAPITAL

Na narrativa de Graciano, com o desenvolvimento dos relacionamentos comerciais entre povos vizinhos, as guerras de outrora foram sendo amenizadas por efeito dos interesses que essas trocas criavam de lado a lado. Catalisada pelo lucro das trocas, a ferocidade e o fanatismo patriótico cedem lugar à crescente tolerância. Esse intercâmbio comercial ameniza controvérsias religiosas e diferenças raciais, produzindo certo apaziguamento das relações. Nesse caminho está o embrião da ideia de ordem que Graciano desenvolve. Ele diz que começa a esboçar-se certo regime de disciplina social, pela obediência ao mais forte, ou, no caso dos governos instituídos, à autoridade. É, portanto, a ação da autoridade, na visão de Graciano, que institui a ordem. Por esse motivo, o capital tem que cooptar a autoridade para que a ordem instituída o favoreça. Essa cooptação se dá por diversos caminhos, inclusive pela capacidade do capital se mostrar como imprescindível e dirigir a formação da ordem.

Graciano, com o capitalismo que se praticava aqui, quase numa visão profética, chama a atenção para o fato de que:

Se ainda hoje persistem vagos instintos patrióticos e alguns resíduos históricos de amor próprio nacional, não é porque eles tenham o atributo da irredutibilidade. **É que o fator econômico ainda não chegou aos seus últimos efeitos: isto é, a fundir todos os costumes e todos os idiomas, como já podemos positivamente esperar, à vista das tendências que se revelam na existência contemporânea.** (NEVES, 1999, p.24, grifo nosso).

É importante ressaltar que essas observações dizem respeito à sua percepção sobre a mundialização do capitalismo no contexto da virada do século XIX para o século XX, ainda distantes do atual estágio de globalização. O cosmopolitismo tende a ditar modas existenciais, homogeneizando as expectativas sociais mundiais em função dos movimentos econômicos. Aqui podemos admitir uma pista de como essa temática era atual em fins dos oitocentos. Esse posicionamento é similar ao que Marx e Engels escreveram em alguns de seus textos. Vejamos o que Marx e Engels dizem em *A ideologia alemã* sobre o desenvolvimento mundial das forças produtivas:

Ele [o movimento de mundialização das forças produtivas] constitui igualmente uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens e porque, deste modo, o fenômeno da massa “privada de propriedade” pode existir simultaneamente em todos os países (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que finalmente os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local. (MARX e ENGELS, 2007, p.41-2).

E ainda:

Ou como se explica que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos de indivíduos e países diferentes, domine o mundo inteiro por meio da relação de oferta e procura – uma relação que, como diz um economista inglês, paira sobre a terra igual ao destino dos antigos e distribui com mão invisível a felicidade e a desgraça entre os homens, funda e destrói impérios, faz povos nascerem e desaparecerem. (MARX e ENGELS, 2007, p.43).

Nesse sentido, a ordem social é produto de construção histórica e o capital molda a nova ordem na medida de seus interesses:

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. (MARX e ENGELS, 2007, p.30).

A Ideologia Alemã só foi publicado no século XX – portanto, não foi lido por Graciano - porém foi um texto escrito nos anos 1800, discutindo questões daquele tempo. Isso indica a correção das proposições de Neder e Silva (2009) quanto à circularidade das ideias. Dizem as autoras que as ideias circulam entre os diversos segmentos, países, círculos, em uma determinada época. E, mesmo que não explicitamente, ou ainda, a seu modo, ideias diferentes são apropriadas por diferentes atores que fazem um uso peculiar delas. Graciano nunca foi marxista, porém, sua análise pode ser comparada em alguns aspectos, expressões, ideias, com proposições que se assemelham a algumas análises de Marx. Como vimos, Marx era frequentemente citado nos jornais, tanto do Espírito Santo quanto do Rio de Janeiro, tendo sua obra vendida por livrarias no Rio de Janeiro.

Segundo Graciano Neves, no contexto do desenvolvimento mundial das forças produtivas, a pátria passou a ser considerada o lugar onde o homem encontra benefícios financeiros, fluência para o seu desenvolvimento econômico, sem menções retrógradas ao espaço delimitado por “certo número de graus de latitude e longitude”, que tradicionalmente definiam seu berço (NEVES, 1999, p.43). As promessas e a sedução de prosperidade financeira abafam os sentimentos de nacionalismo e patriotismo, da segurança e paz que o estado hobbesiano deve a seus cidadãos, sedados que são pela atração exercida pelo desenvolvimento industrial, que consegue o efeito de monetizar todas as coisas, parametrizando as atividades humanas nas distintas sociedades ao redor do globo pelo ganho financeiro. Aqui, Graciano toma como referência Anacharsis Clootz, proeminente figura na Revolução Francesa, prussiano de nascimento, francês por opção, e que se dizia o orador da raça humana, propagandeador de uma República Universal⁶. Essa República Universal é apontada por Graciano como o substrato onde o capitalismo e o domínio do capital sobre toda a ordem acontecem.

⁶ Confira The Analytical Review, Or History of Literature, Domestic and Foreign, on an Enlarged Plan. London, Printed for J. Johnson. 1792.

É importante frisar o flagrante desconforto que Graciano transmite com o andar do mundo político e com as práticas republicanas no Brasil e no Estado, como consequência da submissão da ordem política à instituição da propriedade. Vemos Graciano trabalhando de forma irônica a ideia de que com a evolução social desse paradigma, tem-se como resultado a concentração da propriedade nas mãos de poucas pessoas, em um processo que se adensou e chegou ao ponto de criar grupos sociais que dominam as economias, trazendo a reboque o domínio político.

A consequência desse roteiro é que o capital se tornou a base para a manutenção de uma ordem que favoreça o domínio da gestão pública. A consolidação dos governos se dá quando estes agem como defensores das classes detentoras de capitais e seus interesses, e essas classes, de caráter fundamentalmente conservador, tornam-se sustentáculos do fortalecimento e perpetuação desses governos, não necessariamente nessa ordem. Assim, uma simbiose entre capital gerador de força e necessidade de automanutenção dos governos faz com que sua ação na defesa dos interesses do capital passe a ser fator preponderante para a sua saúde em longo prazo, fundindo-se e confundindo-se com a expressão manutenção da ordem. Os governos passam a funcionar como despachantes dos interesses de uma oligarquia detentora de capitais. Fazem isso sufocando com força as aspirações individuais por justiça social, acesso a serviços públicos, pela força e, como se verá, pela submissão. Nesse contexto, assistia-se a uma derrocada constante e global das ações práticas na direção do discurso de justiça e igualdade. Com sua ironia, o autor indica que:

(...) no dia em que o homem, cheio de fé nos seus pretensos direitos, quis experimentar o valor das suas novas forças, achou-se subitamente desarmado e débil contra o aparelho inexpugnável da *Ordem Econômica*, só logrando amargar-se ainda mais acerbamente na consciência da sua irremissível situação. (NEVES, 1999, p.27, grifo nosso).

Aqui destacamos um indício da crítica de Graciano às deficiências da então recente democracia brasileira. A parte grifada do texto acima pode ser entendida como uma crítica às práticas republicanas que ele vivenciou e estava observando no Estado. Um dos aspectos mais atingidos por esse cenário, segundo o autor, é a soberania do povo. Esta se desmancha quando os governos democráticos, sob a justificativa ou promessa de manutenção da ordem pública, a ignoram com artifícios eleitorais e nenhum pudor,

visando garantir a estabilidade das instituições (baseadas na conservação do capital e da propriedade). A crítica de Graciano aponta que a cooptação da população pelas promessas de prosperidade advindas do progresso industrial faz com que a maior parcela dos cidadãos se submeta e desarme a crítica, sujeitando-se no presente pela esperança no futuro.

Graciano ironiza as bandeiras principais da Revolução Francesa ao discutir o domínio que o poder econômico exerce sobre os indivíduos. Assim, afirma que:

O insucesso estrondoso da grande revolução de 89, as provas irrefutáveis oferecidas pelo **mau êxito dos seus quase sobre-humanos esforços da incapacidade orgânica dos princípios democráticos** já deviam ter vulgarizado no espírito da geração atual a completa inanidade de qualquer reforma política que se inspire na tese individualista.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade são coisas que mutuamente se destroem, idéias absolutamente incompatíveis, aliadas à força, misto de ingredientes disparatados onde se enxerga logo uma combinação de invejas mal disfarçadas.

Liberdade para praticar os meios mais licenciosos de arranjar fortuna, **Igualdade** para abater o poderio dos mais ricos do que nós, e **Fraternidade**, somente prescrita para uso alheio, quando as duas primeiras condições não tiverem bastado para nos arrancar de uma insuportável penúria. (NEVES, 1999, p.50, grifo nosso).

Fica explicitado o seu estilo irônico de escrever sobre o panorama que enxergava na realidade política. Era um democrata e republicano, mas diante dos acontecimentos que presenciou na vida pública brasileira, não poupou críticas severas aos princípios democráticos e às bandeiras principais da Revolução Francesa.

Suas críticas miravam o processo eleitoral, acusado por ele de servir como instrumento para convalidar a ação posterior dos governos e partidos que detinham posições políticas elevadas e que interessavam tanto diretamente aos atores políticos, quanto indiretamente – mas não menos intensamente – aos detentores do capital e financiadores dessa máquina. Assim, segundo Graciano, as ocasiões eleitorais tenderiam a tornar-se arena de ferrenhas disputas entre grupos, que reeditariam aí as sangrentas lutas ancestrais por comida e mulheres, substituídas por poder e prestígio. Logo, as democracias consistentes e estabilizadas não deviam a consolidação da ordem à superioridade de seu regime constitucional, senão a um acordo tácito em favor da chamada estabilidade social, mas com o sacrifício de qualquer subversão, agitação, ou

pretensão por direitos. Na visão de Graciano, as revoluções republicanas ofereceram inúmeros exemplos de como os vencedores rapidamente partem em busca de uma ordem política qualquer, imitando ações que espelham muito do que os inspirou a lutarem. A dificuldade de rompimento com o passado, por vezes verificada nos movimentos revolucionários, se dá pela importância que o fator econômico e a propriedade têm na estabilização de qualquer ordem política e social. A crítica de Graciano à democracia, ou melhor, sobre como a democracia se deixou subjugar, dá oportunidade a uma comparação grave com o regime imperial.

Na impossibilidade absoluta de alterar as mais íntimas relações sociais legadas pelo regime antigo, as democracias tiveram de limitar a sua intervenção reformadora aos caracteres puramente exteriores do governo, instituindo uma pseudo-legitimação eleitoral de autoridade, para justificar-lhe a existência e paliar as sequiosas ambições individuais, colocando ao alcance delas as mais elevadas posições políticas.

É apenas essa diferença superficial e incharacterística que separa as democracias das monarquias contemporâneas, conforme já o tem percebido a inteligência pública, inteiramente desiludida da eficiência intrínseca de quaisquer fórmulas políticas. (NEVES, 1999, p.53).

A pseudolegitimação eleitoral da autoridade citada por Graciano é um fator que ficará evidente como estratégia de manutenção de status dos grupos dominantes nas análises posteriores. Essa subjugação do *eu* ao *nós* se dá pelo poderio de um tipo de ator social, a chamada burguesia financeira, que, segundo Neves, tem nas mãos “o cetro da autoridade social” (NEVES, 1999, p.56).

Esse controle social exercido pela burguesia leva a uma espécie de fatalismo à qual o mundo está submetido, resignado, resultado do “aperfeiçoamento histórico”. Isso limita o protagonismo do homem na sociedade em sua condição de cidadão, indivíduo, posto que o desejo do ser social deva se diluir nos requerimentos e consentimentos da comunidade em que vive. Citando o Visconde de Bonald (1845)⁷, diz que a “filosofia do eu” fica diluída na “filosofia do nós”, na sociedade construída em sua lógica inerente da dependência do capital, estabelecendo uma estrutura de leis fomentada pelo capital, que passa a ser a base de conduta dos governos, e seu refúgio de justificação para a

⁷ Confira AMBROISE, Louis Gabriel. *Oeuvres de M. de Bonald*. Bruxelles. Publié par la Societé Nationale, 1845.

manutenção da ordem. A principal face da sujeição, portanto, é da ordem social ao capital, pois como diz Graciano,

(...) **quem faz esse nós**, isto é, **a sociedade, a comunhão social**, com as suas dependências recíprocas de indivíduo, **é a velha influência do Capital**, cada vez mais ativa na sucessão dos tempos, **e a legislação tutelar da Propriedade**, cada vez mais reconhecida como o elemento fundamental da Ordem. (NEVES, 1999, p.58, grifo nosso).

A performance do capital e o desenvolvimento industrial dele decorrente criam duas situações positivas para a visão de manutenção da ordem política. Primeiro, as classes conservadoras ficam cada vez mais poderosas para criar e se mover via instituições políticas que as protegem e representam. Segundo, as atividades econômicas, quando chegam a uma região, criam expectativas, embalam discursos políticos, ilusionam a população com a possibilidade de lucros, renda, fortuna, fazendo com que os brados contra as consequências danosas dessas atividades sejam, sem oportunidade de vitória, abafados, desqualificados, anulando as chances de contraposição política. É daí que surge o engrossamento apresentado como solução para o equilíbrio e ordenamento social.

1.1.3. O ENGROSSAMENTO: A ESTRATÉGIA DE CONSUMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

Na narrativa da *Doutrina*, a recente história republicana do Brasil é usada como exemplo de como a miséria e dificuldade do povo são um terreno fértil para a confusão social. Descrevendo o Brasil como um país carente de capitais, com uma massa de trabalhadores recentemente influenciados por um regime e lógica escravistas, com grande parte dos trabalhadores sem ocupação e sem um mercado que absorvesse mão-de-obra, nossa formação social foi apresentada como confusa. O autor indica que esse panorama constitui terreno fértil para a ação de indivíduos arrojados e cínicos que vêm nesse panorama a possibilidade de galgar posições políticas elevadas. Esse cenário torna as disputas acirradas, as ambições exacerbadas, os processos virulentos, engendram a desordem social. Daí, a necessidade de se estabelecer alguma ordem, põe em marcha um processo de estabilização. Aqui denota-se a crítica de Graciano se dirige à elite

brasileira e, especialmente, à capixaba, pois, como veremos, essa elite – o eleitorado branco, masculino, alfabetizado, dominante social e economicamente – é quem tem o protagonismo das decisões. No processo eleitoral brasileiro de então, apenas os filhos da elite ou apoiados por ela conseguiam galgar cargos eletivos importantes. Dessa forma, suas críticas se dirigem a esses atores. Veremos depois que Graciano está criticando um sistema do qual ele fazia parte. Para tanto, utilizou a definição de engrossamento.

Engrossamento não é uma definição criada por Graciano. Diversas passagens nos jornais da época, anteriores à publicação do livro de Graciano, já utilizavam a expressão com a conotação que ela tem na *Doutrina*. Assim é que no jornal *Estado do Espírito Santo* há utilização da expressão nas edições de 26 e 30 de janeiro de 1896⁸. Já no jornal *Commercio do Espírito Santo*, aparece nas edições de 11 de maio de 1894 e 27 de junho de 1896, quando aparece em forma de um poema transcrito abaixo:

Avulso

Qual histórias! Esta vida,
Pertence mesmo aos espertos;
Que vivem d'olhos abertos,
Posição sempre mentida.

E quando vem esquecida,
A promessa a planos certos.
Indicam que estão alertos,
Nessa vida bem vivida.

Assim é que um “guerreiro”,
Amigo de engrossamento,
Tem por seu o mundo inteiro.

Tendo jeito, entendimento,
Vai ganhando bom dinheiro
Engrossando a um “jumento”⁹.

O próprio Graciano diz que o termo era corrente, que foi criado pelo povo para definir uma nova dinâmica social surgida da conclusão de que os antigos embates e guerras foram plenamente suplantados pelo engrossamento. Essa descoberta se dá, na exposição de Graciano, pelo aparecimento espontâneo de uma expressão idiomática, ou mais, de

⁸ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 e 30 de janeiro de 1896, p.2.

⁹ Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de julho de 1896, p.1.

uma nova significação para uma expressão já existente, fruto da percepção popular de um fenômeno observado:

Ora, quando no meio da linguagem de um povo aparece um **vocábulo com sentido novo**, que **todo mundo apressa-se em adotar**, é porque avultou paralelamente uma **ideia nova**, latente e palpitante em todas as inteligências, esperando apenas uma expressão adequada e pitoresca que a define e populariza.

O vocábulo assim instituído, ao mesmo tempo que indica o auge de uma aspiração intelectual, **encerra em sua morfologia própria uma significação tão saliente da necessidade que veio satisfazer**, que basta examiná-la superficialmente, para adivinhar o fato que ele se propõe reproduzir.(...)

Quem lhe percebe o alcance, quem lhe sanciona a construção etimológica é a inteligência coletiva do povo: – e nem é de outra maneira que se enriquecem os vocabulários.

Quando o público se tiver apropriado de uma expressão nova, se formos averiguar das relações existentes entre o termo criado e a significação que lhe é conferida, veremos com **quanta sagacidade ele sabe construir e valorizar os vocábulos que inventa**.

E assim o podemos orgulhosamente verificar no sentido moderno com que o público brasileiro dotou o vocábulo – **Engrossamento** – **numa harmoniosa intuição política**. (NEVES, 1999, p.67-9, grifo nosso).

Portanto, Graciano dá à sabedoria popular o mérito por ter sagazmente colado na expressão *engrossamento* o significado social que passou a assumir. E por quais motivos o engrossamento surgiu como uma ação socialmente reconhecida? É o que Graciano explica ao longo de seu livro, que tornou o engrossamento em *Doutrina*.

No Brasil, em diversos estados é comum o surgimento e consolidação de oligarquias políticas que se perpetuam no poder. De acordo com Graciano, ações oposicionistas se enfraquecem com as frequentes derrotas eleitorais, visto que o capital precisa de estabilidade para se desenvolver e, com medo da desordem, financia quem está no poder. Desanimados com a pouca possibilidade de tomar o poder pela ação armada e experimentando a derrota na tentativa eleitoral, os políticos de oposição ao invés de desanimar ou desistir, adotam uma nova forma de agir, mais fácil do que as disputas encarniçadas. Os pretendentes ao governo saem da oposição e disputam para aderirem, sem nenhum pudor, ao grupo que está no poder. Entram no exercício do poder, não pela luta armada ou disputa eleitoral, mas pela sujeição de seus princípios (outrora irreconciliáveis) aos encantos do exercício do poder através de algum cargo político. Assim, não conseguindo alcançar a vitória almejada pela eleição, “os oposicionistas tiveram o louvável bom senso de conquistá-las por lisonjeiras adesões aos poderes

dominantes, abjurando magnanimamente ferrenhos e injustos rancores partidários” (NEVES, 1999, p.33). Neste sentido, segundo Graciano, só restava à população, que dependia da oposição para ser representada e defendida, assistir à derrocada das transformações que a beneficiariam. Logo, o poder instituído tem toda a possibilidade de caminhar ignorando os reclames da maioria da população, por vezes vitimada por décadas de negligência, sem que isso ameace sua permanência no poder. Os políticos não dependiam do apoio popular para se manter no poder e isso ficará demonstrado na análise das fontes.

Os políticos concluíram que sua ação se dá muito mais confortavelmente nesse esquema de pacificação do que em um panorama de disputas que revolucionem a ordem. Essa consolidação da ordem e reinado da obediência são propícios à evolução e progressão do capital, que contribui magnanimamente para a manutenção dessa estabilidade. A ordem econômica e a ordem política, assim edificadas, passam a ser paradigma social dominante, contaminando parcelas prejudicadas da população e tornando as aventuras de oposição cada vez mais difíceis. Logo, “O Capital faz a Ordem e a Ordem faz o capital”. (NEVES, 1999, p.33).

A esse processo de consolidação estruturante de uma ordem social como resultado da efetivação de uma ordem econômica estabilizada por meio do adesismo confortável dos atores políticos, o autor deu o nome de *engrossamento*.

Curioso observar que Graciano publicou *Doutrina do engrossamento* apenas doze anos após a proclamação da República, mas já denunciava as práticas engrossatórias, como se estas ocorressem há muito tempo. Para ele, o engrossamento estava sedimentado socialmente e era resultado de um processo de desenvolvimento e aprendizado.

A História da política republicana nos diversos Estados da União é, a esse respeito, profundamente instrutiva: – os representantes dos primeiros partidos guerrearam-se furiosamente com prodigalidade recíproca das mais indelévels injúrias, até que uma das facções aboletou-se definitivamente no governo; a parcialidade vencida, ainda não edificada pela prática desanimadora da oposição continuou a tomar a sério o seu papel de hostilização sistemática, e assim foi vivendo ingenuamente, ora desanimada, ora cheia de esperanças, **até que a lição dos tempos** fez-lhe entender a inutilidade de toda oposição; e então, após esses ensinamentos dolorosos, os adversários mais astutos **tiveram a inspiração fecunda de se conformar com a política vitoriosa**, concorrendo até com os mais antigos e fiéis partidários do governo para a posse das melhores colocações. (NEVES, 1999, p.63, grifo nosso).

As características ancestrais do engrossamento são expressas por adulação, servilismo, hipocrisia, egoísmo. À política e a ordem pública no Brasil (e no Espírito Santo, em particular) atribuiu a esses processos de engrossamento a função de firmar a dinâmica política, fazendo da adesão à práxis normal para alcance de participação no governo, expurgando escrúpulos na consecução e consolidação de um regime que busca formatar a tranquilidade política – para os políticos – e uma disciplina social que se perpetua.

No caminho para o desenvolvimento do engrossamento, a etapa inicial de servilismo, sempre mal visto, foi gradativamente adquirindo um status que amenizou a avaliação execrável da ação. A sujeição ao mais forte, primeiramente criticada e recriminada, tornou-se aos poucos uma estratégia integradora na convivência social, amaciando as consciências sabedoras de que é doloroso se submeter, mas, ainda assim agindo com “silencioso rancor” ao escolher concebê-la como inexorável.

Graciano Neves indica que na fase do engrossamento vivida por ele, devido à evolução paulatina, mas consistente da sujeição, exige-se cada vez menos esforço para que se obtenha obediência (por automática que se tornou) e cada vez experimenta-se mais a “honorabilidade da bajulação”, que é condição primeira de participação ou proximidade do grupo político dominante. Ao camuflar os males da subordinação e fortalecer o poder da grande autoridade que figura como principal chefe político, a facilitação das aspirações individuais dos sujeitados se dá por prática de lisonjas e homenagens engrossatórias, que agradam ao chefe e diminui-lhe a tirania. Esses chefes desenvolvem características de proteção e bondade para com seus subordinados, que terão um governante menos despótico à medida que aumentem sua docilidade e adesão.

Assim, segundo narrado na *Doutrina*, a construção de uma oposição sistemática em um cenário de engrossamento consolidado se constitui um dos mais graves “indutores da tirania” ao forçar o governante àquilo que ele considera legítima defesa de seu poder. Para Graciano, os governantes da República no Brasil têm gozado do privilégio de ter uma opinião pública que despreza e considera negativos os atos de rebelião, legitimando no poder os grupos oligárquicos dominantes. Tem-se percebido que “a violência do oposicionismo é uma mera questão de retórica e a história nos mostra que os retóricos e os tiranos sempre se entenderam bem”. (NEVES, 1999, p.41).

Dessa forma, o surgimento de um tirano e seu exercício de poder depende de condições ambientais em um dado contexto histórico, pois nenhum homem pode por si mesmo – e a depender apenas de sua estatura política – constituir-se um déspota que se perpetue. Portanto, os governos modernos mais se aparentam às máquinas burocráticas que seguem funcionando sem objetivos ou preocupações com a eficácia, estruturados e agindo em favor dos que estão no poder, viabilizados pelas classes dominantes. O resumo dessa proposição está na passagem da *Doutrina* que diz:

O que há de curioso e digno de sérios estudos nessa transição da rebeldia para a obediência, da guerra para a paz, é o processo infinitamente judicioso dos políticos profissionais para consolidar a Ordem sem prejuízos dos interesses particulares: – partilhar as comodidades oficiais, extorquindo-as com ternuras sábias, já que não é possível alcançá-las por meio da violência, nem tampouco pelos pronunciamentos eleitorais. A essa descoberta feliz e admiravelmente oportuna a voz pública afixou o nome de Engrossamento. (NEVES, 1999, p.66).

Graciano argumenta que, como a ação oposicionista não se mostra promissora – e inteligente nesse contexto para a conquista do poder – o *modus operandi* mais suave e barato para alcançar influência nos governos é o engrossamento. Ou, como dito na *Doutrina*: “Quem sabe engrossar, governa” (NEVES, 1999, p.86). E todo indivíduo que se submete e tem habilidade consegue alguma participação no governo, com a possibilidade de ser por ele atendido em suas demandas. Eis a síntese da ideia de engrossamento pensada por Graciano.

Graciano se ocupa, por uma criação absolutamente sua, em definir alguns parâmetros do engrossamento. Afirma que existem diversos tipos, ou antes, diversas metodologias de engrossamento, e os classifica:

Somos de parecer, salvo melhor juízo, que é necessário dividir o Engrossamento em duas classes principais: – **Engrossamento direto**, imediato, essencialmente mímico; o **Engrossamento indireto**, a distância, em que se dispensa gesticulações. (NEVES, 1999, p.118, grifo nosso).

A maior diferença explicitada na *Doutrina* entre os dois é a da capacidade e possibilidade de acesso direto à autoridade que se quer agradar. Os que têm acesso e

talento apelam para o engrossamento direto, em que através de lisonjas e gestuais, seduzem a autoridade, “tudo isso temperado com certa modéstia e humildade, sem o que será dificultoso suscitar uma piedosa simpatia no coração de S.Exa” (NEVES, 1999, p.122).

Para Graciano, aos faltos das duas características, resta apelar para alguém que faça chegar ao conhecimento do alvo do engrossamento, toda a sua consideração e estima. E as estratégias são muitas. Pode ser um artigo no jornal defendendo o governante de ataques que foram feitos por outro jornal da oposição, ou uma defesa feita em um debate público que deve chegar aos ouvidos da pessoa alvo da defesa, simulando total desinteresse. E o engrossamento pode acontecer até com adversários, quando o opositor percebe que sua atitude está sacrificando aos correligionários do interior à má vontade da autoridade, fazendo que o opositor se esforce para se aninhar nas fileiras governistas.

Além disso, como estratégia de permanência no círculo próximo do chefe político Graciano recomenda:

Um certo grau de taciturnidade, de sentenciosa circunspeção e mesmo de rispidez em presença de S.Exa., contrastando com o conhecido e fogoso entusiasmo com que lhe fazemos as mais elogiosas ausências, é uma combinação efficacíssima para conquistar-lhe a simpatia; e para obter esse resultado valioso basta encontrar um confidente simplório que se preste inconscientemente a servir de intermediário. (NEVES, 1999, p.122).

Esse caminho de até se atrever a ser ríspido, só pode ser adotado por aqueles que sabem gozar da admiração da autoridade, e nunca por um engrossador nóvel, como diz Graciano. E mesmo nas discordâncias, em que ações do engrossador irritam o chefe, as artes engrossatórias podem ser utilizadas para “a ovelha transviada (...) voltar para o regaço carinhoso da Autoridade que bem pode – como na parábola do filho pródigo – matar nessa ocasião o seu melhor novilho, apesar de todos os ciúmes governistas” (NEVES, 1999, p.121).

Afinado com as práticas políticas de sua época, Graciano observa que “o punhal (...) foi substituído por simples ameaças inofensivas e platônicas de quebrar a cara da oposição,

de acordo com a incruência característica que ditosamente reina nos costumes nacionais” (NEVES, 1999, p.123). O que nos interessa analisar neste ponto é a definição que Graciano deu ao engrossador inteligente: tem que ser um psicólogo arguto para impressionar a autoridade com uma atitude fingida, além de ser um competente comediante para iludir com verdade o papel que representa.

A partir daqui nos ocuparemos da análise do capital na construção da ordem, empregando referenciais que Graciano utilizou em seu texto, ainda que por citação rápida, mas suficientes para capturarmos os autores e abordagens recorrentes na época que Graciano escreveu a *Doutrina*. Importante ressaltar que Graciano não se filiou a nenhum dos referenciais que utilizou, à exceção das cores positivistas vivas em seu texto, no entanto, utilizou de maneira variada diversos conceitos de autores, dos quais destacaremos Comte e Marx.

CAPÍTULO 2

O CAPITAL E A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA: A COOPTAÇÃO DO ESTADO

O contexto da doutrina de Graciano é o viver político, como se apresentou na primeira década da experiência republicana. O sonho republicano no Brasil foi de longo desenvolvimento e já despontava em movimentos como a Inconfidência Mineira¹ ou a Conjuração Baiana². Já em 1870, o Manifesto Republicano é uma mostra do grau da maturidade de anseio pela República. Os conceitos do movimento republicano da época, espelhados nesse documento, nos trazem luz sobre algumas das esperanças que seus defensores expressavam. Desejavam que a República triunfasse como um movimento pacífico, ao contrário das antigas lutas sangrentas de independência, e que resultasse de um processo de convencimento da sociedade. No Manifesto Republicano de 1870 lemos:

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la. Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas no regime das ficções e da corrupção, em que vivemos, discutir é o nosso dever. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria. (MELO, 1878, p.60).

A República era apregoada como sinônimo de progresso e grandeza, contrária aos privilégios e distinções sociais apontados como fontes da dominação de uns sobre outros.

O privilegio, em todas as relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país – privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos. (MELO, 1878, p.62).

¹ Para uma discussão da visão de república possível na Inconfidência Mineira é muito útil o artigo FURTADO, João Pinto. “Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001, v.21, n.42, pp.343-63.

² Boa discussão sobre o tema foi feita em VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. 2007. Dissertação de mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP. 242f.

Uma das questões que sobressaem no discurso dos partidários da República é a idealização que se faz da vida que nasceria da adoção do regime republicano, em que se geraria uma democracia pura, ao mesmo tempo ao regime imperial são atribuídas características como o tolhimento de todas as garantias civis, decadência moral, administrativa e econômica. A República é definida como moderna e identificada com o desenvolvimento, a ciência e a democracia. É nesse ambiente que a República começa a ser vivenciada e, como não poderia deixar de ser, o regime híbrido que se assenhoreou do poder deixou muito a desejar frente à inocente esperança pregada.

Graciano escreve a doutrina tomado por sentimentos de decepção com a política republicana experimentada e vivida no Estado. Suas esperanças quanto à República ficam explicitadas nas palavras impressas em seu jornal *O Norte do Espírito Santo*. Na edição número um, de 15 de agosto de 1891, apregoa:

Decaída a monarquia, mudados os moldes governamentais do país, mais urgente e mais sensível se fez a necessidade da fundação de uma imprensa e mais avultados parecem ser os resultados que a sua influência fará surgir.

Num regime de forma republicana, em que se exercem mais amplas liberdades, num sistema federativo que, para ser bem estabelecido, exige **o mais perfeito desenvolvimento do espírito comunal**, numa organização política, cujo mecanismo **requer de todos os cidadãos a prática de deveres mais complexos**, [trecho incompreensível]**conveniência e utilidade**[trecho incompreensível]**a imprensa bem compreendida e bem exercitada** para que se difunda a necessária **educação política** apenas incipiente³.(NEVES, 1891, p.1, grifo nosso).

Essa proposição remete ao que Comte advoga no positivismo. Se a história está fadada a ser dominada pela sociedade industrial, pelo desenvolvimento e progresso, a evolução se dará na sociedade e no indivíduo. Para Comte, a congruência do progresso

(...) provém em geral da identidade fundamental que existe inevitavelmente entre a evolução individual e a evolução coletiva, as quais, tendo origem parecida, semelhante destino e um mesmo agente, devem sempre oferecer fases correspondentes, salvo as únicas diferenças de duração, intensidade e velocidade, inerentes à desigualdade dos dois organismos. (COMTE, 1978b, p.216).

³ Esse texto é parte do editorial *O nosso programa*, no qual o culto à nova condição republicana se assemelha muito a posição presente nos documentos de então, como no Manifesto Republicano.

A República seria o lugar das mais amplas liberdades, trazendo uma necessidade de evolução da cidadania, em contraste com a monarquia. Mas logo a realidade se mostrou distinta. Na edição número 13, de 8 de novembro de 1891, a propósito do episódio do fechamento do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, Graciano faz um editorial crítico em *O Norte do Espírito Santo* e afirma que “o agente supremo do poder executivo acaba de colocar-se fora da lei” (NEVES, 1891, p.1). Graciano rompe com o governo federal depois de grandes embates de seu grupo político com o governo da república⁴. Nesse período, Deodoro da Fonseca mostrou sua face antidemocrática e descumpriu itens da recém-inaugurada Constituição Republicana de 1891, fazendo seguidas intervenções nos Estados nos quais seus opositores estavam no poder. Muniz Freire era representante do Estado no Senado e ferrenho opositor do Marechal Deodoro. Como resultado, o grupo político de Muniz foi perseguido e Graciano incluído. Os jornais capixabas de oposição ao governo federal – como *Estado do Espírito Santo* e *O Norte do Espírito Santo*, dirigidos por Muniz e Graciano, respectivamente, tiveram dura atuação contra o governo do Marechal, resultando em perseguição e ameaças de fechamento e prisão, o que só não ocorreu com Graciano e seu jornal porque o governo do então governador situacionista, Barão de Monjardim, caiu antes de executadas as ordens nesse sentido.

Com a queda de Deodoro da Fonseca no cenário nacional, o rearranjo político nos Estados foi a reboque da situação nacional. Os até então opositores de Deodoro foram alçados ao poder com a posse de Floriano Peixoto, e no Estado, esse papel coube ao grupo de político de Graciano. Estilaque Santos (2012) assim narra esse desfecho:

No Espírito Santo, com a queda do Marechal Deodoro seguiram-se dias de indefinição e de forte mobilização política da oposição ao governo do Barão de Monjardim, inclusive com a ameaça de uma invasão da cidade de Vitória por opositoristas provenientes de vários municípios do interior. Depois da deposição do governo de Monjardim, em 29 de novembro de 1891, e de seu vice, Antônio Aguirre, que havia assumido em seu lugar, em 19 de dezembro de 1891, assumiu o governo uma Junta nomeada pelo poder central. Ela era composta pelo Coronel Inácio Henrique de Gouveia, pelo Dr. Graciano dos Santos Neves e Galdino Loreto e se encarregou da realização de novas eleições. (SANTOS, 2012, p.272).

⁴ Para uma excelente exposição sobre essa matéria veja o Capítulo A “Intervenção Federal” no *Espírito Santo* em SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Memória do desenvolvimento do Espírito Santo: grandes nomes*: José de Melo Carvalho Muniz Freire. Vol.3. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

Essa foi a primeira passagem de Graciano pelo governo do Estado como componente da Junta Governativa responsável por normalizar a vivência republicana no Estado. Essa junta assumiu e logo dissolveu a Constituinte Estadual e convocou nova eleição, aprovou uma nova constituição e elegeu de forma indireta Muniz Freire para governar o Espírito Santo (RIBEIRO, 2012, p.127-51). Conforme já dito, Muniz foi o primeiro governante digno do nome, pois completou o seu mandato e, mais do que isso, conseguiu consolidar um grupo político que se manteve à frente do governo do Estado até 1905. A partir de seu governo, deu-se a construção de uma nova ordem social, política e econômica, que começou a se estruturar no Estado, alvo da análise de Graciano em seu livro.

Na crítica de Graciano, há duas palavras que atravessam todo o texto e que orientam a construção da doutrina do engrossamento: capital e ordem são as bases de sua crítica, que passaremos a analisar, procurando perseguir o caminho que ele trilhou para construir sua doutrina, assim como, o quanto for possível, empregando a bibliografia que utilizou e que estava disponível em sua época.

A primeira citação referente às palavras ordem e capital está no prefácio da *Doutrina*, que ele escreveu como o fictício senador Melício de Seixas. Graciano inicia afirmando:

Não há assunto ali abordado que não tenda para a prova substancial de uma questão que traduz o patriótico anseio de nossos dias: a necessidade de avigoração do elemento conservador da sociedade para **garantia da ordem**, assentando sobre esta o **sólido arcabouço do capital** e a consideração real de que – **é em torno dessa força única e fundamental que se operam todas as transformações sociológicas, se exercitam todas as reformas políticas e se realizam os festivais de todos acontecimentos humanos.** É da **obediência salutar a autoridade constituída que germinam os rebentos mais viçosos da ordem**, é sob a ação impecável dessa disciplina que argamassa-se e desenvolve-se a **fortuna pública**, e é no regaço protetor desta última, que a **ideia da pátria** cresce, avoluma-se e chameja nas manifestações mais palpitantes do sentimento comum. (NEVES, 1901, p.2, grifo nosso).

Aqui, sem que uma definição de capital seja apresentada, ele esboça sua trajetória analítica na qual o capital garante a ordem; que esse é um caminho de mão dupla; o capital é a força que move a sociedade, a política e demais movimentos humanos. A ordem permite o desenvolvimento do capital ou da “fortuna pública”, que alicerça a

construção do sentimento de pátria. Para Graciano, pátria nada mais é do que o aglomerado humano ficcional que surge e se sustenta no progresso de interesses econômicos, da indústria, do comércio, da riqueza material responsável pela formação do capital: “única força alentadora do crédito público e de todas as energias morais de uma nação”. A classe conservadora seria a garantia ao desenvolvimento do capital, que ampara e sustenta os governos constituídos. Assim, as lutas e disputas políticas que ameaçam o equilíbrio e a ordem na República já teriam sido abandonadas, pois “nem as perturbações intestinas derivadas de revoltas malogradas, nem o expediente cansado e já desmoralizado dos processos eleitorais preocupam, em nossos dias, o ideal dos partidos” (NEVES, 1999, p.3). Vê-se que o caminho apontado para a manutenção da ordem passa pelo abandono das revoluções e das disputas eleitorais. Em tom de ironia, considera que as revoluções desestabilizam a ordem necessária à consolidação do capital. Ademais, a alternância de grupos no poder pelas disputas eleitorais prejudicam a continuidade do ambiente político e a consolidação do capital na sociedade. Abandonadas as revoluções e as disputas, Graciano propõe a adesão ao poder pela via do servilismo, do adesismo. Aqui reside a semente de sua *Doutrina do engrossamento*: único caminho para o estabelecimento da ordem, que constitui a base para a construção do capital.

Para isso, citando o personagem bíblico Cyreneo – que ajudou a carregar a cruz de Jesus Cristo e símbolo de atitude fraterna –, Graciano reafirma um novo tempo. Ressalta que as guerras e matanças deveriam ceder e que a fraternidade e a obediência afetuosa, presentes no coração dos homens disciplinados, deveriam reinar entre os homens. Por isso, propõe suas teses em forma de doutrina. Para Graciano, a observância da doutrina produziria homens disciplinados, fraternos, ternos, obedientes. Disso depende a ordem e dela deriva a formação do capital. Propositamente, iguala o alcance dessa ordem disciplinada com o conceito de consolidação das instituições, de confiança no poder público, nomeando os seguidores do engrossamento como levitas do novo sacerdócio político. Assim, sua doutrina se baseia na sequência tranquilidade, conservação, ordem pública e capital. Essa ideia é magistralmente exposta como um mantra que se repete ao longo do livro:

Assim agindo, gozaremos de **tranquilidade** invejável em uma era de verdadeira regeneração nacional em que o elemento **conservador** do país, alicerçado na mais eminente de suas garantias – a **ordem pública** – irá definitivamente, estabelecer a soberania de qualquer instituição política, a majestade gloriosa do **capital**. (NEVES, 1901, p.6, grifo nosso).

Culto e profundo conhecedor da literatura de sua época, Graciano, ainda no papel do fictício senador, utiliza-se do autor inglês Max O'Rell, pseudônimo de Paul Blouet, jornalista francês que viveu muitos anos na Inglaterra e a retratava em uma série de textos recheados de humor e caricaturas do povo inglês. Graciano faz uma alusão a Max O'Rell dizendo:

Todos os processos usuais na pátria por excelência do *pale-ale* e do *double stout*, de que nos fala Max O'Rell, exercitados com maestria no parlamento da Inglaterra pela aristocracia conservadora dos lords britânicos, experimentei eu, em escala mais moderada, na alta câmara do meu país (NEVES, 1901, p.3).

O texto a que se refere Graciano é do livro *John Bull and his Island*, e no original diz:

The existence of the House of Lords is an insult to the common sense of the English nation. The nobility is here essentially a monied nobility, a monopoly of property, which the law of primogeniture, only existing in the aristocracy, concentrates into a few hands. Nine-tenths of the English peers would be unable to produce any quarters farther back than the last century. The heroes that are ennobled are heroes of money; English pale-ale and double-stout have more earls and barons to answer for than all the other national products. The seats in the House of Lords are hereditary, and there is always a crushing majority on the Conservative side. (O'RELL, 1886, p.224).

O'Rell trata acidamente a cultura inglesa e sua classe política, dizendo que os membros da Câmara dos Lordes, a câmara alta do parlamento britânico, cujos assentos são vitalícios, e que detinha mais poder do que a câmara dos comuns (dos eleitos do/pelo povo)são heróis enobrecidos apenas pelo dinheiro, pelo poder e pelo conservadorismo. Sua existência representa um insulto ao senso comum inglês. Satirizando, Graciano escreveu como se fora o senador Melício de Seixas e usou O'Rell como sua referência na parte do texto em que este cita dois famosos tipos de cervejas inglesas, a *Pale-ale* e a *Double Stout*. Lembra que tem mais barões e condes a defendê-las do que a qualquer outro produto nacional. Assim, de forma sutil, faz um paralelo entre os parlamentos, quando evidencia que os “nobres” do senado brasileiro não estão mais interessados em assuntos sérios quanto em sua cervejinha. Para concluir sua crítica, diz que experimentou, em escala moderada, essa preocupação com a defesa das posições conservadoras na alta câmara do parlamento nacional, tal como se faz na Inglaterra.

Interessante a citação e obra de O'Rell, pois em *Jonh Bull e a sua Ilha*, o comportamento dos ingleses é reportado de forma irônica como um afirma:

The French fight for glory ; the Germans for a living ; the Russians to divert the attention of the people from home affairs; but John Bull is a reasonable, moral and reflecting character: he fights to promote trade, to maintain peace and order on the face of the earth, and the good of mankind in general. If he conquers a nation, it is to improve its condition in this world and secure its welfare in the next: a highly moral aim, as you perceive. "Give me your territory, and I will give you the Bible". Exchange no robbery.⁵ (O'RELL, 1886, p.3).

A Inglaterra da época personificava a captura do poder e do comércio mundial pelo capital. No trecho acima, o capital– simbolizado pelo comércio– e a manutenção da paz e da ordem, são citados no mesmo estilo irônico de Graciano. Para o autor, a estratégia de dominação se dá pelo oferecimento de melhores condições de vida para o país colonizado – leia-se melhores como sinônimo da entrada do país colonizado na dinâmica capitalista de promoção de comércio e expropriação, direta ou indireta, dos gêneros característicos da produção dessa colônia. Em outro trecho do mesmo livro, O'Rell diz o seguinte:

England, at heart, is generous: when she has conquered a people, she freely says to them: "I forgive you". Above all things she is practical. When she has achieved the conquest of a nation, she sets to work to organize it: she gives it free institutions; allows it to govern itself; I trades with it; enriches it, and endeavours to make herself agreeable to her new subjects. There are always thousands of English- men ready to go and settle in such new pastures) -and fraternise with the natives. When England gave her Colonies the right of self-government, there were not wanting people to prophesy that the ruin of the Empire must be the result.

Contrary to their expectation, however, the effect of this excellent policy has been to bind but closer the ties which held the Colonies to the mother-country.⁶ (O'RELL, 1886, p.3).

⁵ "O Francês luta pela glória; os alemães pelo sustento; os russos para desviar a atenção das pessoas de assuntos internos; mas John Bull é um personagem racional, moral e reflexivo: ele luta para promover o comércio, para manter a paz e ordem na face da terra, e para o bem da humanidade em geral. Se ele conquista uma nação, é para melhorar a sua condição neste mundo e garantir seu bem-estar no porvir: um objetivo altamente moral, como você percebe. "Dê-me seu território, e vou dar-lhe a Bíblia". Troca, não roubo". (O'RELL, 1886, p.3, tradução livre).

⁶ "A Inglaterra, no coração, é generosa: quando ela conquista um povo, diz de livre vontade a eles: "Eu te perdôo". Acima de todas as coisas ela é prática. Quando ela conquista uma nação, ela começa a trabalhar para organizá-la: ela lhe dá instituições livres; lhe permite governar a si própria; desenvolve o comércio com ela; enriquece-a, e se esforça para tornar-se agradável para seus novos súditos. Há sempre milhares de homens ingleses prontos para ir e se estabelecer em tais novas pastagens – e confraternizar com os nativos.

Quando a Inglaterra deu suas colônias o direito de auto-governo, não faltaram pessoas a profetizar que a ruína do Império deve ser o resultado. Ao contrário da sua expectativa, no entanto, o efeito desta

A dinâmica de ação do capital desenvolve o discurso que apregoa as vantagens do comércio, com promessas de enriquecimento, e até certa liberdade de autogoverno. Segundo O'RELL, isso estreita a ligação da colônia com a Inglaterra. Numa nota de rodapé o autor explicita uma estratégia que concorre para esse sucesso:

Not only have the Colonies their own parliaments, but they have their ambassadors in London, who, under the name of Agents-General, watch over their interests. These Agents-General are usually ex-ministers of the Colonies.⁷ (O'RELL, 1886, p.5).

O'Rell, em sua ironia, diz que às colônias sob domínio inglês é dada certa autonomia de ação, e que Delegados-Gerais dessas colônias cuidam de seus interesses em Londres: o centro econômico de todo o sistema formado pela Inglaterra, por suas colônias e os países que estão sob o domínio econômico inglês. Importante frisar que esses Delegados-Gerais são identificados por O'Rell como ex-autoridades das colônias. Essas autoridades se filiam ao sistema e passam a ser despachantes dos interesses de suas colônias frente ao capital estabelecido nos países dominantes, ou entre capitalistas e membros da elite dominante. Uma interlocução que, para além de necessária, tornou-se sinal de modernidade. Como veremos na análise das fontes, foi exatamente isso que aconteceu com Muniz Freire após deixar o governo.

Graciano Neves estava afinado com a bibliografia referente ao *status* do capitalismo no final do século XIX. Ele, porém, fundamentou sua *Doutrina* claramente no positivismo de Comte, explícita e fartamente citado, que será objeto de análise em um segundo momento. Primeiramente, buscaremos, em uma análise subjetiva, comparar seu texto da *Doutrina* com proposições de Marx. Conduziremos um levantamento do que Graciano afirmou, conjugando-o com as principais obras dos dois autores. Algumas já editadas à época, e outras, como a *Ideologia Alemã*, ainda sem publicação. Faremos assim por dois motivos: primeiro porque, mesmo não publicadas, as obras refletem o pensamento de Marx, e encontra paralelo em outros de seus textos. Segundo, porque para além do posicionamento do autor em si, essas eram ideias que circulavam entre as

excelente política tem sido o de estreitar os laços que ligam as colônias à pátria-mãe". (O'RELL, 1886, p.3, tradução livre).

⁷ "Não só as colônias têm seus próprios parlamentos, mas eles têm os seus embaixadores em Londres, que, sob o nome de Agentes-Gerais, cuidam dos seus interesses. Estes Agentes-Gerais são geralmente ex-ministros das Colônias". (O'RELL, 1886, p.5, tradução livre).

elites, que delas se apropriavam a seu modo, conforme nos revelam Neder e Silva (2009). Começaremos discutindo a identificação das análises gracianas com as proposições de Marx.

2.1. A DOUTRINA E A ANÁLISE DE GRACIANO: CONVERSANDO COM MARX

As ideias sobre a economia política circulavam intensamente entre os formadores de opinião, políticos, intelectuais, enfim, entre a elite no início do Brasil república. Junto com as proposições capitalistas, as ideias socialistas também circulavam, assim como a literatura de autores como Marx. Como visto, o domínio do capital era a tônica da contemporaneidade de então, e a industrialização era a força motriz da ação e da propaganda desse movimento. A intenção era fazer fluir o capital do centro capitalista – a Inglaterra, por exemplo – para a periferia – as colônias, onde o capital se transformaria em mercadorias que retornariam aos centros capitalistas para se reconverterem em dinheiro e se multiplicarem em um capital maior. No Brasil, e no caso do Espírito Santo em particular, a atuação do capital se dá na oferta de mercado comprador do maior produto de exportação, o café, e da concessão de empréstimos, criando dívida pública, para que o Estado se estruturasse, gerando capital. Marx e Engels já analisavam esse período observando que:

Esse período também é caracterizado pelo fim das proibições de exportação do ouro e da prata, pelo surgimento do comércio de dinheiro, dos bancos, das dívidas públicas, do papel-moeda, da especulação com ações e com fundos de investimento, da agiotagem em todos os artigos e do desenvolvimento do sistema monetário em geral. O capital perdeu novamente uma grande parte do caráter natural que ainda se encontrava preso a ele.

A concentração do comércio e da manufatura num só país, a Inglaterra, concentração que se desenvolveu incessantemente no século XVII, criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com isso, uma demanda por seus produtos manufaturados, demanda esta que não podia mais ser satisfeita pelas forças produtivas industriais anteriores. Essa demanda (...), foi a força motriz que deu origem (...) a grande indústria. (MARX e ENGELS, 2007, p.59).

Como característica desse período, a concentração de capitais nas mãos inglesas gradativamente criou uma nova perspectiva econômica a partir do século XVII, surgindo em nível mundial o comércio de dinheiro, bancos com atuação internacional,

estabelecimento cada vez maior do financiamento de governos pelo dinheiro privado, consolidando a ideia de dívida pública e criando um sistema monetário internacional. Marx e Engels definem o papel da grande indústria neste contexto:

A grande indústria (...) universalizou a concorrência (...), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. Subsumiu a ciência natural ao capital e tomou da divisão do trabalho a sua última aparência de naturalidade. Destruiu, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. (MARX e ENGELS, 2007, p.59).

A característica mais central desse movimento de implantação da grande indústria foi o de subverter a antiga ordem, implantando a priorização de seus interesses, substituindo as antigas forças políticas por novas, alinhadas com sua visão, atraindo para si as bases decisórias dos governos, tornando-se necessária para satisfazer as necessidades mundiais. Este processo foi se estabelecendo por um movimento que se apresentava como natural. Essa dinâmica tem algumas características que passaremos a pontuar.

A primeira característica aponta para a concentração cada vez maior do capital nas mais diversas situações que o produzem e multiplicam. Como afirmou Graciano Neves, a concentração do capital sustentaria governos, subvencionaria exércitos e manteria a ordem:

Adquirida pela força, pelo privilégio ou pela livre concorrência econômica, a **Propriedade** há de ser sempre e **cada vez mais uma exceção**; mas é essa exceção preponderante que **sustenta os governos, subvenciona os exércitos e assegura a Ordem**, pois que as contemporâneas não são mais do que simples delegações da **oligarquia financeira** que dispõem do Capital. (NEVES, 1999, p.49, grifo nosso).

É interessante como, mesmo não sendo Marxista, mas como veremos mais à frente, um “desconfiado positivista convicto”, pode-se traçar um paralelo entre as ideias de Graciano Neves e as análises de Marx. Em *A ideologia alemã*, Marx discute como o capital se apossou do Estado pela via da dependência. Segundo Marx:

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. (MARX e ENGELS, 2007, p.75).

Sua afirmação, quanto ao Estado Moderno, explicita a questão da dívida pública e a criação de dependência que tal dívida tem com o capital. Aliás, no *Grundrisse* também fala da cooptação do Estado pelas práticas burguesas, e como essas práticas definem e influenciam esse mesmo Estado. Tomando como exemplo os Estados Unidos, Marx diz que o único economista americano digno de nota é Carey⁸.

Carey é o único economista original dentre os norte-americanos. Pertence a um país em que a sociedade burguesa não se desenvolveu sobre a base do feudalismo, mas começou a partir de si mesma; em que a sociedade burguesa não aparece como o resultado remanescente de um movimento secular, mas como o ponto de partida de um novo movimento; em que o Estado, em contraste com todas as formações nacionais anteriores, desde o início esteve subordinado à sociedade burguesa e à sua produção e jamais pôde ter a pretensão de ser um fim em si mesmo; enfim, em um país em que a própria sociedade burguesa, combinando as forças produtivas de um velho mundo com o imenso terreno natural de um novo, desenvolveu-se em dimensões e liberdade de movimento até então desconhecidas e suplantou em muito todo trabalho anterior no domínio das forças naturais; e onde, enfim, os antagonismos da própria sociedade burguesa aparecem unicamente como momentos evanescentes. (MARX, 2011, p.36).

Marx realça a diferença entre a ação do capitalismo no velho mundo, nascido e desenvolvido sob base feudal, e o capitalismo norte americano, que nasceu sem as amarras de um passado que o travasse, desenvolvendo-se em plenas forças. O desenvolvimento social e econômico dos Estados Unidos ao longo do século XIX foi realmente impressionante. Se no começo do século a população e renda per capita dos Estados Unidos era similar a do Brasil, em fins do mesmo século, a situação era totalmente outra: a sua população tornou-se três vezes maior e o PIB per capita mais que o quádruplo do Brasil (MELLO, 2011, p.54).

⁸ Um trabalho que explica bem as proposições de Carey está em MELLO, Pedro Carvalho de. “Economista influente e presidente de Seguradora Pedro Carvalho de Mello”. In: *Revista Brasileira Risco e Segurança*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, out./2010 a mar./2011, p.51-68.

Distintas foram as adaptações que o capitalismo realizou ao se encontrar com diversas bases culturais ao redor do mundo. No Brasil, seu desenvolvimento também apresentou características específicas. Se não tivemos a base feudal, como na Europa, também não alcançamos a liberdade de autoformação como tiveram os Estados Unidos. Nossa base escravista e patrimonialista, subordinada a um poder imperial, surrupiou possibilidades de autodesenvolvimento por quase quatro séculos, engendrando costumes e tradições que definiram o desenvolvimento de “nosso” capitalismo. No Espírito Santo, a situação era ainda mais dramática, pois se juntava às condições gerais brasileiras a especificidade de um Estado inerte econômica e socialmente, por praticamente quatro séculos. Zorzal e Silva (1986), em relação ao Espírito Santo, diz que:

O contingente populacional, por ocasião do recenseamento do Império do Brasil, em agosto de 1872 e, posteriormente, no primeiro recenseamento realizado pela República, em dezembro de 1890, era o menor de todas as Províncias litorâneas. A nível de Brasil, no censo de 1872, apenas as Províncias do Amazonas e Mato Grosso possuíam populações menores que a do Espírito Santo, e, no censo de 1890, apenas a do Estado do Mato Grosso era menor. Significava, em 1872, 0,83% e, em 1890, 0,95% do total da população brasileira [...]. A economia também não fora incluída, com representatividade significativa, em nenhum dos ciclos econômicos que caracterizou a economia brasileira até o século XIX. (ZORZAL e SILVA, 1986, p.39).

Continuando a análise, Marx diz que Carey considera que o impressionante desenvolvimento do capitalismo nos EUA se deu de forma pura e que na Europa –toma a Inglaterra pela Europa – esse desenvolvimento se deu de forma deturpada, inibida e prejudicada, justamente pela herança social do período feudal. Marx diz que a análise de Carey só vai até o antagonismo capitalismo americano *versus* capitalismo europeu, e que a sua visão do problema está equivocada. Marx afirma:

Para Carey, o efeito perturbador de influências tradicionais sobre as relações *naturais* da sociedade burguesa, influências que não emergiam de seu próprio seio, reduz-se em última instância à influência do Estado sobre a sociedade burguesa, a suas intervenções e ingerências. O salário, por exemplo, cresce naturalmente com a produtividade do trabalho. Se achamos que a realidade não corresponde a essa lei, temos unicamente de abstrair a influência do governo, impostos, monopólios etc., seja no Hindustão, seja na Inglaterra. (MARX, 2011, p.36).

Assim, Carey vê a sociedade burguesa com certas características naturais próprias que são deturpadas pela ingerência do governo. Mas Marx diz que as relações burguesas deduzidas das ingerências do Estado sempre confirmarão de fato as leis harmônicas da economia burguesa. “Carey não investiga em que medida essas próprias influências estatais, dívida pública, impostos etc., têm origem nas relações burguesas” (MARX, 2011, p.38). Marx chama a atenção para algo importante: diz que na Inglaterra as relações burguesas não aparecem como resultado do feudalismo, mas de sua superação, e que na América do Norte, o poder do governo central cresce por causa da centralização do capital. E no Brasil, como isso se deu? Faremos menção disso em análise sobre a implantação do liberalismo no Brasil.

Assim como Carey enfrenta os ingleses comparando-os com os norte americanos, na França, Bastiat⁹ confronta os socialistas. Diz Marx (2011):

Bastiat confronta os socialistas franceses com a menor potência da sociedade burguesa na França. Vocês crêem que se revoltam contra as leis da sociedade burguesa em um país em que jamais se permitiu que essas leis se realizassem! Vocês as conhecem unicamente na atrofiada forma francesa, e consideram sua forma imanente o que é somente sua deformação nacional francesa. Vejam a Inglaterra. Aqui em nosso país é preciso libertar a sociedade burguesa dos grilhões que lhe pôs o Estado. Vocês desejam multiplicar esses grilhões. Primeiro desenvolvam as relações burguesas em sua forma pura e depois podemos conversar novamente. (MARX, 2011, p.38).

Se Carey defende que as desarmonias do capitalismo se deram pelo desenfreado domínio da economia inglesa sobre o mercado mundial, produzindo desajustes, Bastiat enxerga que a desarmonia se deu pela “deformação nacional francesa”. Para Carey, somente a ação protecionista do Estado conseguiria reequilibrar o que a ação inglesa desajustou. Já para Bastiat, somente a abertura das fronteiras francesas ajustaria o roteiro capitalista na França. Marx, por sua vez, argumenta que ambos estavam equivocados. Como vemos, fervilhavam no século XIX, teses e debates quanto ao desenvolvimento do capitalismo. Em diferentes nações, como Estados Unidos, Inglaterra e França, as questões levantadas são distintas e passam pela base histórica e cultural de cada nação.

⁹ Economista francês defensor do liberalismo econômico. Seu livro mais famoso é *Economic harmonies*.

Podemos perceber traços desses debates na análise de Graciano Neves, pois estes temas eram recorrentes em diversos autores citados na *Doutrina*. A preocupação com a performance do capital em nível mundial, que capturava a ordem política e passava a agir para a manutenção dos interesses capitalistas, era frequente em muitos autores citados na *Doutrina do engrossamento*; desde Marx, passando por Heine, O'Rell, Proudhon, entre outros. A literatura utilizada por Graciano para construir seu argumento foi selecionada. Praticamente todos estão no índice remissivo de autores citados por Minois em sua obra *História do riso e do escárnio* (2003). Como já mencionamos em outro momento desta tese, Graciano continua construindo sua doutrina com base na conjugação entre capital e ordem, e, tentando expressar sua visão, afirma que:

(...)foi a influência das reservas alimentares que facultou a fixação e a expansão contínua das associações humanas, **o que equivale a dizer que foi a instituição do Capital que formou as sociedades**. Todas as aptidões humanas mentais e morais só avultaram e só se exercitaram com alguma intensidade depois que a alimentação ficou garantida por largo prazo. Enquanto isso não aconteceu, só **os mais baixos instintos do homem é que funcionavam ardentemente empregados na aquisição diária do comestível**. (NEVES, 1901, p.35, grifo nosso).

No trecho acima, Graciano começa uma análise histórica da humanidade e sua formação. Considera a consecução de reservas alimentares o primeiro sinônimo de capital, o embrião da acumulação que veremos mais adiante. Em seu argumento, pondera que somente com o surgimento da indústria pastoril e a acumulação de alimentos é que se desenvolveram os afetos do coração, como o amor, a poesia, a misericórdia, além das elucubrações da inteligência, a formação da família patrilinear, em que o macho tinha condições de sustentá-la a partir das reservas. E é curioso que, apesar de o capital ser o conceito básico utilizado na construção de sua *Doutrina*, é nessa parte do texto que ele faz sua única citação direta a Karl Marx. Graciano diz:

Ao passo que o Capital se acumulava, ao passo que a existência do indivíduo e da sua família ia-se facilitando pela garantia sempre crescente de recursos alimentares, **as faculdades humanas mais elevadas iam gradualmente se acentuando e desenvolvendo**. **Como disse Karl Marx** – sem contudo aprofundar o problema –, **a religião, a política e a ciência são simples epifenômenos do fenômeno econômico**. (NEVES, 1901, p.35, grifo nosso).

Sua argumentação de que Marx não aprofundou o problema é injusta. Sabemos que Marx e Engels trabalharam essa ideia em diversos textos. Em *A ideologia alemã* – texto publicado apenas após a morte de Graciano, mas cujas ideias eram o cerne do que Marx defendia – Marx e Engels propõem que quaisquer ideologias são decorrentes, viabilizadas, consequência indissociável do econômico, ou do material. Eles afirmam que:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc... (MARX e ENGELS, 2007, p.41).

O capital funciona como uma locomotiva que traciona os diversos aspectos da vida ao seu sabor, nem sempre com resultados positivos. Em *O capital*, Marx diz das consequências sociais do desenvolvimento das cidades, fruto do progresso.

As “melhorias” (improvements) das cidades, que acompanham o progresso da riqueza, mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais etc., ampliação das ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de bondes puxados por cavalos etc., expulsam evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos. Por outro lado, todos sabem que o preço alto das moradias está na razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com mais lucros e menos custos do que jamais o foram as minas de Potosí. (MARX, 1984, p.286).

O andar da economia engendra as condições da vida social, imputando consequências. O progresso das cidades, decorrência desejada do desenvolvimento, dificulta a vida das pessoas que trabalham para esse mesmo desenvolvimento, encarece as habitações, e empurra as classes desfavorecidas para as periferias. As relações sociais que nascem do progresso e do desenvolvimento são atravessadas por contradições que, para Marx, confirmam sua percepção de que o capital subjuga todos os aspectos da vida humana.

Marx e Engels definem que as relações sociais, em todos os seus aspectos, trazem a marca do resultado material, e que cada geração recebe da anterior uma série de

características, como forças produtivas, capitais ou quaisquer outras circunstâncias que, embora possam ser, e sejam, redefinidas pela nova geração, delimitam, definem, restringem, de certa forma, as condições de vida para essa última. Aqui, afirmam literalmente que as circunstâncias fazem os homens, e vice-versa. É por isso que continuam sua análise confrontando o capital e sua produção na vida social. Segundo afirmam:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX e ENGELS, 2007, p.47).

A formação das ideologias – e eles colocam nesse pacote ideológico ciência, religião, moral, leis, etc. – é epifenômeno do fenômeno material. A vivência republicana, portanto, dificilmente teria características diferentes do que teve. A única coisa que a “nova geração” teve de novo foi a república proclamada em si, porém, a vivência republicana foi feita com todas as limitações dos costumes, vícios, defeitos que os protagonistas daquele momento histórico tinham em sua genética política. Interessante notar, posteriormente, na análise das fontes, como a incongruência do novo e do velho se juntou para formar o ornitorrinco republicano no Espírito Santo. Se a análise for feita por essa visão, a república não teria mesmo muita chance de ser algo muito diferente do que foi, pois Marx e Engels propõem que as formações humanas que resultam nas relações sociais não são autônomas, sendo sempre consequências das formações e transformações do ambiente material, são isentas de autonomia, em uma relação obrigatoriamente consequencial, em que os homens produzem suas representações, ideias.

A forma como Graciano expressa essa visão em seu texto é reducionista quanto às conjecturas de Marx e Engels, mas faz parte de uma visão comum acerca desse tema. É importante frisar que eles não tiram do sujeito seu protagonismo social, mas indicam

que, em sua autoprodução, ele será tutelado pela realidade material socialmente mediada e que as diversas ideologias não têm vida própria, mas são sintomas das condições materiais da época que se vive. Assim, complementam dizendo que

(...) as condições de existência – expressas idealmente nas leis, na moral etc. – da classe dominante (condicionadas pelo desenvolvimento da produção até aqui), a qual se torna, com mais ou menos consciência, teoricamente independente dos seus ideólogos, podem representar a si mesmas, na consciência dos indivíduos singulares dessa classe, como vocação etc. e, assim, podem ser confrontadas aos indivíduos da classe dominante como norma de vida, em parte como paliativo ou consciência da dominação, em parte como seu meio moral. Aqui, como em geral ocorre com os ideólogos, é de se notar que eles necessariamente colocam a questão de cabeça para baixo e veem na sua ideologia tanto a força motriz como o objetivo de todas as relações sociais, enquanto ela é tão somente sua expressão e seu sintoma. (MARX e ENGELS, 2007, p.405).

Marx constrói a base para a compreensão de que não são as ideias que formam as relações sociais, ao contrário, as relações sociais formam e possibilitam determinados conjuntos ideológicos. Graciano Neves ressalta apenas que o filosofar é resultado da capacidade que o homem tem de acumular reservas, que ele chama de capital. Marx e Engels dão um sentido mais próprio dentro de sua doutrina ao capital e seu domínio sobre as relações sociais e ideologias advindas daí. Eles dizem que o capital moderno, reflexo da grande indústria e da concorrência universal, resultou na propriedade privada pura, sem nenhum vínculo social ou comunitário, que conseguiu anular qualquer influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. Outrossim, o Estado se viu refém e dependente dos proprietários privados, os burgueses, pelo pagamento de impostos e pelo sistema da dívida pública.

Entre os povos originados da Idade Média, a propriedade tribal desenvolve-se passando por diferentes fases – propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufatureiro – até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, quer dizer, até chegar à propriedade privada pura, que se despiu de toda aparência de comunidade e suprimiu toda influência do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema de dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. (MARX e ENGELS, 2007, p.75).

No governo de Graciano, como se verá, a dívida pública foi um dos fatores de pressão sobre o orçamento que estrangulou as finanças do Estado. Em todo o seu texto, Graciano não adota o discurso marxista de classes para justificar o domínio da ordem pelo capital, embora faça uma afirmação sempre direta de que o capital domina o Estado, estabelecendo a ordem. Dessa forma, utilizando Marx, mesmo limitado pelo que se poderia perceber do poder do capital em fins do século XIX, Graciano já ressalta a supremacia do econômico sobre outras atividades e a captura do poder no Estado pelo capital. Ele reforça sua ideia de que o econômico é a fonte dessas superestruturas sociais e, em seguida, cita uma expressão sem referenciá-la: *Primo vivere, deinde philosophare*. Essa expressão latina indica a necessidade de primeiro suprir as necessidades básicas à sobrevivência, condição primeira para se ocupar de outras atividades como a filosófica, ou ainda, é a satisfação das condições materiais de vida que proporcionam a possibilidade de criação das atividades ideológicas. Esse desenvolvimento nos remete ao que Hobbes defende em *Leviatã*:

Os homens viviam baseados na experiência grosseira, não havia método, isto é, não semeavam nem plantavam o conhecimento por si próprios, separados das ervas daninhas e das plantas vulgares do erro e da conjectura. E sendo a causa disso a falta de tempo, devida à procura das necessidades da vida e à defesa contra os vizinhos, era impossível, até que se erigisse um grande Estado, que as coisas se passassem de maneira diferente. O ócio é o pai da filosofia, e o Estado, o pai da paz e do ócio. Quando pela primeira vez surgiram grandes e florescentes cidades, aí surgiu pela primeira vez o estudo da filosofia. Os gimnosofistas da Índia, os magos da Pérsia e os sacerdotes da Caldéia e do Egito estão incluídos entre os mais antigos filósofos, e aqueles países foram os reinos mais antigos. (HOBBS, 2006, p.462).

Hobbes liga a paz proporcionada pelo Estado à possibilidade de existir o ócio, patrocinador da filosofia. Aliás, uma releitura de Ginzburg sobre Hobbes, medo e sujeição podem nos auxiliar na compreensão do caminho que Graciano Neves realizou para chegar ao engrossamento como estratégia de sujeição ao poder.

Ginzburg (2014) apresenta uma análise peculiar da questão do medo e sua importância na formação do Estado Hobbesiano, utilizando o conceito de anomia. Hobbes traduziu *A guerra do Peloponeso*, de Tucídides, na qual o autor narra o efeito que a propagação da peste teve sobre a população de Atenas. Por considerar que poderiam morrer a qualquer momento, as pessoas perderam o senso de submissão às leis humanas, um vazio de poder, que as incitou a satisfazerem seus instintos mais elementares. Matava-se

para roubar riquezas, que eram gastas com prazeres imediatos, sem considerações quanto à conservação do corpo ou do dinheiro. A lei e, até o medo dos deuses, perdera a capacidade de regular os comportamentos. Esse estado de anarquia política se aproxima, na essência, do *estado de natureza* de Hobbes, e é similar ao que Graciano Neves narrou como o período inicial na evolução histórica que adotou na *Doutrina*.

Em seu trabalho de tradução da obra de Tucídides, segundo Ginzburg (2014, p.21), Hobbes inseriu sua interpretação pessoal da sujeição. Tucídides tinha escrito em uma passagem que “o medo dos deuses ou as leis humanas já não representavam um freio”. Em sua tradução, Hobbes fez um desvio e traduziu a passagem como: “*Neither the fear of the gods, nor laws of men awed any man*” (nem o temor dos deuses nem as leis dos homens incutiam sujeição – tradução de Ginzburg). Hobbes trocou o verbo grego *apeirgein* – que significa manter sob controle, mais ligado ao uso de força – pelo verbo inglês *to awe* – que significa incutir sujeição.

Essa ideia de sujeição tornou-se central na filosofia hobbesiana. Seguindo indícios, Ginzburg propõe que isso está ligado à tradição evocada por Montaigne de que a religião não passava de uma ferramenta política utilizada com eficácia para controlar os instintos básicos da ação humana. Hobbes associou o surgimento dos deuses à necessidade de enfrentar o medo gerado pela ignorância dos acontecimentos naturais. Para Hobbes, esse medo se torna a própria origem e *modus operandi* do Estado. Ele afirma que:

(...) a ignorância das causas naturais e o medo (feare) que daí resulta induzem os homens a supor e a fingir de si para si diversas espécies de poderes invisíveis, a encarar com sujeição as próprias imaginações, a invocá-las quando se encontram em dificuldade, e a agradecer-lhes quando os eventos tiveram um resultado formidável. (HOBBS, 2004, p.167-8).

A associação da sujeição (*to awe*) com a religião é uma das bases hobbesianas para sua proposição sobre a origem do Estado. Sua visão é a de que a sociedade política não é natural, senão uma criação artificial. Assim, para que esse pacto permaneça é necessário um poder que consiga manter os homens em estado de sujeição, para que se consiga canalizar seus atos para o bem comum. Ginzburg conclui que a religião (Deus imortal) ou Estado (deus mortal) são duas ficções inventados pelo homem, e na origem das duas

está o medo. Passa-se a acreditar na ficção criada por eles mesmos, o que gera sujeição e reverência.

Ginzburg argumenta que assim como a expressão bíblica “temor de Deus” não contempla apenas medo, mas medo e sujeição, o poder do Estado está mais na imposição de sujeição do que no uso da força.

Hobbes afirma que:

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (...) graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. (HOBBS, 2004, p,190).

Essa visão hobbesiana inaugura a teologia política, em que o Estado se nutre das armas da religião para se legitimar como autoridade, a política invade o campo religioso apropriando-se de suas ferramentas. A ideia de sujeição do contexto religioso foi acrescida de significado para fazer funcionar o conceito hobbesiano de Estado, transformando o sentimento de medo e sujeição em uma reverência que propicia sua ação como todo-poderoso, inspirando terror.

Leviatã é, pois, um mecanismo de pacificação política através de um poder soberano. Graciano Neves desenvolve um caminho interessante para descrever um processo similar. Ignorando todas as questões problemáticas que se originam das práticas adesistas, nos mostra o caminho adotado pelos políticos para fugirem da condição de guerra civil em que estavam, formando um governo hegemônico, com constructos de soberania similares ao do Leviatã hobbesiano. Diz ele que:

Semelhantemente, se examinarmos com atenção as condições da estática e da dinâmica social, chegaremos infalivelmente à conclusão de que o **Capital é o fator mais decisivo da Ordem e do Progresso**. O fenômeno nutritivo está para a economia animal, assim como o **Capital está para a existência social**.

Não são precisos grandes esforços de interpretação histórica para reconhecer que **é sempre uma questão econômica que decide da marcha de uma sociedade** qualquer. O mais rápido golpe de vista, lançado sobre a história geral da evolução humana, basta para que percebamos **a insubstituível influência exercida pelo Capital nas grandes transformações políticas** que em toda a parte significaram um avançamento feito na direção do progresso como, por exemplo, a separação progressiva dos poderes sociais, a especialização contínua do trabalho e a extensão crescente das relações individuais. **Nem a religião, nem a política, nem a ciência teriam atingido a um alto grau de desenvolvimento, se as sôfregas ambições individuais não tivessem egoisticamente trabalhado para acumular riquezas, aumentando inconscientemente o Capital humano.** (NEVES, 1901, p.35, grifo nosso).

Em Graciano, o capital faz o papel de nutrir a instituição que pretende estabelecer e manter uma ordem que seja desejável pelos cidadãos. O engrossamento é a estratégia de manutenção e equilíbrio de “um tal poder comum, capaz de defendê-los das (...) injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos”. O parâmetro dessa satisfação, segundo Graciano, seria o progresso econômico, que a tudo sujeita sob suas ordens. Logo, o progresso econômico é desejado pela população, que vê, um governo forte e capaz de instituir a ordem e mantê-la, o poder a quem se sujeitará. E o capital busca financiar esse poder, para garantir as condições estáveis para a sua multiplicação. O capital, de certa forma, toma no discurso de Graciano o papel que a religião tem na análise de Hobbes.

Após argumentar pela importância do capital na construção social, Graciano constrói a sua própria versão de que religião, ciência e política são epifenômenos do econômico. E ressalta a preponderância do fator econômico ao dizer que:

(...) não serão decerto as combinações políticas, nem os progressos da ciência e da moral que hão de efetuar essa vasta fusão internacional. Hão de ser as grandes empresas comerciais, os bancos com as suas numerosas sucursais, os câmbios, toda a complicada rede de interesses financeiros, que se estende às mais exóticas regiões do globo. (NEVES, 1999, p.41).

A partir daqui, Graciano começa a argumentar quanto ao comportamento social e a atuação política frente ao capital. Para ele, o fato de não possuir propriedade faz com que o indivíduo seja um elemento desordeiro, infrator das leis. Mas basta que adquira

posses para que se torne um homem sereno, inimigo das revoluções. Para, além disso, Graciano utiliza pela primeira vez a ideia de classe. Assim, afirma:

Se as guerras modernas, aliás, invariavelmente feridas em nome de interesses econômicos, são raras e passageiras, é porque as **classes capitalísticas** dos países beligerantes opõem toda a sua grande força contra um acontecimento que lhes pode trazer calamidades financeiras. (NEVES, 1999, p.40, grifo nosso).

O uso da palavra classe, significando estrato social hierarquicamente definido ocorre mais nove vezes em seu texto. Em sete delas, o autor se refere à classe capitalística, ou mais forte, ou conservadora. Vejamos suas próprias palavras:

Os governos só se consolidam quando representam os interessados das **classes mais fortes**; e a força só se faz respeitar quando funciona sob o prestígio das **classes conservadoras** mais bem dotadas para alcançar a vitória na concorrência social.

Força e conservantismo são os conjugados eternos da Ordem; e nem se pode conceber a existência de um sem a existência paralela e vigilante do outro.

Conservação quer dizer força, e **força quer dizer governo**. (NEVES, 1999, p.40, grifo nosso).

Em outra citação, Graciano argumenta que as revoluções apenas deslocam a preponderância financeira de uma classe para a outra. Somente em uma única citação explicita a classe trabalhadora. A visão que ele tem das classes capitalísticas pode ser sobreposta a muitas das propostas de Marx, como no texto abaixo:

A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. (MARX e ENGELS, 2007, p.75).

Talvez aqui esteja um indicativo do que levou o professor Miguel Depes Tallon a afirmar que a análise graciana era marxista. Cremos ser um tanto exagerada a afirmação, mas podemos seguir colhendo indícios de que a *Doutrina* de Graciano Neves

possa ter, talvez inconscientemente, algumas similaridades com algumas análises de Marx do que o exame superficial de seu texto nos permite identificar. Seu texto diz:

Ademais, num país em que tem grassado ininterruptamente a absurda vaidade acadêmica, a ridícula aberração pedagógica de impor à **melhor parte da mocidade** o flagelo inevitável do **doutoramento e do bacharelato**, há de por força ficar perturbando a existência das **classes trabalhadoras e ativas** um núcleo excessivo e ocioso de indivíduos que sempre acabam por tentar as aventuras da política, como um meio de vida. (NEVES, 1999, p.60, grifo nosso).

Graciano usa aqui uma expressão caracteristicamente marxista quando se refere às classes trabalhadoras e ativas. A “melhor parte da mocidade” que consegue acesso a doutoramento e bacharelado é filha dos detentores do capital. No Espírito Santo de sua época, a burguesia cafeeira, responsável pela atividade econômica e por mais de 80% da arrecadação de impostos configurava como a classe detentora do capital. Na nascente República brasileira, Graciano Neves se refere a essa mocidade como “uma malta enorme de cidadãos inaproveitáveis e doutorados”, diplomados à força, que por absoluta falta de competência profissional no mercado inundado por concorrência, acabam fluindo para a vida política. O ciclo se fecha. A burguesia que (se) sustenta (d) o Estado ocupa os cargos públicos e garante a continuidade de seu domínio (NEVES, 1999, p.60).

Essa é a classe dos engrossadores. Eles lutam entre si pelas melhores posições públicas, ou, como diz Graciano, dedicam o pouco de habilidade que têm à conquista de posições eletivas que uma democracia fraca oferece aos mais obscuros e ambiciosos indivíduos. E desses, os mais cínicos e arrojados são os que têm maiores chances de ocupar as posições políticas que lhes darão situação de destaque, que não conseguiriam de outra forma, posto que falta-lhes mérito profissional. Seu domínio se espalha pelas instâncias de poder e passam a estar presentes em qualquer lugar que o poder público atue. A instituição dessa conduta social faz com que os fatos decorrentes dessas práticas sejam naturalizados. No Brasil de então, e não é muito diferente do Brasil de hoje, naturalizou-se o controle dos organismos de poder por elites tradicionais. Esse fato é dado como “sagrado”, como na fala de Marx, quando este afirma que:

Da mesma forma, o poder do burguês na corte do júri, devido à aparência pseudo-sagrada que os *amis ducommerce* assumem aqui – transforma-se no poder do jurado, no poder do juramento, no ‘sagrado’. (MARX e ENGELS, 2007, p.164).

É como se o poder dessas classes econômicas derivasse de leis naturais eternas e não de leis historicamente constituídas. Nesse ponto, Graciano introduz a importância da ordem nesse contexto através do que podemos chamar de cinco passos da constituição do engrossamento: 1) depois de muitas lutas travadas, uma das facções políticas consegue se estabilizar no poder; 2) a parte vencida ainda milita na inércia das práticas oposicionistas, sem resultado; 3) o tempo faz com que se perceba a inutilidade de toda oposição; 4) os mais astutos dos oposicionistas aderem ao grupo dominante; 5) passam a concorrer com os mais antigos partidários do governo pelas melhores posições, “abjurando magnanimamente ferrenhos e antigos rancores partidários”. Isso é a narrativa de um processo de construção histórica, quando governantes se mantêm e a ordem se constrói diminuindo as liberdades, anulando os embates eleitorais, até por meio da falsificação, por via judiciosa, de possíveis resultados contrários nas eleições.

Esse é, de acordo com Graciano Neves, o caminho construído pelos detentores de poder para se hegemonizar e era a visão graciana da realidade acerca da nascente República brasileira. Se considerarmos que a República só tinha sete anos de efetivo exercício quando Graciano governou o Estado e onze anos quando ele editou a *Doutrina*, não é difícil perceber em seu livro traços biográficos da vivência republicana brasileira. Sua análise descreve a continuação desse processo. Poderes percebidos como fracos sempre atizam a possibilidade de lutas e disputas, porém, a loucura das pelepas causa instabilidade de forma que a ordem é novamente buscada e restabelecida. Aqui entra outra vez a figura do capital. A estabilidade e a paz são o solo de que o capital necessita para se multiplicar, de forma a financiar as classes conservadoras. Estabelece-se, assim a simbiose entre ordem e capital, incorrendo na afirmação que já vimos que constitui uma das bases da *Doutrina*: “A verdade suprema é que o Capital faz a Ordem e a Ordem faz o Capital” (NEVES, 1999, p.66). Ao processo de controle da ordem ou de convivência na política, que permite esse equilíbrio dinâmico, Graciano deu o nome de engrossamento.

Marx fala da estratégia de controle da ordem pelos burgueses via controle capitalista do Estado, em um trecho quando afirma:

(...) os burgueses pagam bem o seu Estado e fazem com que a nação inteira também o faça para que eles, os burgueses, possam pagar mal sem correr perigo; eles asseguram para si, mediante bom pagamento aos serviços do estado, uma força protetora, uma polícia; eles contribuem de bom grado e fazem toda a nação pagar altos tributos para que eles possam, sem correr riscos, descontar novamente dos seus trabalhadores, como tributo (como desconto do salário), aquilo que pagaram. (MARX e ENGELS, 2007, p.198).

A denúncia de Graciano está em sintonia com muito da análise histórica de fundo que Marx fez em diversos de seus textos. A questão do domínio do Estado pelas forças detentoras de capital também está na *Doutrina*. Em duas oportunidades nosso autor cita especificamente a burguesia quando mostra, dentro de seu estilo de exaltar aquilo que quer criticar, a sujeição da ordem ao capital. Em outros trechos a referência à burguesia fica subentendida. O primeiro deles está transcrito abaixo:

No mais íntimo sentir de todas as consciências modernas, a **subordinação** é um estado odioso de que todos procuram incessantemente fugir, mas, ao qual se submetem com silencioso rancor quando lhes **percebem a invencibilidade**, procurando depois **colorir essa resignação forçada** com o aspecto do que está cumprindo um delicioso dever.(...).

Se a **obediência é uma condição essencial para as associações humanas**, pratiquemo-la com boa cara, sem revoltas infrutíferas, e lembremo-nos consoladamente de que ela não é hoje uma virtude muito difícil de exercitar. Em certa fase da evolução histórica o vencido que escapava do massacre era reduzido a uma escravidão cruelíssima; durante a mais alta expansão colonial de Roma os escravos podiam chegar a libertos influentes, poderosos e ricos; durante a Idade Média os servos sob a proteção dos reis foram se emancipando gradativamente até conquistarem privilégios de homens livres; e **de todas essas espécies de oprimidos saiu afinal a poderosa Burguesia contemporânea, herdeira universal de tudo quanto legaram as gerações extintas.**

A cada uma dessas fases de desenvolvimento social correspondeu **um grau cada vez menor de sujeição do indivíduo humano e uma manifestação cada vez menos abjeta de servilismo**, até ser atingido o regime normal e insuperável do Engrossamento, em que a obediência é exigida no mínimo e a honorabilidade da bajulação avaliada no máximo. (NEVES, 1999, p.79-80, grifo nosso).

Ao defender o engrossamento, fase atual da histórica necessidade de resignação, subordinação e obediência, a burguesia é mostrada como a evolução da classe dos oprimidos que conquistou privilégios, como os citados no texto, de serem livres, influentes, poderosos e ricos. O engrossamento enobrece o sistema de obediência e

bajulação. No outro trecho, onde a burguesia é citada, ele afirma que a burguesia detém o controle social:

Todos os longos esforços humanos, as lúcidas investigações da ciência, as divinas elaborações da arte, os pacientes processos da indústria, os sublimes martírios da religião e as fervorosas lutas da política, durante a vasta e dolorida experiência de séculos inumeráveis concluíram por colocar definitivamente nas mãos da **Burguesia financeira de hoje o cetro da autoridade social**. (NEVES, 1999, p.56, grifo nosso).

Assim, todo o esquema de definição da ordem feita por Graciano e a análise econômica feita por Marx apontam para o domínio da ordem social pela burguesia. Em Graciano, a solução apontada, de forma irônica, foi o engrossamento. Em Marx, a revolução proletária. Mais preciosas ficam as comparações entre o texto de Graciano e os de Marx ao sabermos que Graciano não teve acesso ao texto da Ideologia Alemã, porém muitas de suas análises são comparáveis às de Marx e Engels. Mas vejamos o outro olhar que enraíza as proposições gracianas. Comte é o autor mais citado e explicitado na *Doutrina*, percorrendo grande parte de seu texto de forma explícita.

2.2. A DOCTRINA E A ANÁLISE DE GRACIANO: CONVERSANDO COM COMTE

Se do texto da *Doutrina* a influência de Marx tem de ser garimpada mais profundamente, Comte e seu positivismo jorram de suas linhas em profusão. Seu nome é citado cinco vezes e conceitos positivistas são explicitados e utilizados com muita frequência. A partir daqui analisaremos como Graciano Neves se utilizou de Comte para propor sua crítica.

Já no início de seu texto, Graciano faz uma afirmação que resume muito do que vai desenvolver. Diz ele: “Semelhantermente, se examinarmos com atenção as condições da estática e da dinâmica social, chegaremos infalivelmente à conclusão de que o Capital é o fator mais decisivo da Ordem e do Progresso” (NEVES, 1999, p.38). Para Graciano, “Tudo se encaminha visivelmente para demonstrar a superioridade do regime industrial nas sociedades humanas” (NEVES, 1999, p.44). Como vemos, sua argumentação é

positivista. Continuando sua exposição afirma que “A obediência é uma necessidade eterna”. E lembra: “Já o ilustre Comte afirmou que ela é a base do aperfeiçoamento”. Explicitando a definição positivista sobre a origem dos sentimentos morais, Graciano diz: “Que eles tenham nascido sob a inspiração (...) da predominância progressiva dos instintos simpáticos – como afirma Augusto Comte – pouco importa saber para os efeitos práticos” (NEVES, 1999, p.78).

Muito do desenvolvimento da doutrina se dá a partir das propostas positivistas. Comte, ao contrário do que pensa o realismo de Marx, diz, por exemplo, que “idéias governam e subvertem o mundo” e “que todo o mecanismo social repousa finalmente sobre opiniões. Sabem eles, sobretudo que a grande crise política e moral das sociedades atuais provém, em última análise, da anarquia intelectual” (COMTE, 1978a, p.16). Ao defender o protagonismo de sábios e cientistas no desenvolvimento do conhecimento e os grandes homens – entre os quais industriais e banqueiros – e o desenvolvimento material da humanidade, o positivismo se alia às tendências do moderno Estado capitalista de então. Suas proposições falam de uma destinação determinista. Trechos como: “tal destinação, quando for convenientemente desenvolvida” (NEVES, 1999, p.79) indicam a crença em um desenvolvimento fatal, na direção de suas proposições. Sua doutrina cria um desenvolvimento fatalístico do ser humano. O autor utiliza expressões como: “massa dos homens sensatos” ou “bom senso universal”. Tais expressões são como entidades que participam do desenvolvimento humano rumo ao pleno domínio da doutrina positiva.

Comte tem visões interessantes sobre a constituição social. A classe ativa da sociedade é dividida em dois grupos. O primeiro, força ativa concentrada, baseada na riqueza, deve desenvolver o que ele chama de impulso prático, responsável pela continuidade. O segundo, força ativa dispersa, a de maior número, é responsável pela reação social, caracterizado pela solidariedade. O primeiro grupo compõe-se de industriais, financistas, banqueiros, também identificados como patriciado. Acerca deste grupo Comte afirma:

Com efeito, os tesouros materiais que a Humanidade confia aos ricos provêm sobretudo de uma longa acumulação anterior, apesar da necessidade permanente da renovação parcial exigida pelo consumo necessário de tais tesouros. Todo forte impulso prático dimana, pois, do patriciado em que rendem esses poderosos reservatórios nutritivos, cuja principal eficácia social

resulta de sua concentração pessoal. É assim que a propriedade material é diretamente consagrada pela religião positiva, como a condição fundamental de nossa atividade contínua, e, portanto, a base indireta de nossos mais eminentes progressos. (COMTE, 1978d, p.237).

De certa maneira, Comte ficaria em uma posição intermediária entre liberais e socialistas, pois a posse da propriedade privada deveria ser revestida de uma função social pelos que por sorte ou mérito a possuem. Ao contrário de Marx que deseja superar a propriedade privada, Comte crê em transformar seu significado para que exerça sua função social, livrando-o de sentimentos egoístas e levando-o a uma função social transformadora.

Comte utiliza uma entidade, a humanidade, considerada como o Grande Ser, para confiar aos ricos a posse da propriedade, que é a base do progresso. Logo, a acumulação do capital deve ser buscada e naturalizada. Os outros grupos são as mulheres, responsáveis pelo provimento moral; os cientistas, pelo provimento intelectual; e o proletariado, responsável pelo provimento geral. Assim, todos teriam sua função social bem definida. Para Comte:

(...) o grande ofício social que caracteriza o proletariado. (...) A providência moral das mulheres, a providência intelectual do sacerdócio e a providência material do patriciado carecem, pois, de ser completadas pela providência geral oriunda do proletariado, para constituírem o admirável conjunto da providência humana. Todas as nossas forças podem, assim, tender sempre, cada qual segundo sua natureza, para a conservação e o aperfeiçoamento do Grande Ser. (COMTE, 1978d, p.237).

O proletariado seria responsável pela providência geral e pela sustentação social. Ele faria isso de bom grado, pois “o sentimento que o domina pode sempre fazer-lhe aceitar dignamente tais condições, a fim de realizar o bem ao qual ele aspira naturalmente” (COMTE, 1978d, p.237). Além disso, a categorização de papéis ou naturezas, por classe, é bem clara. Quando se refere às mulheres e ao proletariado, unindo-os como uma “dupla massa social”, Comte diz da necessidade do

(...) apoio irresistível das mulheres e dos proletários. A necessidade de tal regime não pode ser somente apreciada senão nesta dupla massa social, que, alheia a toda pretensão doutoral, é a única que pode impor a seus chefes

sistemáticos as condições enciclopédicas exigidas pelo ofício social deles. (COMTE, 1978d, p.237).

Dessa forma, naturalmente, atuando dentro de seus papéis, submissas à sua tarefa histórica, essa “dupla massa social” não teria nenhuma pretensão doutoral, tarefa que ficaria para os cientistas. A doutrina das funções sociais se une à crença da marcha histórica para a sociedade industrial, com uma vertente determinista, para produzir a naturalização de fatos sociais e da ação dos governos.

A sociologia positivista se move entre os conceitos de estática e dinâmica sociais. A primeira define as condições atuais da sociedade como uma foto. A segunda se ocupa do processo de desenvolvimento progressivo da humanidade. Aí estão as duas definições básicas de Comte e que aparecem ao longo da *Doutrina* de Graciano: a estática cuida da ordem e a dinâmica do progresso. O progresso e os desenvolvimentos sociais dependem da ordem, incessantemente buscada pela argumentação positivista. Esse progresso age sobre os elementos da sociedade, aperfeiçoando-a, reordenando-a, sobretudo politicamente, pois uma das propostas positivistas é a da reestruturação social pela reforma intelectual do homem. Literalmente, na *Doutrina*, Graciano diz:

(...) a necessidade de avigoração do elemento conservador da sociedade para garantia da ordem, **assentando sobre esta o sólido arcabouço do capital** e a consideração real de que – **é em torno dessa força única e fundamental que se operam todas as transformações sociológicas**, se exercitam todas as reformas políticas e se realizam os festivais de todos acontecimentos humanos. (NEVES, 1901, p.2, grifo nosso).

A defesa da ordem se faz pela abordagem mergulhada nos princípios positivistas. Segundo Madeira de Freitas, Comte é a face paterna de Graciano e de sua filosofia. A ordem é a condição para o progresso: o progresso industrial, que era a panacéia da época. Interessante notar que entre as proposições de Comte, a instituição da ordem e de um acordo social são ideias que alcançaram certa unanimidade de aceitação. Uma de suas proposições iniciais é:

Nosso mais grave mal consiste nesta profunda divergência entre todos os espíritos quanto a todas as máximas fundamentais, cuja fixidez é a primeira condição duma verdadeira ordem social. Enquanto as inteligências individuais não aderirem, graças a um assentimento unânime, a certo número

de idéias gerais capazes de formar uma doutrina social comum, não se pode dissimular que o estado das nações permanecerá, de modo necessário, essencialmente revolucionário, a despeito de todos os paliativos políticos possíveis de serem adotados — comportando realmente apenas instituições provisórias. (COMTE, 1978a, p.17).

A proposição comteana de que a ordem depende de uma doutrina social comum vai ao encontro da proposição de Graciano. Essa doutrina social comum é a base para que o Estado se consolide. Em sua proposta, Comte reafirmou um caminho histórico inexorável em direção à filosofia positiva como a única capaz de orientar a ordenação social. Essa visão determinista era comum nos oitocentos e acometia a muitos. Assim como Comte via em sua filosofia uma predestinação para acontecer e se perpetuar, Marx via o correr histórico, apontando para a revolução proletária. Nos dois casos isso ocorreria quando as condições necessárias se estabelecessem. As palavras, apesar da distinção absoluta entre as proposições, são similares. Para Comte:

Só ela, desde uma longa série de séculos, constantemente progrediu, enquanto suas adversárias estiveram constantemente em decadência. Que isto seja justo ou injusto pouco importa; o fato geral é incontestável e basta (...). Essa revolução geral do espírito humano está hoje quase inteiramente realizada. (COMTE, 1978a, p.17).

Essa maneira de apresentar a inevitabilidade da vitória do positivismo, e como veremos, de tudo o que diz respeito a ele, é uma característica dos doutrinadores desse tempo. Graciano também navega no determinismo positivista. Em sua *Doutrina* lemos: “Todo conseqüente tem o seu antecedente, todo fenômeno tem o seu determinismo. O fato mais insignificante tem as suas correlações invariáveis, as suas leis de manifestação (NEVES, 1999, p.130).

Marx também tinha essa verve, apresentando sua visão revolucionária como algo categórico, como apresentado no *Manifesto Comunista*:

Os comunistas concentram suas atenções na Alemanha porque este país se encontra às vésperas de uma revolução burguesa, a concretizar-se nas condições mais avançadas da civilização européia, com um proletariado mais desenvolvido do que o da Inglaterra, no século XVII e o da França, no século XVIII, e porque a revolução burguesa na Alemanha será o prelúdio imediato de uma revolução proletária. (MARX e ENGELS, 1988, p.58).

A diferença de posicionamento entre os dois não se dá na intensidade com que argumentam. Enquanto Comte queria moralizar os capitalistas – acreditava que os proletários e as mulheres conseguiriam abrandar o egoísmo dos capitalistas – e manter a propriedade privada, Marx profetizava a dissolução do sistema capitalista burguês e a revolução social pelo proletariado. Enquanto Comte acreditava que uma ordem moral humanitária conseguiria suprimir os conflitos de classe, Marx advogava o desaparecimento das classes. Comte tinha absoluta certeza de que a sociedade industrial era o resultado do desenvolvimento histórico mundial. Em uma proposição definitiva, ele diz que o planeta humano terá uma capital única, quando a homogeneidade positivista for completada. Diz ele:

A única concepção verdadeiramente nova que espero proclamar aí, e que já comuniquei à Sociedade Positivista, consiste em determinar a capital final do planeta humano. Paris não pode conservar a preeminência universal senão como centro da república Ocidental, enquanto esta vanguarda prevalecer sobre o resto de nossa espécie. Mas quando a homogeneidade positivista for suficientemente completa, o Ocidente apagar-se-á diante da Terra, e Paris não preencherá mais as diversas condições essenciais de um verdadeiro centro universal, transferindo sua sede da capital provisória para a verdadeira cidade eterna, que condensa todas as grandes recordações humanas”. (...) “Vossa retidão e profundidade habituais apanharam dignamente os principais motivos da determinação final da capital terrestre, segundo a qual Constantinopla deve eternamente obter o predomínio universal, gradualmente preparado, durante os trinta séculos de transição ocidental, pelo ascendente sucessivo de Atenas, de Roma e de Paris, nas três fases, especulativa, ativa e afetiva, dessa iniciação. (COMTE, 1978c, p.391).

Suas proposições baseadas em uma suposta evolução apontam para o Estado positivo como o fim definitivo da história. Ele ainda diz que

(...) no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir. (COMTE, 1978a, p.31).

O texto de Graciano Neves assemelha-se ao de Comte. Graciano elaborou a *Doutrina* para descrever as relações sociais que geraram o quadro político que deu origem ao engrossamento, relativizando todas as questões para explicar o fato observado de que o panorama político era dominado pela subserviência ao dominador, sob a batuta de uma ordem instaurada pelo conluio do poder com o capital. A esperança positivista era calçada em certezas, digamos, ingênuas. É claro que para a época – em que fervilhavam as doutrinas da evolução, de desligamento das amarras teológicas tradicionais, das infinitas possibilidades das ciências –, o roteiro e o desfecho propostos pareciam inevitáveis. Mas o caminho pregado por Comte era diferente da realidade que Graciano vivia e observava. Por exemplo, a esperança comteana do desenvolvimento de uma condição moral tal que

A reorganização espiritual só pode começar com o concurso dos mesmos elementos sociais que em seguida devem secundar, do melhor modo, seu vô regular. Em virtude de sua menor participação no governo político, estão mais propícios a sentir a necessidade e as condições do governo moral, destinado sobretudo a garantir-lhes contra a opressão temporal. (COMTE, 1978c, p.23).

Ora, os embates e as mesquinhas políticas eram a tônica do que Graciano narra na *Doutrina*. Ao contrário do “governo moral”, sua realidade distava muito da “reorganização espiritual”. Da esperança em uma evolução da cidadania expressa em seu jornal *O Norte do Espírito Santo*, à práxis vivenciada por Graciano como vice-presidente no governo Muniz Freire, e como presidente do Estado, apontava para um recrudescimento da disputa pelo que Comte chama de governo político. E a realidade é que Graciano continuou atuando dentro do mesmo paradigma, mesmo depois de escrever a *Doutrina*, que é uma visível denúncia do *ethos* político de então.

No Brasil dos Oitocentos, o positivismo era a tônica. Ordem e progresso era o lema na bandeira e os governantes exaltavam a nova fase. Ora, se eram positivistas, seria de se esperar que seguissem nos governos os princípios de Comte. Como veremos, nossa política absorveu práticas e costumes da sociedade brasileira que muitas vezes anularam possibilidades de transformação da realidade nacional. Práticas autoritárias de servilismo, apadrinhamentos, favorecimentos. Se observassem a teoria positivista,

governantes declaradamente seguidores das doutrinas de Comte deveriam conhecer proposições como essa:

A filosofia teológica não mais convém senão às classes superiores, de que tende a eternizar a preponderância política. E a filosofia metafísica se endereça sobretudo às classes médias, de que secunda a ativa ambição. Todo espírito meditativo deve compreender, enfim, a importância verdadeiramente fundamental que apresenta hoje uma sábia vulgarização sistemática dos estudos positivos, destinada essencialmente aos proletários, a fim de neles preparar uma sadia doutrina social. (COMTE, 1978b, p.212).

O proletariado, de quem mesmo indiretamente Graciano pouco fala na *Doutrina*, seria a base do desenvolvimento do positivismo. Investir na educação da população mais pobre, ou, como se refere a ela Comte, a camada mais numerosa da população, é tema recorrente dos seus textos. E pouco se viu no Estado um caminhar dos governos nessa direção. Na visão de Comte, o povo era apenas acessório das grandes jornadas políticas. Diz ele que:

Desde o início da grande crise moderna, o povo só interveio como simples auxiliar nas principais lutas políticas, com a esperança, sem dúvida, de obter com elas alguma melhoria de sua situação geral, mas não conforme uma óptica e um fim que lhe fossem realmente próprios. Todos os debates habituais permaneceram essencialmente concentrados nas diversas classes superiores ou médias, já que se vinculavam sobretudo à posse do poder. (COMTE, 1978c, p.207).

Como vemos, as classes superiores, que manejam e lutam pelo poder, são o alvo da análise de Graciano Neves. Como já vimos, ele as chama de classes fortes, classes conservadoras. Se Comte acreditava que a evolução faria com que os capitalistas, banqueiros, industriais fossem “moralizados” e que se serviriam a um papel social relevante, o positivista Graciano faz na *Doutrina* um desvio nessa visão. A sua visão desse cenário e do papel do capital é muito mais negativa, como vimos, quando afirma que a ordem contemporânea é uma simples delegação da oligarquia financeira. Ambos afirmam que a concentração de capital é uma consequência natural da evolução humana. Comte diz:

Desde então, os empresários propriamente ditos não tardam em separar-se dos simples trabalhadores. Seu surto distinto determinou gradualmente, segundo a natureza de suas ocupações, a hierarquia normal que o nosso culto

já vos indica. Eleva-se ela dos agricultores aos fabricantes, em seguida destes aos comerciantes, para subir enfim aos banqueiros, fundando cada classe sobre a precedente. (COMTE,1978d, p.563).

Essa hierarquia é naturalizada e vista como estruturalmente necessária para o desenvolvimento da nova ordem. E Graciano afirma que ela é frequente e presente em qualquer forma de aglomerado humano. Ele afirma que:

Se num momento se pudessem anular todos os códigos que protegem o direito de Propriedade e se deixassem imparcialmente concorrer todos os indivíduos, à medida das aptidões de cada um, na aquisição das riquezas, veríamos que **o resultado econômico seria o mesmo de hoje**, tão rigorosa é a fatalidade que preside a evolução humana.

(...).

Se a História nos ensina que a Propriedade tende a ser monopolizada por certos órgãos sociais cada vez menos numerosos, **devemos acreditar que essa condição é absolutamente indispensável e propícia à marcha da civilização**. (NEVES, 1999, p.46, 49, grifo nosso).

E ainda:

A influência intrínseca do Capital e da Propriedade tem se conservado sempre na mesma, através das mais consideráveis transformações políticas, zombando de todos os sonhos de justiça com que se tem iludido a credulidade humana, **pois que a questão econômica é o *noli me tangere* de qualquer organização social**. (NEVES, 1999, p.57, grifo nosso).

Assim, a concentração de riqueza é admitida por ambos, mas a *Doutrina* assume um tom crítico, uma vez que utiliza a palavra “zombando”, ou mesmo a expressão “devemos acreditar”, revela uma posição mais afeita às críticas de Marx, do que a naturalização hierárquica de Comte.

Noli me tangere é uma expressão latina que significa “não me toques”. A apreciação de Graciano Neves a permanência da questão econômica, atravessando diversas transformações políticas e ligando sua preponderância à injustiça, representa um desvio da naturalização da concentração da riqueza e de seu uso para o equilíbrio social em Comte. Graciano diz que todo sistema político imaginado é capturado e cooptado pela dependência da riqueza, e posiciona essa verdade com uma conotação negativa. Diz

ainda que todos os conflitos políticos se dão pela disputa entre aqueles que desejam conservar o que possuem e os que desejam possuir o que os outros conservam, gerando “ódios implacáveis dos indivíduos insatisfeitos contra o Estado defensor eterno dos satisfeitos”. Em sua percepção, os ódios dos insatisfeitos são contra o Estado, que assume o caráter de defensor dos privilegiados. Ele fecha o seu raciocínio com a afirmação de que ao Estado resta “Proteger os privilégios da Propriedade ou morrer – tal é a alternativa de todos os governos” (NEVES, 1999, p.48).

Essa proposição está mergulhada no contexto das teorias positivas. A dinâmica social, que desenvolve a doutrina do progresso é apresentada por Comte como que “explicando os destinos sucessivos da Humanidade, a fim de guiar convenientemente a prática social” (COMTE, 1978d, p.473). Desta forma, os pretensos estados sucessivos da humanidade estariam se manifestando cada vez mais e em direção à sociedade industrial, como último capítulo da evolução da humanidade.

Como os governos no Espírito Santo no início da República foram caracteristicamente positivistas, seus preceitos e crenças guiaram os atos de governo em direção às práticas sociais. Embora as ações específicas de Muniz Freire e de Graciano Neves nem sempre coincidam, e apesar das críticas contundentes de Graciano a ação da elite governante e de suas diferenças em relação a Muniz, jamais rompeu com o seu grupo político. Suas escolhas políticas, especialmente, por Muniz, tiveram consequências sociais e econômicas. Nesse período, uma ordem foi implantada no Estado. Como vimos, apesar de pouco tempo de República, Graciano se referia ao período referenciando “a história da política republicana nos diversos Estados da União” e diz que houve a consolidação da prática da oposição se conformar com a força política vitoriosa.

Qual é o contexto em que Graciano escreveu a *Doutrina*? O desenvolvimento da vivência republicana em sua primeira década, em que seu grupo político foi o protagonista. O que Graciano pretendeu com seu livro? Quis criticar as práticas políticas vivenciadas após o início da vida republicana, em que o engrossamento é apontado como um sintoma dessa vivência. Esse talvez seja um indício do motivo pelo qual Graciano nunca abandonou o positivismo, embora tenha feito uma crítica aguda ao que observava no mundo político. Possivelmente, Graciano enxergava verdade na esperança positivista, e embora encarasse com espanto a dominação da ordem pelo capital, ainda

acreditava que a evolução levaria à transformação moral da elite política e econômica. Pode-se capturar vestígios dessa possibilidade, embora também se possa analisar esse trecho como um simples toque de ironia.

Desde que é este o resultado final obtido pela espécie humana, após as vicissitudes incessantes da sua evolução histórica, além do qual não se pode entrever outro destino melhor, claro está que somos obscuramente dirigidos por uma fatalidade econômica, à qual nos devemos submeter sem revoltas inúteis, considerando-a com grata resignação como uma condição preciosa do nosso aperfeiçoamento. (NEVES, 1999, p.56-7).

Se considerarmos esse trecho como uma afirmação de Graciano para si mesmo, podemos admitir que ele não via na revolução ou na dissensão uma saída plausível e, embora visse claramente os problemas políticos que assolavam o Estado e o país, seguia esperando pelo aperfeiçoamento. Talvez a *Doutrina* seja a dissensão inteligente cometida por Graciano, que marca posição, mas não confronta diretamente, que denuncia, mas não ofende pessoalmente, que discorda, mas deixa dúvidas quanto ao posicionamento, o que não traz rupturas traumáticas. Aliás, essa atitude difere diametralmente do que ele ensina em seu texto, quando fala do engrossador inteligente. Se entendermos o trecho abaixo como uma parábola, podemos nos aproximar de uma possibilidade de interpretação dos motivos que levaram Graciano a permanecer no seu grupo político, mesmo após a crítica da *Doutrina*. Nele, Graciano fala da capacidade de fingir e dissimular frente às situações enfrentadas.

São as reações musculares relativas às diversas emoções que constituem a mímica, a manifestação visível pela qual se reconhecem e se reproduzem as paixões humanas. Todavia, sendo o homem o animal mais complicado e mais perfeito da série zoológica, é também o mais capaz de dissimulação, o mais apto para inibir os seus reflexos musculares ou transportá-los para zonas em que as reações sejam menos perceptíveis, afetando a aparência da impassibilidade ainda quando intimamente sacudido pelas mais violentas emoções.

Podemos obrigar os músculos da face a se conservarem quietos durante um sofrimento; mas, um suor de angústia emperla-nos a fronte, nossas extremidades se resfriam e o coração nos bate no peito com rapidez maior. Nessas condições substituímos os reflexos muito flagrantes da fisionomia por fenômenos musculares mais profundos e mais recônditos.

E portanto o engrossador inteligente deve compreender que tem de ser um penetrante psicólogo para surpreender a índole de um indivíduo através da atitude mentirosa que ele mantém e um refinado comediante para dar a ilusão da verdade aos papéis que tiver de representar. Por aí se veja que o Engrossamento é uma arte eminentemente saudável como exercício espiritual, uma verdadeira escola de conhecimento à natureza humana, tão preciosa coisa para a prática da vida. (NEVES, 1999, p.116-7).

Se enquadrarmos Graciano na condição desse engrossador inteligente, capaz da dissimulação e de inibir suas reflexões sociais, teremos na *Doutrina* um maneira de “esconder as suas manifestações emotivas”, tornando-se um “refinado comediante” no papel que se fez de crítico de uma situação geral, sem confrontar pessoas específicas do mundo político. Substituiu as críticas flagrantes por uma engenhosa construção mais profunda e mais recôndita, onde se deve examinar muito profundamente para que se tornem perceptíveis suas intenções. Somando-se isso ao fato de que ele editou a *Doutrina* com um pseudônimo, pode-se concluir pela sua intenção de desafogar o “suor de angústia [que] emperla-nos a fronte, nossas extremidades se resfriam e o coração nos bate no peito com rapidez maior”. A *Doutrina* pode ser o modo “perfeito em esconder as suas manifestações emotivas, nem por isso ele pode insensibilizar-se contra a força de uma paixão bem fingida”. Conseguiu Graciano realizar a sua obra, visto que poucas reações (que se saiba) agressivas houve quando da edição do livro, e ele desafogou sua angústia conseguindo continuar no grupo político pelo qual se elegeu deputado posteriormente. Se considerarmos que Graciano está agindo como um engrossador inteligente, a avaliação que Graciano faz das autoridades a quem dirige seu engrossamento é demeritória. Ele afirma:

Felizmente para os engrossadores nacionais os diversos tipos de autoridade que florescem ao nosso meio político não apresentam grandes complicações psicológicas, pertencendo a maioria deles à espécie solene e geralmente benquista do venerável Joseph Prudhomme, pessoal todo ele atreito à doçura dos mais ordinários louvores, gente fácil de comover com polianteias e foguetes, modelos que costumam encontrar copiados a crayon ou a óleo em qualquer casa de onde triunfe um guarda-nacional zeloso das suas funções (NEVES, 1999, p.117).

Compara os políticos alvo do engrossamento ao que existia de mais caricato na atitude burguesa, Joseph Prudhomme¹⁰, um personagem tolo, sereno, imbecil, fútil, dono de frases ocas e sem significância, fácil de impressionar e que não apresenta “grande complicações psicológicas”.

¹⁰ Descrito como “tipo moderno de nulidade satisfeita e da banalidade magistral, encontráveis na pequena burguesia, criado por Henri Monnier em suas *Cenas populares*. Suas frases ocas e sonoras”. Confirma BALZAC, Honoré de. *A comédia humana: estudos de costumes: cenas da vida provinciana*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2013.

É essa a veia referencial que Graciano utiliza para dissertar sobre o engrossamento, tema que saltou após sua breve passagem pelo governo, e que indica suas posições e definições quanto à “submissão política que (...) felicita a República Brasileira” (NEVES, 1999, p.94).

Graciano nos deu na *Doutrina* um mapa histórico-sociológico para interpretarmos o Espírito Santo na primeira República, descrevendo brilhantemente o cenário político e as implicações do capital na ordem social, na vivência dos primeiros anos de República. Seu referencial nos guiará na análise das fontes, jornais, mensagens e discursos do governo, que analisaremos de forma indiciária, utilizando expressões, palavras e contextos de época, para compreendermos as práticas políticas que resultaram no que Graciano Neves propagou na *Doutrina*, lançando luz sobre a sua vivência com as práticas engrossatórias.

CAPÍTULO 3

O CAPITAL FAZ A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA – PARTE I

O Espírito Santo na primeira República, depois da posse de Muniz Freire, estava caminhando sob uma expectativa positiva, calcado em planos de governo que, além de arrojados, eram modernos para o panorama político e econômico da época. Mas, mesmo nesse contexto, José Sueth e Sebastião Franco defendem que o Espírito Santo era um Estado dependente, e explicitam essa condição com felicidade em seu texto, tomando como base a definição de Estado satélite: situação em que “existe um vazio de poder político econômico e militar, capaz de atrair os mecanismos naturais de alguma potência dominadora” (SUETH e FRANCO, 2012, p.185). Essa condição fez com que os outros Estados como São Paulo – pelo desenvolvimento econômico –, Rio de Janeiro – pela tradição de Capital Federal e centro de decisões políticas –, e Minas Gerais – que se tornou a maior bancada no Congresso Nacional – mantivessem uma relação de dominação, mais do que de exploração, em relação ao Espírito Santo. Assim, os planos de Muniz Freire foram atrapalhados por questões políticas relativas aos interesses que vieram à tona no relacionamento entre federados.

Marta Zorzal e Silva (1986) explora as questões advindas da estruturação da vivência político-social-econômica do país, especialmente, após meados do século XIX. Assim, segundo Zorzal e Silva:

Com os movimentos sócio-políticos que caracterizam a Abolição da Escravatura (1888), a Proclamação da República (1889) e a Assembléia Nacional Constituinte (1890/1891), efetiva-se a transformação jurídico-política do Estado, no Brasil. Esse processo, (...), concretiza-se a partir das modificações que vinham ocorrendo tanto a nível das estruturas (do político e do econômico) como a nível das práticas de classe, na formação social brasileira, principalmente, a partir de meados do século XIX. A nível das estruturas essas modificações engendram a transformação do modo de produção dominante e da natureza de classe do Estado, no Brasil. A nível das práticas de classe modifica-se o modo de articulação entre as classes dominantes e as classes dominadas, na medida em que tais transformações abrem espaço para a emergência do coronelismo. (ZORZAL e SILVA, 1986, p.32).

A virada na vida brasileira e espírito-santense se deu em decorrência de diversos movimentos sociais e políticos que tiveram consequência econômica, ou, ao menos, viabilizaram uma determinada via de desenvolvimento econômico. É importante frisar que estruturalmente aconteceu a transformação do modo de produção dominante e da natureza de classe no Estado. Isso indica que a passagem do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, hegemônico por essas paragens desde então, iniciou a sua formação e conformações articulando-se com as estruturas sociais e produtivas vigentes no Estado. O que resultou em uma concepção de desenvolvimento que envolvia, prioritariamente, interesses dos proprietários de terra, os produtores de café. Daí as propostas de Muniz Freire de construir estradas de ferro, de desenvolver o Porto de Vitória para o intercâmbio direto com países importadores de café, de trazer imigrantes para atender à alta demanda de braços para trabalhar na lavoura, de abrir estradas, enfim, do incremento de atividades que estivessem a serviço da ampliação da atividade cafeeira como um todo. Como veremos nos discursos de Muniz Freire, a ideia de diferenças entre as classes fica subsumida. As falas são totalizantes, unificadoras, com expressões do tipo “todos os patriotas espírito-santenses”, “o povo espírito-santense recebeu e honrou seu ilustre hóspede”, “a carícia afetuosa representada por todas as classes”, como se existisse uma unidade social ou acordo e harmonia entre os diversos estratos da sociedade.

A passagem do modo de produção escravista, que caracterizou grande parte do período imperial, para o modo de produção capitalista, que começou a se estruturar especialmente a partir da segunda metade do século XIX no Brasil, não teve um desenvolvimento uniforme. Enquanto São Paulo já experimentava a relação capital/trabalho assalariado, desde meados dos oitocentos, em atividades da lavoura e algumas indústrias¹, no Espírito Santo, essa transição se fez com muito mais vagar. Na última década do século XIX, a presença industrial era praticamente nula.

Zorzal e Silva (1986) argumenta que as relações de produção continuam em muita medida reproduzindo as relações servis do sistema escravista. Ou dito de outra forma:

¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, discorre brilhantemente sobre o tema.

Concretamente, as especificidades daí decorrentes vão gerar relações contraditórias, tanto internamente como entre os demais níveis estruturais entre si. Resultado: durante algumas décadas, ainda, a nível do econômico, as relações de produção servis continuam a ser dominantes no campo, enquanto a indústria permanece subordinada a agricultura, significando que as relações de produção servis continuarão a ser dominantes no conjunto da formação social; a nível do político - (Direito + Aparelhos de Estado) apenas o direito burguês é introduzido como norma básica a reger as relações sócio-econômicas, o Aparelho de Estado não incorpora, nesse movimento, todos os elementos constitutivos do Estado burguês. Sua dinâmica de funcionamento e as formas de relação com as classes sociais ainda se realizarão pautadas por muitos dos procedimentos vigentes durante o Estado escravista. (ZORZAL e SILVA, 1986, p.34-5).

Encontramos nesse período discursos modernos embalando práticas antigas. Uma pregação liberal que se choca com o exercício do poder pelos mesmos liberais. Roberto Schwartz (2004), em seu texto *A viravolta machadiana*, ressaltando a novidade do livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, diz dessa discrepância entre o ideal liberal teórico e a prática do liberalismo no Brasil. Para Schwartz, os liberais, protagonistas da República brasileira, tiveram que se haver com a realidade das estruturas e relações sociais e econômicas de dominação e exclusão típicas do país, o que caracterizava os próprios donos do poder. Diz ele:

Assim, o narrador versadíssimo, o humanista desdenhoso das tolices e inconseqüências em que se embala a nossa humanidade, íntimo aliás da Bíblia, de Homero, Luciano, Erasmo, Shakespeare, moralistas franceses, Pascal etc., é só metade do quadro, e paira menos do que pareceria. A outra metade surge quando o consideramos como personagem entre as demais, definida por características da malformação local, aquelas mesmas que as cabriolas narrativas e o correspondente clima de farsa metafísica fazem passar por alto, como detalhes irrelevantes. Ora, basta juntar as duas metades para que o caso mude de figura, quando então observaremos que na vida real (de ficção) o virtuose das fintas literário-filosóficas é um proprietário à brasileira, senhor de escravos, enfronhado em relações de clientela, adepto dos progressos europeus e sócio do condomínio pós-colonial de dominação. (SCHWARZ, 2004, p.5).

De certa forma, Graciano poderia ser classificado nessa categoria. Como vimos, além de erudito, versado nos clássicos, leitor de grandes autores, também era filho de família cuja mãe pertencia a uma oligarquia do norte do Espírito Santo. Seu pai era médico e político no período imperial. Se juntarmos as duas metades, perceberemos as inconsistências entre o idealista liberal e o político imerso num contexto social em que o favor é a característica primordial das relações sociais.

A discussão sobre a importação desse ideário ganhou ênfase quando o próprio Roberto Schwartz (1972) publicou um texto em que, fazendo referência ao liberalismo no Brasil, dizia que as ideias estavam fora de lugar. Segundo o autor, a sociedade brasileira formou-se a partir três classes: o escravo, o latifundiário e o homem livre. A relação da primeira com a segunda se deu pela opressão. E da segunda com a terceira fez nascer a ideologia do favor, a relação de dependência entre homens livres. Diz ele:

Nem proprietários nem proletários seu acesso à vida e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. (SCHWARTZ, 1972, p.5).

Para Schwartz, a vida ideológica brasileira, ditada pelo favor, define as relações entre os proprietários e os outros homens livres, permeando todas as atividades como a administração pública, a política, o comércio, a vida urbana, etc. Se espalhou pelas atividades dos profissionais liberais e as qualificações operárias. O profissional dependia do favor para exercer a profissão, enquanto o funcionário precisa dele para garantir seu posto. O *favor* é, portanto, uma mediação quase universal nos relacionamentos entre homens livres no Brasil, legado da colônia, uma forma de dominação menos evidente quanto à escravidão. Essa ideologia atravessa os ideais liberais provocando um deslocamento, resultando em uma insatisfação perene com a vivência democrática que parece nunca se efetivar.

Schwartz chama a atenção para o híbrido formado pela contradição entre o ideário liberal e a cultura de fundo da sociedade brasileira. Para ele,

O escravismo desmente as ideias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los, o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. contra as prerrogativas do Ancien Régime. O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. (SCHWARTZ, 1972, p.5).

O favor, portanto, desmente o ideal discursado, e é o oposto do que deveria ser. Desdiz o liberalismo, mesmo sendo o caminho pelo qual o liberalismo se espalhou no Brasil. Em grande medida é à base da construção do engrossamento. Nesse caminho, Oliveira Vianna, em um texto de 1927, diz que muitos fatos históricos permeados pelos ideais liberais trouxeram uma “mentalidade agitadora”, que estava por trás deles, e que nunca se satisfaz. Vianna afirma:

Tenho a impressão (confesso que é uma simples impressão, e não um juízo) de que esta moderna mentalidade agitadora não difere muito da mentalidade antiga - a que, há cem anos, vem sonhando a democracia no Brasil. Os agitadores de hoje “sonham” a democracia como “sonharam” os da Independência; os da constituinte imperial; os do 7 de abril; os da reação liberal de 68; os do manifesto de 70; os da Constituinte republicana. Ideias, processos, objetivos: os mesmos. Os de hoje como os de ontem, como os de anteontem. (VIANNA, 1939, p.10).

Oliveira Vianna (1939) indica um sentimento de incompletude na implantação da prática democrática no país, a ponto de estar presente nos “sonhadores” desde o movimento de independência até os dias em que ele escreveu o texto, em 1927, e nunca encontrou efetivação. As conformações que o viver republicano tomou, nos diversos quadrantes do país, fazem parte das questões que se levantam quanto à efetividade da democracia. Ele nos brinda com sua análise a respeito desses agitadores que podem trazer resultados diversos, dependendo do espírito que os guie. Diz ele:

Se há espíritos “extroversos” e espíritos “introversos”, como quer a moderna classificação de Jung, esta larga experiência social de cem anos pode ter um valor enorme e pode não ter valor algum. Em nosso país, na sua elite política principalmente, dominam os espíritos deste último tipo de Jung. Ora, para estes pode-se dizer que a realidade social não existe, portanto, a experiência social vale pouco, ou nada vale. Cem anos de experiência, um ano de experiência ou nenhuma experiência são para eles a mesma coisa. Os espíritos deste tipo é que tem feito aqui aquela ilusória “política silogística”, da ironia de Nabuco: “uma pura arte da construção no vácuo: a base são as teses, e não os fatos; o material, ideais e não homens; a situação, o mundo e não o país; os habitantes, as gerações futuras e não as atuais”. (VIANNA, 1939, p,11).

Sua análise ressalta o descolamento da ação dos gestores nacionais com a realidade, navegando em ideais e teses que não enxergam o presente. Em outro texto de 1922, Vianna diz que nossos dirigentes abandonaram a realidade e gerenciam o país baseados em ideias e contextos exógenos.

O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães-generais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos politicamente em pleno sonho. Os métodos objetivos e práticos de administração e legislação desses estadistas coloniais foram inteiramente abandonados pelos que têm dirigido o país depois da sua independência. O grande movimento democrático da revolução francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a República Americana, tudo isto exerceu e exerce sobre os nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética, que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial e peregrino, um Brasil de manifesto aduaneiro, made in Europe – sorte do cosmorama extravagante, sobre cujo fundo de florestas e campos, ainda por descobrir e civilizar, passam e repassam cenas e figuras tipicamente européias. (VIANNA, 1922, p.6).

Tomando essa ideia de Vianna (1922), da gestão baseada em ideários que nasceram em outros países, frutos de outras realidades, lembramos que Muniz Freire afirmou que o Espírito Santo era governado de fora. Segundo Vianna, de certa forma, o Brasil estava sendo governado de fora. Assim sendo, o encontro de ideias exógenas com realidades brasileiras, fez nascer práxis políticas e sociais que passaram a vigorar e, de certa forma, até hoje vigoram. De acordo com Victor Nunes Leal (2012), diversas práticas se concretizaram como *modus operandi* da consolidação, do viver social e político, especialmente protagonizadas na figura do coronel. Esse ator político, incrustado nos municípios, foi fator de decisão de todo o sistema que se implantou no país e que ditava a vida política, econômica e social da nação. O coronelismo se desenvolveu através de um compromisso de conluio de poder entre o público e o privado.

Com o advento da República, o público se tornou cada vez mais forte, chegando mesmo a ter uma dinâmica que poderia abafar o poderio dos chefes locais, proprietários de terras. Porém, o arranjo político fez com que os dirigentes locais fossem cruciais para a eleição do presidente do Estado, que precisava sempre demonstrar ao poder central sua força nas eleições. A Política dos Governadores, cedo adotada na República beneficiou os caciques locais, favorecendo sua influência nos negócios públicos, tornando-os um dos atores a quem o governo estadual deveria atender. Do outro lado da moeda, líderes locais captavam, com práticas no mais das vezes ilegais, a maioria de votos que os chefes regionais necessitavam para se manter no poder. Outros autores, como Estilague

Santos (2012) e Zorzal e Silva (1986), ressaltam a emergência do coronelismo, decorrência direta do *favor*, como uma das consequências desse atravessamento das práticas liberais no substrato social brasileiro e espírito-santense.

A respeito dessa questão, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1972), rebatendo o texto de Schwartz, escreveu que “as ideias estão no lugar”. Para ela, longe de causar um deslocamento das ideias, o liberalismo se implanta sendo ele mesmo independente do substrato da sociedade onde se instala. Diz ela que a proposição de ideias fora do lugar de Schwartz está equivocada, pois fundamenta-se na noção de uma diferença essencial entre as nações metropolitanas, desenvolvidas, sedes do capitalismo, de onde esse se distribui e as nações subdesenvolvidas, colonizadas, periféricas e dependentes. Nessa proposta, segundo a autora, as nações dependentes e as relações nelas estabelecidas seriam explicadas como consequência do capitalismo criado nas outras, e a expansão desse capitalismo dos países adiantados criaria mudanças substanciais nos países atrasados. Se assim fosse, existiria uma ordem nessas mudanças, que vão “das sociedades industrializadas para as agrícolas, das modernas para as tradicionais, das hegemônicas para as tributárias”. Maria Franco afirma que, ao contrário das proposições de Schwartz, “colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo interno de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução” (FRANCO, 1972, p.62). Para Maria Franco, o favor surge da característica intrínseca da grande propriedade cafeeira em que a dominação pessoal brotou de um esquema de contraprestações no qual o dependente via anuladas muitas de suas características de humano livre, em troca de compromissos daquele de quem dependia. Isso seria característica do capitalismo brasileiro, completamente diferente da relação patrimonial de outros capitalisms, no qual a exploração do trabalhador é limitada às regras estabelecidas e ele tem disposição para trabalhar. No caso brasileiro, “nada restringiu a arbitrariedade do mais forte: os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ele foram subordinadas. O interesse material submetia à sua razão os laços da estima e da afeição atando-os ou destruindo-o” (FRANCO, 1972, p.63). Para a autora, a base do discurso da construção social é de fundo igualitário, levando-se a acreditar que, em uma sociedade centrada na aquisição de riqueza, as pessoas têm condições iguais de aquisição, sendo que as diferenças observadas são consequências de distinções de ordem psicológica, intelectual, biológica e moral. Aqui,

Maria Franco afirma algo precioso para nossa análise. As relações pessoais deram origem a lealdades, troca de serviços; e que a honorabilidade e a confiança são as bases do controle do capital, da produção e das finanças, em que a burocracia estabelecida se encarrega de mediar o clientelismo pela via da influência pessoal e de cargos oficiais na montagem de um sistema autoritário e centralizador, que serve aos dominantes. Para Maria Franco:

No caso das teorias dualistas mais antigas, isto é flagrante: toda a política a que serviram mundialmente foi a de promover a “modernização”, destruindo os bolsões de pobreza identificados com o atraso, eliminando a resistência às mudanças e promovendo a industrialização. A crença no progresso, linearmente entendido, perpassa essas teorias, reforçando a ideia paralela de uma chamada neutralidade da técnica e da produção científica. (FRANCO, 1972, p.63).

O discurso da modernização que acompanha o modelo capitalista valoriza a industrialização, sinônimo de civilização, pressupondo que as instituições democráticas sejam consequência. De certa forma, essa era a esperança de Graciano Neves quando da inauguração do modelo republicano no Brasil.

Nesse sentido, tomaremos os estudos de Márcia Barros Ferreira Rodrigues (2000) sobre as ambiguidades do liberalismo no Brasil. Márcia Rodrigues afirma que o liberalismo brasileiro, presente no ideário nacional desde fins do século XVIII, é constantemente desqualificado e visto como ambíguo, frágil, como uma ficção ou fachada. Porém, em sua visão, as inconsistências do liberalismo fazem parte da adequação de uma ideologia a uma estrutura social específica. Assim,

(...) a exemplo dos liberalismos europeus, o liberalismo brasileiro não seguiu um padrão constante e homogêneo, não foi um princípio que se ajustou à realidade nacional, mas sim uma ideologia que sofreu redefinições e reelaborações perante a crescente complexidade da estrutura social brasileira. Portanto, existem várias facetas e vertentes do pensamento liberal no Brasil que se expressam em diferentes projetos. (RODRIGUES, 2000, p.7).

Por essa visão, a concepção do liberalismo no Brasil se revestiu de incongruências que a autora descreve como o movimento dialético da relação entre *liberalismo*, *favor* e *escravidão*. Do encontro entre o ideário externo (o liberalismo) e o ideário interno (o

favor), surgem tensões e conflitos característicos desse híbrido que se construiu com o tempo. Para Rodrigues, ao invés de tentar mostrar a correção das ideias liberais no Brasil, negando suas inconsistências, o caminho seria explicar o porquê de, mesmo adaptado e vivenciado, “o liberalismo e demais instituições modernas tinham (e têm) conotações absurdas no nosso país” (RODRIGUES, 2000, p.21). As conformações como o liberalismo aplicado se apresenta são diversas e com diversas formas de estruturação. De certa forma, pode-se identificar essa visão com o que Marx afirmou a respeito da evolução histórica:

Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem “na ideia” (como em Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. (MARX e ENGELS, 2007, p.87).

Pode-se pensar no liberalismo e no capitalismo como sendo adaptados às possibilidades que os tempos e as características sociais oferecem. Seu resultado pode aparecer em situações de ambiguidade, e nesse sentido Schwartz (1972, p.4) argumenta que, em se considerando que o latifúndio escravista era um empreendimento capitalista comercial, rentável até certa data, e que o lucro era seu objetivo, os “incultos e abomináveis escravistas (...) foram no essencial, capitalistas mais consequentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade”. Se capitalismo e ideais liberais burgueses andam juntos, as construções que nascem da aplicação das ideias a contextos sociais reais resultam em práticas distintas, paradoxais. E não foi diferente no Espírito Santo, em suas experimentações republicanas. A chegada do discurso republicano, recheado e estruturado em ideários tais como os citou Victor Nunes Leal (2012), completamente estranhos à realidade do Estado, engendrou a necessidade de concatenar esses ideais com a realidade espírito-santense daqueles últimos anos dos Oitocentos.

A vivência republicana efetiva se deu no Espírito Santo a partir do primeiro governo de Muniz Freire, de 1892 a 1895. Membro do Partido Liberal, desde cedo atuou como

deputado no período imperial e se engajou em lutas políticas, como a campanha abolicionista. Era um crítico do governo imperial, atribuindo a esse o estado de dependência e sujeição que o Espírito Santo vivenciava, utilizando para isso o seu jornal, *A Província do Espírito Santo*.

Para contextualizarmos o ambiente social e político da época, retornamos ao ano de 1882. Na edição de 24 de março de *A Província do Espírito Santo*, o artigo de Sylvio Romero – figura frequente nas rodas políticas e sociais, nomeado pelo governo imperial como secretário da Província do Espírito Santo em 1876² – afirmava que a capacidade intelectual brasileira era cópia do português e que o africano, rebelde aos progressos intelectuais, não teria conseguido mudar esse contexto. Em artigos anteriores Romero já havia defendido a nulidade dos indígenas quanto à possibilidade de interferir na cultura e que os “pretos” teriam pouca ou nenhuma influência nos costumes, na língua e em qualquer aspecto da vida cultural brasileira. Em suas palavras,

Do consórcio, pois, da velha população latina, beatamente atrasada, beatamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, “o mais belo país do mundo”³.

Segue dizendo que é preciso buscar na história dos povos as condições de formação da cultura, partindo logo em seguida para o louvor ao mundo europeu. Diz ele que

Tem razão Jouffroy, quando assegura que do mundo europeu surgirá o mundo américo-europeu, último assento da humanidade na sua busca de civilização, na sua porfia de civilização, na sua porfia de apaziguamento geral⁴.

Nesse contexto de louvor ao mundo branco europeu é que se desenha o ânimo geral de grande parte da classe política brasileira, abrindo portas para as filosofias exógenas que apontam para o progresso, especialmente o industrial, linha de frente da ação do capitalismo mundial, justamente o maior artigo de exportação dos países europeus.

² Jornal *A Constituição*. Belém do Pará, edição de 14 de agosto de 1876.

³ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 24 de março de 1882.

⁴ *Idem*.

Temos aqui um solo fértil para o que viria a seguir. O ideário positivista permeava especialmente os liberais, e o jornal *A Província do Espírito Santo*, por exemplo, publicava em sua primeira página um curioso calendário positivista e cada mês era dedicado a um personagem: mês de Dante, Shakespeare, Guttemberg⁵. O positivismo era a tônica do moderno e apontava para um futuro predefinido e determinista de progresso industrial e desenvolvimento da civilização, “na sua porfia de apaziguamento geral”. O jornal de Muniz Freire foi porta-voz do positivismo como a nova religião do homem. Na edição de 28 de julho de 1882 lemos:

Poucos há que não conheçam ao menos de nome a grande escola filosófica fundada pelo gênio imortal de Augusto Comte, mas também muitos poucos têm a concepção precisa de suas doutrinas, não raras vezes invocadas para atear ódios puramente revolucionários e mormente anticlericais.

Esta feição antipática levemente impressa à fecunda teoria pelos seus falsos sectários, porque até mesmo os positivistas heterodoxos conscienciosos são disto incapazes, desaparece completamente no zelo ardente, na fé apostólica e nos julgamentos simpáticos dos continuadores fiéis do grande mestre.

O Positivismo é uma doutrina regeneradora; regeneradora da inteligência, dizem todos os que aceitam completamente ou incompletamente; regeneradora da inteligência, do sentimento e da atividade, dizem os discípulos ortodoxos. Em todo o caso, é a síntese mais vasta que o cérebro humano tem concebido; ela vem preencher o enorme vácuo deixado pela dissolução da fé católica⁶.

O entusiasmo com o Positivismo e sua adoção como doutrina, utilizando palavras características das religiões como zelo, apostólica, discípulos, entre outras, mostra a certeza de que a doutrina de Comte iria substituir o catolicismo como religião. Essa religião foi a doutrina que permeou os atos de governo no Estado assim que a República foi proclamada. Direcionou a construção de uma ordem pelo direcionamento do capital.

A acumulação e produção de capital no Estado, com a significação que Graciano Neves apresentou em sua *Doutrina*, esteve ligada às condições de produção e comercialização de gêneros, principalmente do café. Em uma fala no jornal *A Província do Espírito Santo*, ainda em março de 1882, o deputado Emílio Coutinho apresenta sua explicação do porquê de ter votado a favor do pedido ao governo imperial de verbas para a construção de uma estrada de ferro que ligasse o sul da província com a capital federal. Depois de seus argumentos, o deputado Dr. Portella escreveu:

⁵ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de abril de 1882.

⁶ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 28 de julho de 1882.

Ah! É preciso advertir o fazendeiro, ao produtor em fim que o serviço de transportes e venda de seus gêneros é feito só no interesse dos intermediários que se conspiram para tirar do fruto do trabalho deles todo o proveito possível para si, com exceção dos comissários. É uma coisa curiosa essa organização do transporte e venda do café⁷.

Logo a seguir ele lista os intermediários – o tropeiro, o aluguel dos sacos, a ponte, os direitos provinciais, o comissário, comissão de venda, transporte para o ensacador, o lucro deste ao vender para o exportador, o transporte para bordo, etc.. Segundo o Dr. Portella “Em uma conta de venda que vi, com a baixa do café, 1\$500 por arroba, sendo este o lucro bruto sujeito às despesas do custeamento da fazenda, ou no, fim das contas, talvez 1 ou 2 % do capital do fazendeiro”⁸.

Argumenta que o lucro da venda do café mal dá para cobrir os custos de produção, no que é apoiado pelos presentes. Assim, os assuntos relativos ao café, aos custos de transporte, dentre outros, povoam os embates e debates da construção do capital no Estado desde a época do império. Capital esse que era produzido e constituído por e a partir do café. A divisão do lucro da empreitada cafeeira por diversos “capitalistas” intermediários constituía muito da discussão política e seria argumento forte para as decisões de investimento das rendas públicas no governo de Muniz Freire. Os capitalistas, os barões, eram referenciados e dominavam direta ou indiretamente a política. Na edição de 21 de fevereiro de 1888, o jornal publicou a morte de um deles, o sogro de Muniz Freire. O texto diz: “Telegrama de São Paulo trouxe a infausta nova de haver falecido ali, no dia 19 do corrente, o rico capitalista barão de Paranapanema, conceituado fazendeiro do município de Campinas, daquela província”⁹. Os capitalistas eram tidos em alta conta, considerados, respeitados e admirados como motores do progresso.

Muniz Freire era um combatente contra a centralização do governo imperial. Em setembro de 1888 apresentou um requerimento de lei que solicitava a descentralização administrativa junto com seus colegas liberais. Diz ele:

⁷ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 de março de 1882.

⁸ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 de março de 1882.

⁹ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 20 de fevereiro de 1888.

Requeremos que se apresente aos poderes gerais sobre a conveniência de ser adotada lei que, sem quebra de integridade do país ou antes, consolidando a unidade nacional e as suas instituições fundamentais, assegure-se às províncias todas as franquias e garanta-lhes a maior autonomia na administração de suas riquezas, isolando-as da dependência central em tudo que não concernir ao bem estar do Estado¹⁰.

Assim, assuntos relativos ao café, aos transportes, a libertação do jugo do governo imperial foram temas comuns nos números dos jornais da época, especialmente dos liberais que faziam oposição ao governo imperial.

Em 1899, com a proclamação da República o panorama político se modificou. Conforme vimos, estados e municípios passaram a ter maior autonomia e o país entrou em um período de experimentação de uma vivência política que se foi construindo no novo panorama. No Estado, o jornal *A Província do Espírito Santo*, na edição de 17 de novembro de 1899, anunciava a proclamação da República com assombro, e a desinformação ainda era a tônica. Assim narrou o editorial do jornal nessa data:

A cidade continuou ontem sob a ansiedade dos graves sucessos que se desdobram no Rio de Janeiro.

O espírito público, sem conhecimento exato das ocorrências, atirou-se ao campo das conjecturas e os boatos de toda a sorte, os mais descontraídos e inverossímeis, tiveram curso forçado.

Por nossa vez, apesar da solicitude com que procuramos obter informações dos nossos correspondentes, não nos achamos habilitados ainda para fornecer aos nossos leitores uma exposição minuciosa de todos os fatos que ali se tem dado, nos dois últimos dias, e dos quais nos tem o telégrafo muito perfunctoriamente cientificado.

Continuando hoje como ontem a mesma perplexidade em nosso espírito, diante de sucessos tão graves e que alteram tão profundamente o estado normal da nossa sociedade, compreender-se-á perfeitamente que a nossa missão não pode ser senão a de simples noticiarista¹¹.

Apenas no dia 19 de novembro é que a consolidação da notícia da deposição e expatriação do imperador, e da instalação do governo provisório foi publicada. Proclamada a República, o positivismo foi a doutrina que permeou as mentes dos principais protagonistas da política. Por um breve período, o jornal *A Província do Espírito Santo* passou a se chamar de *Estado do Espírito Santo*, com o subtítulo Ordem e Progresso. Na edição de 1 de dezembro de 1889, sob o impacto da recente mudança de

¹⁰ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 21 de setembro de 1888.

¹¹ Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 17 de novembro de 1889.

governo, uma pequena nota diz que “o apostolado positivista do Brasil dirigiu ao sr. General Deodoro, chefe do Governo Provisório, uma mensagem, na qual pede que seja a divisa da República a fórmula de Augusto Comte: Ordem e Progresso, e saúda o mesmo chefe”.¹²

Uma curiosidade desse período está na edição do dia 5 de fevereiro de 1890, em que o jornal editado por Muniz Freire anuncia a graduação de Graciano Neves:

O sr dr. Graciano Neves, natural da cidade de São Mateus e filho do caridoso médico e ilustre cidadão dr. Graciano dos Santos Neves, de respeitável memória, obsequiou-nos com um exemplar de sua tese de doutoramento. Nosso ilustre conterrâneo dissertou sobre os “nervos trophicos”, e, segundo a opinião dos entendidos, podemos dizer que fê-lo proficientemente. Gratos ficamos ao jovem médico pela atenção que nos dispensou na dedicatória de seu belo trabalho¹³.

Muniz Freire havia trabalhado com o pai de Graciano Neves durante muitos anos do período imperial, fato que pode ser conferido em diversos números de *A Província do Espírito Santo*¹⁴. Personagens da política no Império tornam-se os atores da política na República.

Com a República vigente, vários governantes foram alçados ao cargo de presidente do Estado, em uma série de afastamentos e renúncias, até que, em 1892, Muniz Freire assumiu o governo por quatro anos. Passaremos a analisar o seu governo em ordem cronológica, pois nos interessa observar como foi materializada a gestão, como se desenvolveram as decisões de gastos das rendas públicas, qual ordem foi consolidada. Teremos por base o texto de Graciano Neves e suas definições. Assim, considerando que a *Doutrina* foi editada pouco tempo depois do governo de Muniz e do próprio Graciano, muito do que está narrado se refere à experiência desses anos. Utilizaremos a lógica desenvolvida na *Doutrina* em busca dos conluios do capital com a ordem. Quanto à ordem, Graciano começa definindo-a como certo regime de disciplina social, que é fruto da obediência à autoridade, ao mais forte, que gera a fortuna pública e

¹² Jornal *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 01 de dezembro de 1889.

¹³ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 05 de fevereiro de 1890.

¹⁴ Por exemplo, o número 367 de 13/11/1883 em que o Dr. Graciano Neves pai foi eleito deputado à Assembléia Provincial para o biênio 1884-1885, listado entre os conservadores, juntamente com Muniz Freire, entre os liberais.

fomenta a ideia de pátria, de comunidade. Buscaremos, a partir das ações descritas nas mensagens, perceber como a autoridade constituída construiu essa disciplina social; qual ordem foi estabelecida; e qual papel teve o capital nessa empreitada, pois, para Graciano, é a questão econômica que decide a marcha de uma sociedade. Interessa-nos investigar os números, embora não seja o aspecto mais importante, mas interessa-nos perceber em seu discurso o que fundamenta suas decisões, e o que é considerado importante.

3.1. O PRIMEIRO ANO DA GESTÃO: O DESAFIO DE CONSTRUIR UM ESTADO NO MODELO REPUBLICANO

Na mensagem de início de governo, em 1892, Muniz Freire ressalta o “compromisso que o seu partido assumiu de esforçar-se para criar uma pátria grande para os espírito-santenses”¹⁵. No entanto, tem uma visão pouco positiva do ambiente social, político e econômico, no que diz respeito aos primeiros tempos da República no país.

Desta forma, troquei perante vós em obediência aos vossos votos, as duas delegações mais honrosas que em toda a minha vida pública poderei receber do Estado que me foi berço – a de representa-lo na grande e patriótica assembleia que organizou o código fundamental da nossa existência política, e a de vir depois presidir os seus destinos neste período agitado de reconstituição, sucedâneo de uma revolução que destruiu os velhos moldes, e de outra que inutilizou infeliz e tresloucada política do primeiro governo da República¹⁶.

Muniz Freire destaca sua tarefa de reconstituir o Estado após a proclamação da República e a queda de Deodoro. Vindo da constituinte, a primeira republicana, a visão que orienta seu discurso de posse de governo é a de que o Espírito Santo é um Estado fraco e que até então foi governado de fora, “reduzidos à posição imbecil de quem não tem autoridade própria”¹⁷. Logo a seguir, apresenta dados mais positivos. Com uma população de cerca de duzentas mil pessoas, afirma que talvez não haja em todo o país um

¹⁵ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1892, p.2.

¹⁶ *Ibidem*, p.1.

¹⁷ *Ibidem*, p.3.

Estado que apresente proporção igual de riqueza calculada sobre as estatísticas de produção. Habitado por um povo tão laborioso, possuindo elementos inesgotáveis de riqueza e uma cultura sem par nos lucros que deixa, sendo o 8º ou 9º estado da União em rendas públicas; para vergonha nossa o Espírito Santo ocupa ainda aos olhos do Brasil inteiro o lugar de Estado de 4º classe¹⁸.

A percepção de Muniz Freire sobre a capacidade econômica do Estado é positiva em termos do potencial do Estado e negativa em termos da realidade. Sua lista de intenções é rica: “o que nós precisamos fundar é um Estado em plena posse de si mesmo, em que o patriotismo assente no verdadeiro amor social, e não exclusivamente na condição material de nascimento”¹⁹, apontando para a inclusão social e para o não privilégio dos bem nascidos. Diz mais: “que viva dentro de si com próprios elementos de sua política, de seu comércio, das suas inteligências, de suas riquezas quaisquer”²⁰, apontando para o protagonismo de seus habitantes e recursos.

É no discurso de abertura do primeiro governo republicano que a importância da criação e concentração do capital se mostra uma necessidade já percebida. De maneira evidente, o positivista Muniz assume a importância de se criar uma base de capital para alcançar o progresso. Vejamos um trecho do discurso:

Os motivos dessa situação contraditória de há muito que eu os tenho assinalado e discutido na imprensa. Nós temos a riqueza agrícola esparsa na pequena propriedade, força poderosa quando concentrados os seus elementos, mas insignificante quando dispersos como nós a temos. É preciso que produzamos a riqueza geradora, a riqueza concentradora, a riqueza que colige todos os elementos da riqueza e os distribua por todo o organismo. Sabeis que refiro-me à riqueza comercial e à outra que dela emerge -o capital.²¹

Ao contrário de São Paulo, onde predominavam as grandes propriedades, no Espírito Santo prevaleciam as pequenas propriedades familiares. Isso resultava em pouca concentração de capital, pois a produção por propriedade era pequena. Interessante a percepção de Muniz Freire, ligando o fato de o Estado ser governado de fora, ser considerado de 4ª classe e ter a necessidade de produção e concentração de capital. Seu

¹⁸ *Ibidem*, p.4.

¹⁹ *Ibidem*, p.2.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Ibidem*, p.4.

plano era tomar providências para o Estado se tornasse referência no cenário nacional, no qual São Paulo se destacava. Tendo isso em vista, ele passa a listar as providências que deveria tomar para alcançar essa concentração de capitais: introduzir novos agentes de trabalho, referindo-se à imigração; valorizar a propriedade territorial para o desenvolvimento dos transportes, base de todo o progresso econômico e do futuro; regularizar a questão do transporte ferroviário, o grande plano do governo de Muniz Freire. Até aqui, o resumo da mensagem para o primeiro ano de governo era sobre a necessidade de dar condições de produção do capital, especificamente, estruturando a infraestrutura para a produção de café. Essa era a nova ordem sonhada no campo econômico, que teria reflexos em outras frentes.

Em tempo, essa ideia do poder econômico de fora governar e sujeitar as instâncias de poder está no belo trabalho de Antônio Carlos de Medeiros, analisando o momento em que várias grandes indústrias foram implantadas no Espírito Santo, especialmente após os anos 1970, trazendo uma perspectiva de desenvolvimento, progresso, geração de emprego e renda, tornando-se uma alternativa à secular dependência que os setores público e privado tinham da economia do café. Mas esses empreendimentos foram erguidos, segundo Medeiros (1977)²², à margem da participação da população, e até de grande parte das elites políticas e econômicas locais (ainda baseadas na cultura do café, e sem disposições industriais). Elites que foram substituídas por lideranças outras, mais alinhadas com o novo tempo e discurso, gerando o que Muniz Freire chamou de “desautonomia relativa do Estado” frente às empresas de grande impacto econômico, social e ambiental. Essas empresas trouxeram uma nova dinâmica econômica e, com ela, a submissão das ações do governo às suas necessidades. O autor diz que:

(...) a implantação destes Grandes Projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, além de trazer para o palco um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, contribuir-se-ia para a marginalização dos poderes público e privado capixabas e o Espírito Santo correria o risco de perder sua já reduzida autonomia. (MEDEIROS, 1977, p.3).

²² Para uma melhor análise desse tema confira MEDEIROS, A. C. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. Dissertação de mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977. 83f.

De certa forma, no período aqui estudado aconteceu uma desautonomia relativa do Estado, que, como se verá, teve seu orçamento pautado pelo capital internacional a partir de certo momento. Na busca por indícios de como Muniz Freire professou construir a ordem, colhemos algumas pistas em seus pronunciamentos, pródigios em afirmações. Neles, ele afirma que a questão econômica é à base de todo o futuro do Estado e que “a grande questão é saber o que convém ao Estado; o interesse justo e alevantado dos empresários deve subordinar-se a essa lei”²³. Provavelmente, os interesses dos empresários já tinham chegado aos seus ouvidos, pois, imediatamente antes dessa afirmação, ele diz que era necessário “administrar a reboque dos pretendentes e fiar a nossa sorte da ganância dos especuladores”²⁴. No decorrer da análise, veremos indícios de como Muniz Freire lidou com essa realidade.

Muniz Freire reafirmou a importância da crítica ao seu governo, mas que preferia a crítica de boa fé e o ânimo elevado, para que o resultado da crítica fosse a felicidade comum. Seria um ótimo caminho para a construção de uma ordem democrática ou, ao menos, de características democráticas na ordem social, porém, veremos que a oposição sempre foi tratada com agressividade, mergulhados que estavam, Muniz e a oposição, em uma guerra política, longe do desenvolvimento moral proposto por Comte. A proposta de ordem estava pronta. Na mensagem ao Congresso de 1893 ela começará a ser colocada em prática.

3.2. PLANTANDO AS BASES DA NOVA ORDEM EM 1893

Muniz Freire deu a largada em seu governo viabilizando ações que caminhassem principalmente ao encontro dessas três metas: introduzir novos agentes de trabalho; valorizar a propriedade territorial para o desenvolvimento dos transportes; e regularizar a questão do transporte ferroviário. Ele enfatiza os progressos obtidos nesse primeiro ano de sua gestão e as dificuldades encontradas para a vivência política. É interessante registrar a visão expressa em seu texto, onde diz:

²³ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1892, p.5.

²⁴ *Idem*.

Felicito-vos igualmente pelos preciosos acréscimos de reputação que vão salientando o nosso caro Estado na comunhão brasileira, fazendo-lhe respeitável o nome, e fornecendo ao mesmo tempo um exemplo decisivo do valor das nossas instituições, quando cultivadas à sombra da paz, e exploradas unicamente sob os intuitos de seu alto e benéfico destino político. Deve ser muito grata aos verdadeiros amigos do regime republicano, sobretudo aos verdadeiros amigos do sistema federativo, a lição que estamos oferecendo – um estado que até os últimos dias que antecederam a Constituição republicana era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresentando um orçamento cinco vezes maior que o da antiga província, e mostrando-se bastante calmo, bastante confiante nos seus próprios recursos, para ousar os mais vastos empreendimentos, sem descurar um só dos problemas essenciais do seu futuro desenvolvimento (...) ²⁵.

Muniz Freire escreve com certo ufanismo, em parte calcado nos progressos que o viver republicano trouxe ao Estado, sempre fazendo um contraponto com a experiência anterior no regime imperial. Seu ânimo se mostra em relação ao rápido progresso conseguido em um ambiente que ele denomina de paz institucional, proporcionando um orçamento muito aumentado se comparado com aquele apresentado quando ainda era província, enfatizando expressões de autoconfiança para ousar empreender. Aliás, a visão de Muniz Freire e de muitos de seus contemporâneos contempla a inexorabilidade do desenvolvimento futuro do Estado. Essa é a tônica inicial do discurso. Porém, como a situação política do Estado ainda inspira cuidados, sua fala focaliza os problemas que ele vivenciava. Ele continuou o discurso dizendo:

(...) quando sente em torno de si a irrequietação tremenda de ambições sôfregas, de paixões ruins, de aspirações desordenadas, de erupções revolucionárias, que, se não alcançam destruir o edifício constitucional, em todo o caso o atacam em seu assentamento moral, produzindo um mal maior do que todos os males cuja necessidade de destruição é invocada – no interior, o desrespeito à ordem constituída, o prestígio temporário de todas as aventuras, o direito de cidade para as mais tresloucadas pretensões, a incredulidade latente, mas generalizada, que cobre de um ridículo inconsciente e atroz todos os benefícios da revolução de 15 de novembro e todos quantos colaboram para transforma-la numa obra de paz e de progresso; no exterior a convicção de que somos hoje uma presa dos temerários, um povo que perdeu o seu norte, uma pátria viúva da tutela protetora, uma nação barbarizada pela ignorância inata, pelo militarismo de ambições incontidas, tornada impossível para todo governo regular baseado em instituições livres ²⁶.

²⁵ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1893, p.3-4.

²⁶ *Idem*.

Sua exposição destaca a confusão que tomava conta do país naqueles primeiros anos de República: revoltas e movimentos revolucionários com consequências internas e externas. Internamente, as sedições minavam as possibilidades de progresso oferecidas pela proclamação da República; externamente, pela construção de uma ideia de país calcada na ignorância inata, barbárie, desordenação, dominado pelo militarismo, inviável, enfim, um clima de luta muito similar ao descrito por Graciano Neves na narrativa da *Doutrina*. Mas Muniz Freire, após essa exposição, exercita a esperança e faz votos que novas dinâmicas se estabeleçam no restante dos meses de 1893, e que o ano de 1894 traga serenidade e bom senso à nação, para que o Brasil possa se reabilitar em face do mundo. Em seu discurso, o progresso e a paz são sucedâneos. Não há lugar real para a discordância, sinônimo de sedição, de “tresloucadas pretensões”, o que indica o quanto na nova ordem, a hegemonia do poder e a concordância são a tônica, apesar do discurso.

Logo a seguir, Muniz Freire traz diversas notícias. Primeiro, celebra a visita do presidente de Minas Gerais e a possibilidade de celebrar convênio econômico autorizado pelos respectivos congressos, ressaltando como o ilustre Conselheiro Penna foi recebido pela população do Espírito Santo. É importante destacar o uso que Muniz faz da ideia de classe social.

Sinto-me cheio do mais são orgulho patriótico ao reconhecer que o povo espírito-santense recebeu e honrou o seu ilustre hóspede com as homenagens de que ele era digno; e mais me comove a convicção em que estou de ter o Exm. Sr. Conselheiro Penna observado a cordialidade, a carícia afetuosa com que a população do Espírito Santo, representada por todas as classes. Será difícil reproduzir em qualquer tempo honras e festas como as que lhe foram dirigidas, em razão da parte que nelas diretamente tomou a unanimidade do sentimento público. Por minha parte não devo perder esta ocasião de enviar ao povo espírito-santense os votos de minha admiração pelo modo digno que se houve, honrando com as suas manifestações a visita que nos devia desvanecer, as tradições do amor recíproco entre os dois Estados, e os nossos próprios créditos de povo civilizado²⁷.

Seu tom é paternal, como aquele pai que parabeniza os filhos após o bom comportamento em face de uma visita importante. Para nossa análise, destacamos aspectos importantes em seu discurso. Muniz Freire considerou que as honras e festas foram frutos do sentimento de unanimidade da população. Certamente, mesmo em vista

²⁷ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1893, p.5-6.

do que foi por ele dito no início da mensagem, isso não era verdade. Pode-se creditar seu posicionamento a três situações. Primeiro: quis dar ao seu discurso um tom positivo, posto que, este seria divulgado como mensagem oficial no Estado e para além dele. Segundo: possuía uma percepção falha acerca das diferenças de classe, oportunidades, situação financeira, posicionamento político, dentre outros. Terceiro: possuía uma consideração de classes voltada apenas para os atores privilegiados da elite política e econômica. Cremos ser difícil admitir a segunda hipótese – uma percepção falha sobre as diferenças de classe por um ator político como Muniz Freire. Admitimos a primeira hipótese, visto que uma das pretensões explicitadas em suas falas é a de que se alcance um ambiente pacificado em que todos caminhem para a construção do progresso. Vamos perseguir a investigação em direção à terceira hipótese, buscando indícios dessa atitude nas fontes.

Na continuação de sua mensagem, Muniz Freire ressalta os resultados que o convênio com Minas Gerais traria para o Espírito Santo: “um futuro imenso rasgado à grandeza comercial deste Estado”, enfatizando que no Brasil esse era o pioneiro convênio desse tipo celebrado entre dois estados, uma novidade proporcionada pela nova Constituição. Muniz faz do desenvolvimento comercial o fulcro de suas ações e consegue se aproveitar das modernidades em gestão pública estadual que a nova Constituição permitia.

A partir desse ponto, Muniz Freire passa a dissertar sobre as finanças do Estado. Diz que um saldo do ano de 1892, juntado com outras verbas, passou a constituir o fundo para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito-Santo, conforme lei aprovada pela Assembléia. Destaca que a situação financeira do Estado era positiva, e que o imposto de exportação de café somou 1.099:089\$727 – hum mil e noventa e nove contos, oitenta e nove mil e setecentos e vinte e sete réis – de janeiro a maio, sendo que o orçamento para todo o ano era de 1.700:000\$000 – hum mil e setecentos contos. Outro imposto em significância foi o de transmissão de propriedade. Esse era um novo tipo de imposto permitido aos estados pela nova Constituição. No montante de 155:926\$780 – cento e cinquenta e cinco contos, novecentos e vinte e seis mil e setecentos e oitenta réis. Nota-se a discrepância de valores entre o imposto de exportação e o de transmissão de propriedade. O primeiro é responsável por cerca de 80% da arrecadação estadual, que foi de 1.384:448\$356 no período, o que sinaliza a forte dependência que o orçamento

tinha desse imposto; o segundo representa cerca de 11% da arrecadação. Se somarmos os dois impostos, estes serão responsáveis por 91% de toda a arrecadação, ficando as outras receitas responsáveis pelos outros 9%. No texto da mensagem, porém, sem especificar valores, Muniz Freire diz que o imposto do selo e a venda de terras foram responsáveis pela maior parte do restante. Aos Estados, a Constituição de 1891²⁸ permitiu a cobrança exclusivamente de impostos de exportação de seus produtos; impostos sobre: imóveis rurais e urbanos, transmissão de propriedade (inclusive o causa mortis, sobre heranças e legados); impostos sobre indústrias e profissões; selos sobre atos do governo e negócios de sua economia; taxas sobre os correios e telégrafos. Vê-se, pelos dados acima, como a arrecadação se concentrou basicamente em dois tipos de impostos, ficando o Estado muito dependente da economia do café, que, além de gerar diretamente o imposto de exportação, seria fomentadora da valorização das terras e da busca por comprá-las do Estado ou de particulares, gerando desta forma o imposto sobre transmissão de propriedade. A ordem econômica assume total importância no discurso e nas ações de Muniz Freire, aprisionando nela demais ordens. Quando fala de algum assunto como moradia, ordem social, tal discurso está atrelado ao fator econômico.

Muniz Freire diz a seguir que as duas maiores preocupações do governo eram a viação férrea e o povoamento do território, e que o Estado deveria sacrificar outros interesses de menor ou igual relevância para atender a esses dois que, segundo ele, eram os interesses superiores, embora ressalte que procuraria, dentro das possibilidades, atender a todos. Afirma ainda que os capitais nacionais estavam retraídos, que a bolsa estava fazendo muitas empresas sucumbirem; as que sobreviveram estavam afundadas no próprio cenário de descrédito em que a economia nacional se encontrava; que a atração de capital estrangeiro por empresas privadas ou governos era quase nula.

Nesse contexto, os desafios que encontrou no governo (referindo-se ao ano anterior de 1892) foram muitos e sérios. Em suas palavras, as rendas se apresentaram insuficientes para encarar empreendimentos vultosos, não havia possibilidade de conseguir empréstimo frente à receita apresentada e que, segundo ele, estavam estimadas abaixo de seu valor real. Os estabelecimentos de crédito estavam em situação pior do que a do

²⁸ BRASIL. *Constituição [da] República dos Estados Unidos do Brasil*. 1891.

próprio Estado, tendo em vista a baixa do câmbio, as dificuldades do comércio, e o receio quanto a instabilidade do momento político. Em vista desse cenário, o caminho por ele adotado era composto de duas fases: primeiro, restringir os gastos, fazendo uma reserva inicial para fazer frente ao programa de investimentos pretendidos; a segunda, “confiar o resto dos efeitos dessa própria força [a dos investimentos], que sob todos os pontos de vista são múltiplas e infalíveis”²⁹. Esse segundo ponto se alinha muito bem ao princípio positivista de que o capital produz desenvolvimento, inexoravelmente. E para confirmar que esse era o caminho, afirmou que conseguiu uma enorme economia no primeiro ano de governo, acumulou a quantia de 1.510:728\$066 – hum mil e quinhentos contos, setecentos e vinte e oito mil e sessenta e seis réis – até o mês de junho. E com otimismo em relação à capacidade dos “efeitos infalíveis” das ações tomadas em alavancar o que se precisava para levar a bom termo a construção da Estrada de Ferro, Muniz Freire somou diversas fontes e esperanças de receita para chegar à fantástica soma de 3.000:000\$000 (três mil contos) até o ano seguinte, de 1894. Ele encerra esse parágrafo dizendo que “estamos habilitados a acelerar e custear por largos meses os trabalhos de construção, e por piores que sejam as atuais condições do mercado brasileiro, nada receio quanto à sua conclusão”³⁰.

Aqui se pode notar que, em seu entusiasmo, Muniz Freire, começa a enredar o Estado em uma situação em que este ficaria dependente de vários fatores sobre os quais ele não tinha a menor influência. Até aqui, no corpo desta mensagem, já ficam claros: a) o extremo, quase exclusivo, atrelamento do desenvolvimento do Estado à produção e exportação do café. Quanto à produção do café, o Estado era formado por alguns latifúndios cafeicultores e por muitas pequenas propriedades familiares, sem um sistema adequado de fomento e gerando pouca renda, portanto, incomparável à situação de Estados como São Paulo, que tinham sua base cafeicultora em grandes propriedades. Além de maiores extensões plantadas, estes estados utilizavam mão de obra assalariada, o que formou um mercado secundário que alimentou tanto o comércio quanto outras atividades industriais ligadas ou não ao café³¹; b) na questão da exportação, o preço do café era inteiramente definido pelo mercado externo, dependente de diversas variáveis como demanda nos países importadores, produção nos diversos países exportadores,

²⁹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1893, p.10.

³⁰ *Idem*.

³¹ Confira ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: SN, 2000.

situação econômica dos importadores, dentre outros; c) havia também o valor do câmbio, sobre o qual obviamente o Brasil não tinha nenhuma influência, e já havia sido alvo de nota do próprio Muniz Freire nesta mensagem.

Apesar disso, Muniz continua descrevendo um cenário que permitiria um tranquilo caminhar na direção dos grandes investimentos. Para tanto, ele argumenta que a dívida do Estado era insignificante, que com o montante de recursos do próprio orçamento se conseguiria levar a obra quase à metade, que os saldos conseguidos pelo Estado eram notórios, que a riqueza territorial já tinha um valor inestimável, e que a riqueza do capital próprio que estava sendo empregado nos empreendimentos “fundam-me a convicção de que será infalível o resultado da tentativa”³².

Na construção desse cenário, ele passa a discorrer sobre os planos de construção de diversos ramais ferroviários. Diz que no convênio firmado com o governo de Minas Gerais estava o acordo de trazer os trilhos desde Ponte Nova, em Minas, até a divisa com o Espírito Santo. E conclui:

Em três anos poderemos ter trilhos mineiros às nossas portas, e se nesse mesmo tempo tivermos pronta a nossa sessão do Alegre, estará realizado o ideal dos dois Estados e estabelecido o tráfego da Vitória a Ponte Nova, pois antes desse prazo deve ficar concluída a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo³³.

O resultado desse empreendimento seria o acesso ao mercado mineiro, atraindo grandes resultados econômicos para o Estado, fruto do grande desenvolvimento do Estado vizinho, beneficiando a região sul do Espírito Santo, para onde afluíam grandes investimentos tendo em vista a existência de grandes áreas de terras a serem exploradas. Outra consequência assinalada foi a de que:

(...) a via férrea que o Estado se acha construindo, e que é a base de todo esse sistema, tornar-se-á em poucos anos uma das empresas mais poderosas e ricas do seu gênero: essa convicção me basta para justificar o acerto do meu ato, que continua a ter os aplausos de todos os patriotas espirito-santenses³⁴.

³² Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1893, p.10-11.

³³ *Ibidem*, p.11.

³⁴ *Ibidem*, p.13-14.

De novo, isso não era verdade. A oposição, no jornal *Commercio do Espírito Santo*, bradava contra o que chamava de Estado Empresário³⁵, e reclamava que as altas somas das rendas públicas deveriam estar sendo aplicadas em diversas outras atividades que fomentassem o desenvolvimento, e diziam que o Estado deveria deixar para a iniciativa privada a construção. Além de ignorar as críticas, Muniz aproveitou a oportunidade de chamar a oposição de não patriota.

Essa ligação ferroviária tornaria o porto de Vitória destino de mercadorias oriundas de grande parte de Minas Gerais. A lógica de que investimentos trazem progresso e que esse progresso traria mais investimentos está impregnada em sua fala. E está ausente qualquer cálculo de imprevistos ligados a fatores de mercado, por exemplo, ou de resistências políticas, internas e externas, que pusessem em perigo o “sucesso infalível” dos planos. Expressões como “essa convicção me basta” ou “todos os patriotas espirito-santenses” indicam uma certeza de coisas que, como sabemos, não se concretizaram, mas que estavam construindo uma ordem.

Outro tema de relevância na mensagem e nos planos de Muniz Freire foi a questão da imigração. Ele relata que as levas de imigrantes esperadas não foram concretizadas. Primeiro, pelo cólera que ocorreu na Itália, depois, pelos atropelos das remessas de imigrantes pela empresa La Veloce, cessionária em parte do contrato de Domingos Giffoni com o Estado para a introdução de vinte mil imigrantes em um prazo de três anos. Além disso, o governo italiano chegou a proibir a vinda de italianos para o Estado, o que estava sendo revertido pela ação do governo estadual junto a autoridades. Naquele momento, o movimento imigratório estava parado no Estado. E aí Muniz faz uma crítica ao governo federal. Diz ele:

Sucede porém que dos imigrantes introduzidos em virtude dos contratos federais, em número de trinta mil seguramente, talvez não tenham mais de duzentos tomado destino deste Estado; de modo que nem temos a verba para auxiliar o serviço que fazemos por nossa conta, em virtude do contrato estadual, nem recebemos dos imigrantes introduzidos pelos contratantes federais a porcentagem correspondente à verba que o orçamento da União nos destinou. Foi portanto um favor que veio logo com a cláusula de não ser cumprido, pois em tanto importa a condição de que ficou dependente; o resultado é que a verba orçamentária só aproveitou ao Estado de São Paulo,

³⁵ Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de junho de 1892, p.1.

que é poderoso e rico, em detrimento dos outros, como o nosso, que não poderiam dispensá-la³⁶.

Neste trecho Muniz Freire deixa entrever que conhecia os problemas gerados pela ação política de Estados poderosos, no caso, São Paulo, que conseguiu tomar para si toda a verba de fomento da imigração do governo federal. Esse fato atrapalhou muito a imigração em termos de quantidade de imigrantes recebidos e da qualidade de atendimento ao imigrante que aqui chegava. O segundo item, portanto, dos planos de Muniz para o Estado, estava andando a passos lentos. A prosperidade e o poder político de São Paulo capturavam todas as verbas e a maioria das levas migratórias no país. Diante das dificuldades e da provisória suspensão do fluxo imigratório, Muniz Freire cogitou desviar para a construção de estradas, os recursos que estavam previstos no orçamento à imigração. Porém, considerou que não era prudente abrir mão de povoar o território capixaba com braços que fariam frente à demanda por trabalhadores na lavoura de café. Esse é um exemplo de como a ordem econômica ditava as regras. Para Muniz Freire, não era prudente suspender o programa de imigração, pois este era um fator de produção do café, fonte quase exclusiva das riquezas do Estado.

Sua formação positivista fica evidente no texto de seu discurso, quando falando sobre uma reforma na lei educacional, afirmou: “resta agora aguardar os frutos da nova reforma (...) mais dirigida para o objetivo essencial, que é a formação de um sacerdócio destinado a educar as massas da população, das quais dependem a grandeza, o bem estar e o futuro do Estado”³⁷. Essa frase é puramente comteana.

Além do contrato com Domingos Giffoni, o Estado celebrou outros dois contratos com companhias de navegação para a vinda de imigrantes. Um com uma companhia francesa para introduzir imigrantes portugueses e espanhóis e outro com uma companhia alemã, para introdução de imigrantes alemães e portugueses. Em sua exposição de motivos Muniz Freire argumentava que uma das intenções era a de desenvolver o comércio direto com países da Europa, pois o porto de Vitória iria se tornar uma movimentada porta por onde saíam produtos do Espírito Santo e de grande parte de Minas Gerais.

³⁶ *Ibidem*, p.16-17.

³⁷ *Ibidem*, p.24.

(...) agora, porém, que a praça de Vitória vai felizmente dando os primeiros passos para o futuro glorioso que lhe está reservado, é tempo de auxiliar a corrente direta de importação, e em vez do sistema de subvenção, que seria improdutivo antes, como será ocioso mais tarde, preferi criar para as companhias de navegação esse outro interesse equivalente, que reverte em duplo benefício para o Estado.

Dentro de poucos meses, portanto, teremos navegação direta para portos alemães, franceses e portugueses, além dos italianos para onde já há³⁸.

Os planos de Muniz Freire eram bem engendrados, com uma visão moderna e modernizante quanto às possibilidades futuras do Estado. E suas visões eram cercadas de um determinismo quase imprudente, que levaria o Estado a passar por situações difíceis. Antes de efetivamente desenvolver a economia do Estado, contava com as vantagens do intercâmbio internacional da economia, trazendo junto a dependência. O sucesso do Estado, em termos de arrecadação, animaram Muniz Freire a dar saltos mais ousados, como veremos em 1894.

3.3. O EMPRÉSTIMO EXTERNO OU COMO O CAPITAL ENREDOU O ESTADO EM 1894

O ano de 1894 é crucial para a compreensão de como os mecanismos de atração do mercado internacional começaram a comprometer o Estado e sua renda. Na mensagem de instalação das atividades do Congresso Legislativo de 1894³⁹, Muniz Freyre festeja a paz que voltou a reinar no país, e diz que no Estado, as atividades vão muito bem. A certeza de que a ordem traz progresso e que o fruto desse progresso multiplicaria o desenvolvimento foi reforçada pelos resultados obtidos. As forças produtivas e as rendas públicas estavam se desenvolvendo, o café estava em alta, resultando numa corrida para o seu plantio de forma que não era verificada nenhuma produção de outros gêneros alimentícios de que o Estado necessitava o que provocou uma inflação nos preços desses alimentos. Muniz Freire chamou esta situação de um vexame para o Estado, sem apontar solução para o problema. As consequências do sucesso da monocultura cafeeira começam a se mostrar. A produção de café foi a maior de todos os

³⁸ *Ibidem*, p.17.

³⁹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1894.

anos e, no caminho desse sucesso, esperava-se que nos anos a seguir a produção duplicasse.

A procura por terras devolutas para a abertura de novas plantações de café estava sobrecarregando o setor responsável por essa ação. Muniz percebe que deveria se tomar cuidado com os que compravam terras para vendê-las por lucros exorbitantes, tendo em vista a grande valorização já observada. A especulação imobiliária começou a se tornar um problema real. Em algumas regiões, valorizadas pela produção de café, a cessão de terras sem custo ou a preços baixíssimos, fez com que alguns proprietários que nunca produziram, aguardassem para comercializar suas terras a preços altos.

Outra vez, em seu discurso, a ênfase recai sobre as rendas de exportação e de transmissão de propriedade que aumentaram muito, consolidando-se como as principais fontes de rendas públicas. Muniz afirma não temer que, baixando o preço do café, o Estado ficaria deficitário, posto que as despesas poderiam ser remanejadas. As obras da Estrada de Ferro estavam paradas por dificuldades na contratação de empreiteiros, que faziam exigências onerosas, e pela morte do Visconde de Ferreira Pinto, que havia assinado o contrato para construir os quatro trechos em que a ferrovia se dividia. Por fim, empreiteiros que haviam sido subcontratados pelo finado Visconde iriam iniciar as obras.

Porém, o mais importante dessa mensagem se dá quando Muniz Freire constrói um caminho longo para justificar a contratação de um empréstimo por parte do governo estadual para financiar a construção da Ferrovia Vitória-Cachoeiro. Reafirma que desde o início da sua administração procurou cortar gastos, concentrar as ações em assuntos prioritários, acumular saldos provenientes dessas ações com o intuito de prover recursos para tocar a obra da ferrovia até com dinheiro do caixa do Estado. No entanto, o alto custo do empreendimento fazia com que em algum momento o Estado necessitasse obter outros recursos para que se garantisse o progresso da construção. Assim, depois de muito pensar, viu que os recursos não seriam suficientes para dar bom andamento à obra e, mesmo sem muita esperança, dirigiu-se pessoalmente ao Rio de Janeiro para avaliar as possibilidades de obtenção de um empréstimo. A seriedade da administração, a sobriedade com que as despesas eram feitas, o exame de toda a situação financeira do Estado, enfim, fizeram com que, ao fim de muitas negociações, se conseguisse a

concessão de um empréstimo com um banco europeu. Mas, mesmo parecendo a Muniz Freire, e ao intermediário das negociações, que as condições do empréstimo eram desvantajosas ao Estado, e depois de inúmeras tentativas em vão para obter melhorias nessas condições,

(...) não podendo vencer a obstinação e devendo resolver o caso, decidi-me em 21 de setembro a autorizar a operação, contraindo o empréstimo de setecentas mil libras ao tipo de 70%, juros de 5%, com 1% de amortização a começar de 1896, resgatável, portanto em 33 anos por sorteio ou compra no mercado⁴⁰.

Do valor nominal de 700 mil libras o Estado receberia 490 mil libras (70% do valor nominal, condição do empréstimo). A decisão de contrair o empréstimo foi orientada, certamente, pelas suas certezas na infalibilidade de seus planos. Certeza tanta que ele afirmou:

(...) sei perfeitamente que não fiz uma operação financeira de primeira ordem, nem jamais esperei obtê-lo; mas tenho profunda certeza que consegui o mais que era possível (...). A primeira dificuldade para o Espírito Santo, que só agora começa a ser devidamente considerado no seio do próprio país, era abrir passagem ao seu crédito em mercados europeus, e levantar dinheiro sem oferecer nenhuma outra garantia além dos seus recursos orçamentários, e a capacidade de seus homens públicos, de onde depende toda segurança para quem a empresta a uma grande nação, a uma província ou a um pequeno Estado⁴¹.

O Espírito Santo estava, pois, livre da “dificuldade” de não ter crédito aberto em mercados europeus. O ideário positivista estava tão firmado na mente de Muniz Freire que, mesmo confessando saber que não fez um bom negócio, o fato de ter aprovado pela banca européia um empréstimo para o Estado foi comemorado como motivo de orgulho e regozijo. A nova ordem desenhada por Muniz Freire começava a se instalar.

O empréstimo foi tomado numa conjuntura na qual banqueiros internacionais saboreavam lucros, fruto de políticas econômicas equivocadas, desenvolvidas pelo governo republicano, como a política do encilhamento, em que o governo estimulou o empréstimo de dinheiro a pessoas físicas e empresas para que desenvolvessem

⁴⁰ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1894, p.10.

⁴¹ *Idem*.

atividades que, em tese, iriam modernizar e dinamizar a arcaica e sedentária economia brasileira, sem investigar a sua capacidade de pagamento. Dado sem critério, o dinheiro não rendeu o esperado, com empresas que duraram pouco, criando grande desvalorização da moeda e aceleração dos níveis de inflação⁴². Segundo Levy (1977), os banqueiros internacionais se aproveitaram da fragilidade da economia nacional naquela época.

As agências bancárias no Rio de Janeiro mantinham relações com suas caixas matrizes no estrangeiro que, por sua vez, conheciam perfeitamente nossas necessidades. [...] conheciam qual o curso dos nossos títulos no exterior, estudavam e fixavam quais eram os nossos compromissos e as épocas de efetuar os pagamentos, além de calcularem, a toda hora, a soma de recursos que o Brasil possuía nas mãos dos seus banqueiros e as encomendas feitas no exterior. (LEVY, 1977, p.213).

Como afirma Marx (2011, p.1178): “o capital, como qualquer outra mercadoria, ajusta seu preço de acordo com a demanda e a oferta”. Assim, em sua justificativa Muniz Freire argumentava que tudo levava a crer que, se em 33 anos a média de nosso câmbio fosse 20, e embora os títulos espírito-santenses tendessem a ficar altamente cotados, o capital líquido do empréstimo poderia ser resgatado com 7 a 8.000:000\$000. Era uma aposta temerária, porque o câmbio da moeda nacional em relação à libra estava em flagrante desvalorização, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Valor Médio da Libra em Mil-Réis, 1886-1900

Período	Taxa média (mil-réis por libra)	Varição aproximada sobre o período anterior (%)
1890	10\$637	-
1891	16\$101	+ 51
1892	19\$948	+ 24
1893	20\$701	+ 04
1894	23\$777	+ 15
1895	24\$151	+ 01
1896	26\$483	+ 10
1897	31\$093	+ 17
1898	33\$391	+ 07
1899	32\$269	- 03
1900	25\$263	- 22

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V - 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

⁴² Para uma maior explicitação sobre o encilhamento confira CROCE, Marcus Antônio. *Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903)*. Tese de Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 302f.

Percebe-se que o câmbio na década de 1890 apresentou um comportamento ascendente. A elevação cambial da libra em relação à moeda nacional de 1890 até 1898 foi de 314%. Mas, mesmo se considerarmos o horizonte ao qual Muniz Freire tinha acesso, de 1890 até 1894, a variação positiva foi de 223%. Usando a mesma fonte para cobrir os 33 anos a que Muniz Freire se referiu, temos que a média nesse período foi de cerca de 20%. Muniz Freire quase acertou a média, porém, sua análise quanto à gestão do empréstimo deixou de levar em conta outras importantes variáveis, como o preço internacional do café. E esse teve uma baixa significativa nesse período. Nota-se pelos dados abaixo, que o valor da saca em 1899 era apenas cerca de 36% do valor da saca em 1893.

Quadro 2 – Valor médio da saca exportada de café, de 1893 a 1899

Ano	Valorem libras	Variação%
1893	4,09	-
1896	2,91	- 29
1899	1,48	- 49

Fonte: Livro *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, ano 2007, p.253.

Além disso, como diz Furtado (2007), após a proclamação da República, foram criadas condições excepcionais para a expansão da cultura cafeeira no Brasil, levando o produto a ser incomparavelmente a melhor opção para os investidores. Esse fato resultou de diversos fatores, entre os quais podemos elencar: Primeiro, as dificuldades que as economias de outros países produtores e exportadores de café enfrentavam. A oferta de café foi reduzida e o preço internacional elevou. A depreciação cambial nesse período também elevou sobremaneira o preço do café em moeda nacional. A imigração maciça fez com que a mão de obra fosse mais abundantemente ofertada, o que, conjuntamente a grande disponibilidade de terras, os investimentos realizados em estradas de ferro, em portos e outros meios de transporte, favoreceram a expansão das lavouras cafeeiras. Todos esses fatores fizeram com que a expansão da produção de café fosse tal que, inevitavelmente, chegaria o dia em que a oferta seria muito maior do que a demanda, fazendo ruir o preço internacional, o que realmente aconteceu.

Ademais, Maia *et. al.* (2015) destacam as características do mercado de café naquela época.

No que se refere às intervenções na formação de preços, o mercado cafeeiro pode, historicamente, ser separado em três fases distintas. A primeira fase, no período de 1857-1906, corresponde aos ciclos nos quais a ausência de ações do governo brasileiro levava o preço do café a ser determinado pelo “mercado”. É necessário ressaltar que, à época, o mercado cafeeiro era dominado pelo comportamento de algumas grandes empresas importadoras-torrefadoras que operavam com uma configuração típica de oligopólio com liderança de preços. Essas empresas, dado o volume de estoque e sua situação financeira, ditavam movimentos no mercado e eram acompanhadas pela franja do mercado composta por um grande número de pequenos importadores e torrefadores. (MAIA *et. al.*, 2015, p.136).

O governo esteve por muitos anos longe da liderança que deveria exercer no mercado em relação ao produto que era a principal fonte de rendas públicas. Com esse vácuo de ações governamentais, rapidamente as razões de mercado prevaleceram. Oligopólios ditavam as regras do mercado, levando a reboque os pequenos produtores e comerciantes.

Logo, claro está que em um cenário fluido, no qual o próprio Muniz Freire alertou para os grandes perigos, como a variação negativa do câmbio e a dependência exclusiva do Estado em relação ao café e a decisão de contratar empréstimo em condições não favoráveis foi de fato preocupante. Assim, mesmo eivado de boas intenções, para usar um palavreado da época, Muniz Freire colocou o Estado em uma situação de debilidade e dependência que teria consequências por um longo período, como se verificaria posteriormente.

A mensagem de 1894 segue informando sobre um novo empreiteiro que retomaria as obras ligando a estrada de ferro Sul do Espírito Santo ao trecho mineiro, além de outros trechos de estradas férreas e terrestres. Mas Muniz Freire comete um ato falho interessante. Quando discorre sobre a necessidade de melhorar o porto e fazer obras com vistas a tornar Vitória uma grande cidade, afirma que teve que refazer o contrato com a Cia. Brasileira Torrens. Esta empresa realizava obras de abastecimento de água, saneamento e construções prediais. Muniz Freire argumenta que a baixa do câmbio inviabilizaria a continuidade do serviço, motivo pelo qual o contrato foi repactuado, para que o prejuízo que a cidade teria com o abandono da obra não acontecesse. Percepções distintas em relação ao câmbio, no caso do empréstimo e no contrato com a Torrens? Difícil afirmar, mas ao menos indica que ele tinha ideia exata dos efeitos da

baixa do câmbio. Ou, que a sede de entrada na modernidade ao “abrir passagem ao seu crédito em mercados europeus” era mais atraente do que a necessidade de ser prudente.

Para terminar sua mensagem, ele se volta para afirmações positivas quanto ao sucesso do momento de paz e ordem para suscitar o progresso. Muniz encerra a mensagem ao Congresso, nesse que é um dos anos cruciais para o futuro do Estado.

(...) é uma glória para nós, Congresso, Presidente, Magistratura e Polícia, ter chegado afinal a uma era fecunda de ordem e progresso, vencendo todas as resistências pela constância na prática do dever, pela tolerância para com todas as opiniões, pela distribuição intransigente da justiça, e pela resignação com que soubemos sempre fechar os olhos e cerrar ouvidos à malevolência, esforçando-nos por criar para todos, afetos e desafetos, uma pátria feliz e respeitada⁴³.

3.4. A IMPLANTAÇÃO DA ORDEM E A CRÍTICA DA OPOSIÇÃO: O ANO DE 1895

A mensagem de Muniz Freire ao Congresso, em 1895, inicia com a exaltação do fim de uma “guerra civil que há quase três anos dizimava o nobilíssimo Estado da nossa fronteira meridional, perturbando simultaneamente toda a vida nacional”. Presumimos que, provavelmente, se referia ao término da Revolução Federalista, ocorrida no Rio Grande do Sul, espalhando-se por Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1893 e 1895. Sem nos delongar na análise do conflito, ressaltamos que essa revolta teve um caráter estritamente político, marcado pela luta armada entre dois grupos: os chimangos, que defendiam o presidencialismo, o positivismo, o governo federal; e os maragatos, chamados de federalistas, que defendiam um sistema descentralizado e o parlamentarismo. Não era apenas um conflito de luta armada. Segundo Lopes (2013), pode-se interpretá-lo de várias formas: como uma divisão nas elites gaúchas, com os Chimangos aderindo ao governo republicano e os Maragatos vistos como saudosistas do Império; ou como um conflito ideológico, entre o positivismo dos republicanos e o liberalismo oposicionista. Mas o que nos interessa é a visão de Muniz Freire acerca dessa crise. Os que se opõem ao governo federal, de Floriano Peixoto, são traduzidos como agitadores revolucionários, conspiradores. O governo é pensado como aquele que com uma política de conciliação conseguiu “atrair ao grêmio da paz os nossos irmãos do

⁴³ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1894, p.18.

Sul”, através de uma “solução benéfica, firmando o prestígio irresistível do poder público com o aniquilamento de todas as tentativas subversivas”. Muniz Freire lista crueldades, carnificinas, injustiças, violências, holocaustos, ocorridos nessa guerra. Ao ressaltar o respeito à memória de Floriano Peixoto, que tinha falecido, diz que este prestou três serviços a esta pátria:

Restaurou o sentimento de ordem que ficara obliterado desde a queda do regime monárquico, manteve a continuidade do sistema político adotado, e plantou sobre os destroços de todos os elementos anárquicos a confiança e o respeito pela vitória definitiva das instituições republicanas, fulminando para sempre todas as esperanças de resistência⁴⁴.

Floriano Peixoto foi cognominado o “Marechal de Ferro”, pois abafou com extremada violência as diversas revoltas e movimentos que aconteceram em seu governo. A solução para manter o Brasil na integridade de sua composição federada sempre foi esmagar quaisquer movimentos discordantes do governo central.

Essa forma de analisar o contexto pode ser encontrada na *Doutrina* de Graciano Neves, onde, em seu estilo, o autor fala dessa imposição da paz e da ordem. Em um trecho, Graciano afirma:

A forma democrática começou por atizar as mais **ronceiras ambições**, oferecendo espetáculos variados de audácias bem-sucedidas: – tanto bastou para **espessar a concorrência dos apetites individuais**, para acirrá-los até ao desvario, terminando por suscitar uma **anarquia tão insuportável** e tão geralmente lesiva, que **tornou logo desejável o restabelecimento da Ordem**.

Verdade é que o equilíbrio assim restaurado há de ser forçosamente instável pois que não passa de uma reação temporária a perturbações imprevistas; **enquanto existe na consciência do indivíduo a convicção de que o Poder é fraco**, a cada momento podem as instituições perigar.

Mas **o regime da obediência** é tão eficaz para a multiplicação do Capital, e este acrescenta tão decisivamente a influência das classes conservadoras, que cada fase de tranquilidade política significa um avançamento para o período definitivo da Ordem econômica.

Assim, no seio da democracia brasileira os **episódios de revolta não de se ir espaçando** cada vez mais, na proporção do prestígio industrial e financeiro que o país for adquirindo. (NEVES, 1999, p.65, grifo nosso).

⁴⁴ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895, p.4.

Ao considerarmos as palavras de Muniz Freire no trecho acima, em expressões como: “Restaurou o sentimento de ordem que ficara obliterado”; ou “plantou sobre os destroços de todos os elementos anárquicos a confiança e o respeito”; e ainda “vitória definitiva das instituições republicanas”, vê-se que são sobreposições do que está grifado no trecho da *Doutrina*. A lógica de que as instituições republicanas deveriam ser vitoriosas pela imposição de um regime de obediência, encerrando uma “anarquia tão insuportável”, está presente nas duas falas. Também nas duas falas está evidente a necessidade de o poder se mostrar forte, como na expressão “enquanto existe na consciência do indivíduo a convicção de que o Poder é fraco, a cada momento podem as instituições perigar” ou “plantou sobre os destroços de todos os elementos anárquicos” e “fulminando para sempre todas as esperanças de resistência”. Assim, a resistência tornou-se sinônimo de anarquia, rebeldia, e nunca de que se pode pensar ou pretender que o país se desenvolva de outra forma que não a previamente estabelecida. A diferença entre os dois textos não está nas palavras, mas na intenção. Na Mensagem ao Congresso, Muniz Freire estava externando sua opinião sincera, enquanto, como vimos, Graciano Neves utiliza a ironia e o humor como elementos de crítica. O estranhamento de um liberal que não reconhecia nos atos/fatos da República o tão sonhado regime político que seria ferramenta para emancipar as pessoas, eliminar distinções como vimos no trecho de seu jornal. Interessante notar que ele mesmo não conseguiu sair desse imbróglio, como veremos mais adiante. De certa forma, com seu texto crítico, Graciano Neves levanta questões para se pensar o Brasil de então.

O Brasil não desenvolveu a cultura do pensar o país. Desde a via militar, para parir a República, às imposições autoritárias de Deodoro da Fonseca, à violência com que Floriano dissipou as revoltas e movimentos reivindicatórios e discordantes de diversos matizes, o país não foi pensado, foi moldado de cima para baixo. Em uma entrevista esclarecedora a respeito da falta de capacidade crítica do brasileiro, quando perguntada se o país era mais contemporizador, Franco (2007) afirma que somos mal formados. Isso engendra um país em que a vontade do povo é geralmente vista como uma subversão, as revoltas são esmagadas com violência pelo governo e em nome da ordem.

Nunca tivemos [capacidade de crítica]. É meio velha essa interpretação - que é do Caio Prado Júnior de que aqui nós somos a colônia de postos comerciais onde se despejou uma porção de gente desinteressada e de bandidos. E lá [nos Estados Unidos] não. Em parte ele tinha razão, mas acho que a diferença está no projeto colonial dos dois lugares. Quem é que foi para lá? Harvard é

do século 16, formada por um grupo de puritanos. Era gente que estava estudando grego, latim, Platão e Aristóteles. E nós estávamos fazendo o que aqui? Não tínhamos um éthos, uma cultura de pensamento, de reflexão, de crítica, de imposição da própria vontade política aqui no Brasil. O que existia era uma feroz repressão colonial. Para escrever meus artigos na Folha [de S.Paulo], às vezes levanto uma grande quantidade de material. Nessas pesquisas, deparei com duas datas engraçadíssimas: 1789, época da Revolução Francesa e que aqui teve a Inconfidência Mineira; e 1848, quando ocorreu também uma série de revoluções na Europa, e aqui teve a Praieira, em Pernambuco. Duas datas realmente simbólicas de revolução mundial. Mas aqui, essa gente lia as mesmas coisas, tinha os mesmos ideais, buscava saídas importantes e foi simplesmente esmagada. Entre essas duas datas você tem inúmeras revoltas, eu contei dez, e todas esmagadas pelo governo, pelo poder central. Seja na época de dom João [1767- 1826, rei de Portugal], seja depois, no Império. Enfim, o que o Brasil não tem é isso: um éthos, a capacidade de formar gente capaz de refletir sobre a própria existência, sobre o próprio país. (FRANCO, 2007, p.1).

Especialmente, quando a autora afirma que no século XVI os norte-americanos estavam estudando Platão, Aristóteles, latim e grego, e que aqui no Brasil não “tínhamos um éthos, uma cultura de pensamento, de reflexão, de crítica, de imposição da própria vontade política”. Neste sentido, o texto de Graciano Neves se revelou um diferencial, pois, além de mencionar Aristóteles e outros clássicos para construir o sentido desejado à sua mensagem, propõe uma reflexão crítica do ethos político. Cremos que se pode atribuir ao texto de Graciano Neves o esforço de pensar o Brasil de então, ou de, ao menos textualmente, criticá-lo e criticar-se. Desenvolveremos esse raciocínio mais à frente em nossa tese.

No restante da mensagem de 1895, Muniz Freire aponta algumas epidemias que assolaram diversas regiões do Estado; exalta os resultados orçamentários positivos, mesmo ressaltando que o café representa a única cultura do Estado, pois aniquila todas as outras por sua rentabilidade impar. Diz que as despesas têm sido executadas com parcimônia, e que as verbas gastas são as indispensáveis ao funcionamento do Estado, para que a sobra fosse aplicada nos grandes empreendimentos em andamento. Mas, afirma que a receita executada excedeu em 1.339:029\$379 – hum mil e trezentos e trinta e nove contos, vinte e nove mil e trezentos e setenta e nove réis – a despesa orçada, o que resultou na necessidade de aprovação pelo Congresso de créditos suplementares. Desse valor, 1.104:227\$248 – hum mil e cento e quatro contos, duzentos e vinte e sete mil e duzentos e quarenta e oito réis – foram despendidos para as obras da viação férrea, contra um orçamento de apenas 400:000\$000 – quatrocentos contos. Em

melhoramentos e obras gerais se despendeu 579:417\$943 – quinhentos e setenta e nove contos, quatrocentos e dezessete mil e novecentos e quarenta e três réis, para uma verba orçada de 100.000\$000 – cem contos. E para o serviço de imigração e colonização executou-se uma despesa de 644:824\$302 – seiscentos e quarenta e quatro contos, oitocentos e vinte e quatro mil e trezentos e dois réis. Outra vez, ao invés de demonstrar preocupação, Muniz Freire afirma que:

(...) verifica-se que mais de 2.000:000\$000, isto é, mais da metade da nossa renda, foram aplicados na fundação de novas riquezas e em fomentar diretamente a prosperidade pública. Em nenhum outro Estado, podemos dizer com orgulho, os algarismos apresentam resultado mais lisonjeiro⁴⁵.

Apesar do otimismo exagerado de Muniz Freire ao analisar o cenário orçamentário, este explicita a situação preocupante, decorrente da significativa queda na exportação de café e baixa de cerca de 30% na renda do Estado no primeiro semestre de 1895. As suas palavras para justificar o otimismo frente à realidade negativa são dignas de nota:

Convém todavia ter em consideração uma circunstância muito favorável, e é que com a epidemia de *cholera-morbus* no sul, e com a da febre amarela no Cachoeiro de Santa Leopoldina, estiveram durante alguns meses do semestre interceptados, quase inteiramente uns, e inteiramente outros, os nossos mais ricos centros de produção, aqueles exatamente que afluem para as três principais estações arrecadoras do Estado – a Vitória, o Itapemirim que esteve absolutamente interdito, e Santo Eduardo, onde primeiro explodiu o pavoroso flagelo do Ganges.

Com essas circunstâncias adversas, é admirável que não haja sido mais pronunciada a redução da renda no semestre, como não será de estranhar que ao fim do exercício se liquide receita inferior à de 1894, pois que essa foi a nossa previsão desde que se conheceu o prejuízo da safra⁴⁶.

Nessa altura, é importante trazer para a análise as falas de alguns dos principais atores que protagonizavam os discursos de então. Os jornais eram a expressão pública na época dos posicionamentos políticos de diversos grupos. Estes homens públicos eram os proprietários de terras ou os representantes desses e das oligarquias comerciais e exportadoras. Vamos nos concentrar nas falas contidas nos jornais *Estado do Espírito Santo*, do grupo de Muniz Freire, e o *Commercio do Espírito Santo*, de oposição. Na edição de 7 de janeiro de 1895, seis dias após a publicação do orçamento do Estado, o

⁴⁵ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895, p.10.

⁴⁶ *Ibidem*, p.11.

jornal de Muniz se defende das críticas da oposição feitas através do *Commercio*. Inicia dizendo que se faz uma oposição desenfreada, sem escrúpulos e limites em seu excesso na ação de “desvairamento partidário”, em sua intenção de levantar dúvidas contra a administração. E em todo o seu texto Muniz Freire utiliza uma estratégia: menospreza o oponente ao dizer que esse grupo se utiliza do *Commercio* para fustigar o governo.

(...) é uma pequena fração que se liquida, que sente aproximar-lhe o termo final da existência, e que, como o indivíduo que emprega toda a sua força para afugentar de si a morte que o solicita, que o acaricia, lança mão de todos os meios, mesmo os menos lícitos, convicta talvez de que assim poderá evitar a completa aniquilação de que está ameaçado⁴⁷.

Utilizando expressões pouco democráticas, sua defesa desacredita os opositores⁴⁸, chamando-os de incoerentes, pois clamam por melhorias, por estradas de ferro, por edifícios que acolham as repartições públicas, e depois criticam o governo quando este gasta em ações que atendam ao que a oposição criticou. Mas o que a oposição criticou/reclamou quanto ao orçamento?

A crítica se dá pela solicitação feita por Muniz Freire ao Congresso para que se aprovassem créditos suplementares para fazer frente aos gastos acima descritos. O jornal *Commercio do Espírito Santo* publicou no dia 2 de janeiro de 1895, em seu número 2, que o Estado virou o ano esperando anunciar cumpridos os serviços que contratou, mas “passou pelo maior desapontamento – esbarrando nas mesmas necessidades, caindo na mesma pasmaceira, e ficando certo de que continuará neste ano a ser o que foi: pobre em luz e água, em teatro e esgoto, em lazareto e via férrea”⁴⁹. Depois, diz que se apregoa que antes de se proclamar a República, o Espírito Santo não tinha cadeia, teatro, casa para seu Congresso, cemitério etc. O jornal afirma que não tinha antes e que ainda estava deficiente, pois, a despeito das ações do seu “operoso e ativo” administrador Muniz Freire, o que se conseguiu foi assinar contratos, iniciar

⁴⁷ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 07 de janeiro de 1895, p.1.

⁴⁸ O convívio com oposição não era feito por parâmetros democráticos, e os adversários eram inimigos. A oposição era vista pelos que governavam como sinônimo de perturbação. Um exemplo disso está na reportagem “O grande Triunfo” do Estado, em sua edição de 7 de outubro de 1897 em que comemoram a vitória do governo em Canudos, diz que “caiu o último baluarte dos perturbadores da ordem da República” e “naquele montão de ruínas, antes um antro de bandidos de mão armada contra a juvenil figura dessa pujante democracia...”. Essa visão que se tinha de um movimento armado era transferido para quaisquer atitudes de contestação no ambiente político.

⁴⁹ Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de janeiro de 1895, p.1.

obras, contrair grande empréstimo, mas que nenhuma das obras chegou ao final. Chama a atenção para o fato de que na época do Império, no governo de Moscoso, por exemplo, o Estado andava devagar, fazia poucas obras, no entanto, a dívida herdada pelo regime republicano era de apenas 100 contos, receoso de comprometer o seu futuro. Logo após ele diz algo importante:

Infelizmente os especuladores que nos procuram constantemente, que nos cercam com solicitações importunas, recomendações importantes. Os especuladores aos quais não temos o critério, a franqueza de responder-lhes como se deve responder a quem ontem não nos procurava e hoje nos procura, com o fim de iludir-nos e enganar-nos, e o certo é que todos fazem, os gananciosos que só tem o tino de tirarem o maior proveito possível, de locupletarem-se com os recursos dos pobres Estados; infelizmente, digo, os especuladores conseguiram fazer com o meu Estado um contrato para a reforma dos aparelhos de gás. Esse contrato foi celebrado com um célebre (...) Barão de Cruz Alta, mas essa cruz já se disse que não merece adorações; o qual tirou, quanto pode, lucro do contrato, nada absolutamente fez, converteu a iluminação a querosene e afinal o abandonou⁵⁰.

As críticas da oposição são de certa forma, a constatação do que estava acontecendo de fato na gestão do Estado. O *Commercio* dizia que esses especuladores eram indivíduos ricos, honrados, garantidos, mas com a intenção de não cumprir os contratos. Identificou como um dos especuladores, o Barão de Cruz Alta, que tinha feito um contrato com o Estado para instalação de iluminação a gás. Outrossim, o jornal *Estado do Espírito Santo* denunciou que o Barão era o segundo cessionário, pois herdou o contrato que antes tinha sido celebrado com o Sr. Henrique (ou Henry) Tompson, contrato de que já dera notícia a edição de 9 de abril de 1893. No dia 12 de abril do mesmo ano, foi noticiada uma ordem para pagar o Sr. Henry Tompson, sem especificar o valor e a que se referia o pagamento. Em 7 de junho de 1893, outra ordem de pagamento no valor de 1:558\$200 – hum conto, quinhentos e cinquenta e oito mil e duzentos réis – ao Sr. Henry. Em 10 de agosto de 1893, o jornal noticia que o contrato teria o seu prazo de término impreterivelmente em 12 de fevereiro de 1894. O contrato substituto com o Barão de Cruz Alta foi assinado em 26 de janeiro de 1894. Logo a seguir, em 30 de janeiro, o Barão pediu que o término do contrato fosse prorrogado para 31 de dezembro de 1894. Em 18 de fevereiro, o jornal noticia que “segundo ouvimos”, começaria a montagem da fábrica de gás. No mesmo dia, o Barão embarcou no paquete Rosse para o Rio de Janeiro, de onde ofereceu seus “obscuros préstimos”. Em 10 de

⁵⁰ *Idem.*

abril foi publicado que o Barão remeteu um telegrama da corte com os dizeres: “encete obras da fábrica pelos planos do Engenheiro Bausquet”⁵¹. A notícia diz que, “segundo nos consta”, ontem mesmo o encarregado providenciou o início das obras. Depois disso, apareceu na edição de 18 de setembro de 1895 a notícia de que o governador declarou caduco o contrato com o Barão em 31 de dezembro de 1894. Nessa questão, é razoável a crítica da oposição. Pois esse foi o roteiro de muitas das obras propostas e contratadas por Muniz Freire. O governo não estava conseguindo, então, eficácia na aplicação das rendas públicas. E a elite, os barões, eram frequentes à frente dos contratos do Estado.

O peso do endividamento externo do Estado começou a se fazer sentir. O orçamento geral não fora mais utilizado para quitar os gastos da viação férrea, “já por não conter verba para esse fim, já porque os antigos saldos das despesas ordinárias estão hoje grandemente absorvidos pelo serviço da dívida externa”⁵². Uma informação dada por Muniz Freire poderia bem servir de munição para a oposição. Ele confessou que o “produto do empréstimo externo” ainda estava “intacto no Banco Nacional, e assim estará provavelmente até o começo do ano próximo. A soma líquida apurada nessa importante operação foi de 10.071:934\$427”⁵³ – dez mil e setenta e um contos, novecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e vinte e sete réis. Pegou o empréstimo a juros de 5% ao ano e estava aplicando o dinheiro de duas formas: uma letra de 9.000:000\$000 a 4,5% de juros ao ano, e o restante em conta corrente a 3% de juros ao ano. Não era uma boa gestão financeira. E nem era boa a gestão operacional, posto que, com dinheiro em caixa, não se justificava a não realização das obras.

Internamente, a produção independente do café era muito pequena, mas para regozijo de Muniz Freire, foi inaugurado em junho daquele ano o primeiro trecho da ferrovia entre Vitória e Viana. Muniz destacou que a renda do tráfego, que em julho e agosto produziu cerca de 12:300\$000 – doze contos e trezentos mil réis – surpreendera a todos, pois Viana era considerada apenas como um ponto de parada da futura ferrovia, e julho e agosto não eram meses de muito movimento de café, o que alimentava sua esperança no sucesso de sua empreitada.

⁵¹ *Jornal Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 10 de abril de 1894, p.3.

⁵² *Mensagem Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895, p.12

⁵³ *Ibidem*, p.13.

O comprometimento das rendas do Estado pelo capital internacional teve outros desdobramentos, embora isso tenha sido encarado por Muniz Freire como um sinal de reconhecimento das condições prósperas do Estado. O empreiteiro que foi contratado para fazer a ferrovia até Minas Gerais, o Visconde de Guahy, estava tentando levantar fundos na Europa para financiar a onerosa obra, e para comprar a “Estrada de Ferro do Cachoeiro ao Alegre e Castelo, de propriedade do Lloyd brasileiro, mas onerada com uma hipoteca a uma importante firma de Londres”⁵⁴. E os “credores ingleses acedem à venda da linha, aceitando apólices estaduais em substituição da garantia representada pela estrada”. Ou seja, o Estado se endividaria para garantir uma ferrovia que possivelmente os banqueiros já tinham percebido como não viável, ao ponto de trocar as garantias. Mas, na visão de Muniz, isso sinalizava que as “condições prósperas do Estado já não são estranhas à grande praça europeia”⁵⁵. E para concluir a operação, Muniz diz que tem se absterido de todas as exigências para com a companhia proprietária. A crença até certo ponto ingênua no comércio, no progresso e no desenvolvimento definiu muito da ação de Muniz Freire no governo. E não derivou em bons resultados em muitas situações.

Outra questão que afligia especialmente a capital, Vitória, era o problema da habitação. Muniz Freire sempre se referiria a Vitória dizendo que a cidade deveria se preparar para os seus largos destinos, ou que a cidade experimentaria a grandeza certa que viria. Nessa direção, ressaltou a falta de oferta de novas unidades habitacionais, que resultava em consequências. Primeiro, provocava uma inflação dos aluguéis, resultante da atração de novas pessoas que afluíram para a capital devido o sucesso econômico do Estado. Essa afirmação de Muniz não foi confirmada pelos dados do IBGE⁵⁶. Na contagem de população presente⁵⁷ no município de Vitória, o ano de 1890 fechou com 16.887 habitantes, enquanto o de 1900 contou 11.850 pessoas. A segunda consequência é a de que, por falta de oferecimento dessas moradias, expandiu-se um fenômeno que Muniz Freire soube definir muito bem. Aqui ele faz referência pela primeira vez de forma não genérica a uma classe social. Ele diz que:

⁵⁴ *Ibidem*, p.14

⁵⁵ *Ibidem*, p.14-15.

⁵⁶ IBGE. Censo Demográfico de 1890 e 1900.

⁵⁷ Posteriormente, o censo passaria a contar/diferenciar população recenseada e população residente.

(...) a falta de habitações arreda continuamente dentre nós bom número de atividades proveitosas, e torna tristemente precárias as condições de vida dos melhores colaboradores do nosso futuro, que são as massas operárias.

E também:

(...) dá lugar a acumulações prejudicialíssimas, à ocupação irremediável de pardieiros infectos, à procura de abrigo em todos os espaços de cada casa, e à construção constante de residências provisórias, revés quase sempre aos preceitos higiênicos mais rudimentares⁵⁸.

Na primeira, as massas operárias são citadas, porém, com certo ar de elemento exógeno, pois são consideradas como “colaboradores do nosso futuro”. Pela forma que escreveu não se sabe se ele incluiu as massas operárias nesse “nosso” ou se eles estão de fora, trabalhando pelo futuro do grupo que Muniz Freire incluiu nesse “nosso”. De qualquer forma, é fácil também identificá-las com o proletariado referido por Comte, como responsável pela providência geral.

Muniz Freire fez a descrição exata do nascimento do que viria a ser um problema nunca solucionado pelos diversos governos do Estado até os dias de hoje: a precarização de moradias para as classes sociais menos favorecidas, que em diversos movimentos foram atraídas para Vitória, e depois para a Grande Vitória, pelas oportunidades que se apresentaram ao longo de seu desenvolvimento. Sua descrição é primorosa: o sucesso econômico atrai pessoas que se sujeitam a condições precárias de vida na luta pela sobrevivência ou esperançados pelo sonho de melhoria de vida com o engajamento na prometida prosperidade. Isso lembra o que Marx disse em *O Capital*, conforme referenciamos anteriormente, que o progresso expulsa “evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos” (MARX, 1984, p.286). Cabe ressaltar que as rendas do Estado foram prontamente sacrificadas e empenhadas com a grande obra de construção de ferrovias e com o pagamento de empréstimo tomado para esse fim. Mas, conforme confessou Muniz Freire, não poderiam ser utilizados para a construção da infraestrutura urbana (que além de habitações também envolvia distribuição de água e questões quanto ao esgotamento sanitário), pois já estavam comprometidos com as grandes obras que trariam o progresso e o desenvolvimento do Estado. O capital fez escolhas. E definiu a ordem.

⁵⁸ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895, p.16.

Continuando no roteiro das escolhas que levaram ao comprometimento do orçamento e do crédito do Estado, a Companhia Torrens foi contratada para diversas obras, mas estava com dificuldades de conseguir os capitais necessários para a empreitada. Fez uma hipoteca com a fiança de quase todos os seus bens, mas com a garantia subsidiária do Estado, o que, segundo Muniz Freire, garantiria a fiscalização do emprego do dinheiro.

Aliás, segundo Diones Ribeiro (2008) a carioca Companhia Torrens, cujo procurador no Estado era Cleto Nunes, que fundou com Muniz o jornal *A Província do Espírito Santo*, e que intermediou junto ao Estado contratos em que a Torrens se encarregaria de obras que compreendiam a modernização do porto, a distribuição de água, além de construção de estradas, aterramento de mangues, casas, ferrovia. Em praticamente toda obra de vulto no Estado estava contratada a Torrens. Sua atuação foi marcada por atrasos e fracassos. A Companhia influenciou em muitas das decisões quanto às obras em que estava envolvida, como a localização do Novo Arrabalde em Vitória, ao invés de em Vila Velha, querendo com isso lucrar com a especulação imobiliária. Sem dinheiro para tocar os contratos que por ela tinham sido assinados com o Estado, fez com que diversos projetos importantes no governo de Muniz Freire fossem protelados. Por fim, os planos de expansão em Vitória foram frustrados. Ribeiro (2008) narra assim esse fato:

Seguindo o mesmo destino, as expectativas da Companhia Torrens a respeito do Novo Arrabalde também fracassaram. A imigração em massa para Vitória não ocorreu da forma esperada e o sistema viário que ligaria Vitória à localidade não foi construído em tempo hábil, e, em 22 de janeiro de 1897, o contrato celebrado entre o governo do Estado e a Torrens foi declarado caduco. (RIBEIRO, 2008, p.159).

Muitas dessas pretensões de Muniz só se concretizariam décadas depois. As obras do porto, por exemplo, só foram concluídas na década de 1930.

Ainda na mensagem de 1895, uma curiosa frase de Muniz Freire merece ser destacada. Depois de fazer um relato das dificuldades que o governo italiano estava criando à imigração para o Estado, ele diz que esteve em contato com as autoridades e estava negociando o encerramento da proibição. Nesse ponto, ele fala que recebeu uma nota

circunstanciada do cônsul em Gênova, expondo os motivos pelos quais desaconselhou a vinda de italianos para cá. Segundo Muniz,

(...) dos termos em que essa conferência vem narrada concluo que a alta administração italiana não alimenta o desejo de cortar-nos definitivamente essa fonte de novos elementos de riqueza, mas está prevenida contra o clima e as condições de receptividade do Estado⁵⁹.

A clareza de raciocínio ao considerar os braços imigrantes como elementos de riqueza e de listar os dois motivos que estariam impedindo esses elementos de ajudar a construir a riqueza do Estado, faz lembrar o que Graciano Neves disse no texto da *Doutrina*:

Pátria, mera subjetivação de um ideal criado na permuta dos interesses da grande família humana, símbolo permanente do sentimento instintivo das raças que surgiram triunfantes na conquista do solo, não é hoje senão a mesma ficção que serve para determinar a sublime relação existente entre os povos, sob o ponto de vista dos grandes interesses econômicos. (NEVES, 1901, p.2).

O Estado tinha interesse em braços, que estavam sobrando na Itália, em crise naquela época. Os dois países trocavam imigrantes que o Brasil precisava e que a Itália tinha dificuldade de sustentar.

Quem escreveu o relatório negativo quanto às condições dos imigrantes italianos no Estado foi o Cavaleiro Carlo Nagar, que serviu como Cônsul italiano em Vitória. No texto, o cônsul faz uso da expressão “fator de riqueza” para se dirigir aos imigrantes. Diz ele:

(...) se as províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, favorecidas pelo clima ameno e pela fertilidade do solo, souberam conquistar um grau de bem-estar notável, elevem isto, em maior parte, à imigração européia, que foi para eles o maior fator de riqueza. (NAGAR, 1995, p19).

A ideia de que a mão de obra imigrante era um dos fatores de produção de riqueza, de capital, era bastante difundida e aceita. De resto, o relatório é hostil ao Estado e às

⁵⁹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895, p.20.

condições em que foram acolhidos e viviam os imigrantes. Reclamava dos dois itens ressaltados por Muniz Freire e de vários outros, como dos juros de 12% cobrados nas compras efetuadas nas vendas dos patrões, além de pagamento à menor da produção de café dos colonos em relação aos preços de mercado.

Mas Muniz Freire utiliza palavras curiosas para se referir a Carlo Nagar e seu relatório. Ele ameniza a situação (para o bem dos mútuos interesses econômicos), ao afirmar que o “Sr. Carlo Nagar não redigiu-a com ânimo hostil ao Espírito Santo, nem com a preocupação direta de fazer-nos mal: sua fina educação não o permitiria”⁶⁰, em uma estratégia similar à descrita por Graciano Neves na *Doutrina* ao falar dos engrossadores. Quanto a esse fato, até o jornal de oposição, *Commercio do Espírito Santo*, reagiu com indignação. Na edição de 2 de agosto de 1895, o jornal diz que o relatório foi injusto, “não podemos admitir que insidiosamente se nos procure desmoralizar”⁶¹.

E é no desenvolver de seu raciocínio quanto às questões que envolvem as reservas italianas à imigração de seus patrícios para o Espírito Santo que Muniz nos brindou com um raciocínio esclarecedor, que diz muito acerca do que ele pensava sobre as condições para se dar bem na vida. O texto é longo, mas vale a pena transcrevê-lo:

A autoridade italiana que quiser informar sobre a sorte dos seus compatriotas internados em todo o Espírito Santo, para ser justo, verdadeira, e parecer criteriosa, não deve fundar juízo sobre fatos isolados e meras reclamações individuais. Em toda parte do mundo há altos e baixos na condição humana; no Brasil como na Itália, e na Itália como em toda a Europa, enquanto uns prosperam, outros sucumbem à miséria e ao infortúnio, às contrariedades e às moléstias. Se as lamentações dos que sofrem fossem a medida universal para avaliar-se da situação de cada povo, nenhuma civilização europeia valeria mais do que as pobres tribos africanas condenadas à eterna infância de seu fetichismo rude.

A Itália sabe que no meio das legiões de homens válidos, morigerados, laboriosos e pacíficos que ela nos envia, imiscuem-se dezenas de indivíduos ruins, rebeldes à luta persistente do trabalho, e incapazes de procurar no seu esforço paciente a base de um bem estar que eles sonham vir encontrar à superfície do solo virgem da América. São estes os que reclamam, os que se sentem mal, os que maldizem do nosso clima e deploram as suas ilusões perdidas; são estes os que nos acusam de faltar aos nossos compromissos, de sacrificar-lhes a existência em regiões malsãs, de havê-los atraído por promessas falazes.

Julgar do conjunto por esse elemento suspeito é uma leviandade sem par, cujos efeitos se destroem pelo próprio ridículo⁶².

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Jornal Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de agosto de 1895.

⁶² *Ibidem*, p.21.

Depois de amenizar, Muniz Freire ataca Nagar chamando seu julgamento de leviano e ridículo, e culpabiliza alguns imigrantes ditos ruins, rebeldes, suspeitos e preguiçosos por fazer má fama e reclamarem das condições encontradas no Estado. Nesse ímpeto de defender o Estado, de atribuir à falta de disposição para o trabalho de alguns, Muniz esclarece que não é uma boa atitude julgar os povos a partir da reclamação dos que sofrem, pois desse modo nenhum povo estaria livre de uma má fama, deixando clara a sua pouca consideração pelas “pobres tribos africanas condenadas à eterna infância de seu fetichismo rude”, alvo da comparação de Muniz. A lógica da exaltação dos que trabalham duro se funde com a desqualificação dos que sofrem, reclamam.

No estabelecimento da ordem por Muniz Freire, durante os quatro anos de seu primeiro governo, fica a imagem do homem de visão, que alavancou o Estado para grandes empreendimentos, mas que comprometeu a renda estadual com o capital internacional, gerando consequências que seriam colhidas por muitos anos. Sua gestão foi vista como progressista, mas deixou marcas que iriam se fazer sentir no governo de Graciano Neves.

CAPÍTULO 4

O CAPITAL FAZ A ORDEM NA PRIMEIRA REPÚBLICA – PARTE II

4.1. O ANO DE 1896: O GOVERNO DE GRACIANO OU COMO SUCEDER A UM AMIGO NO GOVERNO

Depois de cumprir seus quatro anos de governo, primeiro governo efetivo da República no Espírito Santo, Muniz Freire fez seu sucessor, Graciano dos Santos Neves. Como acompanhamos, em suas mensagens Muniz adotou um tom de otimismo, positivando até mesmo os fatos negativos. Graciano adotou uma postura surpreendentemente realista e em sua mensagem de abertura já destoava de seu companheiro de partido e padrinho político. Ressaltou as extremas dificuldades com que teria que se haver, e de forma peculiar discordou de seu antecessor, com certa suavidade, pois, correligionário que era, não lhe poderia atribuir uma herança maldita.

Graciano Neves iniciou sua mensagem ressaltando que em 1895 a despesa superou a receita, com um déficit de 129:280\$383 – cento e vinte e nove contos, duzentos e vinte e nove contos, duzentos e oitenta mil e trezentos e oitenta e três réis. Dessa forma, foi necessário que o fundo especial da Estrada de Ferro Sul Espírito-Santo e o caixa de Melhoramentos do Porto socorressem o tesouro em 158:904\$100 – cento e cinquenta e oito contos, novecentos e quatro mil e cem réis, para que o déficit do exercício de 1895 fosse coberto, gerando um saldo de 29:623\$717 – vinte e nove contos, seiscentos e vinte e três mil e setecentos e dezessete réis à receita geral do exercício de 1896. No primeiro semestre daquele ano houve um déficit de 631:815\$422 – seiscentos e trinta e um contos, oitocentos e quinze mil e quatrocentos e vinte e dois réis, que foram cobertos com adiantamentos, principalmente do Banco Nacional Brasileiro e do caixa de órfãos e ausentes. Depois desse exercício orçamentário, o Estado fechou o primeiro semestre com um pequeno superávit.

Graciano Neves passou, então, a relatar a situação financeira do Estado. Segundo ele, para fazer frente às despesas já realizadas e à despesa obrigatória prevista até o fim do ano seria necessário que a arrecadação ficasse em torno de 500 contos mensais durante

os últimos quatro meses do ano. Nesse ponto, ele apontou que, com a baixa do preço do café no mercado internacional e o possível retraimento na exportação, provavelmente o Estado não conseguiria evitar o déficit. Esse é o primeiro dos fatores de dependência a que o Estado estava submetido e que independiam de quaisquer ações dele.

Ao contrário do otimismo de Muniz Freire, Graciano Neves falou abertamente: “como podeis perfeitamente verificar, Srs. Deputados, a situação financeira do Estado não é bastante lisonjeira na atualidade. Tivemos a registrar um déficit no orçamento passado e devemos legitimamente temer um outro no exercício presente”¹. Porém, o estilo Muniz se apoderou de Graciano e ele afirmou em seguida que “tais déficits em nada poderão depor contra a prosperidade do Estado”, pois eles seriam facilmente passíveis de serem sanados, recorrendo a medidas de economias consideradas por ele muito fáceis e razoáveis.

Numa situação em que muitos cortes foram e seriam feitos, como o fechamento de escolas, demissão de trabalhadores, dentre outros, o temor declarado no discurso era de que o desequilíbrio orçamentário prejudicasse o crédito do Estado, pois por cláusula contratual as parcelas de amortização do principal e dos juros do empréstimo feito por Muniz Freire deveriam ser cobertas pela receita geral do Estado. A preocupação era a de que o capitalista estrangeiro concluísse que, por causa do déficit orçamentário, o Estado estivesse pagando os juros do empréstimo com o dinheiro do próprio empréstimo. Antecipando necessidades futuras, Graciano Neves salientava que, se as obras da ferrovia continuassem com a velocidade que finalmente se via naqueles dias, os recursos do fundo especial da Estrada de Ferro seriam exauridos em menos de três anos, o que acarretaria a necessidade de contratação de novos empréstimos para garantir a continuidade da obra. Diz Graciano que, se os desequilíbrios orçamentários continuassem, quando fosse necessária a busca por novos empréstimos, o descrédito do Estado poderia acarretar que tivéssemos que nos “curvar a condições excessivamente rigorosas e humilhantes perante o capitalista com o qual houvermos de contrair o novo empréstimo, porque pode armar-se contra nós a desconfiança de que procuramos solver um compromisso com outro”². Vê-se aqui que todo o discurso, mesmo de um Graciano Neves, que descortinara a situação financeira do Estado de maneira crua e realista,

¹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1896, p.6.

² *Ibidem*, p.7.

estava mergulhado na lógica do receituário desenvolvimentista da época. Sem muitas condições de pagar o empréstimo já contraído e refém das dificuldades advindas de fatores externos à ação possível do governo, como taxa de câmbio e juros, a ideia era a de que deve-se tomar atitudes que facilitem o controle fiscal do Estado para que as análises apontem a uma situação positiva e equilibrada pois sempre se dependerá da boa vontade dos capitalistas para melhores condições em futuros empréstimos. Mesmo em um Estado pouco industrializado e com economia incipiente e baseado na monocultura, é impressionante o poder do capital na feitura da ordem.

A situação relatada é composta por diversos fatores negativos narrados em sequência e tem o objetivo de mostrar aos deputados a gravidade da situação: a imprevisibilidade da receita frente à baixa do preço do café e consequente diminuição da arrecadação, visto que o imposto de importação compreende quase a totalidade da receita estadual. Por isso, as previsões de arrecadação estavam em vias de não se realizar. Por sua vez, a despesa estava acima do que fora previsto, porque algumas rubricas de despesas haviam sido calculadas abaixo da realidade, o que implicaria em necessidade de abrir créditos suplementares, que seriam solicitados ao Congresso Estadual. Além disso, Graciano aponta outra consequência negativa da dependência em que o Estado ficou de fatores dos quais ele não tinha controle. O custo da amortização do principal e dos juros do empréstimo externo superou em 200 contos a verba votada para esse fim, por causa das taxas desfavoráveis do câmbio. A verba da rubrica de melhoramentos e obras gerais, que foi votada em 200 contos, já tinha sido excedida em mais de 550 contos, e outras verbas também estavam esgotadas.

Foi neste momento que Graciano Neves fizera uma proposta surpreendente que teria dupla função: defender e consolidar a competência constitucional do Congresso e “colocar o equilíbrio orçamentário ao abrigo de perigosos desvios”. Essa fala, do jeito que foi feita, já causou estranheza pelo fato de que Graciano Neves estava sucedendo seu companheiro de partido, correligionário e padrinho político, que até então tinha sido o único a completar um período de governo inteiro na experiência republicana do Estado, sendo, portanto, o único que poderia, até então, ter colocado o equilíbrio do orçamento em perigosos desvios.

Para explicitar o que queria dizer, Graciano lembrou que a Constituição do Estado diminuiu o protagonismo do Congresso, deixando-o atuar em atividades menores. Diz ainda que o artigo 51 dessa Constituição teria a intenção de restringir a ação presidencial dentro do orçamento, fazendo com que ele só pudesse agir dentro dos limites traçados pelo Congresso, ficando dentro da verba orçada. No entanto, o artigo 101 da mesma Constituição dá ao Presidente do Estado o direito de abrir créditos suplementares às verbas orçadas, em casos previstos por uma lei ordinária. Sua conclusão foi a de que, se essa lei não for de responsabilidade do Congresso, esse passaria a ser praticamente um nada, “porque o Presidente achar-se-á dispensado de limitar as despesas da sua administração, de acordo com as prescrições do orçamento”. No caso do Estado, a única lei que regia essa matéria era de competência exclusiva do Presidente, o que fazia com que, em sua visão, o Congresso não estivesse exercendo sua função prevista na Constituição, de traçar as leis orçamentárias do Estado. Sua fala nesse sentido terminou com uma solicitação de que o Congresso vote, “na presente sessão alguma disposição de lei que restrinja com prudência a faculdade que tem o Presidente de abrir créditos suplementares às verbas orçadas pelo Congresso”³. Foi efetivamente votada pelo Congresso a lei n. 174, de 20 de outubro de 1896, que pretendeu limitar o poder do presidente do Estado em editar créditos suplementares. Porém, provavelmente por alguma manobra política, o presidente do Estado ficou com a liberdade de editar créditos suplementares de até a metade do orçamento proposto, o que não resolveu o problema. Muniz Freire, em sua mensagem de 1900, cutucou o Congresso, e talvez também Graciano Neves, o insuspeito autor da proposta, dizendo que a lei dá muita liberdade ao Presidente do Estado.

Poderíamos considerar que o pensamento de Graciano Neves estivesse se projetando para situações futuras, para que o Congresso fosse co-participante da construção orçamentária, aumentando a responsabilidade para com assunto tão caro ao Estado. Porém, é de se estranhar que um aliado político que recebeu o governo de seu padrinho fizesse essa proposta a um Congresso onde atuavam opositores que deram trabalho a Muniz e seu grupo, acusando-o precisamente em assuntos de decisões orçamentárias e de créditos suplementares, com frequentes publicações no jornal *Commercio do Espirito Santo*. É possível, como já fez Estilague Santos (2012), ver nesse ato um sinal de

³ *Ibidem*, p.8.

ruptura de Graciano com Muniz Freire, embora não exista nenhum sinal de que essa ruptura efetivamente se realizou em algum momento. Poderíamos também ver aí sinais de que Graciano Neves tinha características de um liberal radical, que queria tomar providências que julgava acertadas, sem medir as consequências políticas de seu ato – e seu ato teve muitas e longas repercussões – mas as frases amenizadoras que utiliza em seu discurso em relação a decisões de Muniz Freire dificulta essa interpretação. Outra possibilidade é a de que Graciano, tendo exata noção da situação orçamentária do Estado, estivesse simplesmente sendo realista, se afastando do otimismo de Muniz Freire, já se prevenindo quanto ao que havia de vir, mas ao estilo revelado na *Doutrina*, sem confrontar o chefe político incontestável do Estado. Essa é a nossa aposta. Certo é que, Graciano encarava a situação de uma maneira diferente da que Muniz e o partido vinham defendendo e praticando até então. Mas, na discussão com a oposição, que se animou com a mensagem de Graciano Neves, como uma possibilidade de atacar Muniz Freire, os governistas do Estado do Espírito Santo nos oferecem um importante indício sobre o posicionamento de Graciano. Diz o jornal, referindo-se a membros da oposição que escreviam no *Commercio do Espirito Santo*: “onde se escondem os reles engrossadores que elogiaram o Exmo. Snr. Dr. Graciano Neves ontem e como não lhes jogou migalha de que tanto necessitam atiraram-se hoje aos calcanhares para mordê-lo...”⁴.

Graciano Neves continuou sua narrativa dizendo que, em vista da situação do Estado, tomou providências de cortes nas despesas. Suspendeu a construção do hospital que estava sendo erguido na Praia do Suá. A construção desse hospital poderia ser continuada se ele lançasse mão das rendas de loterias que o Presidente tinha autorização para contratar, e cujo desenvolvimento foi lançado por Muniz Freire. Mas os seus escrúpulos morais quanto a lançar mão de arrecadar, via jogos de azar, nos trazem mais informações sobre sua visão quanto ao que deveria ser a ação do governo:

(...) mas sou inflexível na minha opinião de que não é lícito aos governos captar recursos de tal procedência [as loterias]. Entendo que, se o Estado não tem atualmente, em boa doutrina social, o direito de interferir de modo casuístico e sistemático na moralização dos costumes públicos, ainda menos lhe cabe a faculdade de infundir-lhes elementos diretos de corrupção.⁵

⁴ Sempre os mesmos. Jornal *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 01 de janeiro de 1897, p.2.

⁵ *Ibidem*, p.9.

Talvez, para Graciano Neves, a devoção à ciência como guia da vida individual, social e moral tornasse as loterias elemento de corrupção. Sua expressão de que, “em boa doutrina social”, o Estado não devia interferir na moralização dos costumes públicos seria um contraponto da doutrina positivista a essa interferência por parte da religião que dominava o Estado em grande medida, impondo questões de moralidade e costumes. Mas sua atitude também desmente, em alguma medida, a máxima de que todos os aspectos da vida, morais, ideológicos, religiosos, são simples epifenômenos do fenômeno econômico. Neste caso, seria de se esperar que, sem pudores, e com a boa justificativa de construção de um hospital, o fator econômico triunfasse sobre o conceito moral. A ordem em Graciano Neves ficou ligeiramente modificada. Mas pode ser que Graciano tenha se dobrado para um argumento que colhemos nas searas oposicionistas. Na edição de 15 de setembro de 1892, após o discurso de Muniz Freire e em relação à proposta de orçamento apresentada pelo governo ao Congresso, o *Commercio do Espírito Santo* discorda de algumas fontes de receita apresentadas para equilibrar o orçamento. Para além das picuinhas oposicionistas, o jornal traz o seguinte texto:

As maiorias mais tributáveis são as que entendem com o jogo e o vício. Mas neste ponto a comissão esqueceu-se de que os impostos dessa natureza são geralmente lançados não como fonte de receita, mas como meios indiretos de impedir o desenvolvimento de hábitos e costumes considerados atentatórios da moral pública⁶.

Nesse caso, ao se negar a ativar as loterias como fonte de receita, Graciano Neves descontinua uma ação proposta por seu padrinho político e adota um discurso moral apregoadado pela oposição. Além de interromper a obra do hospital, praticamente encerrou a construção da estrada de Vitória à fazenda Maruípe e extinguiu a comissão de melhoramentos da capital. Ademais, fez uma análise em relação ao Porto de Vitória diversa da posição de Muniz Freire. Dizia ele que Vitória seria um grande centro comercial por conta de suas condições ímpares, incomparável a quaisquer outras localidades do Estado. Se uma cidade se torna grande pela atividade industrial nela desenvolvida, o porto é um centro de atração desse desenvolvimento, que catalisa atividades produtivas. Vitória tinha, em sua visão, as condições naturais para ser um excelente porto e, se lhe faltava à época movimento de mercadorias de exportação, essa deficiência seria anulada quando o Estado atingisse um grau de amadurecimento pelas

⁶ Jornal *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 15 de setembro de 1892, p.1.

vias de fáceis comunicações. Essa posição de um desenvolvimento natural e paulatino, que se daria em Vitória, por sua posição equidistante dos diversos pontos do Estado e pela excelência de seu porto, contraria a ação de Muniz Freire em fazer investimentos no porto para torná-lo ativo.

Além disso, Graciano Neves interrompeu outra atividade que era cara a Muniz Freire. Declarou suspensa, até o fim daquele ano, a imigração europeia no Estado pelo contrato com o Sr. Domingos Giffoni. Para ele, a suspensão apresentaria duplo benefício: aliviaria a situação financeira e traria valiosas garantias para a ordem social. O alívio financeiro obviamente viria da não contratação de todos os serviços a que o Estado se obrigava para trazer, receber e assentar os imigrantes. Quanto à ordem social, seu argumento foi surpreendente. Ao contrário da análise que leva em conta o benefício econômico da geração de riquezas pelo braço do imigrante, Graciano Neves afirmava que a imigração europeia tinha “o enorme inconveniente moral de enfraquecer os nossos laços de unificação nacional, tão preciosos no período histórico que atravessamos”⁷. Ele ainda argumentava em favor da colonização nacional como opção, pois esta era fecunda sob muitos pontos de vista. Sua posição quanto aos imigrantes estrangeiros talvez resultasse de sua crítica à desorganização na implantação de algumas colônias e da maneira como os imigrantes foram tratados, tanto nas colônias, em que a infraestrutura de acolhimento era nula, como na própria hospedaria da Pedra d’Água, em Vitória, em que os colonos foram alimentados apenas “à bolacha, o que deu em resultado [em ambos os casos] na revolta dos mesmos, que tiveram que submeter-se à força pública”⁸. Mas causa estranheza, pois nenhum outro posicionamento desse nível quanto à presença de imigrantes europeus foi percebido em seu discurso. O único indício que Graciano Neves nos dá é o de que sua análise provavelmente surja em função dos imigrantes que vieram através dos contratos do governo do Estado, que resultaram em muitas reclamações quanto às condições de acolhimento e assentamento, pois logo depois ele diz que o Estado esperava da imigração europeia: “os elementos espontâneos, os mais vantajosos...”⁹.

⁷ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1896, p.11.

⁸ *Jornal Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 06 de agosto de 1895, p.1.

⁹ *Idem* nota 7.

Ele admitia que a importação de estrangeiros trazia rápidos resultados financeiros ao Estado, mas sua argumentação levou a pelo menos duas questões interessantes. A primeira diz respeito, de novo, a um posicionamento por ele afirmado que nos leva a questionar sobre quem ele está falando.

Os governos transitórios, oriundos de delegação eleitoral, são geralmente predispostos pela natureza da sua origem e pelo prazo limitado da sua ação a ceder perante as obsidentes sugestões dos seus mandantes políticos e a contrair uma aprobatividade irresistente nascida da necessidade que têm de conservar e ampliar o domínio da sua popularidade.

Daí provém a indiferença política desses governos puramente administrativos, na mais estreita significação da palavra, que só tem esforços vigorosos para executar empresas do efeito material mais próximo e mais palpável, embora com prejuízo e retardamento de outras conquistas sociais de maior alcance.

Manter-me-ei sempre em revolta contra essa doutrina essencialmente eleitoral de que uma das consequências menos perniciosas é indicar o enriquecimento incondicional do Estado como uma justa e invejável medida de governo¹⁰.

Uma análise cuidadosa desse trecho enseja luz sobre o que estaria inculcada na fala de Graciano Neves. Primeiro, pode-se ressaltar que ele estava tomando medidas e emitindo opiniões claramente contrárias à ação governamental de Muniz Freire, pois a imigração era um dos carros chefe do governo anterior. Ele diz que os governos são transitórios, pelo prazo limitado em que têm de apresentar resultados, e obrigados a “ceder perante as obsidentes sugestões de seus mandantes políticos”. Obsidente significa aquele que cerca, que sitia, que persegue ou importuna, um obsessivo. Logo, os governos – que pela lógica de Graciano deveria incluir, além do Presidente do Estado, também os deputados, vice-presidentes, todo o corpo governamental montado a partir da eleição – abandonariam suas primeiras intenções, fossem elas quais fossem, por causa de importunações obsessivas (poderíamos acrescentar impróprias, inconvenientes, indiscretas, inaceitáveis, inadmissíveis, incabíveis), de propostas vindas de seus mandantes políticos. Ora, essa afirmação nos parece descabida em um governo como o que operava em nosso Estado, em que o Presidente do Estado é realmente o mandatário, dentro de uma política que privilegiava hegemonias e de certa forma era fortemente influenciada, senão comandada, pelo cenário nacional. Em um sistema de governo em que não habita nem sombra de gestão participativa, falar que o governo é sujeito à

¹⁰ *Idem* nota 7.

opinião de seu mandante político é lugar comum. Isso é óbvio. Então, sobre o que Graciano Neves estava falando?

Podemos colher aqui um indício. Graciano Neves, que foi o 1º vice-presidente do Estado durante o governo de Muniz Freire¹¹, tenha discordado de ações e decisões do governador. Participante do governo – tomava decisões de menor relevância, como criar o cargo de encarregado de imigração em São Mateus¹² – e acompanhava de perto as decisões tomadas por Muniz Freire. Ao argumentar que os políticos “contraem” uma aprobatividade irresistente, que visa o aumento de sua influência, a palavra contraem pode ter uma conotação proveniente da medicina, indicando uma patologia que faz com que, pelo menos a partir de um momento, passem a ser escolhidas sem resistência ou crítica ações que rapidamente reproduzam capital político e que resultem em aprovação eleitoral, em detrimento de resultados sociais de maior alcance e de efeitos de longo prazo. A essa altura, é importante lembrar quem eram os eleitores a que Graciano Neves se refere, e quais poderiam ser seus interesses, que passariam a balizar a escolha de ações por parte do mandante político. Temos que nos deslocar de nossa concepção atual de colégio eleitoral, muito mais universal, e retornarmos ao final do século XIX. O colégio eleitoral, definido na Constituição de 1891 era formado por:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na fórma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1º Os mendigos

2º Os analphabetos;

3º As praças de pret, exceptuando os alumnos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monasticas. companhias, congregações, ou communiidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual.

§ 2º. São inelegiveis os cidadãos não alistaveis¹³.

Nessa mesma Constituição, em seu artigo 28º, um inciso diz que o governo federal deveria garantir a representação das minorias na Câmara de Deputados, única vez que o termo minorias é citado na Constituição. Esse artigo foi posteriormente revogado. Na

¹¹ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 03 de dezembro de 1895, p.1. Pediu exoneração do cargo em 06 de novembro de 1895, provavelmente já com vistas à eleição.

¹² Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de setembro de 1892, p.2.

¹³ BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro.

prática, apesar da exigência de renda mínima para votar ter sido extinta, a maioria da população poderia ser colocada na condição de analfabeta – só aqui temos mais de 50% da população – ou de mendigos. Só votavam os homens alfabetizados acima de 21 anos. Exceções como a da participação de alunos das escolas militares de ensino superior, filhos das oligarquias e famílias tradicionais, davam o viés da formação do eleitorado. Mas, além disso, como nos diz Nicolau (1996):

(...) o processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas. As eleições, mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais. (NICOLAU, 1996, p.34).

De acordo com diversos autores (NICOLAU, 1996; LEAL, 1986), o processo eleitoral era completamente viciado, com fraudes ocorrendo em todas as fases do processo. Isso incluía as fases de alistamento dos eleitores, a própria votação, a apuração dos votos e o processo de reconhecimento dos eleitos. Os artifícios principais utilizados para a fraude eram conhecidos como “bico de pena” e “degola”. No bico de pena, as atas feitas pela Mesa Eleitoral eram descaradamente adulteradas na apuração. Segundo Leal (1986):

(...) inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos e os ausentes compareciam; na feitura das atas, a pena todo-poderosa dos mesários realizava milagres portentosos. A segunda metamorfose era obra das câmaras legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final. Conta-se que Pinheiro Machado respondera certa vez a um jovem correligionário de fidelidade duvidosa: “Menino, tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito”. A anedota, verdadeira ou não, revela que o número de votos depositados nas urnas era de pouca significação no reconhecimento, desde que houvesse interesse político em conservar ou afastar um representante. (LEAL, 1986, p.114).

O eleitorado era, portanto, formado pela elite, aliás, por uma parte dela, visto que muitos fazendeiros, por exemplo, eram analfabetos. Graciano Neves foi eleito com 5.905¹⁴ votos em 1896. Além disso, o sistema eleitoral organizado na República teve outra característica que marcou indelevelmente a história do Brasil: o poder dos governadores. Leal (1986) ainda nos mostra que:

¹⁴ “Que eleição”, matéria do Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 15 de dezembro de 1897, p.1.

(...) os nossos juristas-idealistas, que pretendiam limitar o poder dos municípios para impedir as oligarquias locais, acabaram dando aos governadores os meios de que se serviram eles para montar, em seu proveito, essas mesmas oligarquias locais, fundando, assim, as oligarquias estaduais que davam lugar, por sua vez, a esta outra forma de entendimento — entre os Estados e a União, que se conhece em nossa história por “política dos governadores”. Nessa mais ampla composição política, os instrumentos que mais eficazmente garantiam a preponderância do presidente da República eram, na ordem financeira, os auxílios da União, destinados a suprir a escassez das rendas estaduais, e, na ordem política, o reconhecimento de poderes (a degola), que podia manter no Congresso Federal, ou dele expulsar, os senadores e deputados que as fraudes e os chefes locais extraíam das urnas. Tanto um como outro — o compromisso dos governadores com os “coronéis” e o compromisso dos presidentes com os governadores — assentavam, portanto, na inconsciência do eleitorado rural e, por isso mesmo, no tipo de estrutura agrária predominante em nosso país. (LEAL, 1986, p.62).

A preocupação de Graciano Neves com a falta de uma visão de longo prazo, abortada pela necessidade do sucesso eleitoral em curto prazo – que garantia o status de seu grupo no poder frente ao poderoso governo federal e sua administração das verbas que acudiam os Estados – aponta para a obrigação de o governante e de seu grupo político conseguirem capturar o eleitorado. Os governadores tornaram-se os donos de um poder que controlava a política local com vistas a negociá-lo com o governo federal. A preocupação de manutenção no poder obrigava o governante a ter sempre a pretensão de dominar, usando artifícios nem sempre legais, as bases políticas municipais para aumentar seu cacife perante o governo central.

Continuando, Graciano Neves argumentava que sempre seria contra essa prática eleitoreira “em que uma das consequências menos perniciosas” era “indicar o enriquecimento incondicional do Estado como uma justa e invejável medida de governo”. Aqui, qualquer comparação que se faça com as falas anteriores de Muniz Freire terão como consequência o distanciamento. Graciano avaliava como perniciososa a ação de buscar o enriquecimento incondicional – a palavra incondicional é forte nesse contexto – do Estado. Tendo em vista, muito do que ele propõe como ação de governo – deve-se ressaltar que essa era a mensagem de abertura do Congresso Estadual – com propostas de ação, contraria frontalmente bandeiras importantes de Muniz Freire. Não seria um equívoco pensar que ele pudesse estar falando de atos de governo do próprio Muniz, que inaugurou uma agenda progressista, porém, onerosa. Graciano considerou que essa busca pelo enriquecimento incondicional não pode ser considerada nem justa, nem invejável. E tudo isso depois de afirmar que essa era uma prática eleitoreira. A

ordem que estava sendo construída pela práxis republicana no Estado (e com algumas diferenças em todo o Brasil), com a possibilidade de manobra do poder por uma elite que controlava o voto – pois o colégio eleitoral era previamente reduzido a uma elite – e de sucesso efetivo na própria eleição, pela possibilidade de fraudes garantidas pelas instâncias superiores em diversas etapas do processo. Dependia de um bom relacionamento com os órgãos que diplomavam os eleitos.

Logo após dizer que não iniciaria empreendimentos em seu governo, tendo em vista os comprometimentos que o Estado já tinha com as grandes obras, argumentou que o Estado ainda não estava com suas terras férteis cobertas pela agricultura, e que indústrias não se instalavam no interior devido à falta de boas estradas. Tal declaração pode ser entendida como uma crítica velada ao governo de Muniz Freire. A seguir, fala assim:

Estou convencido de que a viação geral é o caminho fácil e seguro de muitas conquistas industriais e econômicas **às vezes tentadas por processos complicados, prematuros e dispendiosos ou iniciados de pontos de partida falsos, donde é necessário retrogradar** afinal para a origem verdadeira onde devem começar os esforços uteis.

É pela viação que a cultura se estende, que a colonização se realiza, que todos os empreendimentos se facilitam, que as terras se valorizam, que a ordem se regula, que a instrução se propaga... Será por efeito dela [da construção de estradas] que a nossa Capital se tornará um dia uma grande cidade e um grande centro comercial¹⁵.

Não é injusto concluir que, em sua visão, esse seria o caminho para os investimentos do Estado, porém, como homem de partido e fiel ao seu antecessor, tocaria as obras da Estrada de Ferro que eram o grande ponto do programa de Muniz Freire. É possível que as expressões acima grifadas se dirigissem à sua discordância quanto às escolhas de Muniz. Ainda mais que, à frente, quando fala da construção das ferrovias, diz que:

Não preciso dizer que as **considero empreendimentos de primeira ordem, inteiramente dignas de merecer os maiores esforços da administração** para que sejam realizadas, principalmente a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, **cometimento glorioso do meu ilustre antecessor, a qual sobrepuja em importância todos os outros trabalhos públicos do Estado**¹⁶.

¹⁵ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1896, p.13, grifo nosso.

¹⁶ *Ibidem*, p.14.

Este parágrafo, colocado logo depois afirmar que “processos complicados, prematuros e dispendiosos ou iniciados de pontos de partida falsos, donde é necessário retrogradar”, pode indicar que Graciano Neves estava utilizando o estilo de escrita abundante na *Doutrina*, irônico, até mesmo sarcástico, quando afirma o que quer negar. A base de sua obra *Doutrina do engrossamento* se mostra aqui em muita medida, caracterizando a vivência político-eleitoral de então. A afirmação de Graciano sobre a dependência do sistema político em relação à opinião de seu mandante político faz sentido. Esse mandante, no caso, Muniz Freire, atuava garantindo hegemonia sobre seu grupo, com sugestões obsidentes, impositivas e desligadas de compromissos em longo prazo. Conforme a *Doutrina* de Graciano, essa era a base de entrada em ação do capital, que se propõe financiar a hegemonia. Aqui, vemos o sentido da expressão “o capital faz a ordem, e a ordem faz o capital”, pois, logo a seguir, já se encaminhando para o encerramento de sua mensagem, Graciano afirmou que a preocupação quase exclusiva de sua administração era com as questões de economia, pois acreditava que deveria “ser o nosso maior cuidado na época atual velar com zelo e com pudor pela inteireza do nosso crédito, a fim de não suceder que ele se deprima logo as primeiras provas a que está submetido”¹⁷. Todas as economias e cortes que o Estado estava fazendo visavam criar condições para manter o crédito, pagando em dia seus empréstimos externos. Graciano Neves concluiu sua mensagem ao Congresso com uma frase que caracterizava seu estilo. Ao falar do relacionamento entre os partidos, afirmou que entre eles as rivalidades partidárias jamais resvalaram para as lutas em que os seus membros disputam inconscientemente os interesses pessoais de seus chefes; que os partidos conseguiam viver pelo consenso livre e pela harmonia dos seus elementos integrantes, unicamente convergidos pela atração de interesses gerais, o que não é verdade. Outra vez, o estilo de Graciano se apresenta para descrever a realidade como se fosse o que deveria ser. Esta foi a carta de intenções de Graciano em sua posse no governo que desaguou em sua renúncia. Mas a mensagem de abertura da sessão do Congresso em 1897 também foi escrita por ele, embora já tivesse renunciado.

¹⁷ *Idem.*

4.2. O ANO DE 1897 E O GOVERNO QUE NÃO ACABOU

Quando foi apresentada a mensagem de Graciano Neves ao Congresso em 15 de setembro de 1897, ele já havia renunciado. A mensagem foi apresentada pelo vice-presidente do Estado, Constante Sodré, que fez uma breve introdução geral de alguns assuntos, mas o corpo principal foi o relatório de Graciano. Nela, o assunto central era a crise financeira pela qual o Estado passava. Segundo descreveu, a receita de 1896 tinha sido de 3.875:021\$491, mas a despesa chegou a 5.124:691\$197, com um déficit de 1.249:669\$706, coberto por realocações e empréstimos. As principais rubricas de despesas estão resumidas abaixo:

Quadro 3 – Principais despesas de 1896

Governo/administração	1.204:573\$719
Obras/empreendimentos	1.518:354\$416
Juros/amort. Empr. Ext.	1.161:636\$990
Outros Crédito público	125:425:884

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1897, p.7.

Desde aí já se percebe que o montante da receita alocada para a amortização do principal e dos juros da dívida externa respondeu por cerca de 23% da despesa do Estado no ano de 1896. Se considerarmos a receita real por ele declarada, de 3.875:021\$491, a amortização corresponde a 30%. No relatório de 1897, outra vez, a notícia era a de quebra de receitas, e de redução significativa das despesas para que o balanço ficasse equilibrado. As consequências da dependência do Estado em relação ao mercado internacional se fazem sentir. O preço do café baixou cerca de 33% do começo para o meio do ano. O câmbio desfavorável fez subir a 1.300:000\$000 a despesa com juros e amortização do empréstimo externo. Como consequência, a solução foi mais cortes nas despesas, dos quais alguns são dignos de nota: dispensa dos agentes de imigração, suspensão da construção da estrada de Maruípe, dispensa da Subdiretoria de Obras e Empreendimentos e comissões distritais. E iria suprimir de todo as Escolas Normais ou diminuir o número de professores e dispensar o pessoal da biblioteca. Além disso, pediu ao congresso a revogação da lei de 1892, que havia concedido um aumento de 20% ao funcionalismo público estadual com efeitos a partir daquele outubro de 1897.

Por fim, pediu a supressão de algumas comarcas. Mas, apesar de diminuir o ritmo de trabalho e até suspender a construção do trecho entre Beneventes e Cachoeiro do Itapemirim, a construção do trecho Viana-Matilde estava mantido. Com todos esses cortes, Graciano Neves ainda acreditava que não iria “acarretar inconvenientes sérios para a boa administração”. Note-se que todas as dispensas, fechamentos de escolas, não concessão de aumento ao funcionalismo, que estava desde 1892, sem reajustes, não foram considerados inconvenientes sérios.

A submissão de Graciano Neves à dependência externa é notada no trecho da mensagem onde afirmou:

Devemos considerar que nos exercícios de 1896 e 1897 o serviço de juros e amortização do empréstimo externo custou respectivamente 1161 contos e 1300 contos, sobre uma receita que atingiu a 3870 contos para o primeiro desses exercícios e que talvez não alcance a mesma cifra para o segundo.

Nessas condições é necessário que reservemos uma larga parte da receita ordinária para resolver os nossos compromissos no estrangeiro, maximé daqui por diante, já que o Fundo Especial não pode fazer mais adiantamentos do Caixa Geral.

E demais, além de proceder de tal modo que tenhamos sempre com segurança os recursos necessários para o serviço da nossa dívida externa, cumpre-nos ainda tirar das próprias forças do orçamento sobras que paguem os suprimimentos feitos pelo Fundo Especial à renda ordinária em 1896¹⁸.

O primordial do orçamento era o pagamento da dívida. O restante ficava subordinado às possibilidades. Os cortes em educação e nas comarcas eram admitidos com certa normalidade. A missão de Muniz Freire na Europa foi citada e positivada. Graciano Neves ressaltou que a ação de Muniz na Europa conseguiu uma economia de 172.928 francos ao Estado. Destacou ainda que só a economia com materiais comprados por Muniz Freire no exterior, na última remessa, equivaleria a duas vezes o custo anual da comissão por ele chefiada.

Graciano encerrou seu relatório em oito páginas. Nelas, citou oito vezes a dívida externa ou o serviço da dívida, cujo pagamento era considerado o ponto de partida para todas as outras decisões quanto ao orçamento do Estado. O Estado seria interinamente governado em 1897 pelo vice-presidente Constante Gomes Sodré. Posteriormente, foi

¹⁸ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1897, p.12, grifo nosso.

realizada uma nova eleição e assumiu como presidente o Dr. José Marcelino P. de Vasconcelos, cuja única mensagem, de 1898, contém indícios sobre a ordem e o capital.

A renúncia de Graciano Neves abriu campo para uma série de acusações por parte da oposição. Bernardo Horta foi indicado como candidato pelo Partido Republicano Federal e, em sua mensagem, se refere assim ao contexto estadual:

No atropelo da decadência moral que vai derrocando os fundamentos das instituições neste Estado; quando o pauperismo invade o tesouro e um clamor geral acentua bem o desespero de uma população aflita; quando a falta de escrúpulo apregoa o aniquilamento de tudo quanto constituiu sempre a moralidade dos governos e a garantia da ordem social...¹⁹.

O contexto do fim de governo Graciano caracteriza com propriedade o ambiente político da época. Pressionado por uma grave crise que, à essa altura o partido do governo não admitia, formou-se um ambiente propício para o crescimento e o recrudescimento das críticas direcionadas às escolhas de Muniz Freire. Apesar de não ser possível qualquer afirmação definitiva, pode-se discutir os fatos que levaram à renúncia de Graciano Neves. O jornal *Commercio do Espirito Santo* afirmara que ele renunciou para não sucumbir às pressões do partido, “não consentindo que se realizassem os fatos mais escandalosos que entravam nos planos de seus amigos”²⁰, pois Graciano se impôs às vontades partidárias e aos arranjos de família.

Creemos ser inegável que Graciano renunciou devido às pressões. Envolvendo o que desejava realizar, com sua visão racional – a mensagem de 1896 revela essa racionalidade – e por causa da situação financeira que exigia a tomada de decisões e cortes de despesas, que ele teria que enfrentar, tendo em vista o grande aumento da despesa do Estado nesse ano. Outro aspecto seria a falta de mais traquejo político, o que sobrava em Muniz Freire.

Por outro lado, também temos que considerar, como será analisado posteriormente, que Graciano Neves não rompeu publicamente com o partido, nem com Muniz, e continuou recebendo loas do jornal de seu padrinho político. Creemos que isso aponta para um ato

¹⁹ Jornal *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 04 de novembro de 1897, p.1.

²⁰ Jornal *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 17 de agosto de 1897, p.1.

de renúncia, que buscava se desligar dos fatos políticos, sem comprometer sua lealdade ao partido e a Muniz. É a partir desse momento, em que Graciano renuncia e volta para a sua vida de médico, que as análises sobre o engrossamento poderão nos revelar mais indícios acerca do que aconteceu naqueles preciosos tempos.

4.3. O GOVERNO TAMPÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA ORDEM ENTRE 1898 E 1899

José Marcelino Vasconcelos assumiu e seu roteiro não foi diferente do de Graciano Neves e Constante Sodré. Seu esforço esteve limitado a manter o equilíbrio orçamentário até o fim do exercício. O primeiro semestre já tinha terminado quando da apresentação do relatório, de forma que ele já podia apresentar os resultados parciais, que indicavam um equilíbrio. Mas, como as grandes despesas da representação do Estado no exterior e a amortização do empréstimo externo incidiam no segundo semestre, já enfrentava problemas em sua administração.

O serviço da dívida fez com que o Estado remetesse para Paris, por causa do câmbio desfavorável, a quantia de 1.217:865\$840, valor muito elevado quando consideramos que toda a despesa do primeiro semestre de 1898 foi de 1.894:864\$418. Muito além da despesa orçada de 1.058:000\$000²¹ para o pagamento do principal e dos juros do empréstimo. No expediente do Congresso legislativo de 22 de outubro de 1897²², a comissão de finanças já dava como relatório que o serviço do empréstimo externo absorveu 1.553:531\$420, contra 900:000\$000 orçados, pelo que o vice-presidente abriu um crédito suplementar de 450:000\$000, e depois outro de 203:531\$420 para cobrir o pagamento. Ora, é de se estranhar que se em 1897 o serviço da dívida consumiu mais de 1.500 contos, os parlamentares tenham orçado apenas 1.000 contos para o próximo ano, sendo que as perspectivas quanto ao câmbio não apontavam para melhoras. A grande quantia desembolsada para pagar o empréstimo não foi suficiente para quitar o débito, restando ainda cerca de 4:500\$000 (ou 65.000 francos) para cobrir o montante da dívida.

²¹ *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 12 de novembro de 1897, p.1.

²² *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 09 de fevereiro de 1898, p.1.

Mantendo a ordem estabelecida e para não cessar a construção da Estrada de Ferro Sul Capixaba, estando o Fundo Especial para construção da estrada praticamente zerado, Muniz Freire, esse “ilustre espírito-santense com a dedicação e zelo que todos lhe reconhecem”²³ conseguiu um empréstimo junto ao London and Brazilian Bank Limited no valor de 800:000\$000, a juros de 8% ao ano.

Nas explicações para justificar as operações financeiras contratadas, achamos a seguinte:

Dívida interna – as apólices emitidas atingem a cifra de 1.115:300\$000, estando aí incluídas (...). O total de juros dessas apólices monta anualmente 99:698\$000. Se desta quantia deduzirmos 28:800\$000 dos juros (...) cujo pagamento deve ocorrer por conta das empresas e municipalidades a que foram concedidas, resulta que o Tesouro do Estado só terá à pagar a soma líquida de 70:807\$000.

Devo, entretanto, registrar que a maior parte dos Governos Municipais tem deixado de cumprir as obrigações que contraíram para com o Estado...²⁴.

A tentativa de minorar o problema fez com que o discurso se mostrasse sem sentido. Desde há muito os municípios frequentemente deixavam de pagar as obrigações para com o Estado, o que não deveria gerar essa possibilidade de amortização no discurso. Discurso embalado em preâmbulos e elogios quando se referem a Muniz Freire. Todas as vezes que seu nome foi citado vinha precedido de frases como “inspirado no mais sincero devotamento à terra natal” ou “fecunda administração do Sr. Dr.”. Uma prática que provavelmente inspirou Graciano Neves a escrever na *Doutrina*, que o engrossamento “quer dizer na significação moderna uma delicada e inteligente espécie de adulação, uma fina combinação de servilismo, hipocrisia e egoísmo” e que “o espírito público atribuiu aos processos engrossatórios o destino social de consolidar a ordem política” (NEVES, 1999, p.69).

Uma demonstração de como a ordem é moldada pelo capital se dá a seguir no relatório. Ao dissertar sobre o título Instrução Pública²⁵, José M. Vasconcelos reservou apenas 17 linhas de um relatório de 12 páginas. As consequências das escolhas, e mais, o caráter das escolhas se mostra com clareza. Diz ele sem muito pesar que no exercício de 1897,

²³ *Ibidem*, p.6.

²⁴ *Ibidem*, p.7.

²⁵ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1898, p.9.

o orçamento com a Instrução Pública foi de 329:188\$019 e que para o exercício de 1898 só se consignaria a quantia de 200:000\$000, quantia que se repetiu no orçamento de 1899. Para tanto, deixou de prover 42 escolas que se achavam vagas e suprimiu outras 17, que “pouco proveito geravam para a Instrução Pública”, além de exonerar alguns professores que “não eram solícitos no cumprimento dos seus deveres”. Por outro lado, comparativamente, o mesmo orçamento dispndia 477:380\$000 com a polícia, 800:000\$000 como indenização ao caixa especial da Estrada de Ferro. Ainda assim, ele afirma que considera esse ramo da administração pública um dos mais importantes.

Para finalizar o que de importante tem a mensagem de José Marcelino, apontamos um indício de que Graciano Neves continuou a gozar de simpatia com o grupo de Muniz Freire. Ele foi citado da seguinte maneira: “Tenho seguido em minha administração o plano de rigorosa economia traçado pelo meu ilustre antecessor Graciano Neves...”²⁶. O governo de José Marcelino se estendeu entre 1898 e 1899, tendo esse último ano praticamente as mesmas características do anterior. Em 1900, volta Muniz Freire, para uma gestão que teria que lidar com a crise, diferente de sua primeira passagem pelo governo.

4.4. O SEGUNDO GOVERNO MUNIZ FREIRE (1900-1903): A VOLTA DO QUE NÃO FOI

O segundo período de governo de Muniz Freire foi fértil para o que nos propusemos a analisar. Graciano Neves já tinha renunciado e voltado à sua vida de médico e, em 1901, publicou a obra *Doutrina do Engrossamento*. Muniz Freire voltou oficialmente ao governo para exercer hegemonia política pelo gabinete da presidência. Este foi um período do qual podemos colher entendimentos mais profundos.

Na mensagem de 1900 e, especialmente, na de 1901, que teve cinquenta páginas, Muniz Freire defendeu o seu legado e atacou os críticos. Fiel ao seu estilo de construir um cenário que apoiasse sua visão, Muniz Freire iniciou sua mensagem ao Congresso, dizendo que o Estado foi pego no contrapé de uma crise de dupla adversidade, com

²⁶ *Ibidem*, p.12.

despesas crescentes e receitas diminuindo, embalada pela forte desvalorização da moeda nacional e depreciação nos preços internacionais do café, “que foi arrastando na precipitação com que se operou o fruto de todas as cautelas, e tornando impraticável toda previsão normal”²⁷. Ora, como vimos, ele próprio já havia previsto todos esses riscos em seu primeiro governo, deixando explícita essa possibilidade em seus discursos, de onde se conclui que o caminho tomado foi resultado de uma escolha, sem cautela e de consequências previsíveis.

Muniz Freire disse que, em relação ao aumento de despesas e a diminuição de receitas, deveria se resignar passivamente, “salvo as providências que, infelizmente não foram logo tomadas com o rigor que se fazia necessário, destinadas a por-nos quanto possível em guarda contra os efeitos mais intensos da aflitiva situação nacional”²⁸. Talvez este ponto seja uma alfinetada em Graciano Neves, mas, se considerarmos que a falta de “providências” era uma referência ao governo federal, principalmente, em relação à desvalorização da moeda, devido às políticas macroeconômicas equivocadas, então podemos livrar Graciano destas referências. Mas, se considerarmos que a alusão à falta de medidas contra o aumento de despesas e diminuição de receitas se refira ao governo estadual, a indicação da demora na tomada de providências mirou a administração de Graciano. Essa seria a opção mais plausível, pois na mensagem ao Congresso, em 1901, ao se defender das acusações de que foi irresponsável em seu programa de gastos no primeiro governo, Muniz Freire afirmou:

Essa referência me é tanto mais imprescindível quanto preciso completar a demonstração de que, mesmo a despeito das calamidades sofridas, o empreendimento do primeiro quadriênio não teria vindo a constituir-se num elemento das perturbações financeiras do Estado, se providências enérgicas e salutares houvessem a tempo sido postas em ação. Delas a mais substancial fora a redução imediata das despesas públicas, senão até o extremo a que agora se chegou, ao menos aproximadamente. Tomando por base [...] os orçamentos de 1896 a 1900 [...] a economia teria montado em cerca de cerca de quinhentos contos anuais, ou em dois mil contos nos quatro anos. Ter-se-ia assim evitado toda a dívida flutuante atual...²⁹

Muniz Freire argumentou como as reduções foram realizadas em seu governo. Comparando os anos de 1896 e 1901, percebemos quando a crise cambial, a baixa do

²⁷ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.6.

²⁸ *Idem*.

²⁹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1901, p.39.

preço do café e as despesas com o serviço da dívida começaram a influenciar negativamente o Estado. Segundo Muniz Freire, os números são os que estão expressos abaixo.

Quadro 4 – Comparação de três rubricas do orçamento 1896/1901

Ano Rubrica	1896	1901	Diferença
Administração	1.245:570\$000	754:380\$000	491:190\$000
Polícia	650:786\$000	296:747\$000	354:039\$000
Magistratura	307:564\$000	192:186\$000	115:378\$000
Total da diferença			960:607\$000

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1901, p.22.

A comparação se prestava a afirmar como o governo estava fazendo real economia. Foi a defesa de seu governo, atacando outros. No caso, Graciano Neves, que tinha proclamado na mensagem ao Congresso de 1896 que estava fazendo muitos cortes, tendo em vista a situação no qual encontrou o governo. Muniz Freire destacou que esses números foram orçados com folga, podendo até ser que produzissem saldos.

Fica explicitado o alvo de sua fala. Fica evidente sua crítica ao governo de Graciano. E não foi sem grandes méritos que Muniz Freire ficou por tantos anos como o chefe supremo da política no Espírito Santo, pois sabia lidar muito bem com as situações. Encarou os partidos de oposição e soube lidar com as críticas dos seus correligionários com sabedoria. Muniz Freire afirmou que poderia ter antecipado ações que minorariam os efeitos da crise, mas percebeu que era sua obrigação respeitar as administrações, dificuldades e as ações adotadas pelos governos anteriores no desenrolar dos acontecimentos. afirmou que mandou uma merecida “homenagem ao (...) honrado antecessor”³⁰, provavelmente para Graciano Neves, pois cita o ano de 1896. E para encerrar o assunto, ressaltou que a crítica depois dos fatos seria fácil e vulgar, e que era necessário remontar serenamente aos acontecimentos para exercê-la com justiça.

³⁰ *Ibidem*, p.41.

Se no texto do relatório de 1900 poderíamos supor que Muniz Freire quisesse fustigar Graciano Neves, no relatório de 1901 fica evidente a culpabilização de Graciano Neves por não fazer a economia que deveria. Aí, Muniz Freire agiu como o chefe político, marcando território, transparecendo que entendeu as críticas de Graciano Neves no discurso de 1896 e demonstrou sua “autoridade”, pois o cargo de governador exigia um posicionamento firme.

Esse episódio nos esclarece muito sobre as práticas engrossatórias naqueles tempos, e o quanto elas atingiram Graciano Neves. Até aqui, o engrossamento foi tratado como algo vivido por dois tipos de pessoas: o engrossador, aquele que só conseguia ascender na carreira política pelas práticas tortuosas da bajulação; e a vítima do engrossador, por sua extremada vaidade, desejo de ser adulado, e que atua na mais intensa busca por manter seu poder. No entanto, práticas engrossatórias podem ser pinçadas do relacionamento entre Graciano e Muniz, sendo que os dois tinham características que não se encaixariam nas definições acima. Graciano afirmou na *Doutrina* que o:

Engrossamento não é incompatível com a oposição, tal qual como o amor não exclui um ciúme passageiro. A briga com a Autoridade é **até certo ponto permissível**, contanto que **não passe de uma respeitosa controvérsia**, de uma ligeira rusga cheia de atenções delicadas, sustentada como que a contragosto, alguma coisa enfim que se pareça com um arrufo, mais própria para excitar um renovamento de simpatia do que para causar um rompimento desagradável. (NEVES, 1999, p.96, grifo nosso).

A crítica de Graciano, em 1896, sempre se dirigiu a entidades gerais como “os governantes”, a ponto de termos que fazer uma argumentação para apontar que supúnhamos que sua fala pudesse ter como alvo as ações de Muniz Freire. Assim, apesar de ter escrito a crítica e depois renunciado, não encontramos qualquer citação demeritória de Graciano a Muniz, nada que acusasse frontalmente a “Autoridade”, e nenhuma citação explícita de Muniz contra Graciano. Como um bom mestre das artes engrossatórias, Graciano não cometeria essa gafe. Por outro lado, a “Autoridade” tinha exata noção do valor de Graciano como membro diferenciado de seu grupo, e não interessava a ele queimá-lo. Pelo lado de Graciano, sua atitude de não confrontar Muniz poderia indicar o reconhecimento de sua liderança e de que não existiria possibilidade de independência. Graciano Neves estava praticando a oposição permitida, uma respeitosa controvérsia, que discordava, mas que lhe permitiria ficar sob a guarda do

grupo político. As afirmações dos sucessores de Graciano, que não ocorriam sem a anuência de Muniz Freire, ressaltam que continuaram a “grande obra” iniciada pelo “digníssimo” Dr Graciano Neves. Estas indicam que Graciano conseguiu esse feito. E ele sabia que não se conseguem vãos solo em política. Em uma parte de sua *Doutrina* afirmou: “Não se engane a mocidade com as seduções de uma independência que nunca existiu nem nunca existirá. O mérito da subordinação é também o da perspicácia, da sensatez e do preparo científico³¹.”

Ao escrever a *Doutrina*, mesmo em meio ao tom humorístico, Graciano trouxe muitos ensinamentos sobre a vivência política. Ele sabia que só se sobrevive politicamente quando se está dentro de um grupo. E como ele nunca indicou a possibilidade de se juntar à oposição, o grupo liderado por Muniz Freire era o caminho. Sua sensatez, perspicácia e preparo científico indicaram o caminho, que não foi aprendido vivendo um período afastado, clinicando, mas sempre rodeado e rodeando o grupo político de Muniz Freire. Assim é que, depois de renunciar, começam a aparecer no jornal de Muniz anúncios do Dr. Graciano Neves, clínico, que atende em todo o Estado. Além disso, salpicaram frequentemente no mesmo jornal notícias sobre embarques e desembarques do “digníssimo Dr. Graciano Neves e família”. As críticas de lado a lado são de tal forma que se encaixem em uma possibilidade de reconciliação buscada por ambos. Por agora, apenas apontaremos essa disposição e a grande capacidade de ambos de se moverem nas práticas engrossatórias. Posteriormente, analisaremos esse caminho da volta de Graciano ao convívio político.

Continuando sua performance, ainda no relatório de 1900, Muniz Freire chamou a atenção para o fato de que, até a produção de café que em princípio tinha se multiplicado, amenizando um pouco o efeito da queda do preço, agora sofria com dois anos de seca e quebra consecutiva nas safras 1898/1899 e 1899/1900. Dessa forma ele demonstrou, com números, a progressão da situação financeira negativa do Estado, que desde o ano de 1897 veio perdendo receita de maneira gradativa, conforme o quadro 5. A queda de arrecadação no período foi de mais de 1.000 contos, o que equivale a uma supressão de 25% da arrecadação, se comparada com o ano base 1897. E o cenário se

³¹ *Idem.*

mostrava ruim, pois a expectativa de receita para 1900 não ultrapassava muito os 2.000 contos, com uma diferença percentual de cerca de 52% em relação a 1897.

Quadro 5 – Renda do Estado do ES 1897-1899 e previsão para 1900

ANO	1897	1898	1899	1900
Receita em contos	4.170:324\$733	3.660:755\$600	3.145:593\$742	2.000:000\$000
Diferença ano a ano	_____	509:569\$133	515:161\$858	1.145:593\$742
Diferença 1897- ano	_____	_____	1.024:730\$991	2.170:324\$733

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.8.

A situação se mostra ainda mais grave pelo fato de o antecessor ter deixado de pagar diversas obrigações, pois teve que prover o pagamento de um “pesado serviço extraordinário, cujo abandono teria acarretado para o Estado prejuízos e embaraços futuros muito mais graves”³². Mas, em sua visão, não havia motivos para se desesperar, pois bastaria redobrar o vigor das políticas de corte de gastos, que, mesmo fazendo nascer desgostos e impopularidade, seria o caminho a ser seguido.

E a prática para cortar gastos não era outra senão manter o fechamento de quase todas as escolas das povoações e ainda suspender outras, mas “sem prejuízo do ensino”. Grande corte na força pública, mas mantendo a “eficiência a todas as eventualidades”. Redução do funcionalismo público, “sem [causar] inconveniente”, fusão de órgãos públicos, diminuição do número de trens e pessoal na ferrovia Sul do Espírito Santo. Além disso, aproveitando a taxa favorável do câmbio, tomou um empréstimo do valor necessário para saldar prontamente todos os compromissos com o exterior até o final do ano. A ordem não mudou. O quadro 6 mostra o que se fez com a verba para a Instrução Pública. Utilizaremos os anos de 1897, 1898, 1900. No ano de 1899, a verba para a Instrução Pública foi idêntica à de 1898.

Quadro 6 – Verba para a Instrução Pública do ES 1897-1900

ANO	1897	1898	1900
Verba em contos	329:188\$019	200:000\$000	150:000\$000
Diferença ano a ano	_____	129:188\$019	50:000\$000
Diferença 1897-1900	_____	_____	179.188\$019

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1897-1900.

³² *Ibidem*, p.8.

Como se pode observar, a supressão de verbas de 1897 a 1900 foi da ordem de 55%, número acima dos previstos 52% de queda de receita no mesmo período. A continuação das obras até a construção dos primeiros 50 quilômetros da Estrada de Ferro continuou na lista de prioridades, visto que, para isso, o Estado tinha dinheiro, fruto de um empréstimo feito com o Banque de Paris et des Pays Bas, celebrado em dezembro do ano anterior, com o antecessor de Muniz Freire. Para ele, a ferrovia “não é pois propriamente uma despesa essencial a efetuar, mas uma renda a desenvolver, e uma base larga de crédito a criar, que, com a conclusão da Sul do Espírito Santo, teremos em vista”³³.

A parcialidade da visão é clarificada em um parágrafo logo a seguir. Após exaltar a tomada de mais um empréstimo para fazer frente à construção da ferrovia, ele diz que é necessário que se trabalhe com orçamentos realistas, quanto a receitas e despesas. Mas

(...) para termos porém orçamentos assim vazados, é indispensável que subordinemos a organização de todos os nossos serviços, a distribuição e retribuição do pessoal, as diferentes comodidades públicas, às condições financeiras de cada atualidade, mantendo todos os serviços em moldes de restrita modéstia, senão mesmo de algum sacrifício, em períodos difíceis como o que atravessamos, para mais tarde termos ocasião de dilatá-los³⁴.

Fica clara a escolha política de destinação do dinheiro público, ou, para nossos propósitos aqui, podemos inferir a modelagem de uma ordem social que privilegiasse a remuneração do capital. Restringem-se ao máximo os serviços, ou como dissera Muniz, as comodidades públicas, para se pagar em dia o serviço da dívida e a construção da ferrovia. Logo depois ele afirmou: “Economizar sem desorganizar coisa alguma deve ser o nosso empenho”. É difícil crer que o ensino ou a ordem pública não tenham sido prejudicados com os cortes. É preciso lembrar que, a essa altura, a dívida pública do Estado já estava na casa dos 28.000 contos de réis, com, aproximadamente, 23.000 contos de dívida externa e 5.000 de dívida interna e flutuante³⁵.

Outro ponto que nos interessa nessa mensagem de Muniz Freire diz respeito à sua solicitação de revisão da lei n.174, de 20 de outubro de 1896, que surgiu daquela

³³ *Ibidem*, p.12.

³⁴ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.13.

³⁵ *Jornal Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de janeiro de 1900.

surpreendente solicitação de Graciano Neves no sentido de que o Congresso limitasse a edição de créditos suplementares por parte do Presidente do Estado. Ele abordou o assunto reclamando de que, ao contrário de restringir o poder do Presidente do Estado na matéria de fixação de despesas e no poder de abrir créditos suplementares, a lei ampliou-lhe o poder de tal modo que este ficou autorizado a aumentar o orçamento em metade do valor original. A título de reclamar da benevolência da lei, pode-se entender que Muniz Freire tocou no assunto com o intuito de marcar posição e se pronunciar a respeito, tendo em vista que ficou subentendida uma crítica de Graciano Neves a ele, quando a lei foi solicitada.

Ele usou quase três páginas de seu discurso para dissertar sobre a lei, e daí em diante utilizou argumentos de defesa e de ataque. Assim, afirmou que era necessário um orçamento que refletisse a realidade, tendo em vista leis votadas (pelo Congresso), contratos existentes (com a chancela do Congresso), tabelas de vencimentos em vigor (aprovadas pelo Congresso). Encurralou o Congresso, afirmando que “organizado assim o trabalho legislativo, desaparecerá a necessidade de créditos suplementares”. Também afirmou que o orçamento não era exato, por que o governo se via forçado a pedir créditos suplementares para pagamento de pessoal ou de outras “responsabilidades decretadas”³⁶. Continuou dizendo que a pressão orçamentária resultava de leis editadas pelo próprio Congresso, que não concedia verbas suficientes para o seu cumprimento, o que resultaria em burla ou na desorganização dos serviços. Ao Presidente, disse ele, restava cumprir o que está previsto no orçamento, visando à prosperidade e conservação da organização política. Muniz Freire virou o jogo e colocou a responsabilidade no Congresso. Aqui se mostrou a capacidade de Muniz Freire em construir cenários que facilitassem sua defesa e justificassem suas escolhas. Ele listou que a queda do preço do café, o excesso de oferta, a crise do câmbio, a seca que reduziu a produção, eram fatores imprevisíveis que acabaram com “os frutos de todas as cautelas” que se poderiam ter. Além disso, colocou a responsabilidade sobre o aperto que o orçamento do Estado estava enfrentando nas providências não tomadas pelos antecessores, e nas obrigações de gastos promovidas pelo Congresso. Em momento nenhum o peso do resgate do principal e dos juros da dívida externa foi admitido como causa da crise. Temos aqui a escolha de Muniz Freire, escolha que terá ainda muitas consequências.

³⁶ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.24.

Os outros assuntos desenvolvidos na mensagem de 1900 não estão ligados aos interesses dessa pesquisa. Muniz Freire voltou em grande estilo, posicionando-se como grande líder que era, reeditando o triunfalismo em seu discurso, escusando-se de responsabilidade quanto ao desequilíbrio fiscal do Estado, apontando para outros atores como geradores da crise. Muniz parecia refratário à crise, fruto de muitos anos de vivência política.

Na mensagem de 1901, Muniz Freire ainda deixou transparecer a sua insatisfação com as críticas que recebeu quanto a ser responsável pelo aperto orçamentário do Estado. Sua defesa traz luz sobre diversos aspectos da *Doutrina* de Graciano, e revela o estilo Muniz de analisar o cenário político e econômico. Afirmou que eram injustas as críticas de que em seu primeiro governo foram abundantes as receitas e que ele não soube acautelar e poupar, que abusou das facilidades de crédito, abriu várias frentes de obras inúteis e dispendiosas, “que não soube enfim prever as consequências de seu ardor progressista, determinado e alimentado pela exuberância dos recursos que o felicitaram”³⁷. Para se defender, ele armou uma linha de argumentação que começa com a comparação das rendas do Governo nos dois períodos, conforme segue.

Quadro 7 – Comparação das receitas nos quadriênios 92/95 e 96/99

ANO	RECEITA	ANO	RECEITA
1892	3.181:458\$896	1896	3.875:021\$491
1893	3.186:138\$353	1897	4.170:324\$733
1894	4.489:042\$647	1898	3.660:755\$600
1895	4.669:417\$168	1899	3.130:592\$286
TOTAL	15.526:057\$064	TOTAL	14.836:694\$110

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.23.

Dentro de sua argumentação, os números mostram que a diferença entre as receitas nos dois quadriênios não foi significativa, o que desmentiria a “funesta campanha, pregoeira da nossa ruína, cujos ecos abalaram a confiança que soubéramos inspirar”³⁸. Aqui colhemos duas pistas importantes. A primeira é que Muniz reconheceu que as críticas abalaram a confiança nele, e de novo, como líder político, ele estava se referindo à

³⁷ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1901, p.23.

³⁸ *Idem*.

confiança de quem o elegeu, que, como vimos, foi a elite política e econômica. E a segunda, que ele sentiu o golpe, pois dedica diversas páginas de seu relatório para se defender. E ele conheceu a crítica tão bem que continua dizendo:

(...) dir-se-á que a segunda época [referindo-se ao quadriênio de 1896 a 1899] teve de fazer face, não só aos ônus que lhe transmitiu a anterior, como à própria agravação desses ônus, provocada pela vertiginosa descida do câmbio. Não há necessidade de dissimular essas verdades, ou antes é dever reconhecê-las³⁹.

Para se defender, Muniz Freire argumentou que, se não coube ao seu primeiro governo arcar com os encargos criados – refere-se especificamente ao gasto com o pagamento do principal e dos juros do empréstimo externo e com as obras da via férrea – deve-se considerar que ele realizou diversas obras que consumiram essa receita. Dos cerca de 15.500 contos arrecadados, aproximadamente 7.600 contos (pouco menos de 50%) foram destinados aos gastos com a viação férrea, a imigração, além de obras e melhoramentos gerais. Segundo ele, esses gastos foram suprimidos ou evitados nos governos do segundo quadriênio, ou foram realizados com o dinheiro da receita ordinária, caso da viação férrea, apenas depois de esgotado o Fundo Especial. Assim, os saldos que favoreceram seu governo foram fruto de dois anos de economias, já tendo em vista o empreendimento que projetou e iniciou. Argumentou que nos dois primeiros anos de seu governo, 1892 e 1893, cujas rendas foram pouco superiores à de 1899, as bases das despesas públicas já eram as mesmas, o que confirmaria seu argumento.

Muniz apontou que as rendas dos dois quadriênios eram aproximadas. A diferença entre elas estava no fato de que a renda do primeiro governo foi similar à do segundo, mesmo com uma produção de café muito maior no segundo. A crise do câmbio criou embaraços para o segundo quadriênio, por isso realizou e iniciou mais obras, acumulou saldos em seu primeiro governo.

Quanto a esse fato, será bom nos socorrermos com um precioso levantamento feito por Quintão (2008, p.104) em sua pesquisa *A Interiorização da Capital pela Estrada de Ferro do Sul do Espírito Santo*, conforme vemos a seguir:

³⁹ *Ibidem*, p.23-4.

Quadro 8 – Despesa e amortização das dívidas externas orçadas pelo Congresso Legislativo do Espírito Santo e receitas respectivas

Ano	Total da despesa orçada para o Estado	Amortização orçada para o ano seguinte (dívida externa)	% sobre o total das despesas
1894	3.304:365\$776	700:000\$000*	21,18
1895	4.092:174\$000	840:000\$000*	20,53
1896	4.461:124\$544	900:000\$000*	20,17
1897	3.984:239\$222	1.000:000\$000*	25,10
1898	4.213:701\$027	1.000:000\$000*	24,25
1899	3.734:432\$885	1.000:000\$000*	26,78
1900	3.401:047\$905	900:000\$000*	26,46
1901	2.980:475\$000	900:000\$000*	30,20
1902	2.990:176\$000	900:000\$000**	30,10
1903	2.848:764\$819	1.000:000\$000**	35,10

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Leis do Congresso Legislativo do Espírito Santo (1893 - 1908)*. Vitória: Tipografia do Estado do Espírito Santo, 1893-1908.

Notas: * Dívida contraída em 1894 (700.000 £). ** Dívida de 1894 e de 1899 (Banco *Paris et Pays Bas*). *** coluna baseada nas mensagens, discursos e relatórios dos presidentes do Estado do Espírito Santo, desde 1894 a 1904, acessíveis no site www.bn.br, produzido pelo próprio autor.

O quadro acima demonstra que grande parte da despesa anual do Governo, a partir de 1894, passou a ser despendida com o serviço da dívida, chegando a mais de 35% em 1903, e com média próxima de 25% no segundo quadriênio alvo da análise de Muniz. Abrir o orçamento sabendo que 20% (de 1894 até 1896) ou 25% ou mais (de 1897 a 1906) já estariam comprometidos com pagamentos obrigatórios era no mínimo desconfortável.

E mais, se comparadas as previsões de pagamento da dívida externa para o ano seguinte com o orçamento efetivamente realizado no ano, que é a base de formulação de um orçamento, o comprometimento da verba com essa despesa a partir do primeiro ano de Graciano Neves no poder deu um salto e manteve-se muito alto, inclusive, durante todo o segundo governo Muniz Freire. Essa comparação está no quadro 9, onde as despesas com a dívida externa orçadas são confrontadas com as receitas efetivamente realizadas.

Quadro 9 – Comparação entre receita real e despesas orçadas

Ano	Receitas produzidas pelo Estado***	Amortização orçada para o ano seguinte (dívida externa)	% das despesas orçadas frente às receitas reais.
1894	4.489:042\$647	700:000\$000*	15,6
1895	4.669:417\$168	840:000\$000*	17,9
1896	3.875:021\$491	900:000\$000*	23,2
1897	4.170:324\$733	1.000:000\$000*	23,9
1898	3.660:755\$600	1.000:000\$000*	27,3
1899	3.130:592\$286	1.000:000\$000*	31,9
1900	2.926:282\$909	900:000\$000*	30,7
1901	2.469:312\$128	900:000\$000*	36,4
1902	2.801:585\$252	900:000\$000**	32,1
1903	3.231:390\$662	1.000:000\$000**	30,9

Fonte: ESPÍRITO SANTO (Estado). *Leis do Congresso Legislativo do Espírito Santo (1893 - 1908)*. Vitória: Tipografia do Estado do Espírito Santo, 1893-1908.
Nota: * Dívida contraída em 1894 (700.000 £). ** Dívida de 1894 e de 1899 (Banco *Paris et Pays Bas*). *** coluna baseada nas mensagens, discursos e relatórios dos presidentes do Estado do Espírito Santo, desde 1894 a 1904, acessíveis no site www.bn.br, produzido pelo próprio autor.

Na edição de 18 de outubro de 1901, o jornal *Estado do Espírito Santo* publicou em sua primeira página a notícia de que Muniz Freire embarcou no Paquete Salvador com destino ao Rio de Janeiro para onde foi pela “necessidade extrema de tentar os meios de salvá-la [em referência à sua terra natal] aos vexames que lhe impôs a fatalidade da baixa considerável de sua principal fonte de receita”⁴⁰. Logo a seguir, na mesma página, foi publicada uma mensagem de Muniz aos membros do Congresso, onde, em resumo, ele diz que, com a arrecadação no primeiro semestre daquele ano da quantia de apenas 754:405\$996, foi extremamente difícil manter em dia o pagamento dos *coupons* do pagamento da dívida externa, um vencido em abril e o outro em outubro. Para pagar o de abril ele fez um adiantamento da receita que deveria ser pago em quatro meses. Daí, a impossibilidade de se fazer o pagamento do *coupon* de outubro. Para se precaver da possibilidade de não efetuar o pagamento, ele tomou todas as providências que poderia: atrasou até o mês de julho todos os pagamentos do funcionalismo; retardou vários outros pagamentos; evitou despesas por vários meses; obteve prorrogação do prazo para outras obrigações; dentre outras. Evidencia-se aqui a escolha: para pagar o empréstimo,

⁴⁰ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901, p.1.

retém-se o salário do funcionalismo e cortam-se outras diversas atividades, não listadas, mas que pode-se imaginar que ande na mesma direção do que se fez até então.

Como não conseguiu junto ao governo federal a ajuda que foi pedir, Muniz Freire declarou ao credor que não conseguiria realizar o pagamento na data, mas que o faria assim que o orçamento permitisse, com juros de 5%, e garantindo que essa demora era absolutamente eventual. Ocorreu, porém, que uma cláusula do empréstimo permitia ao banco, no caso da falta de pagamento de qualquer prestação, que se apoderasse na boca do caixa de toda receita do Estado, até que se pagasse a totalidade da dívida, que aí já montava a um milhão e meio de francos que perfaria aproximadamente 7.400 contos. O banco mandou um representante para executar a cláusula, e Muniz protestou, pois “nada faz presumir que o Estado pudesse faltar às obrigações relativas a este [o empréstimo], até hoje fielmente observadas”. Pelos números dados pelo próprio Muniz na mensagem, a situação do Estado em relação aos pagamentos da dívida externa naquele ano está listada abaixo.

Quadro 10 – Débitos do Estado do Espírito Santo Banco de Paris em 1901

Tipo de Pagamento	Em Contos de Réis
Coupom de Abril	337:421\$000
Coupom de Outubro	360:000\$000
12 Prestações Mensais de 124:520\$480	1.494:245\$760
Total	2.191:666\$760

Fonte: *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901, p.1.

Claro está a situação fiscal do Estado. Como vimos, a receita efetivada no ano de 1901 foi de 2.469:312\$128 e, se o Estado fizesse os pagamentos ao banco, sobrariam apenas 277:645\$368 para a manutenção dos gastos do ano. E isso “sem incluir entre esses encargos a soma relativa à amortização do corrente ano, porque a respeito desta houve acordo entre o governo e o Banco”⁴¹. Ou seja, só se tratava do pagamento dos juros.

⁴¹ *Idem*. Foi firmado em 12 de dezembro de 1899 um acordo para o não pagamento do serviço da dívida no valor de 1.000:000\$000.

Dessa forma, e discordando de Muniz Freire, cremos que o credor tinha toda razão em duvidar da capacidade de pagamento do Estado.

Para firmar a sua maneira de raciocinar, Muniz Freire afirmou que o banco deveria ajudar o Estado, senão adiantando mais dinheiro, pelo menos convencendo os portadores dos títulos que calçavam o empréstimo a aceitar títulos representativos do *coupon*, com juros até o vencimento a combinar, justamente na hora que, segundo Muniz, “após tantos anos de provações, as nossas condições começam a melhorar, de forma a podermos garantir que no vencimento do próximo *coupon*, e devemos esperar todos os seguintes, o Estado fará honra a um compromisso que tanto preza”⁴². Cremos que Muniz poderia ter lido um pouco mais de Marx e de sua visão acerca do papel dos banqueiros no capitalismo.

Muniz Freire utilizou frequentemente argumentos curiosos. Na mensagem de 1900, ele havia construído a seguinte linha de defesa:

Que prova mais cabal poderia apresentar uma administração do seu espírito econômico e avisado, do que ter levantado um empréstimo para determinada empresa, e não aplicar as seu destino os recursos dessa operação, senão depois que o incremento das obras atacadas não permitiu que a renda ordinária continuasse a custeá-los? Foi entretanto o que aconteceu. Até o princípio de 1896, ano e meio após o empréstimo, a sul do Espírito Santo tinha 20 km de tráfego, a sua construção em pleno andamento, e a quantia levantada continuava toda ela em ser, vencendo juros não muito inferiores aos que pagava: tanto importa dizer que a renda ordinária do Espírito Santo suportara até então os gastos desse empreendimento, e ocorrera ainda durante um ano ao pagamento de dois cupons de juros dessa dívida⁴³.

Ao se defender, Muniz acabou confessando uma extrema inabilidade administrativa e financeira. Como o dinheiro do empréstimo ficou sem uso por um ano e meio, com o Estado pagando juros maiores do que recebia, por estar depositado em banco, essa argumentação se aproxima mais de uma acusação de inépcia administrativa. Mas ele clareia a lógica que está por trás dessa atitude: diz que a acumulação de elevados saldos em seus dois primeiros anos do primeiro governo se deu à custa de uma economia “lenta, refletida e sistemática”, e tinha como finalidade fundar “o nosso crédito naquela época”. Ou seja, para além das obras, o objetivo da poupança, como, aliás ele já tinha

⁴² Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901, p.1.

⁴³ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900, p.25.

indicado em outras ocasiões, a finalidade do bom equilíbrio fiscal nos dois primeiros anos de governo, foi se credenciar para a tomada do empréstimo, considerada uma realização em si. E em nenhum momento ele referencia o enorme peso que o pagamento dos juros e do principal dos empréstimos tomados a partir de seu governo tinham no caixa do Estado.

Ainda sobre o tema do represamento dos recursos, Muniz Freire tocou, em tom de contestação, em um aspecto citado por Graciano Neves em seu discurso de 1896. Conforme já vimos, naquele discurso Graciano dissera que os governos, pela sua transitoriedade e conseqüente dependência dos movimentos eleitorais, tendem a ceder ante as “obsidentes sugestões dos seus mandantes políticos”, que por sua vez lutam para “contrair uma aprobatividade irresistente”⁴⁴, com vistas a conservar e ampliar sua popularidade. Muniz Freire foi o incontestado chefe político do Estado por pelo menos 12 anos (considerando seu governo a partir de 1892, sua influência nos negócios do Estado, mesmo quando estava em Paris, e o seu segundo governo até 1903), pelo que, supusemos que Graciano Neves poderia estar se referindo a ele ao falar de mandantes políticos. Muniz afirmou no discurso de 1900, que a economia que fez em seu primeiro governo feriu suscetibilidades e foi “efetuada contra todas as resistências espontâneas de uma quadra de organização de todos os aparelhos governamentais, e fértil das mais graves complicações políticas”⁴⁵. Se voltarmos ao discurso de 1893, podemos ver que Muniz relatou gastos com a viação férrea e o programa de imigração. Afirmou ainda que gastou perto de 50% das receitas do primeiro quadriênio de governo nesses dois itens e em obras gerais. Logo, a imensa economia citada, só poderia vir de outras atividades. Em um trecho de seu discurso de 1901, defendendo-se da acusação de esbanjar o dinheiro em sua primeira passagem no governo, ele esclareceu muito de sua visão e ação:

Mas se esses são os motivos que fundamentam a acusação, só haveria um meio para a administração de 1892 de eximir-se a ela. Era propor a criação de empregos e serviços públicos, que viriam aumentar os meios de ação política, tornando a todos os respeitos mais fácil e mais suave a sua missão. Assim não teria tempo de manifestar-se a praga dos saldos que tanto excitaram as imaginações, e todos afinal achariam natural que os dinheiros recebidos tivessem sido consumidos, porque tal é o destino de qualquer receita, sobretudo quando ela é pequena como a nossa era. Fora desse terreno, e desde que enverede pelo caminho das aplicações reprodutivas, das

⁴⁴ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1896, p.11.

⁴⁵ *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901, p.26.

que capitalizarão a economia dos povos em melhoramentos que preparam a sua prosperidade e o seu engrandecimento, não há governo que escape à pecha de esbanjador esse é o estigma inevitável de todas as administrações operosas⁴⁶.

Muniz Freire diminuiu a importância da criação de empregos e de serviços públicos frente à decisão de utilizar o dinheiro em aplicações. Sua opção foi pela construção do capital, conforme dissera em seu primeiro discurso⁴⁷. Daí, podemos considerar que o represamento pode ter atingido os empregos e serviços públicos, com o fechamento de escolas, ou a diminuição da força pública, ou mesmo a demissão de funcionários, e que essas atitudes possam ter aborrecido alguns entes políticos de baixa hierarquia, e não de quem efetivamente detinha o controle dos votos. O fato é que os gastos de Muniz miravam o interesse da elite, especialmente, a cafeeira, nas atividades de construção de linhas férreas para escoar o café, de trazer imigrantes para trabalhar nas lavouras de café, de investir no porto, em estradas, de construir um teatro, dentre outros. Se feriu suscetibilidades, podemos considerar que escolheu quais suscetibilidades ferir em sua liderança na direção de grandes obras e empreendimentos, pois manteve a liderança do partido e do cenário político, sendo reconduzido ao cargo de Presidente do Estado, mesmo após tantas críticas da oposição.

Muniz Freire afirmou que, se não se tivesse aproveitado a hora, que chamou de propícia, para que se investisse em grandes obras, a crise chegaria e atrasaria em muitos anos o início do desenvolvimento: “Se a ocasião em que se conseguiu fazer dinheiro e crédito tivesse-nos passado despercebida, o dinheiro teria sido despendido em outra coisa sem deixar nada de útil, e o crédito não sei quando voltaria mais”⁴⁸. Para ele, o que se fez estava feito, e incentivara todos a querer terminar o que foi iniciado. Exaltou que, embora o Estado estivesse abalado, o crédito foi conseguido e se propôs a realizar uma obra que iria gerar mais renda e mais crédito sobre uma base real e palpável. Acreditava que o corte dos serviços públicos tinha que ser feito de forma a evitar irritações, mas que todos deviam sentir a pressão da situação adversa para que se resignassem aos sacrifícios que se impõem, tendo em vista as “fatalidades” que

⁴⁶ *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901, p.27.

⁴⁷ Em seu discurso de 1892 ele disse que seu empenho estava na criação da “riqueza geradora, a riqueza concentradora, a riqueza que colige todos os elementos da riqueza e os distribua por todo o organismo”. (*Mensagem Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1892, p.4).

⁴⁸ *Mensagem Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1901, p.37.

envolveram o Estado. A resignação aqui comporta a interpretação dada por Ginzburg (2014) à sujeição. Em um contexto de amplo domínio político por um grupo, quem não se sujeita, não tem oportunidades. Se analisarmos que Muniz Freire realizou mais cortes que Graciano Neves e permaneceu firme no poder, enquanto Graciano, mesmo sendo mais ponderado nos cortes caiu em um ano e meio, deve-se reconhecer a capacidade política de Muniz. A questão era saber até quando a capacidade política de Muniz Freire o manteria no poder, mesmo com a situação exigindo tantos cortes, que produzem insatisfações crescentes.

Na mensagem de 1902, Muniz Freire continuou afirmando que a crise se deu por causa da seca, e não por causa do empréstimo de 1894, “como a malevolência pretendeu fazer crer”. Que, mesmo com a crise, em 1901, o Estado teria feito todos os pagamentos devidos, se não fosse o saldo das obrigações deixadas pelos governos anteriores. Mas mudou o tom da fala. Ao invés de criticar os governos, especialmente, o de Graciano, por não ter tomado providências de economia como o fizera em 1900 e em 1901, ele diz que essas obrigações foram geradas “pelas más circunstâncias com que enfrentou a administração pública”, indício importante para a análise que faremos posteriormente da relação de Muniz com Graciano.

Uma notícia que interessa à nossa análise é sobre a inauguração do trecho da ferrovia Sul do Espírito Santo até o quilômetro 80, metade de seu traçado. Ele finalmente, por causa da situação financeira crítica, admitiu que, por enquanto, não podia continuar a construir a ferrovia. Ao longo de toda a mensagem, Muniz Freire deixou transparecer, mesmo em meio à expressões de otimismo corriqueiras em seu discurso, que a extrema dificuldade impossibilitou quaisquer tentativas de continuar as obras. Isto gerou nele preocupações com a manutenção do Estado no contexto duradouro de crise.

Na mensagem de 1903, derradeiro ano de sua gestão, Muniz tocou em assuntos diversos que apontam para a visão privilegiada que ele tinha. Desde há muitos anos que ele tentava fazer com que os governos dos estados produtores de café se reunissem e decidissem enfrentar a baixa do preço. Muniz Freire sempre ressaltou que o café era o grande produto de renda para o Brasil, especialmente, para o Espírito Santo. Ele sabia que, diante de uma superprodução do país e de outras colônias dos países europeus, a tendência do preço era baixar. Sua proposta, apresentada aos outros governadores, era

de que os estados produtores deveriam concentrar atenção em duas frentes de ação: desenvolver um serviço de propaganda lento e paciente; alargar os mercados consumidores. Se na São Paulo, das grandes propriedades, a crise fez com que terras fossem abandonadas pela inviabilidade do lucro com o café em tempos da baixa de preço, no Espírito Santo, da pequena propriedade, que não era dependente de remunerar capitais investidos, a manutenção da propriedade era garantida se o trabalho assegurasse a sobrevivência da família. Embora o preço do café dificultasse a sobrevivência da pequena lavoura, em São Paulo o desafio era maior, pois o capital não abria mão de ser remunerado.

Nesse caminho, e sem os arroubos e ufanismos observados em 1900 e 1901, a mensagem de Muniz Freire percorreu um caminho mais de lastima, de constatação de que a situação estava ainda pior do que nos anos anteriores, de que a arrecadação fora menor do que a previsão, já pessimista.

Os dados que vos estou ministrando seriam assaz auspiciosos e fundariam bem merecida confiança na nossa situação, se pudéssemos ao menos nutrir esperança de que os recursos orçamentários, já tão reduzidos, não continuarão ainda a declinar. Se [...] a nossa receita que decaiu dois mil contos, [...] pudesse manter-se em seu estado presente [...] [Essa situação] faz recear que as condições tornem-se cada vez mais críticas...⁴⁹

Continuando nesse tom, diz que nossas verbas estavam sob a “ação de uma causa depauperadora”, o que faz de todos os seus esforços inúteis para melhorar a situação da dívida flutuante. E os serviços públicos no Estado já sofreram cortes tão drásticos que não tinham mais onde cortar sem que se desorganizem totalmente. Não se via no horizonte possibilidades de novas fontes de receita. Criticou o governo federal, posto que este ocupou todas as fontes de arrecadação, que no início da República era privilégio dos estados. Por fim, lembrou que, apesar do término de seu mandato, continuará a trabalhar pelo combalido Estado. Citando palavras como atropelo, embaraço, adversidade, abalado, combalida em um mesmo parágrafo, encerra dizendo que pretendia chegar ao final de sua “penosa travessia”. A leitura das duas últimas mensagens revela a mudança de estilo e o esfriamento do ânimo de Muniz Freire, que deixa o governo do Estado aos 42 anos.

⁴⁹ Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1903, p.13.

O percurso dos governos e suas decisões demonstram como o Estado ficou refém do capital estrangeiro, de como a ordem foi definida pelas prioridades do capital, fazendo com que os governantes, mesmo os mais otimistas e ufanistas como Muniz Freire, se colocassem sem ação perante o domínio do capital sobre as finanças do Estado. Nesse contexto de fim do governo, iremos analisar como Graciano Neves e Muniz Freire se reaproximaram, verificando as estratégias de engrossamento presentes em seus movimentos.

CAPÍTULO 5

O ENGROSSAMENTO EM AÇÃO: O RETORNO DE GRACIANO

Graciano Neves supriu o engrossamento de definições que fizeram deste, muito mais do que um simples ato de adesismo ao poder. Como vimos, ele afirmava que o engrossamento comporta regras do bom viver, pois é o caminho para a consolidação das instituições; que assegura prestígio à autoridade constituída; é uma harmoniosa intuição política; algo salutar para os interesses do indivíduo e da sociedade; consolida a ordem pública; atenua a anarquia democrática; tudo isso financiado pelo interesse econômico do capital e das pessoas que buscam seu próprio progresso econômico. A questão é que o funcionamento desse esquema só se dá enquanto está em marcha o progresso econômico e enquanto o “chefe supremo” permanece reconhecido como líder incontestado do grupo político hegemônico. No caso do Espírito Santo, como vimos no capítulo 4, Muniz Freire entregou as finanças do Estado em uma condição de debilidade acentuada. O que ocorreu a partir daí confirma algumas das teses de Graciano na *Doutrina*, desmente outras, mas acrescenta outras características que ele não abordou no livro. Analisaremos a posição de Graciano Neves em relação a Muniz Freire, o declínio de Muniz, e o efeito do predomínio político como ferramenta para a instituição da ordem.

O engrossamento era uma prática social difundida nos círculos políticos. Era exercido em um jogo de elogios e ataques buscando defender ou alcançar posições, explicitar apoios ou questionar atitudes. Os diversos grupos políticos se estruturavam e reestruturavam a partir dos interesses e do contexto da ocasião. Desde 1892, Muniz Freire conseguiu ser reconhecido como o líder incontestado da situação. Possivelmente, esta foi uma das razões da renúncia de Graciano Neves, que preferiu sair de cena a confrontar Muniz Freire. Esse período de reaproximação de Graciano e Muniz pode ser reconstruído seguindo pistas nos jornais da época.

O que aconteceu a Graciano Neves depois de sua renúncia? Eis um enigma. Tendo em vista seu posicionamento na mensagem de 1896 e no relatório lido em 1897, e a reação que analisamos de Muniz Freire nos pronunciamentos de 1900 e, especialmente, de 1901, esperava-se o rompimento ou o acirramento de uma divergência entre ambos.

Outro fato a se considerar foi que o lançamento da obra *Doutrina do engrossamento* se deu em 1901¹, podendo indicar que Graciano Neves lançara seu livro para criticar o governo de Muniz Freire. Mas Graciano jamais rompeu com Muniz e até voltou à vida política partidária no grupo de seu padrinho político. Sua fidelidade a Muniz Freire fez com que os bastidores de sua renúncia permanecessem envoltos por muitas dúvidas. Embora não tenhamos encontrado documentos que descrevam o que ocorreu, uma pesquisa indiciária permite-nos refazer – em parte – o caminho percorrido por Graciano e Muniz ao longo dessa reaproximação, revelando indícios para a análise histórica.

O posicionamento e as palavras de Graciano Neves na *Mensagem de 1896* foram surpreendentes, causando alvoroço. O jornal oposicionista *Commercio do Espírito Santo* afirmou que Muniz Freire foi traído por Graciano ao deixar o governo. Usando palavras duras, afirmara que Muniz Freire foi vítima de traição pelos “abissínios que ele deixou na direção do partido”; alegara que Graciano ficou insatisfeito com a afirmação de Muniz de que levava consigo a chefia do partido e resolveu impor sua “vontade e os seus caprichos”, passando por cima das indicações de Muniz à eleição para o senado. Segundo o jornal, Muniz Freire passou a ser considerado por Graciano, não o chefe do partido, mas “um funcionário do Estado subordinado à sua autoridade”². Descontando os tons mais acinzentados da reportagem, fato é que a mensagem de Graciano Neves, por exemplo, fez com que Muniz respondesse discordando de alguns aspectos.

O jornal *O Cachoeirano*, também muito crítico ao governo de Muniz Freire, em diversas edições explorava as diferenças entre as propostas de Muniz – a quem chamava de “o exilado chefe do partido” – com o que foi exposto na mensagem de Graciano. Mas, ao contrário de qualquer outro personagem que se colocasse contra Muniz e fosse para um partido de oposição, ou se utilizasse do jornal de oposição para defender suas posições contrárias, Graciano Neves desapareceu do cenário político e da cena pública de forma discreta, sem fazer estardalhaço. Não encontramos artigos de Graciano defendendo seus pontos de vista nos jornais. Todas as acusações feitas a ele, quanto à

¹ A única referência ao livro no jornal *Estado do Espírito Santo* está em uma pequena nota na pág.1, da edição de 02 de abril de 1901, que diz: “O Sr. Moreira Dantas, proprietário da Papelaria e Typografia Commercial fez-nos a gentileza de oferecer uma brochura sob o título – A doutrina do engrossamento. Muito agradecidos”.

² “Duras verdades”. Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de fevereiro de 1897, p.1.

possível traição ou quanto ao que escreveu na mensagem de 1896, não foram negadas ou defendidas por ele, mas por articulistas do jornal *Estado do Espírito Santo*.

Desse contexto, entre a posse de Graciano Neves, sua renúncia e sumiço, o que encontramos nas fontes revela que: Graciano foi eleito sob a proteção e ação política de Muniz Freire; em sua mensagem de abertura do Congresso, em 1896, muitos de seus posicionamentos foram contrários aos de Muniz; sua renúncia ficou sempre envolta por sombras e incertezas que a cercavam; Muniz ficou sentido com as críticas nascidas do conteúdo da mensagem de Graciano e o criticou claramente nas mensagens de 1900 e 1901; Graciano saiu da cena política por um bom tempo; paulatinamente, tanto Graciano quanto Muniz e seu grupo realizaram ações que viabilizaram a reaproximação, o que acabou acontecendo. Tendo em vista esse percurso, interessa-nos averiguar como o conceito de engrossamento se aplica a este período da vida política espírito-santense, envolvendo Muniz Freire e Graciano Neves, e se o que Graciano definiu como engrossamento se aplica ao caso.

As pistas sobre esse período da vida política de Graciano encontram-se principalmente nas mensagens de governo e nos jornais como *Estado do Espírito Santo* e *Commercio do Espírito Santo*. A partir de uma busca exaustiva, percebemos que após a renúncia de Graciano, em 1896, as notícias sobre ele ressaltaram, por um longo período, a repercussão de sua mensagem ao Congresso, com ataques e defesas por parte da oposição e do governo.

O Congresso Legislativo aceitou a renúncia de Graciano Neves em 02 de outubro de 1897³. No entanto, o clima entre Graciano e os membros de seu partido permaneceu aparentemente amigável, pois uma notícia no jornal *Estado do Espírito Santo*, cinco dias após o Congresso aceitar a renúncia, informara que na comemoração do aniversário de Augusto Calmon, diretor político do jornal, os amigos e partidários de Graciano manifestaram-lhe grande apreço. “Foram proferidos por essa ocasião diversos discursos congratulatórios, aos quais respondeu sempre penhorado o coronel Calmon, que ergueu o brinde em honra ao exmo. sr. dr. Graciano dos Santos Neves”⁴. A mesma deferência se mostra na edição de 15 de outubro, quando foi publicado que:

³ “Parte Oficial”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 10 de outubro de 1897, p.1.

⁴ “Augusto Calmon”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 07 de outubro de 1897, p.1.

Está na cidade desde ontem, vindo de S. Mateus e consta-nos que de passagem para a capital federal, o nosso eminente amigo e co-religionário, o exmo. sr. dr. Graciano dos Santos Neves, que acaba de presidir os destinos do povo espirito-santense com honra e escrúpulos inexcedíveis. O Estado envia à s. ex. as mais cordiais saudações⁵.

Sendo o jornal declaradamente um organismo político partidário, essas afirmações podem servir para forjar um ambiente de cortesia e solidariedade que, no fim, poderia não ser tão verdadeira. Mas demonstra que, mesmo considerando essa possibilidade, Graciano Neves continuou sendo festejado publicamente pelo jornal de Muniz Freire. Indica, ao menos, que não houve uma ruptura drástica e que queriam contar com Graciano como aliado.

Além disso, o jornal *Estado do Espírito Santo* sempre noticiava viagens de Graciano Neves, ainda no calor da renúncia e de possíveis rixas internas, referindo-se a ele com deferência, e citando-o como ex-presidente do Estado. Outro indício de que o partido de Muniz Freire, majoritário no congresso estadual, permaneceu pelo menos com uma atitude pública positiva em relação a Graciano pode ser encontrada em uma transcrição da resolução das comissões de constituição, poderes e justiça citada no referido jornal:

As comissões de Constituição, Poderes e Justiça, as quais foi presente a renúncia do exmo. sr. dr. Graciano dos Santos Neves, do cargo de presidente do Estado, lamentando que fique privado o Estado de tão ilustre e competente administrador, mas considerando que só motivos de ordem superior levariam s. ex. a renunciar aquele encargo, uma vez que encontraria em seu patriotismo e amor pelo engrandecimento do Estado energia bastante para resistir a causas menos poderosas e terminantes e terminantes...⁶

A casa legislativa era dominada pelo partido Construtor, de Muniz Freire, e a forma de se referir a Graciano Neves denota deferência e consideração, exaltando seu caráter. Parece-nos que, se Muniz quisesse, Graciano teria caído no ostracismo ou seria referenciado de forma depreciativa, mas nada parece indicar que esse foi o caminho tomado pelo antigo governador.

⁵ “Dr. Graciano Neves”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 15 de outubro de 1897, p.1.

⁶ “Congresso Legislativo do Espírito Santo”. Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 06 de novembro de 1897.

Outro fato inusitado demonstra que o partido de Muniz não queria se desligar de Graciano. O jornal *Estado do Espírito Santo* noticiou a sessão de 02 de outubro de 1896 do Congresso Legislativo do Estado, no qual lemos:

(...) antes de aprovar o parecer da comissão de Constituição, Poderes e Justiça, etc., que aceita a renúncia feita pelo exmo Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves, ao cargo de Presidente do Estado, eleja uma comissão especial para em nome do povo espirito-santense solicitar de S. Ex. a desistência do ato de renúncia, retomando o seu posto na alta administração do Estado, justamente nesse período de dificuldades para a pátria espirito-santense, que exige de suas luzes, honestidade e patriotismo mais uma prova de civismo republicano.⁷

Assim, diante da solicitação de desistir da renúncia foram realizados diversos debates com a oposição, que dizia ser inconstitucional tal desistência e que cabia ao Congresso apenas aceitar o pedido. Mas, apesar da existência de uma ala dissidente dentro do partido de Muniz Freire, certamente partiu dele esta iniciativa, reforçada pelos elogios às luzes, honestidade e patriotismo de Graciano Neves.

Como vemos, o jornal citado referiu-se a Graciano, escrevendo seu nome por extenso, Graciano dos Santos Neves. Em outras referências ele aparece como Graciano Neves e às vezes como simplesmente Graciano, sempre precedido do título de doutor. A gravidade do momento vivido induziu ao uso do nome por extenso, para dar maior deferência, o que sinaliza a necessidade de conferir-lhe respeito e importância.

O relacionamento de Graciano Neves com Muniz Freire foi sempre cordial. Em 27 de outubro, o jornal *Estado do Espírito Santo* escreveu que Muniz embarcou para a capital federal no navio Portugal, ressaltando que o Sr. “Dr. Graciano Neves, ex-presidente do Estado” foi a bordo do navio para cumprimentá-lo⁸. Graciano estava no Rio de Janeiro nessa ocasião e não se esquivou de ir ao porto receber Muniz. Nada aponta para um rompimento; ao contrário, Graciano realizou sua deferência a Muniz, que o recebeu no navio e mandou publicar tal notícia em seu jornal. Quando Graciano retornou do Rio, o *Estado do Espírito Santo* publicou nota afirmando que retornara “o digno espirito-

⁷ “Congresso Legislativo do Espírito Santo”. Mensagem *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 12 de novembro de 1897, p.2.

⁸ “Dr. Muniz Freire”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de outubro de 1897, p.1.

santense”, tendo sido “cumprimentado pelos seus muitos e sinceros amigos e admiradores. De nossa parte, enviamos-lhe também as nossas saudações”⁹.

A partir do ano de 1898, os vivos e louvores diminuíram e o nome de Graciano Neves começou a aparecer em algumas ocasiões específicas. Nos anúncios publicados no jornal *Estado do Espírito Santo* lemos que o Dr. Graciano Neves “atende chamados em qualquer ponto do Estado, e dá consultas (...) na Farmácia Central”¹⁰.

Outra nota no jornal destacou a boa relação de Graciano Neves com os editores do *Estado do Espírito Santo*. Nela, lemos que

(...) nesses poucos dias em que recomeçou sua clínica na capital, a prova a mais eloquente e cabal da alta e legítima valia em que toda a população o tem como médico ilustre e conceituado entre os mais conceituados e ilustres do Brasil.

S. Exc. tem feito curas magníficas e os chamados afluem diariamente, acentuando destarte a confiança que o saber e o admirável tino profissional de nosso distintíssimo conterrâneo a todos, com justa razão inspiram¹¹.

Como se vê, distanciando-se da política, principalmente da política partidária, Graciano Neves se dedicou à profissão de médico com afinco, tornando-se um dos médicos que mais aviavam receitas em Vitória, aparecendo em uma lista que curiosamente se publicava no jornal com o número de receitas de cada médico.

Como prova de que o grupo de Muniz Freire não rompeu com Graciano Neves podemos citar a nota que festejava o segundo aniversário da posse de Graciano como presidente do Estado: “honrado sucessor” de Muniz Freire, mesmo tendo renunciado há meses¹².

Graciano Neves passou um período em Conceição da Barra, norte do Espírito Santo, para tratar-se de febre palustre, conforme nota no *Estado do Espírito Santo* de 28 de abril de 1899. Retornou à Vitória curado em 02 de junho do mesmo ano. Em 04 de janeiro de 1900, Graciano foi listado como membro das bancas de português, química e física dos exames gerais preparatórios, fato que se repetirá em outras ocasiões. Em outra

⁹ “Dr. Graciano Neves”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 04 de novembro de 1897, p.1.

¹⁰ *Ibidem*, edição de 19 de janeiro de 1898, p.2.

¹¹ *Ibidem*, edição de 23 de janeiro de 1898, p.2.

¹² “23 de maio”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de maio de 1898, p.3.

atividade diferente da prática da medicina, Graciano aparece listado como um dos candidatos a juiz distrital em Vitória, tendo recebido dois votos¹³.

Outro importante indício que provavelmente contribuiu para que Graciano Neves mantivesse contato e em acordo com muitos dos notáveis da elite social e política espírito-santense era sua condição de maçom. Ele participou da posse das Luzes e Dignidades com um sarau na Loja Maçônica Monte Líbano. Foi o orador oficial, estando presentes o ex-venerável Aristides Navarro, o venerável empossado Silvino Ferreira¹⁴. Também eram maçons Arnaldo Magalhães, Ignácio Pessoa, Augusto Calmon, Cleto Nunes, Muniz Freire. A honra entre maçons seria um dos fatores que podem ter colaborado para a não dispersão de Graciano Neves.

Tais fatos, até aqui narrados, aconteceram entre 1897 e 1901, período em que Graciano Neves renunciou, afastou-se da política e passou a clinicar. Ademais, tiveram lugar os dois primeiros anos de governo Muniz Freire, que, como vimos, acusou o governo de Graciano, embora não o tenha citado nominalmente, de não ter realizado o necessário para se evitar o aperto orçamentário. No entanto, apesar das críticas de Muniz, nada indica uma ruptura entre ele e Graciano, ao contrário, de lado a lado figuraram atitudes de simpatia e respeito e uma aproximação cada vez maior entre os dois.

Um bom marco para iniciarmos essa análise seria a inauguração das estações Araguaia e Engenheiro Reeve da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Muniz Freire faria dessa inauguração um grande evento, tendo em vista a importância dessa ferrovia para seus governos. Dentre as autoridades presentes estava Graciano Neves, que também assinou a ata da inauguração¹⁵. Além disso, Graciano obteve um voto nas eleições para deputado ao Congresso Nacional em 18 de fevereiro de 1903, sinalizando uma possível volta à cena política e ao convívio partidário¹⁶.

Uma prova da volta à ativa de Graciano Neves está no longo texto de sua autoria que o *Estado do Espírito Santo* publicou e que ocupa cerca de 70% da primeira página do jornal. Trata-se de um tratado de Positivismo. No artigo, defende que a humanidade

¹³ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 24 de fevereiro de 1900, p.2.

¹⁴ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 04 de junho de 1901.

¹⁵ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de março de 1902, p.2.

¹⁶ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 19 de fevereiro de 1903, p.1.

pode ser dividida nas mais estranhas religiões, cada uma com uma visão e opinião. Que as religiões têm em Tupan, ou Alah, ou em Jehovah a resposta para a pergunta sobre quem fez o sol, mas nenhuma pode provar sua resposta. No entanto, existe a certeza provada de que “o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos outros dois lados” de um triângulo, assim como a ciência prova que “a soma dos ângulos de um triângulo é igual a 180 graus”¹⁷.

No desenvolver do texto, ele deixou transparecer o que pensava sobre duas etnias formadoras do povo brasileiro: o indígena e o africano. Quanto aos indígenas afirmou: “perguntem ao selvagem brasileiro, um dos mais baixos exemplares conhecidos da espécie humana”; e em relação ao africano declarou: “perguntem ao pobre selvagem africano que não sabe ainda contar, que anda seminu porque a sua atividade industrial ainda é rudimentar”. Evitando o anacronismo na análise dessas afirmações, que para nós constitui um grave etnocentrismo, nossa referência elas busca tão somente enfatizar que a elite social, econômica e política da época era branca. O discurso de inclusão da população indígena, negra, parda e pobre praticamente inexistia, mesmo em um progressista como Graciano Neves.

Continua ele exaltando a ciência:

(...) não pretende remontar às origens do Absoluto, contenta-se em conhecer as condições próximas que formam o determinismo dos fenômenos que ele observa: porque ele sabe que a causalidade é uma questão vencida que só teve o mérito de interessar a infância intelectual dos homens¹⁸.

Para Graciano, as religiões buscam explicar o inexplicável, as causas absolutas e trabalham com hipóteses de causas sobrenaturais que nunca se pode alcançar, pois “se pudéssemos atingir a Deus, haveríamos necessariamente (...) a procurar descobrir a causa de Deus”. A ciência, ao contrário, busca explicar os fenômenos imediatos e observáveis, e não pergunta quem faz gelar a água, mas descobriu que a água gela a zero grau sob a pressão atmosférica normal. Em sua defesa da ciência, ele argumentara que ninguém mais quer saber se foi Tupan, Júpiter, Odin ou Jehovah que lançou um raio

¹⁷ “Meia Sciencia”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de julho de 1903, p.1.

¹⁸ *Idem*.

sobre a torre de uma igreja, porém, a fé na ciência tornou-se tal que as torres de igrejas atuais são protegidas por pára-raios.

Graciano Neves concluiu, dizendo que na matemática, quando se chega à equação de quinto grau, interrompemos o cálculo, pois reconhecemos que não existe solução para tal problema. E que outras ciências como astronomia, física, química, biologia e sociologia também são cheias de incertezas. Mas, a ciência positiva aspira ao possível, ao relativo e ao humano a partir do que se pode provar. Essa afirmação de fé no positivismo como o caminho do desenvolvimento da humanidade explica muito da ação de Graciano Neves: fazer o que racionalmente se acredita resultará em um fim mais proveitoso para a humanidade.

A próxima menção importante a Graciano é a de que ele e sua família retornariam em 5 de março de 1904 de São Mateus, onde permaneceram por treze meses, indicando que quando escreveu o artigo *Meia sciencia*, publicado no *Estado do Espírito Santo*, ele estava residindo no norte do Estado, um tanto afastado da vida política da capital, porém, suficientemente ligado para conseguir publicar suas ideias.

Um dos maiores sinais de que Graciano Neves continuava ligado ao grupo político de Muniz Freire foi sua participação no banquete oferecido nos salões do palácio do governo em homenagem a Muniz, em final de seu segundo mandato. Era um ambiente festivo de comemoração oferecido pelos seus “amigos políticos, auxiliares da administração e admiradores”¹⁹. A notícia diz que estava presente o que havia de mais seleta na política, altos funcionários do funcionalismo federal, estadual e municipal, cónsules, comerciantes. Toda a elite política estava listada, dentre os quais Graciano Neves, que proferiu um discurso, indicando sua posição, dita por suas próprias palavras. Disse que não era mais nem político nem partidário como fora antes, e poderia proferir um juízo neutro, sem suspeitas. Que em seus tempos passados de entusiasmo político fora um grande admirador de Muniz Freire, e com imparcialidade poderia

(...) brindar no Dr Muniz Freire a mentalidade superior do Espírito Santo, o seu *representative man* como dirão os ingleses, isto é, o homem que pelo conjunto das qualidades superiores que possui está talhado para ser, como é, o

¹⁹ Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 de maio de 1904, p.2.

diretor político do Espírito Santo, e merecer a confiança a que se impôs, no momento histórico estadual²⁰.

No trecho do jornal, vemos que Graciano reconheceu Muniz como o chefe supremo do Estado, utilizando palavras significativas como “talhado”, momento histórico estadual, etc. Suas palavras desfazem o aparente mal-estar causado pelas discordâncias no governo.

Em outro trecho do discurso, afirmou que “Deus ou humanidade” representava ali a comunhão do povo espírito-santense. A intenção de ser agradável com essa frase é indicada pelo fato de que no artigo anterior ele havia manifestado que Deus não era algo a se considerar, mas neste caso, neste ambiente festivo e com a presença de autoridades e de pessoas religiosas, inclui Deus na frase para se mostrar afável. Na continuação do discurso, se referiu a Muniz como um filho especial que “se distingue na cruzada santa dos que se esforçam pelo bem público” e “cheio de amor e esforço pela causa geral do Estado”; que a festa refletia a “vitória dos que vencem a batalha da honra”²¹. Reafirmou que os seus afazeres não permitiam que ele frequentasse o palácio, numa indicação de que não devia estar muito próximo de Muniz Freire naquela época, mas isso não deveria abalar sua estima e amizade por Muniz.

A vontade de agradar foi recíproca, pois Muniz retribuiu os louvores, dizendo que o brinde de Graciano tinha duplo valor, pelo elevado mérito de Graciano, e devido à sua insuspeição, pela situação de afastamento que vivia, ressaltando que o Estado “lamenta a privação do concurso político de tão distinto filho”²².

A reaproximação definitiva que fez com que Graciano Neves voltasse a disputar cargos com a bênção de Muniz Freire, tornando-se deputado federal e lutando lado a lado até o final da carreira política de ambos. Graciano, pois, pode ser enquadrado em um tipo de relacionamento político que foge um pouco das classificações que ele propôs para o engrossamento, tendo, no entanto, algumas características por ele elencadas. Sua capacidade e preparo intelectual e sua condição de elite sócio-política fizeram com que

²⁰ *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de maio de 1904, p.1.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*.

Muniz Freire não o defenestrasse e deram a Graciano um reconhecimento que não se encaixava em nenhum dos tipos de engrossadores por ele definidos em seu livro. Além disso, sua atitude política de buscar proximidade com Muniz, desde a renúncia em 1897; de não retrucar as críticas feitas por Muniz em suas mensagens de 1900 e 1901; de sempre se referir a este como o chefe político do Estado e de cobri-lo de elogios; a decisão de continuar investindo na ferrovia em um momento de cortes durante seu governo; e sua submissão a Muniz até o final de sua vida política, tudo isso indica atitudes engrossatórias. Graciano pode ser considerado um engrossador privilegiado, distinto, diferente do que definiu em seu livro.

Mas a luta política não é linear e outros engrossadores se tornaram inimigos de Muniz Freire, corrompendo a aliança política de seu grupo por dentro. Um deles foi Henrique Coutinho, que sucedeu Muniz em seu segundo governo e rompeu com ele. Ao contrário de Graciano, que recuou quando controvérsias surgiram entre ele e Muniz, Coutinho encarou a liderança de Muniz, desafiando sua autoridade. A hegemonia política é uma conquista diuturna, e Muniz a teve por muitos anos. Mas as condições da economia capixaba e o vislumbrar da possibilidade de quebra dessa hegemonia fez com que alguns acontecimentos precipitassem o começo da derrocada política de Muniz Freire.

Eleito presidente do Estado em 1904 para suceder Muniz, vindo do Senado, Henrique Coutinho era saudado no jornal do partido de Muniz como “espírito-santense conhecido e estimado, e que às qualidades de caráter e inteligência reúne a de uma dedicação exemplar pela causa pública”²³. Uma das afirmações que nos interessa é a de que ele “alia-se à feliz conformidade de vistas, que tem mantido, e seguros estamos há de manter, com a orientação patriótica que o benemérito Dr. Muniz Freire soube imprimir com firmeza”. Coutinho logo tratou de atuar por conta própria e de tomar decisões sem consultar Muniz Freire, tomando decisões contrárias às suas orientações.

Em 10 de janeiro de 1905, o *Jornal Oficial*²⁴, em sua primeira página, já se posiciona contra Muniz e favorável a Coutinho, chamado-o de “republicano de têmpera”. O

²³ *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 20 de janeiro de 1904, p.1.

²⁴ Esse jornal surgiu de uma dissidência do partido Construtor, e retrata a guerra entre Muniz e os dissidentes como fruto da ostentação de injustificável capricho daquele. Em sua edição n.1 diz que o jornal nasceu para lutar contra uma “facção política de cuja orientação mal acabamos de dissentir”. (*Jornal Oficial*, Vitória, edição de 10 de janeiro 1905, p.1). Suas palavras foram reflexo de uma oposição

mesmo jornal, em sua edição de 15 de janeiro, destacou o desacordo entre Coutinho e Muniz, “reconhecido como chefe do partido”. O artigo, na verdade uma entrevista com Dr. Galdino Loreto, o mais antigo representante do Estado no Congresso Federal, narra que diversas autoridades pediram demissão de seus cargos e, em especial, a divergência entre os dois quanto à indicação de Argeu Monjardim, primo de Muniz, para primeiro vice-presidente do Estado, quando a lógica defendida por Coutinho seria pela indicação dos Coronéis Cerqueira Lima e Constante Sodré para primeiro e segundo vice-presidentes, com Argeu Monjardim em terceiro. Diz à reportagem que Muniz Freire soube, concordou que não estava direito, mas não atuou para evitar que Argeu ficasse em primeiro. Apesar das dificuldades terem sido contornadas, inclusive com Argeu tomando posse em lugar de Coutinho, que estava com sua mulher às vésperas do parto. Quando assumiu, Argeu manteve os auxiliares que trabalharam no governo de Muniz, e quando Coutinho finalmente assumiu a presidência, também os manteve, começando a governar em acordo com Muniz. A desavença surgiu quando da indicação dos nomes para o Conselho Municipal de Vitória – os vereadores de então –, e para a indicação de qual deles seria o presidente. Interessante notar que, na descrição dos fatos narrados na entrevista, houve uma disputa entre Coutinho e Muniz. Nesse episódio, Coutinho não abriu mão de sua prerrogativa de presidente e passou por cima da vontade de Muniz, indicando um membro do Conselho com o qual Muniz não concordou. Os dois romperam publicamente, apesar dos esforços de aliados de ambos os lados, todos do mesmo partido. Aqui, o racha criou uma situação nova, pois Galdino Loreto tomou partido contra Muniz e afirmou que o Coronel Calmon, presidente do Congresso, reconhecia que o governo estava prestigiado. A chapa indicada por Coutinho venceu a eleição e a perda de controle dos mecanismos políticos e eleitorais por parte de Muniz Freire começaria a se desenhar.

Em outro artigo, algumas razões da guerra aberta entre Muniz e Coutinho foram expostas²⁵, citando o desprezo com que Muniz sempre tratou os três irmãos já falecidos de Henrique Coutinho, tratados como párias do partido, nunca premiados com distinções. Para reforçar a ideia de como a ordem instituída e a dependência que o

nascida dentro do próprio partido, que, veremos, se posicionou de forma similar a oposição vista no *Jornal Commercio do Espírito Santo*.

²⁵ *Jornal Oficial*, Vitória, edição de 18 de janeiro de 1905, p.1.

Estado criou em relação ao capital externo, definiam muito do que o Estado se tornara. O artigo diz que

(...) no estado atual das coisas, quando o espírito do governo prende-se constantemente ao cumprimento dos deveres de um honesto devedor, lembrando-se hoje do pagamento de um dos malditos cupons, amanhã do pagamento dos 25\$000 fr. mensais; depois, dos recursos para a amortização, tudo ao feliz Banco “Paris et Pays Bas” – movendo-se a custo no meio de letras vencidas e para vencer, de uma dívida flutuante enorme, do pagamento de juros da dívida em apólices, que é avultada e ameaçada sempre para ajuste de contas e questões judiciárias por indivíduos que tiveram negócios com o Estado e que incontáveis, julgando-se sempre prejudicados, só visam liquidar contas exaurindo os cofres públicos...²⁶

Note-se que estas críticas são iguais às formuladas pela oposição tradicional, o que demonstra que muitos membros do partido de Muniz Freire consideravam sua gestão desastrosa em termos financeiros e se colocavam ao seu lado, enquanto não vislumbravam a possibilidade de trilhar caminhos próprios, longe das ordens de Muniz. Podemos destacar uma posição oposta à de Graciano que, já em 1896, destoou de Muniz, como vimos, porém, nunca se posicionou como oposição ao grande chefe.

Essa porta aberta por Coutinho foi adentrada por grandes nomes da política espírito-santense e deu oportunidade para o surgimento da outra grande liderança do Estado na Primeira República, Jerônimo Monteiro. As condições da derrocada de Muniz Freire e o surgimento de Jerônimo Monteiro como opositor estão magnificamente demonstradas em Estilaque Santos (2012).

A partir dessa indicação, de que a crise que resultou das escolhas de Muniz Freire, fez surgir opositores dentro de seu partido político e o que nos interessa a partir daqui é analisar como as escolhas políticas de Muniz, baseadas na tentativa da construção do que ele chamou de “o capital”, refletiram na ordem instituída e vivenciada no Espírito Santo.

A primeira fonte de que nos serviremos para essa análise é um artigo no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, de 1901, assinado por Athayde Júnior, ex-deputado federal do

²⁶ *Idem.*

Espírito Santo²⁷. Trata-se do Capitão Antônio Borges de Athayde Júnior, do Partido Republicano Construtor, participante junto com Muniz da Constituinte de 1891. O artigo é deveras crítico a Muniz, na mesma linha adotada pelo jornal *Official*, vindo também de um ex-aliado. Além de reclamar da situação financeira do Estado, ele diz que para arrecadar mais o governo estava cobrando impostos indevidamente, que nos oito anos desde o primeiro governo Muniz teriam entrado nos cofres do Estado cerca de cinquenta mil contos oriundos de arrecadações fiscais e de empréstimos internos e externos, e que não se sabe como esses recursos foram aplicados. Para Athayde Júnior, a situação do Estado era insustentável, irremediável. A única solução seria a fusão dos Estados de Minas e do Espírito Santo. Essa ideia não era original, pois fora aventada em outras épocas, o que indica que a desesperança chegou.

Outro indício da fragilidade do Espírito Santo na federação está em um artigo do jornal *O Paiz*, intitulado “A Cartilha do Civismo”. Nele, Graciano Neves foi exaltado por seu discurso no Congresso Federal, no qual criticara a indicação do mineiro João Luiz Alves para substituir no Senado, em vaga do Espírito Santo, a Cleto Nunes, que falecera. No jornal, o estilo de Graciano foi descrito como um “aguaceiro fecundante [qu]e fez brotar a planta da alacridade, [e] registra o surto do riso, que tanto pode traduzir um patente estado de alegria, como retratar uma ineficaz dissimulação do vexame”²⁸. O artigo afirmara ainda que a um Graciano crítico interpôs-se, no outro dia, um Bernardo Horta, que defendeu a candidatura de João Luiz Alves para a vaga de senador pelo Espírito Santo. João Luiz Alves era aliado de Jerônimo Monteiro na comissão que agenciou a venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo à Companhia Leopoldina. Bernardo Horta afirmara que “venderam por 3.000 uma estrada que custara 14 mil contos (...) e não há nada publicado sobre isso; são segredos de bastidores, (...) foram incluídas cláusulas ofensivas, deprimentes para o governo do Estado”. E, ainda assim, a surpreendente conclusão de Horta foi que, pela participação de João Luiz Alves na negociação, os eleitores do Estado deveriam votar nele para a vaga no Senado.

O que nos interessa é que uma vaga do Espírito Santo no Senado estava sendo oferecida a um mineiro que tinha grande influência na Câmara, para delírio de seus companheiros políticos mineiros que, com sua transferência para o Senado, poderiam disputar uma

²⁷ Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 25 de fevereiro de 1901, p.5.

²⁸ Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 13 de julho de 1908, p.1.

vaga de deputado por Minas, que certamente seria de João Luiz Alves. O interesse mineiro sairia fortalecido e os do Espírito Santo seriam desqualificados, pois, segundo narrado, o candidato ao Senado nem conhecia o Espírito Santo, e poderia ganhar tranquilamente a disputa por uma vaga em seu Estado natal, situação que gerou uma insinuação por parte de Graciano Neves de que o oferecimento da vaga ao mineiro se deu justamente por sua muita influência e por sua parceria com os mineiros Drs. João Pinheiro (presidente do Estado de Minas Gerais) e Affonso Penna (Presidente do Brasil de 1906-1909). Graciano se refere ao Estado como se fora um Burgo Podre, designação dada a localidades, na Inglaterra do século XVIII, com pouca importância e um reduzido número de eleitores, mas que conseguiam manter sua representação parlamentar, o que era de grande valia para os reis, que se apoderavam dessas representações para terem aliados acríticos no parlamento. A soma desses Burgos Podres representava mais de 10% do total de membros da Câmara Baixa²⁹, e eles foram alvo de uma reforma eleitoral realizada na época. Ao comparar o Estado a esses Burgos Podres, Graciano afirmou, de certa forma, que o Espírito Santo seria governado de fora, como citado por Muniz em sua mensagem ao Congresso em 1892, ou, ainda pior, que sua representação no âmbito federal serviria a interesses de outrem.

Graciano cita ainda, de maneira sarcástica, que os autores da constituição norte-americana tiveram dificuldade para definir como poderia se dar a equidade de representação dos diversos estados da federação. Para isso, definiram um número igual de senadores para cada Estado da República. A nossa constituição, sendo um plágio da norte-americana, esqueceu-se de incluir a obrigatoriedade, constante naquela, de que os senadores federais devem ter residência fixa e constante nos Estados que representam, para que se evitasse a burla à intenção de igualar a representação dos Estados no Senado Federal. Esse artifício foi utilizado pelos Estados maiores para ter mais senadores do que os Estados menores. Dizendo que não queria dar murros em faca de ponta, aludindo a uma prática engrossatória, diz que escolheu a via do otimismo para fazer o seu protesto, sabendo que a decisão já estava tomada, preferindo o caminho de aderir em tempo com os seus aplausos aos fatos consumados, visto ser inútil resistir.

Ainda no mesmo artigo, comentando o discurso de Graciano, o articulista deduz que:

²⁹ Para mais dados sobre os Burgos Podres confira WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

De tudo se colige que o Espírito Santo labuta, terrivelmente, numa dolorosa indignação de homens. Nenhum dos seus filhos tem títulos bastantes à estima e ao respeito do eleitorado, porque – envolvido na miséria política de que fala o sr. Horta – nem independência e nem valor moral possui para conseguir maioria de votos num pleito decente: é necessário ir tomar, por empréstimo, a Minas, o Sr. João Luiz Alves, e pedir ao Sr. João Luiz Alves a graça de aceitar, resignado e triste, o sacrifício agora oferecido, já que aceitou, triste e resignado, o de ser companheiro, na comissão citada, do Sr. Jerônimo Monteiro, presidente do Estado, e donatário poderoso da “força governamental”³⁰.

A miséria política da fala de Bernardo Horta foi transcrita nesses termos:

Assim, estabelece S. Ex. [Bernardo Horta], preliminarmente, que a situação do seu Estado é desoladora, e, no presente, uma eleição igual a todas as eleições seria absolutamente desastrosa!

Com efeito, exclama o orador: - Se o candidato fosse do partido do governo, teria contra si a oposição; se fosse da oposição, também teria contra si a “força governamental”.

Era indispensável, pois, um candidato incolor, desvinculado dos ódios partidários, estranho ao Estado, nem prosador nem poeta; candidato que viesse de fora, nunca houvesse morado lá, e por não ter cogitado ainda da política espiritosantense se achasse habilitado a defini-la, com precisão e denodo no Senado Federal; candidato de talento, verboso e polimático, mas em matéria de política, nem mineiro, nem nada: senador, e só. [O Sr. João Luiz Alves será] um eleito do Senhor; há de ser o óvulo bendito, que o Sr. Jerônimo Monteiro fertilizou. De um partido sagrado, o dos políticos sem partido, e de uma era de regeneração – a dos partidos sem política...³¹

O artigo termina dizendo que no país não se cultivava o ensino do civismo, reputado como nefasto “pelos que estão de cima”, por despertar movimentos reacionários “nos que estão de baixo”. Em se tratando de Brasil, assim como no caso específico do Espírito Santo, civismo é uma das primeiras vítimas dos engendramentos políticos que visam à estabilização de um grupo no poder. E, como se viu, em se tratando de política, tanto os de cima quanto os de baixo são membros da elite social, um grupo pequeno da população que decide a marcha dos negócios de Estado.

Se voltarmos às definições de Graciano, veremos que toda a construção da ideia de engrossamento, lembrando sempre de que a concordância de Graciano com tais práticas em seu texto se dá no terreno da galhofa, se baseia na manutenção da ordem política por um grupo hegemônico que se sustenta no poder pela força, enquanto satisfaz aos

³⁰ “A Cartilha do Civismo”. Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 13 de julho de 1908, p.1.

³¹ *Idem*.

interesses do capital. O edifício de poder do grupo de Muniz estava ruindo, não para a oposição tradicional, mas para a oposição nascida dentro de seu próprio grupo político. Muitos dos que eram engrossadores de Muniz passaram a ser seus adversários abertamente, caso de Henrique Coutinho. Esse fato pode indicar que o poder será sustentado pelas mesmas forças que sustentaram Muniz por tantos anos, agora insatisfeitas com o andamento da economia. Essas forças, de certa forma, continuariam alimentando os mesmos atores, agora descolados de Muniz, visto como incapaz de levar à frente um projeto de desenvolvimento, ou de construir uma ordem que satisfizesse seus interesses. E, aqui, se diferencia a reação de uns e outros. Graciano continua fiel a Muniz, combate esse grupo, e assina sua morte política. Henrique Coutinho se desliga de Muniz, se alia a Jerônimo, e se torna seu escudeiro, ou um fiel engrossador, nas palavras de Graciano.

E, para firmar o conceito de Graciano quanto à necessidade de que o poder econômico sustente o poder político e vice-versa, comentaremos outro artigo do mesmo jornal³². Trata-se do discurso de Coelho Lisboa³³ no Senado, em que se referia ao pagamento de dívida do Estado com o Banco do Brasil e à venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. A sua exposição inicial coincide em tudo com a proposição das questões de capital, ordem e engrossamento na *Doutrina*. Ele começa o discurso com as seguintes palavras:

Sr. Presidente, o estado da República, hoje acometido pela voraz lepra da politicagem, não daquela simples politicagem exercida pelos que desejam alcançar postos de representação política [engrossamento], mas pela perigosa politicagem das negociatas, das transações vergonhosas [capital], como base para fundação das oligarquias, que em conjunto devem promover a oligarquia Affonso Penna – para a permanência do pigmeu do Catete e gaudio da sua família [ordem].

A proposição de Coelho Lisboa era acusar o conluio entre Jerônimo Monteiro, o já citado João Luiz Alves, e o Presidente da República, Affonso Penna, para render lucros em uma negociata envolvendo 2.250 apólices de conto do Estado do Espírito Santo que

³² “A futura presidência”. Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 30 de dezembro de 1908, p.3.

³³ João Coelho Gonçalves Lisboa era senador pela Paraíba, e seu discurso confrontando as questões relativas ao Espírito Santo e a utilização de um discurso de Graciano Neves em sua fala pode indicar a indignação que assolava os pequenos Estados do país quanto ao predomínio dos interesses dos grandes Estados, em especial, nesse caso, os de Minas.

foram emitidos para pagar uma dívida com o Banco do Brasil. Nesse caso, utilizando uma carta escrita por Graciano, explicando como se sucedeu a negociata, Coelho Lisboa critica os envolvidos, inclusive o Presidente da República, que deu o aval para a transação. Em resumo, os títulos do Estado foram entregues a Jerônimo Monteiro, que alegou não ter conseguido o aceite dos títulos, tanto do banco quanto do comércio no Rio de Janeiro, resolveu contratar certo Coronel Xavier Lisboa, supostamente um homem de negócios, para efetivar a quitação da dívida. Esse cidadão havia conseguido quitar essa dívida com o banco³⁴, mediante a entrega de 300 contos e mais 700 das apólices, ficando com o restante delas para si como sua parte no negócio. O estranhamento é porque as apólices que antes não tinham sido aceitas pelo banco por serem consideradas sem valor, repentinamente foram utilizadas e recebidas pelo mesmo banco. Mais ainda, descobriu-se que o Xavier Lisboa era, na verdade, um modesto lavrador de Minas Gerais, amigo íntimo de João Luiz Alves, não sendo nem conhecido na praça do Rio de Janeiro, aonde se efetivou o negócio. No entanto, possuía a felicidade de ser amigo, compadre e devedor do Sr. Comendador Cícero Bastos, sogro de Jerônimo Monteiro. Descobriu-se também que os 300 contos obtidos por Xavier Lisboa foram obtidos mediante caução de 1.000 dos títulos acima citados, que estavam em mãos de Jerônimo, em uma casa comercial do Rio de Janeiro, de forma que um impressionante negócio fez um humilde e desconhecido agricultor mineiro, algo que o poderoso Jerônimo não havia conseguido executar. E tudo com as bênçãos de ninguém menos do que o Presidente da República, senhor Affonso Penna. As 1.550 apólices, com valor de face de 1.500 contos, que não foram entregues ao banco, estavam em poder do sogro do presidente do Estado, que as obteve pelo valor de 300 contos.

Assim como no caso dos empréstimos de Muniz e de sua aplicação, essa negociata rendeu inúmeras discussões, debates e discursos. Para além do fato em si e de sua óbvia obscuridade, fica registrado que aqueles que detinham o poder, sempre calçados na força do capital, operavam ao seu bel prazer, sem efetivamente prestar contas, contando com a cortina da aprovação forçada da maioria dos votos dos aparelhos de Estado, Câmaras, Congressos estaduais e federais, resultando no que Graciano definiu como a única estratégia possível para se manter no poder: o engrossamento.

³⁴ O Presidente da República era quem nomeava o Presidente do Banco do Brasil, credor do Estado.

Assim como Muniz conseguiu por doze anos impor suas decisões – e por muitos desses doze anos suas decisões foram elogiadas, defendidas e exaltadas pelo séquito de seguidores, mesmo aqueles que, como se viu depois, não concordavam com elas – Jerônimo Monteiro e seu grupo saíram ilesos dessas acusações, calçados que estavam, não só no âmbito estadual, mas também no federal. Alienou-se a autonomia do Estado pelos acordos que garantiram o poder ao novo grupo hegemônico. No final de seu artigo, Coelho Lisboa faz um curioso apelo: tendo em vista que os poderes da República não sinalizavam que iriam resolver essa questão envolvendo o próprio Presidente, ele encerra: “Eu apelo para o bravo exército, que tem resolvido todos os problemas nacionais, para a gloriosa armada nacional, trindade brilhante que proclamou e garantirá a República...”. A República brasileira não tinha conseguido, até então, formular um caminho de justiça para se instituir, livre dos favores, negociatas, golpes, imposições, e o mesmo exército que tinha proclamado a República de uma maneira não sonhada pelos republicanos civis, era agora, e ainda, lembrado como a força que poderia garantir a República. A história do Século XX indica que muita coisa não mudou, e a falta de institucionalização da República tem mostrado sua face em muitos dos acontecimentos de nossa curta vida republicana.

Entre os idealismos comteanos de ordem e progresso, de um capital que geraria riqueza para o Estado, e as previsões pessimistas de Marx, que sempre desconfiou e combateu o mesmo capital, o Estado abraçou em suas decisões os primeiros, mas colheu muitos dos frutos previstos pelo segundo. A crueza com que as definições de Graciano na *Doutrinas* e verificaram na realidade da vida política do Espírito Santo neste período estudado joga luz sobre os inter-relacionamentos entre capital, ordem e engrossamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reflexão sobre as experiências democráticas iniciais na Primeira República nos confronta com a verdade dita por Minois (2003) de que a vida política no século XIX avançava de maneira caótica em direção à democracia. Reféns da inexperiência da vivência democrática, experimentando uma desconhecida liberdade oferecida pela nova constituição republicana, vivendo sob a ideologia positivista que via a nova era industrial como o reinado da ordem e do progresso, os Estados brasileiros foram experimentar a nova possibilidade. O estigma do antigo regime imperial limitador das ações, confrontado com o horizonte aberto dos novos cenários teóricos oferecidos pela República, fez com que os governantes cressem que os resultados seriam inquestionavelmente positivos.

Esse novo sistema de governo passou a ser vivenciado pelos mesmos atores políticos do período imperial, baseado nas mesmas práticas de favorecimento das elites, com um evidente desprezo pelas classes desfavorecidas, retirando da prática republicana aquilo que ela tem de democrático, e criando um sistema que pode ser definido como um ornitorrinco indefinível, embalado por um discurso de otimismo, inclusivo, mas tendo como conteúdo práticas que negavam progressos nas relações sociais e fortaleciam o poder da elite.

O governo de Muniz Freire experimentou a liberdade de decidir a quais caminhos a gestão pública levaria o Estado e o fez baseado no paradigma dominante da época, o positivismo, que imprimiu na bandeira nacional o lema de Comte: ‘Ordem e Progresso’. A ordem e o progresso escolhidos baseavam-se na busca pela construção do que Muniz chamou de *O Capital*, conjunto de condições que estruturariam a edificação do progresso a partir do investimento no que pudesse multiplicar o capital, num tempo limitado única e exclusivamente à cultura do café. A partir da crença de que tudo daria certo, baseada em um otimismo descolado da realidade, as escolhas políticas ficaram reféns do capital em duas frentes: primeiro, na decisão de eleger a obra da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo como a grande obra de governo, esperando com ela fazer confluir para Vitória toda a exportação cafeeira do sul do Estado que, em grande parte, era direcionada para o Rio de Janeiro, pretendendo fazer da capital do Estado um grande

centro. Essa decisão direcionou os recursos que o Estado dispunha para, conjuntamente com a importação de braços para a lavoura pela via da imigração estrangeira, tornar mais forte a atividade cafeeira; segundo, fez com que Muniz Freire decidisse tomar um empréstimo externo que, por fim, fez do Estado refém de uma situação de quase insolvência pelo grau em que os recursos necessários para o pagamento desse empréstimo e de seus juros, assim como de outros tomados *a posteriori*, comprometeram o orçamento do Estado.

As decisões de estabelecimento do “capital”, tomadas por Muniz, estavam dentro de uma lógica aceitável para a época. O café era responsável pela quase totalidade da arrecadação do Estado e a nova ordem constitucional republicana autorizava os Estados a tomarem empréstimos para o seu desenvolvimento. A questão se revestiu de gravidade pelo fato de Muniz Freire ter agido guiado por um otimismo, baseado claramente na crença positivista de que a era industrial traria indubitavelmente o progresso, mas em muita medida, descolado da realidade. Em seus discursos adotou um tom de clarividência do futuro e, mesmo mostrando conhecimento das ameaças possíveis configuradas pelos juros, o câmbio, o preço internacional do café, a ameaça da superprodução, o fato de ser dependente de uma única cultura e, portanto, de uma exclusiva fonte de receitas, apostou contra a possibilidade de que essas ameaças prejudicassem o futuro do Espírito Santo, apregoando que o Estado iria figurar entre os quatro ou cinco maiores da federação. Esse conjunto formado pela certeza do sucesso da empreitada e um contexto de domínio sobre o Congresso Legislativo, órgão que poderia ter confrontado suas intenções, resultou em um percurso de governo que definiu muito do que aconteceria posteriormente.

Graciano Neves, amigo e sucessor de Muniz, que mostrou em sua posse uma visão mais coerente da situação fiscal do Estado, assumiu o governo com um discurso mais realista, embora ainda impregnado pela obrigação de fidelidade a Muniz. Suas visões e ações causaram estranhamento dentro de seu grupo político, demonstrando sua falta de poder e habilidade política, que o levaram à renúncia. A renúncia de Graciano, conforme os indícios apontaram, se deu pela escolha de não confrontar o líder reconhecido de seu grupo, quando sua visão o levava a caminhar em direções contrárias ao que Muniz tinha como determinação. Nesse ponto, podemos admitir que o confronto entre a fidelidade ao amigo e a necessidade de confrontá-lo forjou a oportunidade da renúncia, em que ele

não desrespeitava a si e à sua visão, mas também não rompia com o chefe político e companheiro de longos anos. Foi nesse contexto que Graciano Neves publicou, em 1901, a sua *Doutrina do engrossamento*.

Em seu texto, Graciano firmou uma doutrina que se propôs a explicar o que acontecia no ambiente político. Com suas conceituações de capital, ordem e engrossamento, ele forjou uma explicação para aquele contexto, em que tanto Graciano, quanto os outros presidentes que o sucederam e completaram o seu mandato, sofreram as consequências de uma herança maldita fruto das decisões políticas de Muniz. À farsa política, em que um grupo se apodera do poder, burlando o mecanismo democrático que viria com a República e se utiliza da força para se manter no poder e inviabilizar a oposição, Graciano deu o nome de *engrossamento*. Além disso, definiu que o jogo do poder estava amarrado num esquema em que o capital instituía a ordem e a ordem instituía o capital: um conluio que se atinha ao “andar de cima” da nação, em detrimento da massa de trabalhadores.

Apesar da comprovada lealdade de Graciano Neves, cremos que não seria equivocado considerar a possibilidade de que Muniz Freire era o personagem a quem Graciano gostaria de dedicar sua *Doutrina*, naquele 1901. Personagem do qual ele se recusou a dizer o nome. Tendo em vista que, em sua postura política, sempre deu nome aos bois, como na ocasião na qual criticou o Marechal Deodoro com um duro artigo em seu jornal, mesmo diante da possibilidade de ser preso. As pistas indicam ser uma boa consideração a de que ele estava, especialmente, naquele momento, escrevendo um texto de humorismo com um acorde mavioso de mágoa e ironia, como afirmou Madeira de Freitas, possivelmente focando a crítica em Muniz. Não podemos afirmar isso com absoluta certeza, posto que, mesmo no período de escrita e lançamento da *Doutrina do engrossamento*, Graciano se manteve próximo e leal a Muniz. Graciano tinha a capacidade de se mover pela ironia, afirmando suas posições e apelando para o humor que ameniza as críticas. Tinha a firmeza de sofrer as consequências de seus atos e não se curvava além do limite que o próprio convívio político exige. Continuou amigo de Muniz até o fim da vida política dos dois. Por isso, afirmamos que seria equivocado considerar que o livro pudesse se revestir de um tom de desabafo, para satisfazer sua discordância quanto aos fatos políticos, mas camuflando a pessoa de Muniz como alvo

para preservar o amigo, mas, no entanto, desenhando um cenário que brilhantemente descreveu o ambiente político do Espírito Santo e do Brasil, em fins dos Oitocentos.

O engrossamento se mostrou uma realidade no recorte temporal estudado. A fidelidade cega do parlamento estadual a Muniz ao longo dos doze anos entre os seus governos demonstra como a subserviência funcionou para manter no poder um grupo hegemônico que desenhou com suas ações e decisões muito do que se tornou o futuro do Estado em termos políticos, sociais e econômicos por décadas. Algumas características, porém, saltaram das fontes pesquisadas. O próprio Graciano, que se utilizou de estratégias próprias dos engrossadores para se manter próximo ao grupo de Muniz e, posteriormente, se reenquadrar à política partidária, não se mostrou um engrossador clássico quando preferiu a fidelidade a Muniz e o suicídio político, ao firmar-se oposição ao grupo de Jerônimo Monteiro que tomou o poder após a posse de Coutinho. Ele não engrossou, e não governou. Para além dos interesses politiqueros, encontram-se relações de fidelidade e coerência nas atitudes políticas de alguns atores.

O capital se mostrou um grande definidor da ordem social e política. Ao garantir o grupo de Muniz no poder, posto que o discurso do grupo e especialmente de seu líder eram o de favorecimento de ações que garantiriam sua multiplicação, foi seguido o roteiro descrito por Graciano na *Doutrina*. E, ainda quando mudou de lado, na derrocada de Muniz, que começou a ser olhado com desconfiança em sua capacidade de garantir uma ordem propícia ao capital, o fato de avalizar uma oposição que nasceu dentro do grupo hegemônico já conhecido, ao invés de financiar a oposição tradicional, mostra o quanto a manutenção de uma ordem que o favoreça é buscada pelo capital.

A ordem instituída seguiu a cartilha apresentada na *Doutrina*. Privilegiou o grande capital da época, tanto a cafeicultura quanto o capital financeiro internacional credor dos empréstimos feitos pelo Estado e desprezou as necessidades da população em geral, na figura de instrução pública, saneamento, segurança pública, alvos dos cortes nos orçamentos estaduais, que buscaram sempre cumprir os compromissos com a construção da ferrovia e com o pagamento do principal e dos juros da dívida externa e interna do Estado. Essa ordem foi caracteristicamente elitista, percebida no desprezo e desconsideração com que os negros e indígenas eram definidos em artigos da época, mantida por um sistema eleitoral corrupto que garantia à elite detentora do capital o

completo domínio político, em uma atividade pseudo-democrática, instituída por meio de eleições fajutas que simulavam a participação coletiva, mas que apenas serviam para legitimar um domínio das instâncias políticas por oligarquias que só se fortaleceram com a República.

Graciano dos Santos Neves e sua visão foi o guia para essa pesquisa. Com uma capacidade intelectual privilegiada e uma inteligência peculiar, agindo dentro da contradição de ser um sonhador democrata republicano, ao mesmo tempo filho da elite econômica e social, mostrou-nos como mesmo pessoas capazes de análises críticas como a que ele fez na *Doutrina*, estão mergulhadas nas possibilidades da vivência política oferecidas por seu contexto. Longe de ser um homem além de seu tempo, ele foi um “talento polimorfo, vigoroso no estilo, profundo no pensamento, erudito no discurso, formoso na maneira, elegante na forma, generoso no conceito, céptico quando deveria sê-lo, sendo quem era no século em que viveu e cuja filosofia espelhou com rara finura”, como disse Madeira de Freitas. Esse sensacional personagem viveu intensamente seu tempo, denunciou vigorosamente, criticou Muniz de forma velada, não rompeu com o grupo hegemônico quando renunciou, foi companheiro fiel de Muniz até o fim. Viveu as incoerências, fez uma análise histórica e sociológica que Tallon comparou com a análise de Marx, participou de um grupo e agiu orientado pelo positivismo de Comte, passou para a história como mais um dos muitos que renunciaram naqueles tempos, e escreveu a *Doutrina do engrossamento*, uma obra de arte da análise política dos Oitocentos.

O capital fez a ordem na Primeira República. E, da ordem instituída, encontramos traços indelévels em nossa cultura social e política até os nossos dias, como visto na breve análise de características e questões atuais do governo Paulo Hartung e do Brasil. O poder, seja ele do capital ou político, definiu uma ordem que legou a diversas gerações, características que se perpetuaram por uma ação de longa duração. A ordem formada a partir da dinâmica do capital cobrou e cobra seu preço social, definindo possibilidades a partir da captura de grande parte dos orçamentos do Estado. O conluio da ordem com o capital sustenta e derruba governos, sustenta oligarquias e define prioridades de ação dos governos. Graciano denunciou esse relacionamento em sua *Doutrina*, deixando um testemunho bem humorado de um desconfiado republicano que não se tornou um

revolucionário, mas revelou um grande mal-estar por vivenciar as discrepâncias do cenário político dos Oitocentos.

REFERÊNCIAS

Fontes

Livros:

- NEVES, Graciano. *Doutrina do engrossamento*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.
_____. *Doutrina do engrossamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.
_____. *Doutrina do Engrossamento*. Vitória: Editora Instituto Histórico, 1999.

Jornais:

Documentos pesquisados no sitio da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> - Acesso em: janeiro de 2015.

JORNAL *A Constituição*. Belém do Pará, edição de 14 de agosto de 1876.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 24 de março de 1882.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 de março de 1882.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de abril de 1882.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 28 de julho de 1882.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 20 de fevereiro de 1888.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 21 de setembro de 1888.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 17 de novembro de 1889.

JORNAL *A Província do Espírito Santo*, Vitória, edição de 01 de dezembro de 1889.

JORNAL *O Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 05 de fevereiro de 1890.

JORNAL *O Norte do Espírito Santo*. São Mateus, edição de 15 de agosto de 1891.

JORNAL *O Norte do Espírito Santo*. São Mateus, edição de 08 de novembro de 1891.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de junho de 1892.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 15 de setembro de 1892.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de setembro de 1892.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 10 de abril de 1894.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de janeiro de 1895.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 07 de janeiro de 1895.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de agosto de 1895.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 06 de agosto de 1895.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 03 de dezembro de 1895.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 e 30 de janeiro de 1896.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de julho de 1896.

JORNAL *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 01 de janeiro de 1897.

JORNAL *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 17 de agosto de 1897.

JORNAL *Commercio do Espirito Santo*, Vitória, edição de 04 de novembro de 1897.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 12 de novembro de 1897.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 15 de dezembro de 1897.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 09 de fevereiro de 1898.

JORNAL *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de janeiro de 1900.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 24 de fevereiro de 1900.

JORNAL *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 25 de fevereiro de 1901.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 04 de junho de 1901.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de outubro de 1901.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 18 de março de 1902.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 19 de fevereiro de 1903.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de julho de 1903.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 20 de janeiro de 1904.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 26 de maio de 1904.

JORNAL *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de maio de 1904.

JORNAL *Official*, Vitória, edição de 10 de janeiro 1905.

JORNAL *Official*, Vitória, edição de 18 de janeiro de 1905.

JORNAL *O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 13 de julho de 1908.

Mensagens:

Documentos pesquisados no Arquivo Público do Espírito Santo. Disponível em: <http://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2> - Acesso em: março de 2015.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1892.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1893.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1894.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1895.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1896.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1897.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1898.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1900.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1901.

MENSAGEM *do Presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo*, Vitória, edição de 1903.

Entrevistas:

“DURAS VERDADES”. Jornal *Commercio do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de fevereiro de 1897.

“PARTE OFICIAL”. Jornal *Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 10 de outubro de 1897.

“AUGUSTO CALMON”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 07 de outubro de 1897.

“DR. GRACIANO NEVES”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 15 de outubro de 1897.

“CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESPÍRITO SANTO”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 06 de novembro de 1897.

“CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESPÍRITO SANTO”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 12 de novembro de 1897.

“DR. MUNIZ FREIRE”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 27 de outubro de 1897.

“DR. GRACIANO NEVES”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 04 de novembro de 1897.

“23 DE MAIO”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 23 de maio de 1898.

Artigos:

“MEIA SCIENCIA”. *Jornal Estado do Espírito Santo*, Vitória, edição de 02 de julho de 1903.

“A CARTILHA DO CIVISMO”. *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 13 de julho de 1908.

“A FUTURA PRESIDÊNCIA”. *Jornal O Paiz*, Rio de Janeiro, edição de 30 de dezembro de 1908.

Bibliografia Citada

AMBROISE, Louis Gabriel. *Oeuvres de M. de Bonald*. Bruxelles. Publié par la Société Nationale, 1845. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kAxGAAAAcAAJ&pg=PA33&lpg=PA33&dq=philosophie+du+nous+bonald&source=bl&ots=5BhWYIenqx&sig=MrIBvuAsajUo44z9isskweoVjCw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiTwIf7j87OAhVDQ5AKHV1KDW0Q6AEILjAC#v=onepage&q=philosophie%20du%20nous%20bonald&f=false> - Acesso em: 13/06/2015.

BALZAC, Honoré de. *A comédia humana: estudos de costumes: cenas da vida provinciana*. 3.ed. São Paulo: Globo, 2013.

BAUDELAIRE, Charles. *Charles Baudelaire, poesia e prosa*. Organização Ivo Barroso et. al. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição [da] República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> - Acesso: 03/05/2015.

CLAUDIO, Affonso. *Historia da litteratura espirito-santense*. Projeto Biblioteca Digital. 2007. Disponível em: www.ape.es.gov.br - Acesso em: 30/01/2015.

COELHO, Claudio Marcio. “Raízes do paradigma indiciário”. In: RODRIGUES, M. B. F. (org.). *Exercícios de indiciarismo*. Coleção Rumos da História. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo: PPGHIS e GM Editora, 2006.

COMTE, Auguste. “Curso de filosofia positiva”. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a, pp.33-113. (Coleção Os Pensadores).

_____. “Discurso sobre o espírito positivo”. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978b, pp.114-227. (Coleção Os Pensadores).

_____. “Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo”. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978c, pp.228-266 (Coleção Os Pensadores).

_____. “Catecismo positivista”. In: *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978d, pp.267-636 (Coleção Os Pensadores).

CROCE, Marcus Antônio. *Crises financeiras na primeira década republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903)*. Tese de Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. 302f.

DEPES TALLON, Miguel. “Apresentação”. In: NEVES, Graciano. *Doutrina do engrossamento*. 4.ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

FRANCO, Sebastião Pimentel e SUETH, José Cândido Rifan. “A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: a administração Muniz Freire e Jerônimo Monteiro”. In: SILVA, Igor V. da e QUINTÃO, Leandro C. *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor e Cultura, 2012.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *As idéias estão no lugar*. In: Cadernos de Debate 1. História do Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1972.

_____. “A cientista social analisa o Brasil, seus governantes e a elite intelectual do país”. In: *Portal SESC/SP: Revista*, n.120, maio de 2007.

FREITAS, Madeira de. “Prefácio”. In: NEVES, Graciano. *Doutrina do engrossamento*. 4.ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999..

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, João Pinto. “Uma república entre dois mundos: Inconfidência Mineira, historiografia e temporalidade”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001, v.21, n.42, pp.343-63.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVY, M. B. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “Bagé sitiada: fotografia e memória da Revolução Federalista de 1893 no sul do Rio Grande do Sul”. In: *Anais do 7º Simpósio Internacional Memória e Patrimônio*. Pelotas-RS: PPGMP/UFPel, 2013. pp.1-12.

LORAUX, Nicole. “Elogio ao anacronismo”. In: NOVAES, Aduato (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp.57-70.

MAIA, Guilherme B. da Silva; PINTO, Arthur de R.; SCHIRMER, José R. Rosa; MARQUES, Cristiane Y. T.; LYRA, Danielle D. *Produção, rentabilidade e decisão de investimento do setor cafeeiro brasileiro*. Agropecuária BNDES Setorial 39, pp.135-154. 2015. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3904.pdf - Acesso em: 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 3ª edição. São Paulo: Global, 1988.

_____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – o processo de produção do capital*. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção os Economistas).

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

MEDEIROS, A. C. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. Dissertação de mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977. 83f. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8847/000039710.pdf?sequence=1&isAllowed=y> - Acesso em: 18/02/2015.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o 2. Império*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1878. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179482> - Acesso em: fev. de 2015.

MELLO, Pedro C. de. “Economista influente e presidente de Seguradora Pedro Carvalho de Mello”. In: *Revista Brasileira Risco e Segurança*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, out./2010 a mar./2011, pp.51-68. Disponível em: <http://www.rbrs.com.br/arquivos/RBRS12-4%20Pedro%20Carvalho.pdf> - Acesso em: jan. de 2015.

MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

NAGAR, Carlo. *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana-1895*: Relato do Cavalheiro Carlo Nagar cônsul real em Vitória. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia*: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

O'RELL, John Bull and His Island, London. Leadenhale Presse, 1886. Disponível em <https://ia600207.us.archive.org/31/items/johnbullhislan00oreliala/johnbullhislan00oreliala.pdf> - Acesso em: jan. 2015.

PACHECO, Renato José Costa. *A oferta e o altar*. São Paulo: Ática, 1983.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Diones Augusto. *Busca à “Primeira Grandeza”*: o Espírito Santo e o Governo Muniz Freire (1892 a 1896). Dissertação de mestrado em História Social das Relações Políticas do CCHN. Universidade Federal do Espírito Santo. 2008. 177f.

_____. “A proclamação da República e o primeiro governo Muniz Freire”. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor e Cultura, 2012.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: SN, 2000.

RODRIGUES, Márcia B. Ferreira. “Razão e sensibilidade”. In: *Dimensões* - Revista de História da Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.17, 2005. pp.213-221.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. *Cultura política e relações de poder na região de São Mateus*: o papel da Câmara Municipal (1850- 1889). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Sociais. 2007.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Memória do desenvolvimento do Espírito Santo*: grandes nomes: José de Melo Carvalho Muniz Freire. Vol.3. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. 599p.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 1º Tomo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SCHWRZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, 1972.
_____. “A vira volta Machadiana”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2004.

THE ANALYTICAL REVIEW, Or History of Literature, Domestic and Foreign, on an Enlarged Plan. London, Printed for J. Johnson. 1792. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GFhEAQAAMAAJ&pg=PA519&dq=Anacharsis+Cloots+Universal+Republic+or+addresses+tyrannicides&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwif6-OYq87OAhUBkZAKHfnoBhMQ6AEIHzAA#v=onepage&q=Anacharsis%20Cloots%20Universal%20Republic%20or%20addresses%20tyrannicides&f=false> - Acesso: 13/01/2016.

TAVARES, A. de L. *Aristides Lobo e a República*. Vol. 205. Rio de Janeiro: Coleção Documentos Brasileiros, 1987.

VALIM, Patrícia. *Da sedição dos mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. 2007. Dissertação de mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 242f.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922. Vol.1.
_____. *O idealismo da Constituição*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo, interesses e poder*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

BIBLIOGRAFIA PESQUISADA

BITTENCOURT, Gabriel Augusto e Mello. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CALDEIRA, Milton. *Constituições do Estado do Espírito Santo*. 2.ed. Vitória: FJSN, 1980. (Série Documentos Capixabas, Vol.5: Constituições do Estado do Espírito Santo).

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

CERQUEIRA Filho, Gisálio. *A ideologia do favor e a ignorância simbólica da lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974 .
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- GOUGH, J. W. “A separação de poderes e soberania”. In: QUIRINO, Célia G. S., SADEK, Maria Teresa R. de (Org.). *O pensamento político clássico* (Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau). São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MANCHESTER, A. K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- MARTINUZZO, José Antonio. *Caminhada de travessia: os primeiros passos do novo governo do Espírito Santo*. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, Superintendência Estadual de Comunicação, 2003. 120p.
- MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. *Por um prussiano*. Práxis, n.5, Belo Horizonte, 1995.
- _____. *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d].
- _____. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.
- OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- RÉMOND, René. *O século XIX*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional”. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *O Brasil republicano*. Vol.1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III). São Paulo: Difiel, 1997. pp.345-390.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.